

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

GIOVANNA MAIURI PRIOSTE

Problemas de sexo: da ontologia à epistemologia em psicanálise

**SÃO PAULO
2023**

GIOVANNA MAIURI PRIOSTE

Problemas de sexo: da ontologia à epistemologia em psicanálise

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Pedro Eduardo Silva Ambra

São Paulo

2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catlogação na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo Dados
fornecidos pelo(a) autor(a)

Maiuri, Giovanna Prioste.

Problemas de sexo: da epistemologia à ontologia em psicanálise / Giovanna Maiuri Prioste; orientador Pedro Eduardo Silva Ambra. -- São Paulo, 2023. 169 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Psicanálise. 2. Filosofia. 3. Sexo. 4. Epistemologia. 5. Ontologia. I. Ambra, Pedro Eduardo Silva, orient. II. Título.

Nome: MAIURI, Giovanna Prioste

Título: Problemas de sexo: da ontologia à epistemologia em psicanálise

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.

Instituição

Julgamento

Profa. Dra.

Instituição

Julgamento

Prof. Dr.

Instituição

Julgamento

Agradecimentos

Acredito que uma pesquisa não se faz em um processo solipsista de produção individual assujeitada em si mesma. Da mesma forma, produzir uma pesquisa em ciências humanas se assemelhou muito à disposição multifacetada do objeto escolhido. Este trabalho não poderia ser iniciado, produzido ou finalizado nesses anos se eu não estivesse situada e apoiada neste arquipélago de pessoas durante os tempos árdusos de digestão teórica e escrita.

Assim, primeiramente, gostaria de agradecer a Pedro Ambra, querido orientador que topou persistir nessa empreitada que se mostrou uma grande avalanche de baldes de água fria a cada semestre que passava. Que, às voltas com as reviravoltas do problema, não tardou em se fazer presente em momentos de muita dificuldade, de travas de escrita, de impasses conceituais. Por mostrar ser possível esse espaço de escuta e de pertencimento à uma psicanálise que não se fecha à sua contemporaneidade, que sustenta um posicionamento crítico e leve ao mesmo tempo. Obrigada, Pedro.

Agradeço a Paulo Beer por ter sido um coorientador informal durante todo o processo de escrita, e que se fez presente em momentos que parecia que não havia como avançar ou retroceder na pesquisa. Obrigada por proporcionar aberturas a formas concisas, críticas e firmes de se transformar pensamentos que se mantêm em constante construção. E também por me ajudar a traduzir muitas das angústias que não consegui nomear sozinha. Sem você, a inquietação dessa pesquisa não seria materializada em palavras escritas.

Agradeço à Léa Silveira e à Beatriz Santos pela leitura concisa e pelos apontamentos rígidos e precisos no exame de qualificação. Foram contribuições preciosas que ressoaram ao longo de todo trabalho. Agradeço também à Manuela Mucuri que, no meio de sua própria pesquisa e desenvolvimentos da vida, arranjou tempo para me pontuar caminhos e posicionamentos melhores sobre os estudos de perversão. E agradeço à Nelson da Silva Júnior por ter sido essa porta de entrada para a pós-graduação, para o PST e para o IP-USP.

Agradeço, então, aos meus pares de troca do grupo da pós-graduação por todos esses anos. À Camila Geoffroy, Giovana Scarpari, Lucas Labanca, Renata Gonçalves e Luz López por proporcionarem trocas e debates desde o início do mestrado, e a Caio Pandini, Gabriela Rodrigues, Gustavo Soares e Marília Calderón por contribuírem ainda mais com novos olhares quando passaram a integrar o grupo. Gostaria de agradecer especialmente à Aline, por ter sido uma grande surpresa e um presente do mestrado, uma amiga sempre à disposição para questionar, surtar e oferecer apoio. E à Jay por ter quebrado as barreiras da academia e da vida profissional e ser essa amiga sempre presente no cotidiano, na vida, no consultório, nas

manifestações e lutas políticas, nos almoços de desespero e nos cafezinhos da tarde de muita paz e planejamento. Obrigada demais, gente.

À Jú, Qui, Pati e Rê, por me aguentarem durante os encontros inusitados entre as sessões, nos *happy hours*, *brunchs*, almoços corridos, festas juninas, tardes chuvosas e domingos de sol e por trocarem experiências, críticas e fazer esses anos de dupla (às vezes tripla ou quádrupla) jornada terem momentos de descanso e muito humor.

Aos meus pais, por não terem imposto limites em relação às minhas escolhas de vida e profissionais, por terem sido professores que me incentivaram sempre a questionar aquilo que parecia já dado, por apoiarem minha escolha de fazer filosofia quando ainda cursava psicologia, mesmo isso significando menos tempo em casa e muitas incertezas sobre o caminho a ser percorrido. Ao Dani, que, mesmo não entendendo nada do que eu faço, às vezes nada do que eu falo, e muitas vezes o porquê de eu só não aceitar as coisas, é o melhor irmão que eu poderia pensar em ter. Além de tudo, vocês fizeram os anos de mestrado e de pandemia serem suportáveis e com muita vida.

À Flávis, Dri, Tati, Aline, Jú, Lala e Larinha, por terem estado em um dos momentos mais cansativos e desgastantes da vida que foi a residência, mas que estiveram presentes em um dos primórdios das inquietações que deram origem a esta pesquisa. Trabalhar em Saúde da Mulher, em uma instituição pública em São Paulo, foi um desafio esmagador que vocês, cada uma à sua maneira, ajudaram a não ser impossível e alienador.

Agradeço também ao pessoal da rede que me mostraram uma prática compartilhada, não ilhada e potente da psicanálise. Obrigada pelos grupos de estudos, pelas viagens e festas que ajudaram a extravasar um pouco daquilo que o mestrado consome. À Aline, Guidi, Dar, Isa e Pati; obrigada por se tornarem mais que companheiras de profissão: amigas presentes.

Aos meus amigos da vida que não se esqueceram ou desistiram de mim durante esses anos de produção e de pandemia, que estiveram ao meu lado nas experiências desde muito cedo, quando as indagações e questionamentos ainda eram germinações desse não-saber da vida. Ao Johnny, pelas ideias mais loucas que existem, por ser essa resistência na psicologia e por ter esse humor crítico e ácido que eu tanto prezo. À Jú, Lau, Gabi G., Larinha, Gabi T., Rafa, Fai e Maya, por me acompanharem em tantos shows, parques, festas, filmes inusitados, (muitos!) bares, rolês estranhos e crises existenciais, desde pequena. Obrigada, gente.

Por fim, gostaria de agradecer a quem aquela fratura da linguagem e da significação sempre aparece como aquilo que nunca é o suficiente para me expressar. Fê, sem você nada disso seria possível.

Falando sério, não é fácil indicar o que constitui o conteúdo do conceito de “sexual”.
(FREUD, 1916/2021b, p. 187)

*O lugar central da sexualidade na psicanálise por vezes foi, e continua sendo, um problema
controverso.*
(ZUPANČIČ, 2008/2022, p. 29)

RESUMO

MAIURI, G. P. *Problemas de sexo: da ontologia à epistemologia em psicanálise*. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A presente pesquisa tem como objetivo elucidar os efeitos do sexual no campo psicanalítico por meio da sua própria ontologia e epistemologia. Parte-se do resgate da primazia da ausência de sentido da sexualidade humana para elaborar diretrizes sobre emergência do sujeito moderno, que é, ao mesmo tempo, sujeito da psicanálise e da ciência, para investigar a questão do sexual. Considerando o sexual enquanto um problema da epistemologia, destrinchamos essa condição essencial no movimento bascular entre teoria e clínica para pensar a relação entre ontologia e sexualidade. Enquanto método, utilizamos o processo arqueo-genealógico operando em conjunto com o conceito de estilo de raciocínio para problematizar nosso objeto multifacetado. A partir da constituição teórico-clínica da psicanálise, nos propusemos a desenvolver um debate constante com outros campos do saber, como a filosofia, a filosofia da ciência, estudos sobre sexualidade, estudos feministas e estudos *queer* para circunscrever os fracassos que a psicanálise produz quando tenta capturar e definir o campo do sexual. Ao considerar as proposições freudianas sobre sexualidade, argumentamos que a teoria das pulsões se consolida como ponto central nos desdobramentos tanto epistemológicos quanto ontológicos da teoria. Fizemos um retorno genealógico sobre as teorias da sexualidade no Ocidente para delimitar os efeitos do biopoder na produção dos saberes emergentes desde então. Ao nos posicionarmos nesse debate contemporâneo sobre sexo, confrontamos o campo psicanalítico marcado pelo sexual por uma historicização necessária que traz a epistemologia da diferença sexual como conceito-chave. Essa proposta abre a perspectiva de considerá-la um estilo de raciocínio presente na psicanálise, mas não enquanto intrínseco à própria epistemologia. Entramos na ontologia da psicanálise pela via da negatividade presente na coexistência entre a emergência do sujeito e sexualidade para nos aproximar dos outros campos por meio da ontologia moderna. Por fim, defendemos que a teoria psicanalítica carrega uma marca sexual tanto em sua ontologia quanto em sua epistemologia e sustentamos uma crítica que permite descontinuidades na própria teoria a partir dessa questão, sem que isso signifique seu aniquilamento.

Palavras-chave: Sexualidade. Gênero. Psicanálise. Ontologia. Epistemologia.

ABSTRACT

MAIURI, G. P. *Sex problems: from ontology to epistemology in psychoanalysis*. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The present research aims to elucidate the effects of the sexual in the psychoanalytic field through its own ontology and epistemology. To investigate the issue of the sexual, it starts recovering the primacy of lack of meaning in human sexuality to develop guidelines on the emergence of the modern subject, which is, at the same time, the subject of psychoanalysis and science. Considering the sexual as an epistemology problem, we unravel this essential condition in the transition between theory and clinic to think about the connection between ontology and sexuality. We use archaeology and genealogy as a method in conjunction with the concept of style of reasoning to problematize our multifaceted object. Based on the theoretical-clinical constitution of psychoanalysis, we propose to develop a constant debate with other fields of knowledge such as philosophy, philosophy of science, sexuality studies, feminist studies and queer studies to circumscribe the failures that psychoanalysis produces when it tries to capture and define the sexual field. When considering Freudian propositions about sexuality, we argue that the theory of drives is consolidated as a central point in both the epistemological and ontological developments of the theory. We make a genealogical return to theories of sexuality in the West to delimit the effects of biopower on the production of knowledge that has emerged since then. By positioning ourselves in this contemporary debate about sex, we confront the psychoanalytic field marked by the sexual by a necessary historicization that brings the epistemology of sexual difference as a key concept. This proposal opens up the perspective of considering it a style of reasoning present in psychoanalysis, but not as intrinsic to its epistemology. We enter in psychoanalysis ontology through the negativity present in the coexistence between the emergence of the subject and sexuality to bring us closer to other fields through modern ontology. Finally, we argue that psychoanalytic theory carries a sexual mark both in its ontology and in its epistemology and we support a criticism that allows discontinuities in the theory itself based on this issue without meaning its annihilation.

Keywords: Sexuality. Gender. Psychoanalysis. Ontology. Epistemology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. OBJETIVOS	27
1.2. MÉTODO	27
2. PSICANALITICAMENTE SEXUAL	34
2.1. PULSÃO E INSTINTO	36
2.2. LIBIDO SEXUALIZADA	43
3. ONTOLOGICAMENTE SEXUAL: Platão feat. Money	48
3.1. ONTOLOGIA HISTÓRICA	61
4. EPISTEMOLOGICAMENTE SEXUAL	75
5. PSICANÁLISE	82
5.1. EPISTEMOLOGIA E PERMEABILIDADE	87
5.2. ONTOLOGIA E NEGATIVIDADE	94
6. PROBLEMA SEXUAL	98
6.1. EMERGÊNCIA SEXUAL	104
6.2. A VERDADE DO SEXO: o <i>Santo Graal</i> do sujeito moderno	110
6.3. DIMORFISMO E(M) DIFERENÇA	119
7. DISFUNÇÃO SEXUAL	125
7.1. DISFUNÇÃO ONTOLÓGICA	126
7.2. DISFUNÇÃO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA	138
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

1. INTRODUÇÃO

Falando sério, não é fácil indicar o que constitui o conteúdo do conceito de “sexual”. Essa frase foi proferida por Freud (2021b, p. 187) em uma conferência em 1916, e continua ressoando como um indicador do problema que é adentrar e se aventurar nos campos relativos ao sexo, sexual e sexualidade. Essa dificuldade na delimitação do que seria o “sexual” resulta da própria inconsistência do objeto, bem como de sua irreducibilidade a certas prescrições em práticas sexuais normativas; seja à uma naturalização instintiva, a condicionamentos biopolíticos, às materialidades genitais ou categorizações ontológicas. Por isso, apesar da existência de cada forma nominativa representar que aí há algo que denota um ponto de diferenciação entre um e outro conceito, é comum tanto uma sobreposição quanto uma transposição de significados quando falamos desse conglomerado sexual.

É justamente aqui, nessas interrogações e considerações diversas sobre o sexual, passando por essa certa impossibilidade de definição final, que se produziu uma primeira inquietação. Essa, aos poucos, foi se desdobrando em pequenas doses de aflições e perturbações contínuas que desencadearam a produção de um anseio pelo desenvolvimento desta pesquisa. Assim como Judith Butler em *Problemas de Gênero*¹ (1990/2014), contemplamos a questão do problema como algo que não comporta apenas uma valência negativa em si, mas que carrega a marca de uma inevitabilidade. Nisso, em relação aos problemas, cabe a nós pesquisadores “[descobrir] a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los” (p. 07). Na mesma direção tomada por Butler, Donna Haraway (2016/2023) aponta para esse horizonte na insistência do *uso do problema*, e, aqui, defendemos essa tradição em consonância com a dimensão agitada, instigante, enturvada e perturbante das questões sexuais. Ou seja, pensamos como o sexo, sexual e sexualidade podem corresponder à tal dimensão ao mesmo tempo problemática e instigante.

A prerrogativa que consideramos concerne a máxima do *porquê o sexual é sempre um problema*, ou seja, por que, de alguma maneira, esse objeto sempre acaba por se tornar uma questão presentificada nos mais variados campos do saber na contemporaneidade. Como analisado por Foucault (1976/2019), esse é um campo de investidas incisivas tanto do conhecimento científico, quanto do campo jurídico, da psiquiatria, da organização social e da medicina ocidental, principalmente a partir do século XVII. Caminhando em direção às melhores formas de se ter e criar os problemas, consideramos que sustentar o sexual enquanto

¹ Em inglês, *Gender trouble*. Essa nomenclatura possibilita diversas interpretações possíveis. Teríamos “um gênero problema” ou teríamos questões relativas aos “problemas sobre a questão gênero”?

problema é também se posicionar conforme a ética da postura psicanalítica proposta por Freud no princípio da psicanálise.

Como o psicanalista aponta “A psicanálise jamais pretendeu oferecer uma teoria completa da atividade mental humana em geral, mas esperava apenas que o que ela oferecia pudesse ser aplicado para suplementar e corrigir o conhecimento adquirido por outros meios” (FREUD, 1914/1996d, p. 30). Em outras palavras, há um uso possível da psicanálise que, desde seu princípio, não almeja se converter em uma teoria fechada e total, mas, ao invés, que é passível de transformações que a situe sempre de acordo com as questões de seu tempo. Neste sentido, a sexualidade comporta a disposição de ser um objeto disruptivo que pode continuamente realocar a psicanálise na condição proposta por Freud. A centralidade do sexual em sua teoria é ao mesmo tempo o que permite à psicanálise sua sustentação e o que a diferencia de outras ramificações teóricas (como a Psicologia Analítica, de Carl Jung e da Psicologia Individual, de Alfred Adler, que, apesar de fazerem parte do movimento psicanalítico em seu início, apresentam uma postura ética destoante).

Quando trazemos o sexual para o campo do sujeito, nos deparamos com embates e associações que se fundem e se desvencilham ao mesmo tempo. Por exemplo, ao falarmos em humano, as categorias mais comuns representadas partem do binômio homem-mulher que é frequentemente atrelado a aspectos anatômicos do corpo derivados de macho e fêmea. Estes, por sua vez, compreendem o sistema reprodutor e capacidade reprodutiva (como tecidos gonadais, genitálias e caracteres sexuais secundários) como a base de uma definição ontológica do sujeito que é lida por uma via biológica-material. Ressaltamos que, apesar de sujeito e humano não serem necessariamente sinônimos, se presentifica uma coextensão entre esses dois conceitos em aproximação, e um distanciamento por algo que transborda no significado de cada um em direções não congruentes.

A condição naturalizada desse binômio resulta em uma equação básica de assunção sexual que naturaliza a cis-heteronormatividade enquanto o “padrão ouro” do sujeito. A naturalização da norma e a patologização de variações desse conglomerado são, então, o destino. Em geral, essa é uma lógica que fundamentada pelo que Paul Beatriz Preciado (2019/2022) nomeia de *epistemologia da diferença sexual* e, a partir daí, é desenvolvida uma crítica à psicanálise por ela não apenas se associar a essa tradição, mas também por fornecer novas bases teóricas que respaldam novos parâmetros epistemológicos como fundamento – mesmo a psicanálise comportando um esquema teórico conceitual que a todo momento coloca tal relação em cheque.

Contudo, se nos voltarmos a Freud (2016a), veremos que, lá em 1905, ao analisar a sexualidade humana e as formas “desviantes” – ou, como colocado em sua época, as “aberrações sexuais” –, ele não reluta em demonstrar de maneira incessante que os mesmos mecanismos envolvidos nas “perversões” também estão presentes no comportamento e na sexualidade considerada “normal”. Nesse mesmo texto, o psicanalista é categórico quando afirma que “Na concepção da psicanálise, portanto, também o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação, não é algo evidente em si, baseado numa atração fundamentalmente química” (p. 35). Isso significaria que o problema acaba aí? Que a questão já é estabelecida no meio psicanalítico? Que a teoria é disruptiva por si mesma, que a psicanálise é o *Santo Graal* das teorias de sexualidade, de gênero e *queers* do século XX e XXI? Na verdade, se olharmos mais de perto e com um pouco mais de atenção, veremos uma verdadeira zona de guerra e contradições constantes que não permitem nem estar de acordo com essa afirmação e nem a negar por completo.

Esse espaço aberto em disputa em relação à sexualidade no campo psicanalítico decorre de recortes políticos, ontológicos e epistemológicos desde seu princípio – e isso têm seus efeitos. Por mais que Freud se utilize de um princípio epistemológico e ético da psicanálise para se colocar à frente dos fenômenos apresentados com a postura desse saber que interroga e possibilita a reflexão (AMBRA, 2022), a clínica psicanalítica é atravessada pelas condições apresentadas contemporaneamente, tanto biopolíticas quanto relativas à cientificidade, em seu desenvolvimento e ascensão (DAVIDSON, 2004).

Em seu início, quando o interesse pela histeria possibilita que o psicanalista proponha a ideia de “cura pela fala”, o descentramento daquele que detém o saber do adoecimento – voltando para o próprio sujeito esse lugar – já existe uma quebra de paradigma (FREUD, 1905/2006a). Poderíamos dizer que o próprio ato de elevar a mulher ao *status* de sujeito, que concede um saber a essas mulheres histéricas em sofrimento e valida seu sofrimento psíquico enquanto uma forma de adoecimento, é um posicionamento revolucionário e disruptivo no meio científico psiquiátrico no qual Freud estava inserido. Por outro lado, segundo Martins e Moreira (2020), os atravessamentos patriarcais que incidem diretamente sobre esse *status* ontológico do sujeito estão desde sempre aí – uma vez que “não há como separar o psíquico do social” (p. 114).

Apesar da publicação de *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (2016a), em 1905, Martins e Moreira (2020) denunciam que, dentro da própria Sociedade Psicanalítica de Viena (conhecida como Sociedade das Quartas-Feiras), a centralidade da normatização da sexualidade imperava entre 1906 e 1918 no início da institucionalização da psicanálise. As

autoras se baseiam na teoria proposta por Sedgwick (2003), que, à grosso modo, defende que não é apenas o conhecimento em si que teria força para se manter sozinho, mas há algo de performativo na veracidade dos próprios conhecimentos; ou seja, que a maneira como se criam, organizam e são expostas as categorias desses saberes, delimita certos efeitos e impossibilita questionamentos de serem feitos. Essa postura é condizente com o que Butler (1990/2014) propõe acerca de como pressupostos culturais marcados pelo gênero e pelas relações de poder influenciam diretamente a ciência e a produção de saber. A autora diz como, por exemplo, a justificativa de um cientista que se propõe a pesquisar uma “falta” no cromossomo X, atrelando essa função às fêmeas, só é fundamentada pelo preconceito de gênero.

Pois bem: na psicanálise, o que é defendido por Freud nos *Três ensaios* enquanto sexualidade, é algo desprovido de um horizonte reprodutivo e sem objeto definido – justamente a sexualidade perversa-polimorfa pulsionalmente constituída por desvios. Ou seja, indo ao encontro da afirmação de Zupančič (2008/2022), em relação à sexualidade humana, nossas “(...) pulsões são fragmentárias, parciais, sem meta e independentes do seu objeto *logo de início*” (p. 33, itálico do autor). Assim, ao falarmos de sexualidade, não é possível supor desvios posteriores à uma constituição “normal” ou instintiva, uma vez que a própria condição sexual é coextensiva à emergência do sujeito e resulta de um desvio constitutivo das pulsões.

Afirmamos então que o sujeito, para a psicanálise, procede de uma *sexualidade que é desviante na medida em que ela o constitui*. No desenvolvimento da teoria psicanalítica, essa máxima acaba por operar simultaneamente em outros recortes e proposições teóricas que ganham peso e se consolidam enquanto pontos de sustentação essenciais. Se falamos tanto nessa sexualidade desviante, como que tal império normativo do Ocidente que parecia maturação genital, caracteres gonadais secundários e uma assunção ontológica do sexo aparece na teoria? Nas investigações acerca da sexualidade infantil, Freud se depara com estas questões e propõe um conceito muito interessante para isso: a organização sexual genital.

Apesar de Freud (1905/2016a) defender que há fases no desenvolvimento psicosssexual infantil até a chegada da puberdade e, posteriormente, a vida adulta, essa teoria não pressupõe um desenvolvimento retilíneo que levaria ao objetivo final de uma organização genital infantil. Pelo contrário, da mesma forma que a experientiação da sexualidade pelo sujeito pode levar a uma prática genital específica com fins reprodutivos, essa organização seria um produto da conjunção entre estágios de desenvolvimento – como maturação fisiológica de gônadas e órgãos do sistema reprodutivo – e padrões parentais tanto culturais quanto

simbólicos (ZUPANČIČ, 2008/2022). Desse modo, organização sexual genital nada mais é do que uma ordenação normativa artificializada das pulsões, e, dessa forma, as pulsões sofrem eminentemente a delimitação do um caminho “correto” a ser seguido – rumo à reprodução.

Nisso, é preciso questionar o que faz com que essa marca normativa, supostamente sexual, persista na tradição da psicanálise, se a prerrogativa da pulsão é justamente sua condição perverso-polimorfa. Quando Freud (1905/2016a; 1908/2015a) estabelece que há sexualidade infantil – ou seja, que as crianças (seres canonizados pela pureza sexual) são seres sexuais –, tal afirmação abre lacunas que vão de encontro à problemática da nossa pesquisa. Se falamos de sexualidade infantil, o mais comum seria propor uma forma divergente de sexualidade que não comportaria mais a “infantilidade” em sua definição. Essa seria provavelmente a sexualidade genital cis-heterorreprodutiva, voltada às imposições religiosas do sexo apenas como atividade procriadora. Mas nós nos perguntamos: existe mesmo uma continuidade entre a sexualidade infantil e a adulta? Segundo a própria proposta freudiana, não necessariamente. Para a psicanálise o que aconteceria é que, apesar do desenvolvimento material-corporal, da maturação gonadal e hormonal dos órgãos genitais, da entrada e estabilização desse ser falante em uma estrutura simbólica normativa, a sexualidade não muda tanto assim. Portanto, o que compreende um dos problemas ativos em relação à questão do sexual é uma congruência de significação entre sexual e genital em que o prazer *sexual* é tomado enquanto algo *genital*. A genitalidade ganha força de significação sexual pela ascensão da biologia e da anatomia enquanto duas ciências de grande impacto e desenvolvimento pelo menos desde o século XVII (DAVIDSON, 2004). Nessas ciências, a corporeidade vai ganhando destaque e desbravando um caminho para que a função etária (atrelada ao desenvolvimento dos caracteres sexuais) crie a base para o argumento da sexualidade voltada à reprodução.

Se nos voltarmos à psicanálise, veremos que a quebra se mantém, uma vez que é a sexualidade infantil (polimorfa, heterogênea e dispersa) que vai justamente edificar a teoria das pulsões como algo que não tem norma, em algo que é, em si, desviante e coexistente à emergência do sujeito. Nesse ínterim, conseguimos delimitar tais marcas com uma divisão que pauta um certo desenvolvimento da teoria psicanalítica por aspectos simbólicos que vão de encontro à uma ontologia marcada pela instituição de uma diferença de gênero, como, por exemplo, a forma como o desenvolvimento psicosexual infantil é marcado pelo Complexo de Édipo. É importante ressaltar que Freud (1893-1899/1974) esteve às voltas com o Édipo desde 1897, quando fez um primeiro apontamento sobre essa teoria em uma carta endereçada

a Fliess². Apesar do Complexo de Édipo estar presente no desenvolvimento da teoria psicanalítica³, desde então, Freud o formaliza mais diretamente apenas anos depois, em 1924, no texto *A dissolução do complexo de Édipo* (2011d).

Temos aí o Édipo enquanto um conceito que daria conta de explicar a problemática das fases do desenvolvimento psicosexual e estabelecer os critérios colocados pela organização genital infantil em relação à função da castração. Isso significa que, com essa teoria, Freud finalmente poderia estabelecer uma certa continuidade de uma sexualidade infantil, que passaria à puberdade e, posteriormente, ao adulto normal para compreender sua centralidade nas neuroses. Em 1923, ele publicou *A organização sexual infantil* (2011c) como forma de complemento à teoria da sexualidade, que, naquele momento, já estava em sua quarta edição – contando com vários “ajustes” feitos pelo próprio psicanalista. Ele postulou que a escolha de objeto definiria a assunção ontológica do sujeito dentro do binômio homem-mulher e, pela lógica de manutenção do biopoder e da reprodução enquanto um fim necessário à população, delimitaria a sexualidade “normal” em que não há perturbações dessa lógica (ou a sexualidade perversa em que só há perturbações).

Com cada vez mais espaço e importância dentro da psicanálise, a teoria do Édipo passa a trazer efeitos internos em relação à forma de se conceber a sexualidade e a questão do sexual. Essa colocação é embasada por Van Haute e Westerink (2017; 2021) que analisam e, posteriormente, reanalisam o texto *Três ensaios* defendendo que, questões internas à psicanálise, mas tangentes à problemática da sexualidade, passam a tornar o texto cada vez mais normativo em suas reedições. Em outras palavras, ao eleger o Complexo de Édipo como um dos pilares de sustentação da psicanálise (em conjunto com a noção de inconsciente e a transferência), Freud, com essa decisão, produz efeitos no desenvolvimento e na continuidade de sua teoria. Enquanto complemento à teoria da sexualidade, o texto *A organização sexual infantil* aparece como um predecessor da formalização da teoria do Édipo em um texto de 1924. Em conjunto às constantes reedições dos *Três ensaios*, essa tentativa de normatização das pulsões recai sobre a própria teoria, acabando por contingenciar possíveis usos e efeitos dela por outros campos do saber.

Segundo Van Haute e Westerink (2017; 2021), a primeira edição do texto demonstra a sexualidade humana enquanto perverso-polimorfa, ou seja, uma sexualidade definida por ser autoerótica, por não ter definição ou horizonte objetal e pela relação direta entre

² Wilhelm Fließ (Fliess) foi um médico alemão importante na pré-história da psicanálise e confidente de Freud entre 1887-1904.

³ Como no caso do pequeno Hans (1909/2015c) e *Totem e Tabu* (1913/2012).

excitabilidade de zonas erógenas e prazer originárias da pulsão. Freud editou esse texto quatro vezes até a versão final de 1924, e, em cada uma das edições (1910, 1915, 1920 e 1924), ele acrescenta parágrafos e notas de rodapé na tentativa de apresentar os avanços teóricos que se desenvolveram desde sua última publicação. O que Van Haute e Westerink (2017) ressaltam é que a noção de “progresso” é algo a ser reconsiderado, já que no decorrer dessas edições, após a incorporação do Complexo de Édipo como pilar balizador da teoria, há um enfraquecimento progressivo da crítica à funcionalidade da heteronormatividade contemporânea e um certo distanciamento dessa sexualidade de caráter naturalmente desviante.

No Complexo de Édipo, a trama da obra de Sófocles dá a base do que viria a se tornar esse grande pilar da psicanálise no começo do século XX. Essa sustentação é resultante da forma como Freud incorpora o maquinário de um regime patriarcal à subjetivação dos sujeitos que são marcadas ontologicamente por uma assunção de um sexo. Entretanto, o psicanalista não questiona a função social desse mito – o que, no mínimo, é interessante. Ele declara que, no princípio da história, há uma interdição da natureza perverso-polimorfa da sexualidade através da instituição da lei (Édipo). Foucault (1976/2019), por sua vez, promove uma leitura dessa incorporação por meio do dispositivo de culpa institucionalizado pelo cristianismo, ou seja, resultante das reiteraões subjetivas evocadas pelo regime confessional e, posteriormente, sendo base da *scientia sexualis* – que conversa com a teoria repressiva apresentada por Freud. Nas formalizações dessa teoria, Freud postula:

É indubitável que podemos ver no complexo de Édipo uma das fontes mais importantes da consciência culpada que tanto atormenta os neuróticos. E digo mais: em um estudo sobre os primórdios da religião e da moralidade humanas, que publiquei em 1913 com o título *Totem e tabu*, avantei a hipótese de que talvez a humanidade como um todo tenha adquirido sua consciência de culpa — fonte última da religião e da moralidade — no princípio de sua história, com o complexo de Édipo (1917/2014a, p. 258, itálico do autor).

A continuidade de “menino” para “homem” e de “menina” para “mulher”, enquanto uma forma de delimitação do desenvolvimento saudável normal, implica em colocações formais e informais acerca das sexualidades dissidentes. No Ocidente, onde a psicanálise se situou em sua emergência e primeiras expansões, o que conseguimos conceber em relação ao sujeito ontologicamente sexualizado, é uma necessidade constante de categorias que se reinventam e reatualizam para que seja possível abranger os destinos pulsionais possíveis sem patologizar supostos “desvios”. Em última instância, nos deparamos com oceano de definições dos desvios sexuais conectados ao sujeito em sua essência humana, e, nas tentativas de organização e patologização da sexualidade, nunca houve tantos fetichistas (ROUDINESCO, 2008). Nessa tentativa de instituir uma nosografia sexual, uma epidemia de

perversão toma o Ocidente e como resposta a psiquiatria ocidental logo se abre para a era dos tratados psiquiátricos sobre sexualidade no século XIX (DAVIDSON, 2004).

Se o sujeito não comporta a marca da sexualidade enquanto categoria delimitadora de sua existência, nessa era em que o biopoder impera, isso passa a fundamentá-lo. Como Foucault (1976/2019) coloca, antes do século XIX não existia a figura nem do heterossexual e nem do homossexual enquanto tal. Existem lacunas possíveis entre práticas sexuais e o que viriam a ser projetos ontológicos de nomeações de identidades. A partir da condensação da categoria de sodomia com uma ideia de identidade subjetiva constituída por uma marca de práticas sexuais, o sujeito que adere à sodomia enquanto prática da sua sexualidade é marcado por essa identidade — a sodomia então o transforma em “sodomita”. Até então, o ato da penetração anal enquanto ato era proibido apenas pelo direito civil e canônico, mas não era uma categoria de identidade sexuada em si (SÁEZ; CARRASCOSA, 2016). O sodomita passava por um julgamento moral antes de ser transformado em um perigo para sociedade, para as alianças e, conseqüentemente, para a família (ocidental, patriarcal, nuclear) enquanto organização-modelo da sociedade.

A homossexualidade⁴ nasce diretamente relacionada à sodomia. Porém, quando vinculada à categoria político-clínica de perversão, passa a delimitar um tipo novo de pessoa: o homossexual – enquanto uma invenção para responder a essa rotulação patologizante. Como uma categoria de perversão ontologicamente marcada, ele é pensado como um sujeito invertido em sua sexualidade. Curiosamente aquilo que escapa ao homossexual é justamente sua sexualidade, ele se torna um personagem nele mesmo e muitas de suas características são acopladas por meio uma nosografia pautada na moralidade para classificá-lo como uma categoria patológica (FOUCAULT, 1976/2019). Ou seja, rotulado enquanto um sujeito desviante da sexualidade normal.

A perversão não era uma doença que se escondia na natureza, à espera de um psiquiatra com poderes de observação especialmente agudos para descobri-la escondida em quase todos os lugares. Foi uma doença criada por uma nova compreensão (funcional) da doença, uma mudança conceitual, uma mudança de raciocínio, que tornou possível interpretar vários tipos de atividade em termos médicos psiquiátricos. Não havia entidade natural mórbida a ser descoberta até que a prática clínica psiquiátrica inventou uma. A perversão não era candidata a doenças até que se tornou possível atribuir doenças ao instinto sexual, e não havia doenças possíveis do instinto sexual antes do século XIX; quando a noção de doenças deste instinto perder seu último domínio sobre nós, livraremos o mundo de todos os pervertidos (DAVIDSON, 2001, p. 24, tradução nossa).

⁴ Do século XIX até a década de 1990, o termo utilizado pela psiquiatria era *homossexualismo*. O sufixo “ismo” vem justamente compor essa denotação de categoria patológica, ou seja, o desvio do instinto sexual (TREVISAN, 2000). Apenas por meio de um movimento de luta política que o termo foi modificado para homossexualidade e retirado do CID (Classificação Internacional de Doenças) pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Pois bem, em consonância à Foucault (1976/2019) e à Butler (1990/2014), defendemos que fundação do homossexual enquanto uma identidade e projeto ontológico, se consolida como algo palpável nesse determinado regime de verdade que incorpora a epistemologia da diferença sexual enquanto um dado transcendental. A passagem da categoria de um sujeito que pratica a sodomia à condição de sodomita e, posteriormente, à figura do homossexual, inaugura a condensação de um processo de assunção ontológica que dispõe de uma identidade marcada pelo sexual. Essa relação só pode acontecer pois há uma estabilização de uma sexualidade “normal”, vinculada ao projeto biopolítico das nações e à moral cristã, enquanto um parâmetro que define uma rotulação de tudo que foge a ela como “perversão”.

Não há “homossexual” sem que as práticas sexuais da sodomia passem a integrar um desvio da sexualidade “natural”. Não há “perversão” sem que antes haja uma rotulação do que é “normal”. Assim podemos ver, por exemplo, as repetidas falhas nas tentativas de captura do campo do sexual acoplado à uma certa “identidade” subjetiva. Esse sujeito ontologicamente sexualizado no Ocidente não apenas esgota as categorias existentes de classificação como viabiliza essa produção constante de novas categorias para tentar dar conta dos paradoxos desviantes da sexualidade. Apesar dessa tradição ocidental aplicada aos moldes de uma epistemologia da diferença sexual, que sustenta o binômio “homem” e “mulher”, na impossibilidade de naturalizar esses desvios que constituem todos os sujeitos, vemos a criação de categorias que possam comportar quaisquer “desvios” da norma heterossexual. Essa organização produz efeitos em níveis ontológicos e, dentro da psicanálise, podemos identificar uma problemática de base igualmente epistemológica.

Nas formas de apropriações políticas destes sujeitos categorizados, temos, primeiramente, as lutas pelos direitos homossexuais e logo mais as identidades de gênero. As reformulações são, cada vez mais, tentativas de dar conta dessa irreduzibilidade. Nos anos 1980, a luta é reconhecida pela versão LGB (lésbicas, gays e bissexuais) nos países de língua inglesa, e no Brasil chega como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). A manutenção dessa sigla, entretanto, se faz insuficiente e, hoje, após a personificação da comunidade LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros), temos uma versão mais abrangente compreendida enquanto LGBTTQQAAPP+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, *queer*, questionando, intersexo, assexuais, aliados, pansexuais, polisssexuais, e, não-binários e gênero fluido no “+”, que representam a referência à impossibilidade de delimitação) (AMBRA, 2022).

Žižek (2020) pontua que, a respeito da sexualidade, a fórmula de qualquer tipo de tentativa de delimitação partiria justamente desse Um “+”. Não há uma perspectiva normativa de oposição entre dois sexos porque não há uma cisão regulamentada; há apenas a presença da dialética entre o Universal e o Particular. Nestes termos, as tentativas de delimitação de categorias que buscam definir um estatuto ontológico do sexo enquanto tal é irreduzível e “(...) nenhuma quantidade de diversificação e multiplicação classificatória pode salvar-nos dela” (p. 284). Isso implica em uma falha inerente à própria tentativa de classificação, uma vez que essa falha é a própria sexualidade humana – e o sexual é um curto-circuito na ontologia (ZUPANČIČ, 2008/2022; 2017/2023).

A crítica à psicanálise e a uma certa normatização de aspectos sexuais dentro do pressuposto binário é antiga: podemos acessar este debate desde as críticas feministas do começo do século XX. Passamos pela incorporação de conceitos psicanalíticos ao próprio desenvolvimento das teorias feministas, depois às reorganizações enquanto estudos de gênero e, mais recentemente, às teorias *queer* (COSSI, 2019; AMBRA, 2022). Desde a marcação de uma primazia patriarcal enquanto ponto balizador da formação do sujeito à uma universalização falocêntrica (RUBIN, 1975/2017), da tomada da teoria do Complexo de Édipo enquanto uma validação para a produção e manutenção de uma matriz heterossexual e normativa (BUTLER, 1990/2014), e da continuidade de padronização da sexualidade a partir de uma epistemologia que é falha em sua própria concepção (PRECIADO, 2019/2022), a psicanálise continua sendo um dos centros do debate quando falamos de sexualidade.

Apesar de não haver uma teoria da sexualidade unificada ou formalizada em psicanálise (DUNKER, 2016), vemos um posicionamento que é sempre de enfrentamento às problemáticas apresentadas pela própria inconsistência do objeto sexual. Com os avanços dos estudos de gênero e do conceito de gênero se estabelecendo no meio acadêmico como uma forma de trazer o foco para questões concernentes à sexualidade, atravessamentos de poder e replicações (sistemáticas ou não) de violências, a forma de nomeação através do conceito de “sexual” perde força e abre portas para novos debates. Enquanto um jogo de poder frente às formas de detenção do saber a respeito do que seria “sexo”, que, muitas vezes, também pode ser “gênero”, vemos uma disputa que atravessa vários campos de saber.

Além disso, é possível localizar uma indisposição de parte da comunidade psicanalítica em debater com as novas transformações da sexualidade por considerarem que a psicanálise não trata de “gênero”. Essa postura não demonstra outra coisa senão uma falácia, já que a introdução do conceito de *gênero* em seu uso associado à sexualidade foi feita pela primeira vez por um psiquiatra e psicanalista americano chamado Robert Stoller na década de

1960 e, posteriormente, foi sendo absorvido pelos estudos feministas estadunidenses e ganhando força por lá (AMBRA, 2022; COSSI, 2018b; 2019).

Uma das questões de maior peso seria justamente a dessexualização do sexo e da sexualidade ao se introduzir o conceito de gênero e retirar essa marca do sexual na própria constituição semântica do problema. Essa crítica caminha em consonância à proposta freudiana frente à sua análise relativa ao seu diagnóstico do lugar do sexual na sociedade ocidental e ao posicionamento de Zupančič (2008/2022) de que “(...) não desistir do tema da sexualidade constitui o *sine qua non* de qualquer posição verdadeiramente psicanalítica” (p. 30), sendo um ponto controverso e produtivo de encontro entre psicanálise e filosofia (contemporânea).

Foucault (1964/2021) pontua que o interesse por parte da filosofia e da ciência ocidental desde o século XVII em relação à essa temática da sexualidade, promoveu as formas de experienciação do que é esse sexual, difundindo uma delimitação entre o que o autor nomeia de experiência da sexualidade e de experiência da carne. De maneira mais direta, Davidson (2004) afirma que “(...) nossa experiência da sexualidade é um produto de sistemas de conhecimento e modalidades de poder que não têm pretensão de inelutabilidade” (pp. 31-32, tradução nossa). Ou seja, apesar de se construir e organizar enquanto uma forma de verdade impenetrável, o que vemos em estudos que não cansam de investigar *isso* do sexual, é justamente um posicionamento congruente ao projeto epistemológico psicanalítico.

Em relação à sua epistemologia, apesar de não haver uma formalização em psicanálise, a presença e insistência no sexual vem também da própria disposição epistemológica desta, que, em seu regime de identidade epistêmica, carrega tal marca desviante. É assim que, quando nos deparamos com a impossibilidade de findar a problemática do sexual às questões de ordem ontológica, a epistemologia aparece enquanto uma via suplementar a essa problemática. A sistematização de uma epistemologia psicanalítica não nasce da necessidade da própria teoria (ASSOUN, 1983), mas de sua condição enquanto um saber que se situa como detentor de vias de saber-poder em relação a objetos em comum com outros campos, e, de maneira mais sacralizada, a sexualidade ocupa um papel central.

A crítica a uma certa disposição epistemológica psicanalítica, por sua vez, não se apresenta de maneira diretamente vinculada à sexualidade, mas sim a questões concernentes a uma impossibilidade de definição de categorização do que a psicanálise viria a ser. Visto isso, Freud sempre situou a psicanálise enquanto uma ciência, uma ciência da natureza (1923/2006b). Como aponta Beer (2017) esse é um debate antigo e, para que seja possível

questionar a cientificidade da psicanálise, é necessário questionar necessariamente o que é nomeado enquanto ciência e quais são as formas epistemológicas que a definem. Dessa maneira, não é frutífero inferir uma crítica aos moldes da ciência sem se posicionar enquanto tal e tampouco sem se propor, a troca em nível epistemológico, vias de conhecimento científico e psicanalítico. Se a psicanálise parte da ciência (principalmente da medicina psiquiátrica) como sua base teórica que passa a moldar epistemologicamente os avanços que a teoria vai produzir, é a partir dela também que questões sobre sexualidade passam a constituir seu problema. Isso significa que é importante considerar como a sexualidade se torna uma questão, como ela é apreendida pelas vias filosóficas que levam a ontologias e epistemologias específicas que desembocaram na medicina e, por fim, como passam à psicanálise.

A recusa da psicanálise em se formalizar enquanto uma disciplina que responde aos moldes atuais orgânico-empiristas, faz com que ataques à sua validação e cientificidade sejam continuamente refeitos. Beer (2017) aponta que Popper e Grünbaum são dois autores que se posicionam nesse círculo crítico relativo à psicanálise. O primeiro critica a psicanálise por ela, na sua perspectiva, não fornecer critérios de refutabilidade (e, por conta disso, não se enquadrar como ciência). Já o segundo, após analisar minuciosamente a obra freudiana em aproximação com a filosofia da ciência e modificar seu posicionamento constatando que há, sim, um princípio de refutabilidade, localiza sua crítica à psicanálise por uma suposta fragilidade da teoria em se sustentar extraclínicamente. Isso corresponderia a uma ausência de validação conceitual que levaria a problemas relativos a sua validação. Posteriormente, Shevrin é um psicanalista que toma para si a tarefa de responder a essa crítica publicando um estudo⁵ que valida extraclínicamente os conceitos de inconsciente e repressão (BEER, 2017).

Hoje podemos ver que a questão da validação do saber psicanalítico e sua possibilidade de permanecer enquanto referência em determinadas categorias científicas (como, no nosso caso, a sexualidade) é algo que caminha nessa mesma via. Mais recentemente no Brasil, temos a publicação de um livro da microbiologista Natália Pasternak (PASTERNAK; ORSI, 2023) que retoma as mesmas críticas já colocadas anteriormente à psicanálise em mais uma proposta de retirada de um certo valor de verdade sobre este saber. Para Beer (2017), entretanto, a questão da validação e da verdade apontam para um horizonte já trabalhado por Lacan (1966/1998), delimitando uma cisão importante entre verdade e saber. Nesse sentido, as viabilidades epistemológicas teriam implicações tanto no escopo crítico, por tentativas de invalidações por meio de uma via política (STENGERS, 1993), quanto no

⁵ (SHEVRIN et al., 2013).

escopo teórico da própria teoria, ao possibilitarem esse movimento bascular por sua constituição teórico-clínica.

A inseparabilidade da teoria e da clínica psicanalítica na sua epistemologia, bem como a impossibilidade de prever os efeitos retroativos que uma gera sobre a outra, cria essa potência disruptiva da psicanálise frente aos discursos conservadores da sexualidade. Isso não significa que a prática ou a teoria psicanalítica seja revolucionária em si. Pelo contrário, aspectos normativos e de certos “ajustes” a disposições culturais-sociais (VAN HAUTE; WESTERINK, 2017) (como por exemplo a relação entre a teoria do Édipo e a assunção de um gênero correspondente ao sistema de matriz heteronormativa), também aparecem no campo psicanalítico (BUTLER, 1990/2014). Mas é a experiência clínica que sustenta a psicanálise e sua ética, trazendo transformações e viabilizando essa revolução paradigmática ao ponto em que ela pode ser pensada como um dos efeitos do objeto sexual.

Quando temos um objeto indeterminado e paradoxal como o sexual, se pautar em um conhecimento extremamente normativo vai apenas caminhar rumo à dessexualização do próprio sexo e, como colocado por Foucault (1964/2019), se prestaria apenas a um serviço consonante dos usos de práticas sexuais atrelados a um projeto biopolítico. Nossa hipótese é de que o problema central é confundir a sexualidade enquanto um dispositivo de poder (FOUCAULT, 1976/2019) com um processo naturalizado pela prescrição de normas voltadas para a reprodução, e não apenas considerar que a reprodução pode, quiçá, de alguma maneira, talvez, ocasionalmente, porventura, por acaso e, se considerarmos uma prática sexual genital específica que envolve trocas de fluídos condicionado ao encontro de gametas, ser uma das inúmeras possibilidades do desfecho de algo sexual. O problema é confundir um dispositivo de poder com o sexual em si; é a tentativa da captura disso em um projeto normativo que tenta moldar a pulsão em favor de seu uso dentro do sistema social associado a uma manutenção econômica, ou seja, ao uso do capitalismo⁶ (FREUD, 1916/2021b, p. 198). Em outros termos, o problema é uma confusão gerada ao se supor que a epistemologia da diferença sexual faz parte da própria epistemologia da psicanálise.

Com mais de um século de existência e difusão tanto na academia, quanto na comunidade científica e nas áreas clínicas em relação à saúde mental, a psicanálise se constituiu enquanto um saber situado dentro dos pólos e jogos de poder. Como Foucault

⁶ Apesar de constituir uma parte reduzida de sua conferência, a questão do sexual e sua relação com o capitalismo aparece e deixa uma marca importante. Freud fica às voltas com essa questão ao ir descrevendo toda problemática da sexualidade infantil e da necessidade de certas tabulações e prescrições da sexualidade em prol de uma convivência social e econômica pré-estabelecida. Podemos inferir também que essa relação não é abandonada em certa tradição psicanalítica, Lacan trabalha essa questão ao propor a relação entre objeto a (diretamente vinculado à pulsão de morte), o mais-de-gozar e os quatro discursos (LACAN, 1969-1970/1992).

(1970/1996) nos alerta “(...) em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política” (p. 09) e, dessa forma, “(...) o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes” (pp. 09-10). Ou seja, em termos do objeto do sexual, ele não paira por aí com questões e elementos a serem descobertos e investigados, ele não se dispõe sobre superfícies corporais ou performativas de recorte ontológico. O sexual, em última instância, se define pelas possibilidades de enunciação de quem detém algum saber sobre ele em determinada época e contexto.

A psicanálise se consagrou enquanto este saber que pode falar de sexo, e não apenas falar, mas estabelecer de maneira científica novos paradigmas acerca deste objeto. Isso significa que os pontos de sustentação de uma teoria que está sempre às voltas da sua própria dissolução e colapso, se situando justamente nesse ínterim pulsional do saber; no caso, sua condição inerentemente desviante e paradoxal das normas. Esse incômodo interno reverbera a partir de sua própria epistemologia barroca e difusa, que conta com um ponto balizador de sustentação ético e inteiramente relacional em todas as suas etapas.

Nobus e Quinn (2005), sobre uma epistemologia da psicanálise, situam a estupidez enquanto uma condição analítica da psicanálise que melhor define sua epistemologia. Com isso é possível manter sua disposição questionadora e muitas vezes ingênua frente às colocações rígidas e duras das formas estabelecidas de saber. Por sua formulação híbrida, é importante pontuar que aquilo do qual uma análise parte é a diferenciação na identificação entre o desejo de saber e a queda do conhecimento. Ou seja, uma análise mais frutífera da psicanálise, aqui de acordo com a questão do sexual, “(...) aponta para a necessidade de um esquema epistemológico que possa colmatar a lacuna entre as abordagens do conhecimento sem risco e totalmente inclusivas que dominam a cena atual e as consequências grotescas que essas abordagens tendem a gerar” (NOBUS; QUINN, 2005, p. 194, tradução nossa).

Com relação ao traço disruptivo proposto por Freud (1914/1996d) no movimento psicanalítico desde suas origens, podemos considerar uma equiparação e absorção dessa marca do sexual em sua condição. Porém, essa posição não é sustentada sem a contradição inerente à sexualidade humana. A partir de uma certa ontologia marcada por esse binarismo que responderia a um certo heteronormativismo, Preciado (2019/2022), tomando posse de discursos normativamente conservadores por parte da comunidade psicanalítica, criticou a psicanálise por se associar a essa epistemologia que está fadada a um eterno fracasso. Tal crítica aparece concomitantemente às críticas de movimentos e teóricas feministas do começo

e metade do século XX, dos teóricos estudos de gênero e, mais recentemente, do movimento *queer*. Ela irá apontar para essa centralidade de uma cultura patriarcal que é sustentada dentro da teoria (BEAUVOIR, 1949/1970) e que se sustenta por uma primazia simbólica falocêntrica (RUBIN, 1975/2017; FRASER, 2013), que possibilita a manutenção de patologização de uma sexualidade heteronormativa por meio de uma naturalização de aspectos sexuais que não são dados pré-verbais (BUTLER, 1990/2014). E, dentro da comunidade psicanalítica, tal centralidade é apontada pela própria denúncia da problemática do Complexo de Édipo e do pai enquanto um trauma universal que deveria ser revisto (GROSS, 1908/2017), quanto à dimensão falocêntrica da linguagem e de suas reverberações na teoria frente à manutenção de certas nomeações (IRIGARAY, 1947/1987), à uma dessexualização e deslibidinação da sexualidade dentro da própria teoria psicanalítica (GREEN, 1995; 2008).

Preciado (2019/2022) insiste que a psicanálise está fadada a percorrer seu caminho teórico sempre se pautando na epistemologia da diferença sexual que é datada. Para o autor, essa epistemologia “Não é nada mais que uma epistemologia do ser vivo, uma cartografia anatômica, uma economia política do corpo e uma gestão coletiva das energias reprodutivas” (p. 49), pautada em uma cristalização de uma noção material da verdade que é “(...) um sistema histórico de representações, a um conjunto de discursos culturais, instituições, convenções, práticas e acordos culturais (sejam eles simbólicos, religiosos, científicos, técnicos, comerciais ou comunicativos)” (pp. 49-50).

Ou seja, quando Freud propõe formas de se pensar a assunção de um sexo (que se modifica teoricamente para gênero com Stoller) pela primazia da passagem do Complexo de Édipo, mais do que uma forma de organização do sujeito, o que está em pauta são possibilidades de identificação dentro de uma organização social-cultural específica que é pautada em uma matriz heteronormativa. Essa leitura é feita e refeita nas tangentes da psicanálise pelo menos desde a década de 1940, porém, mais incisivamente delineada a partir da década de 1970 com Gayle Rubin e desenvolvida pela via da linguagem com Butler na década de 1980. O que Preciado denuncia é uma marca que transcende a psicanálise, uma epistemologia oculta naturalizada pela própria forma como o conhecer e o conhecimento foi se construindo.

A questão é que, quando recuperamos a forma como Freud define a sexualidade, enquanto perversa-polimorfa, não existiria uma norma, ordenação, regra ou estabilização de algo enquanto atributo contínuo – uma vez que a pulsão flui sem destino definido. Como então formas de diagnóstico diferencial em psicanálise, como a estrutura da psicose e da perversão, ainda são baseadas em uma norma sexual que vai contra aquilo que foi

estabelecido pelo seu próprio escopo teórico? Sustentamos que o movimento retroativo entre teoria e clínica que possibilita sua epistemologia híbrida não é um movimento linear. Essa relação também é atravessada pelos campos de saber exteriores à psicanálise e, como afirma Foucault (1969/2008a) em relação ao estatuto do saber, há uma dimensão de jogos de poder internos às formas possíveis de desenvolvimento de certas teses frente à outras. Isso é visto, por exemplo, em como na ciência sempre há uma dimensão política que é muitas vezes oculta, mas sempre presente e gerando repercussões importantes (STENGERS, 2003).

Em uma tradição psicanalítica, vemos que a marca da *diferença sexual* se fixa e repercute entre aqueles que pretendem se debruçar sobre essa questão concernente à diferença dos sexos. Ambra (2022) afirma que há uma insistência na diferença dos sexos por parte da comunidade psicanalítica como forma do estabelecimento de um saber próprio da psicanálise com viés político e uma consonância cultural como única justificativa. Essa questão não é tão central nem em Freud, nem em Lacan. O autor, que situa sua discussão na dimensão ontológica, ainda postula que "(...) todo encontro com o sexual é um encontro que só se efetiva de fato a partir da diferença em si, que surge para muito além da identidade sexuada" (p. 75). Ou seja, há uma diferença que pode sim determinar modalidades de gozo, posições sexuadas do sujeito frente à castração e a entrada no laço social. Porém, o que o sexual produz na diferença é a impossibilidade de uma equivalência, é a primazia da diferenciação frente a possibilidades identificatórias (AMBRA, 2022). E, em sua leitura psicanalítica, um curto-circuito na ontologia (ZUPANČIČ, 2008/2022).

Agora, se nos dispomos a nos retirar rapidamente da ontologia e levarmos a discussão de nível epistemológico, a diferença sexual se situa em meio à epistemologia psicanalítica na medida em que essa concepção abrange uma apreensão da realidade e significação simbólica. Esta é continuamente atravessada por uma história precedida de um projeto biopolítico enquanto sua matriz funcional baseada em um dimorfismo anatômico historicamente datado. Segundo Laqueur (1990/2001), a estética do dimorfismo anatômico é algo recente na história do Ocidente e que, como podemos ver, causa muitos efeitos na forma como compreendemos o humano. Para Gherovici (2022a) a crítica de Preciado é válida até certo ponto: ela se sustenta quando denuncia tanto os maus usos da psicanálise por parte da própria comunidade psicanalítica, como quando aponta para uma postura conservadora que nada tem a ver com a primazia de uma teoria revolucionária com o potencial disruptivo que a psicanálise carrega.

Pensar seu caráter de potencial disruptivo é também considerar os atravessamentos normativos que vão se situar no vão entre a produção teórica e a experiência clínica dos analistas, é considerar os jogos de valores que são absorvidos de maneira subliminar e sorrateira,

se disfarçando de uma universalidade transcendental. Como afirma Nobus (2023) em relação à problemática do sexual concernente à categoria de perversão, é que ela é produzida como “(...) a intervenção de um padrão sociocultural de aceitabilidade ético-jurídica, que (muitas vezes implicitamente) confundiu todas as taxonomias de perversão sexual supostamente isentas de valores, seja sexológico, psiquiátrico ou psicanalítico” (2023, s./p.).

Posto isto, para dar início aos trabalhos, colocamos como ponto disparador e de entrada em nossa problemática e no primeiro capítulo o seguinte: o que acontece com o projeto freudiano quando o sexo, enquanto categoria analítica do campo do sexual, coloca em questão as técnicas e teorias disponíveis até então? Qual a relação do sexual com o desenvolvimento da epistemologia psicanalítica?

1.1. OBJETIVOS

Considerando a iterabilidade do sexual nas suas formas e possibilidades de apropriações e capturas que esbarram sempre em questões concernentes à ontologia e à epistemologia, *o objetivo desta pesquisa é elucidar os efeitos do sexual no campo psicanalítico através da sua própria ontologia e epistemologia*. Qual seria o nó do sexual com a epistemologia psicanalítica? Qual a problemática ontológica que envolve o sexo na apreensão epistemológica deste saber?

Nos prontificamos a pesquisar as vias de inverossimilhança entre certas categorizações do sexual na perspectiva epistemológica, ontológica e psicanalítica, e em quais pontos existem convergências – seja em nível de tradução e continuidade epistemológica ou ontológica. Pela natureza escorregadia do objeto sexual em si, apontamos sempre para um horizonte em que, por vezes, elas se misturam por meio do (e, apesar do) sexual. Por fim, entendemos que há uma necessidade de relação contínua com sua operação tanto na ontologia quanto na epistemologia.

1.2. MÉTODO

Quanto ao método utilizado, partiremos de uma investigação balizada pelos fracassos teóricos que a psicanálise produz nas tentativas de definição e captura do sexual, do sexo, e, da sexualidade em sua teoria. Entendendo a complexidade que nosso objeto se coloca, utilizaremos o conceito de estilo de raciocínio (HACKING, 2002/2009) para delimitar o que corresponderia às questões concernentes à ontologia e epistemologia da própria teoria

psicanalítica e o que operaria por essa outra ordem. Sendo assim, o que foge à epistemologia e ontologia da psicanálise vai se confundindo nas formas de significação de determinadas proposições teóricas que podem ser autorreferentes. Ou seja, que podem produzir seu próprio processo de demarcação de significação ao mesmo tempo que produzem alteração em sua própria produção em um movimento de afetação retroativa.

Utilizar a metodologia do estilo de raciocínio para pensar a psicanálise em relação ao sexual a partir de sua ontologia e epistemologia é precisar a forma como “Esses conceitos estão ligados entre si por regras especificadas para formar o que poderíamos considerar um espaço conceitual determinado, um espaço que determina quais afirmações podem ou não ser feitas com os conceitos” (DAVIDSON, 2004, p. 136, tradução nossa). E, mais precisamente, identificar como que a questão do sexual, da sexualidade e do sexo são sistematizadas, estruturadas e adquirem certa identidade dentro da teoria psicanalítica. Nos utilizando de Davidson (2004), problematizamos qual é essa “cola” que mantém a ontologia, epistemologia e sexualidade unidas no campo psicanalítico.

Pensamos que, ao nos depararmos com um objeto multifacetado que carrega em si uma dificuldade de inserção ou captura em/por um determinado campo ou saber, a forma de investigação acerca dele também deverá dispor de uma fórmula multifacetada que compreenda esse conglomerado em forma de arquipélago que é o campo do sexual. Em relação à epistemologia freudiana, Assoun (1983) propõe que o objeto epistêmico da psicanálise é a metapsicologia. Aqui, entendemos que há uma torção importante que insere nesse núcleo epistêmico da psicanálise em nível ontológico e epistemológico, desembocando no sexual. Em consonância a esta proposta, o método também precisará comportar essa torção e, ora presente e ora disperso, é disposto a partir do processo genealógico (NIETZSCHE, 1887/2009) e arqueológico. Segundo Foucault (1968/2005a), há uma inseparabilidade de atuação da genealogia e da arqueologia, por se situar sempre em complementação e convergência, já que “[enquanto] a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (p. 205).

Seguindo os passos de Foucault (1969/2008a), essa junção arqueo-genealógica permitiria, assim, o acesso às formações do nosso objeto sem que ele se revele inteiramente acabado ou delimitado; essa revelação “(...) jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo” (p. 149). Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), os métodos genealógico e arqueológico atuam em níveis diferentes na

análise dos discursos nas formas de condicionamento, limitação e institucionalização das formações discursivas. A escolha da genealogia como base sustentadora desse método se faz por ela não compreender a ideia de essências fixas, leis subjacentes ou uma certa finalidade metafísica, pois ela “(...) busca descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados” (p.118). Entendemos a genealogia enquanto um método que não importa diretamente uma submissão de valores atrelados ao objeto de estudo, enquanto uma atividade investigativa que visa se apoiar nos fatos e indícios desvalorizados, muitas vezes apagados, e que desviam da história tradicional que é contada sobre tal objeto.

A arqueologia “(...) consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1969/2008a, p. 55), ou seja, é um método que pode descrever a atuação de diversos discursos de disciplinas diversas sobre determinado objeto. Nos propomos então a, ao invés de carecer de interpretações dispostas fixamente sobre o sexual que contemplem uma suposta “essência” do objeto, pensar em como as consequências de determinações por campos epistemológicos delimitam as maneiras que fracassamos em relação ao sexual.

Podemos então traçar pontos comuns entre a arqueogenealogia e a psicanálise quando Freud (1915/2021a) questiona uma verdade determinada de algum objeto que não seja formulada através de um certo “caráter de convenções” acerca de sua indeterminação e precedendo de uma significação fixada por uma suposta essência desse objeto. Entretanto, ao falarmos de sexual, reconhecemos também uma dimensão inconsciente que promove uma inconsistência sobre o próprio objeto da qual não podemos abrir mão, devido a uma constante fluidez conceitual de significados que são, a princípio, análogos ao inconsciente na forma de lidar com o conteúdo.

A aproximação entre investigação em psicanálise e genealogia não é uma proposta nova. Por sua condição histórica e de investigação de algo que não se faz presente na superfície do que é mostrado, em algumas medidas, as duas propostas quase se mesclam enquanto formato análogo. Birman (2006; 2007) é um autor que trabalha a aproximação entre psicanálise e genealogia: ele utiliza do método genealógico aplicado à psicanálise. De outra maneira, Dunker (2011/2021), propõe um estudo acerca da estrutura da clínica psicanalítica perpassando questões concernentes à epistemologia da psicanálise, e faz “uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento”. Assim, o método arqueogenealógico não é estrangeiro à psicanálise; ele caminha junto com formas de análise dos objetos que se mostram interessantes à proposta de fazer *falar por si mesmos*.

Essa aproximação aparece na definição epistemológica e metodológica que Freud (1915/2021a) promove no texto *As pulsões e seus destinos*: sobre como é a construção do saber científico, e como é essa formulação na psicanálise. Nos chama a atenção que essa estruturação aparece justamente em um texto no qual a questão do sexual é mais elucidada em sua polimorfia-perversa por meio dos destinos, ou em outras traduções, as vicissitudes das pulsões. Nos detendo nas próprias palavras do psicanalista, a atividade científica “(...) consiste, antes, na descrição de fenômenos, que serão depois agrupados, ordenados e correlacionados” (p.15). A partir de então, temos o momento de descrição, em que “[...] não se pode evitar a aplicação de determinadas ideias abstratas ao material, ideias tomadas de algum lugar, por certo não somente das novas experiências” (p. 15). A forma de análise aplicada à pesquisa em psicanálise é científica para Freud no momento em que suas formas de entendimento sobre a indeterminação do objeto convergem. Ele continua:

No princípio, elas devem manter certo grau de indeterminação; não se pode contar aí com uma clara delimitação de seus conteúdos. Enquanto se encontram nesse estado, chegamos a um entendimento quanto ao seu significado, remetendo-nos continuamente ao material experiencial, do qual parecem ter sido extraídas, mas que, na verdade, lhes é subordinado. Portanto, elas têm a rigor o caráter de convenções, embora seja o caso de dizer que não são escolhidas de modo arbitrário, mas sim determinadas por significativas relações com o material empírico, relações essas que imaginamos poder adivinhar antes mesmo que as possamos reconhecer e demonstrar. Apenas após uma exaustiva investigação do campo de fenômenos que estamos abordando, podem-se apreender de forma mais precisa seus conceitos científicos fundamentais e progressivamente modificá-los, de modo que eles se tornem utilizáveis em larga medida e livres de contradição. Então, é possível ter chegado o momento de defini-los. O progresso do conhecimento, entretanto, não tolera nenhuma rigidez nas definições. Como nos ensina de modo brilhante o exemplo da Física, também os “conceitos fundamentais” firmemente estabelecidos passam por uma constante modificação de conteúdo (FREUD, 1915/2021a, pp. 15-16).

A partir do que Freud aponta, a possibilidade de modificação de conteúdo é algo esperado do conhecimento científico. Entretanto, a camada que a psicanálise acrescenta é um processo de causação mútua e retroativa entre a experiência clínica e seu corpo teórico. Beer (2020) aponta para esse horizonte que possibilita a inserção da ideia de que há um uso do nominalismo dinâmico enquanto um ponto cego atuante e presente na constituição própria teoria psicanalítica. Hacking (2002/2009), para exemplificar o nominalismo dinâmico, se debruça sobre a filosofia e sobre a história dos pensamentos e das ideias e defende que as formas de nomeação de algo constrói e possibilita maneiras de se olhar e se analisar objetos – todavia, nada detém em relação a uma verdade (universal, hegemônica, trans-histórica, transcendental) sobre o objeto. A argumentação de Hacking é de que materialidades são nomeadas a partir de grades de conhecimento que dão margem para determinadas construções

de conhecimento, de verdade – a máxima é quase kantiana na medida em que define que o objeto em si não diz nada sobre si mesmo.

Para que a problemática e o debate avancem, é necessário ser capaz de separar aquilo que vai se construindo enquanto um estilo de raciocínio que emerge das tentativas de captura do sexual em determinados campos e funções, e que, ao longo do desenvolvimento da psicanálise, se funde com seu escopo teórico e o que seria próprio de uma epistemologia psicanalítica que pode conter a marca do sexual. Promover essa leitura é poder também pensar nas consequências que essa mistura produz no campo epistemológico da psicanálise e como isso pauta as maneiras como podemos fracassar frente a esse objeto que é o sexual.

Para isso, optamos por delinear a pesquisa por meio de um caminho contraintuitivo e não-tradicional. Na medida em que vamos expondo esse percurso, percebemos que ele se apresenta primeiramente como saberes que se posicionam enquanto ilhas, sem estarem vinculadas a um continente conceitual específico, até que, ao nos afastarmos e nos debruçarmos sobre ele na perspectiva de um plano mais amplo, conseguimos delimitar que essas ilhas conceituais e teóricas formam um arquipélago epistêmico-ontológico. Ele não se apresenta por meio de estradas que unem determinadas vias de relação, mas com a possibilidade de navegações distintas que podem se tornar rotas tradicionais ou se modificar de acordo com a condição e com o tempo de permanência em cada uma delas.

No primeiro capítulo, *Psicanaliticamente sexual*, entraremos na problemática que é o campo do sexual na psicanálise; como que a teoria é sustentada por uma primazia de ausência de sentido no sexual e por que, em última instância, quando falamos de psicanálise e de sujeito, *tudo é sexo*. Elegemos a *pulsão* e a *libido* como dois conceitos centrais para serem mais extensamente trabalhados de maneira que possam apresentar um pequeno esboço epistemológico da psicanálise que inserem o sexual como um problema privilegiado. Como propomos uma via de arqueogenealógica, investigamos como ocorre a derivação desses conceitos a partir de outros que já estavam científica e filosoficamente estabelecidos e como eles foram relidos e ressignificados à altura dos outros campos de saber na virada do século XIX para o século XX.

Pensando em como a questão do sexual é pensada a partir da sua relação intrínseca com o sujeito pela sexualidade e, como isso, de alguma maneira, constitui uma forma de se saber sobre essas coisas, começamos a entrar em uma ontologia marcada pelo sexo. Em *Ontologicamente sexual: Platão feat. Money*, o segundo capítulo, apresentaremos um panorama da ontologia moderna relacionada intrinsecamente à um projeto biopolítico que possibilita a emergência das categorias “homem” e “mulher” enquanto atributos universais da

significação das formas de existência dos sujeitos. Aqui, nos debruçamos sobre os primeiros efeitos que a teoria psicanalítica promove dentro dos campos de estudos sobre a sexualidade humana e como há uma interferência retroativa que não é controlada, que promove uma normatividade que se espelha na teoria ao mesmo tempo em que comporta o paradoxo desviante do sexual em si. Partimos então mais diretamente para a proposição de uma ontologia que precisa ser pensada de maneira histórica e não transcendental ou universalista.

Seguindo nosso percurso, em *Epistemologicamente sexual*, o terceiro capítulo, apresentamos a tese que baliza grande parte desta pesquisa: aqui, relacionamos a emergência da psicanálise e de sua constituição teórica por meio de uma epistemologia marcada pelo sexual desde seu início. Apesar de propormos a quebra entre epistemologia e ontologia, neste capítulo poderemos ver que há um entrelaçamento contínuo entre elas, e que, pontualmente, conseguimos distinguir traços específicos de cada uma.

Passaremos então para o quarto capítulo com uma entrada mais direta na *Psicanálise*, onde apresentaremos as problemáticas envolvidas nos debates relativos à epistemologia psicanalítica em suas especificidades. Primeiramente, situaremos o leitor acerca das peculiaridades epistemológicas da teoria, com um viés historicizado do debate, pontuando questões acerca do que é produzido e como o conhecimento é produzido para estar à altura de seu tempo. Mais ainda, consideraremos a questão da contingência causalidade como um pilar que contempla esse processo catalisador de teoria e clínica que é fundamental na sua epistemologia. Acrescentaremos também a dimensão política como um aspecto subliminar, mas sempre atuante.

A maneira como a epistemologia psicanalítica permite uma troca constante com outras formas de saber sem perder sua especificidade, entra como uma hipótese relativa à sua *permeabilidade* condicional. Aqui, tomamos como ponto balizador propostas de outros psicanalistas que desenvolvem hipóteses congruentes a essa ideia, recuperamos a condição histórica do surgimento da psicanálise frente às ciências modernas e nos deparamos com um impasse relativo à presença constante de uma negatividade.

Em *ontologia e negatividade* será apresentada essa relação de condicionalidade entre o sexual e a impossibilidade de satisfação pulsional do sujeito que sempre desemboca no encontro com o negativo e que, a partir daí, possibilita transformações a nível da experiência na constituição do sujeito. Essa discussão retoma a inserção das formas contingentes presentes na hipótese de uma ontologia que é também histórica e que na psicanálise é sempre atravessada pelo sexual. O papel central da sexualidade e da ontologia buscam dar conta dessas lacunas espaçadas que uma análise puramente epistemológica pode promover.

Após apresentar um bloco mais consistente relativo à psicanálise, nos dispomos a trazer questões relativas a esse arquipélago conceitual ao qual nos referimos como *sexual*. Entramos no nosso quinto capítulo: a proposta da pesquisa situará o leitor logo em seu título, e enfrentamos mais diretamente esse *Problema sexual*. Primeiramente, investigaremos como essa problemática é enfrentada por Freud e se difunde pela psicanálise, e traremos a forma como a psicanálise se insere na seara da sexualidade por meio do campo científico e médico. Aqui, entendemos que é necessário trazer o aspecto genealógico referente à produção da sexualidade humana e quais os desdobramentos que ocorrem a partir de então, seja em nível biopolítico, no interesse científico, na patologização de sexualidades desviantes ou no nível da experiência do sujeito. Entraremos, então, nas considerações sobre a *Emergência da sexualidade* e nos depararemos com a relação direta entre a assunção do sujeito e sua sexualização. Ao longo deste capítulo, traremos os conflitos referentes às posições teóricas e políticas da psicanálise em relação ao campo do sexual, bem como as tensões provocadas por outros campos do saber e as formas de afetação mútua entre eles.

Nos depararemos com questões relativas a uma leitura que considera a primazia da materialidade corporal e da genitalidade corporal nas discussões sobre sexo, sexual e sexualidade, nos pautando na posição de Preciado acerca de uma epistemologia da diferença sexual. Mais diretamente nessa problemática, entraremos em *Dimorfismo e(m) diferença*. Aqui, iremos propor formas de como essas duas categorias conceituais podem se confundir, se complementar, se distanciar e se afetar. Para isso, partiremos da epistemologia da diferença sexual, questionando o *status* do dimorfismo sexual enquanto um conceito central dependendo da forma como a discussão se apresenta. Nesse ponto, utilizaremos o escopo teórico da psicanálise tanto em relação à ontologia e à sua epistemologia, quando pensarmos nos efeitos de um estilo de raciocínio específico presente nas ciências modernas que pode retroagir no interior da teoria gerando um mar de paradoxos.

Em nosso sexto e último capítulo, *Disfunção sexual*, nos debruçaremos nas questões concernentes às funções ontológicas e epistemológicas que a psicanálise pode atribuir à sexualidade. Nessa discussão, apresentaremos as maneiras como as tentativas de definição do sexual, seja por meio de um viés ontológico ou epistemológico, reiteram sempre um aspecto de negatividade que leva a um eterno fracasso teórico.

2. PSICANALITICAMENTE SEXUAL

Se fosse preciso apontar um tema central no pensamento de Freud, uma das primeiras coisas a que recorreria, senão a única, seria o campo do sexual. (GREEN, 2000/2008, p. 12)

“Para a psicanálise tudo é sexo?” É muito comum ouvirmos essa indagação, às vezes em tom afirmativo, ao conversarmos sobre psicanálise com pessoas fora do meio psicanalítico (ou até mesmo dentro dele). Uma simples resposta de “sim” ou “não” talvez não comporte a extensão do que a própria enunciação carrega, mas, aqui, o que importa é que vamos de encontro ao *sim*. Dizer que sim, tudo é sexo, carece de mais explicação sobre o que necessariamente estamos defendendo. O que consideramos é que, quando falamos de sexo, sexual, e sexualidade, *não necessariamente falamos da mesma coisa e necessariamente falamos da mesma coisa ao mesmo tempo*. Uma afirmação contraditória e sexualmente paradoxal.

Parece confuso afirmar que tudo é sexo, mas, radicalizando as proposições lacanianas, toda via de satisfação que têm como origem a pulsão é sexual. É sexual porque as sublimações “são satisfações substitutivas para uma satisfação sexual perdida” (ZUPANČIČ, 2017/2023). Se em Freud temos a sublimação criando derivações nas próprias formas de satisfação, em Lacan as atividades voltadas nessa busca até podem ser diferentes, mas a satisfação é sempre a mesma. Isso nos remete ao nosso problema, já que assim o sexo estaria onde menos esperamos encontrá-lo: em todos os lugares.

Se hoje encontramos essa marca sexual na psicanálise, é porque temos uma história clínica, teórica e da própria epistemologia psicanalítica que caminha em conjunto com os saberes sobre o sexual (ou, talvez, *saberes sexuais*). Esse percurso que insiste no sexual, apesar de abarcar a gênese do desenvolvimento psicanalítico de Freud, não estabelece a formação de uma teoria da sexualidade na psicanálise. Não à toa encontramos sempre fragmentos, associações e mutações teóricas na psicanálise que se ligam à essa temática. Ademais, a própria nomenclatura teórica de seu saber repousa nesse domínio, uma vez que nos deparamos com termos como: falo, inveja do pênis, consequências psíquicas da diferença anatômica, tábua da sexuação, libido, pulsão, entre outros, que marcam conceitos e a teoria.

A psicanálise não descobre ou inventa o sexual em si, como postulado anteriormente. O interesse pela sexualidade e pelo campo do sexual eclodiu no Ocidente nos séculos que antecederam sua própria emergência. É a tentativa de problematizar a natureza transgressiva

do sexual ao ponto de retirá-lo de um aspecto normativo naturalizado que permite à psicanálise exceder os limites discursivos de seu tempo. Adentrar ao campo do sexual ao ponto de questionar seu aspecto normativo⁷ e generativo sem desconsiderar os aspectos do efeito retroativo que a replicação da norma infere sobre o sujeito e seu corpo, a relação entre biológico (somático) e cultura, é a tentativa freudiana de decodificação daquilo que aparece nas manifestações inconscientes do que viria a definir o objeto da psicanálise.

Em relação à tradição de vertente lacaniana, entendemos que existe um debate de grande peso político no cerne da questão da sexualidade que se deu com a formalização das fórmulas da sexuação pelo psicanalista. Um extenso ciclo de críticas⁸ foi formalizado em direção à psicanálise e ao estatuto do saber sobre o sexo que ela detém, principalmente após a matematização lógica deste saber. Ou seja: pelas fórmulas da sexuação. Lacan (1972-1975/2008), buscando dar conta desta diferença dos sexos, propõe essa operação que levará em conta os três registros inconscientes: modalidades de gozo, fantasias e semblantes.

Nesta pesquisa, entendemos que mergulhar mais a fundo na discussão sobre as fórmulas da sexuação significaria nos desviarmos da nossa espinha dorsal que pretende elevar a contingencialidade da epistemologia e da ontologia na psicanálise à uma investigação arqueo- genealógica a respeito de sua relação com a sexualidade. Desta forma, optamos por tangenciar tais questões, ora entrando mais nas proposições concernentes à função epistemológica das fórmulas, ora nos debruçando na impossibilidade de cerceamento ontológico por vias de semblante performativo ou de fantasia. Entendemos que nas modalidades de gozo propostas por Lacan já há um posicionamento ontológico do sujeito que prescinde uma cisão que se sustenta de forma antinômica. Desta forma, elegemos da negatividade ontológica primordialmente como nosso ponto nuclear desta questão.

Em relação à função ontológica, também não trabalharemos diretamente a questão da identidade. Ela atravessa e se mistura diretamente com a problemática do “porque o sexual é problema?” Porém, optamos por não entrar nos meandros das formas identitárias subjetivas. Entendemos que há um debate acerca das formas de subjetivação correspondentes aos padrões da cis-heteronormatividade compulsória e aquelas que quebram e forçam transgressões a essa norma. Iremos, sim, relevar e entrar nas questões correspondentes às formações do Eu, mas sem mergulhar profundamente nas discussões sobre os processos de identificação em psicanálise ou nas próprias discussões a respeito do conceito de identidade.

⁷ A inseparabilidade entre a generatividade do poder e a proibição é trabalhada extensamente na obra de Michel Foucault (1964/2021; 1975/2001; 1976/2019; 1979/2005b), bem como por Butler (1994/2014; 1993/2019; 2004/2022) e Preciado (2000/2017; 2008/2018; 2019/2022).

⁸ Como Luce Irigaray, Jane Gallop, Judith Butler e Paul Beatriz Preciado.

Sendo assim, retornando à nossa problemática, poderíamos nos questionar acerca da relação que estes efeitos promoveriam dentro do próprio escopo psicanalítico; podemos inferir que o campo do sexual afeta a psicanálise (e, em certa medida, podemos entender que ele a gera), mas seria a psicanálise capaz de afetar retroativamente o campo do sexual? Poderíamos falar em um sexual “pós-psicanalítico”? Como se relaciona o sexual com a categoria de sujeito? Estes serão os problemas a serem enfrentados, atravessados e discutidos ao longo deste texto.

2.1. PULSÃO E INSTINTO

É exatamente a partir da noção de pulsão que o sexo aprofunda as interrogações ontológicas e trabalha para reformulá-las de maneira significativa. (ZUPANČIČ, 2017/2023, p. 154)

A pulsão é o conceito psicanalítico que Freud utiliza para empregar a descoberta fronteiriça entre “(...) o anímico e o somático, como representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo que alcançam a alma, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico em decorrência de sua relação com o corporal” (FREUD, 1915/2021a, p. 25). E, no cerne do pulsional, está o sexual. O sexual é incisivamente pulsional e atua de maneira constante no sujeito, sempre buscando uma satisfação (que é sempre parcial) e sem uma direção (um destino?). Um objeto ou uma ação definida podem ter direções indeterminadas e amplamente variadas. Ao que parece, retirar o corpo do sujeito, uma psicanálise que se faz na metafísica do mundo platônico das ideias, é justamente seu ponto mais subversivo e importante, presente em toda teoria e ao mesmo tempo em lugar nenhum, e que joga a psicanálise de encontro com o sujeito e sua corporalidade.

Essa relação ocorre porque,

(...) não se deve jamais perder de vista o fato de que uma grande dimensão da descoberta de Freud era precisamente a sobreposição de dois domínios, definidos como o físico e o mental. Se há algum modo geral significativo de descrever o objeto da psicanálise, pode ser precisamente este: o objeto da psicanálise é a zona onde dois domínios se sobrepõem, isto é, onde o biológico ou o somático já é mental ou cultural e onde, ao mesmo tempo, a cultura brota dos exatos mesmos impasses das funções somáticas que tenta resolver (ainda, que ao fazê-lo, crie novos impasses). Em outras palavras – e isso é talvez o ponto mais importante – a sobreposição de duas entidades bem-estabelecidas (“corpo” e “alma”), mas uma intersecção que é generativa a ambos os lados que se sobrepõem nela (ZUPANČIČ, 2008/2022, p. 22).

A zona de sobreposição defendida por Zupančič como objeto da psicanálise é justamente o que insere o sexual como parte constitutiva desse objeto único e distinto. Laplanche (2000/2015) já apontava para essa inseparabilidade: ele defende que a grande descoberta da psicanálise seria, na verdade, a *sexualidade ampliada* que contempla essa marca perverso-polimorfa regida pelo inconsciente. O autor é ainda mais enfático ao questionar: “O inconsciente, afinal, não é o Sexual? A indagação é pertinente” (p. 157). Em relação ao objeto da psicanálise, Louis Althusser (1985) assinala que é o inconsciente. Apesar de o filósofo não relacionar esse objeto diretamente com o sexual, vemos que ele insere essa problemática justamente na zona de sobreposição proposta por Zupančič. Se é o inconsciente, esse objeto novo, que funda essa nova ciência que consolidou como psicanálise (ALTHUSSER, 1985), esta vem das tentativas de dar conta dessa nova coisa que é inapreensível, mas que atua no sujeito por meio da sobreposição dos domínios. Além disso, Althusser afirma que os ataques que a psicanálise sofre desde seu nascimento, decorrem do fato que ela toca em algo verdadeiramente perigoso, algo que precisaria ser neutralizado e revisto (ZUPANČIČ, 2008/2022).

À essa sobreposição generativa entendemos que o ponto de diferenciação está entre o instinto e a pulsão. Apesar de o instinto aparecer em alguns textos ao longo da obra de Freud⁹, ao contrário da pulsão, o instinto é um comportamento adaptado e hereditário entre animais da mesma espécie, que têm um objeto definido. E, o ponto mais importante: ele é invariável – independe de processos de afetação mútua de sobreposição do físico e do mental, do corporal e da cultura, do corpo e da alma. Por isso, quando a dimensão corporal irrompe enquanto fato estrutural, Freud não tarda em diferenciar a pulsão do instinto animal. O instinto é diretamente atrelado à concepção de sexualidade vigente na época contemporânea à emergência da psicanálise, pensado pela psiquiatria enquanto esse ponto necessariamente invariável de objeto e objetivo específico.

A imposição de um termo que possa marcar a diferença de “instinto” também é política, uma vez que, para se falar daquilo que habita uma zona cinzenta entre o cultural e o biológico no sujeito, se situam formas validadas e caminhos epistemológicos que demarcam certo território do campo do sexual. Nesta via, pensamos a transgressão do significado de instinto por meio da inserção do termo *pulsão*. Stengers (1993) discute a indissociabilidade de escolhas e posicionamentos discursivos (teóricos ou não) presentes em uma dimensão política

⁹ Como em *Totem e Tabu* (1913/2012), *O Inconsciente* (1915/2010c), *História de uma Neurose Infantil* (1917/2010d), *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (1920/2011a), *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926/2014b).

velada, afirmando que, na modernidade, há uma relação direta entre desenvolvimento, sua validação e reconhecimento de um certo saber dentro do seu campo.

Vale apontar que Freud, em seu projeto de inserção da psicanálise enquanto uma forma de saber científico, carrega uma marca política nas formas de apresentação e sustentação de seus métodos e conceitos. É neste contexto que podemos pensar em um projeto histórico político que atravessa a psicanálise por associações (livres?) de questões concernentes ao campo do sexual e da sexualidade que a própria teoria se propõe a enfrentar. A quebra desse estatuto vigente da sexualidade se dá no momento em que a psicanálise problematiza a base epistemológica do instinto entalhada pela biologia organicista e pela psiquiatria. Isso significa plantar a indagação frente à manutenção de uma lógica biopolítica dos corpos pautada na epistemologia da diferença sexual e baseada no instinto.

Retornando mais diretamente no instinto, temos o conceito de instinto sexual. Esse conceito da medicina psiquiátrica tem seu surgimento de maneira um tanto quanto inusitada. Revisitando as questões concernentes aos estudos sobre perversão no século XIX, Davidson (2004) se depara com o foco nos desvios do instinto ou das doenças do instinto sexual como um ponto de interesse que dominava a psiquiatria europeia e parte da norte-americana. Curiosamente, o próprio termo “instinto sexual” surge de um estudo de Moreau de Tours (1850), um psiquiatra francês que, a partir de sua experiência clínica, defendeu a existência psíquica de um sexto sentido. A esse sexto sentido foi dado o nome de “sentido genital”.

O conceito de “sentido genital” foi preservado e posteriormente traduzido como “instinto sexual”. Para Davidson (2004), o que Moreau de Tours pretendeu demonstrar em sua obra, foi a validade desse sexto sentido genital enquanto uma categoria que operaria na relação entre o corpo e a psique, uma vez que o sentido genital “(...) poderia ser fisicamente perturbado sem o funcionamento adequado das funções mentais, sejam afetivas ou intelectuais, sendo prejudicado” (p. 73, tradução nossa). Enquanto categoria que opera na intersecção do biológico e da mente, o instinto sexual se aproxima muito de uma conceitualização rasa da pulsão, mas carrega a norma de um sentido reprodutivo (hétero)sexualizado invariável enquanto seu horizonte.

Esse livro de Moreau é o alicerce que embasa a obra *Psychopathia Sexualis: um estudo clínico forense* de Krafft-Ebing (1939), de 1886. Essa obra se torna a maior referência em estudo dos desvios do instinto sexual, ou, em sua forma conceitual aplicada pelo livro: estudo das perversões. Trata-se de um estudo que visava apresentar as perturbações desse instinto delimitado pela psiquiatria. Apesar de Freud se localizar temporal e racionalmente no mesmo momento em que outros psiquiatras, é importante entender como a construção dos

conceitos estabelecidos na psicanálise se aproximam e se distanciam do raciocínio vigente da época. Aqui, propomos uma apropriação freudiana de um conceito já estabelecido de instinto (e, mais especificamente, de instinto sexual, como apresentado anteriormente) comportando a modificação e a criação do conceito de pulsão (em alemão *trieb* e em inglês *drive*).

Em *Três ensaios* (1905/2016a), um dos aspectos importantes da leitura da sexualidade humana apresentado por Freud é a incoerência interna do regime normativo psiquiátrico a respeito de “desvios” do instinto sexual, já que esse instinto pressuporia uma equivalência entre a norma e a prática heterossexual da reprodução com desejos sexuais dos sujeitos. Nessa primeira edição do texto de Freud, a pulsão sexual é dissociada de uma organização natural ou de algum tipo de norma inerente a um princípio orgânico fundamentalmente inato, o que a difere de maneira veemente da noção de instinto sexual (*Geschlechtstrieb*) desenvolvida contemporaneamente em um aspecto (hétero)normativo por Moll e Krafft-Ebing (WESTERINK, 2017).

Jean Laplanche (2000/2015) é, talvez, o autor que mais avançou na diferenciação do conflito apresentado. Ele fez isso introduzindo duas chaves conceituais: sexualidade pulsional e sexualidade instintiva. A primeira, nomeada de *le sexual*, está intrinsecamente relacionada a diferentes pulsões parciais e sua satisfação, e tem, como características primordiais não ser inata, não ter objeto delimitado e não possuir enquanto horizonte a procriação — uma sexualidade autoerótica, perverso-polimorfa. Já a segunda é nomeada de *le sexuel*, que consiste em uma sexualidade instintiva, vinculada diretamente aos aspectos biológicos; esta estaria ligada a aspectos hormonais e seria, de certa maneira, programada em termos materiais. Zupančič (2008/2022) demonstra que, apesar da diferenciação conceitual proposta por Laplanche (2015), é importante considerar que, mesmo delimitadas por duas concepções, elas atuam de maneira conjunta no sujeito. Mas, apesar da discussão que circunda os conceitos de pulsão e instinto, Westerink (2017) é claro em afirmar que:

(...) a principal distinção nos Três Ensaio de 1905 não é aquela entre pulsão e instinto, mas entre pulsão sexual (*Sexualtrieb*) e pulsão genital (*Geschlechtstrieb*). A pulsão sexual é utilizada por Freud para conceituar a sexualidade infantil autoerótica. A pulsão genital é usada pela primeira vez para descrever as teorias funcionais – instintivas – da sexualidade fornecidas pelos predecessores de Freud (p. 32).

Freud se depara, em 1905, com um impasse conceitual quando opta por manter nomenclaturas que precedem a literatura psiquiátrica para dar conta de redefinir o entendimento de sexualidade em consonância com os constructos teóricos da psicanálise. Westerink (2017), quando faz essa referência aos problemas conceituais freudianos, evoca Davidson (2004) para argumentar que essa escolha recai sobre a necessidade de manutenção e

ascensão do estilo de raciocínio psiquiátrico e científico necessário na passagem do século XIX para o século XX. O que Davidson define enquanto estilo de raciocínio se refere à possibilidade de algo ser lido dentro de encadeamentos de relação entre verdade e falsidade e, nessa instância, isso dependeria da forma como se pensa sobre esse objeto, do lugar de certa validação do modo de se pensar sobre aquilo e de como esse modo de pensar é colocado sobre aquele determinado saber naquele determinado momento histórico (HACKING, 2002/2009). Sob tal perspectiva, há uma indissociabilidade entre epistemologia e ontologia, levando-as a um caráter autorreferente nas estabilizações e aceitações de falseabilidade e veracidade das proposições.

O que aparece primeiramente como pulsões sexuais na primeira edição de 1905, toma outra forma nos desdobramentos da teoria psicanalítica e nas edições posteriores do *Três ensaios* (VAN HAUTE; WESTERINK, 2017). Freud consegue desvincular a pulsão de uma relação de primórdios com o instinto sexual psiquiátrico e atribui outras destinações possíveis para ela (FREUD, 1915/2021a). Agora, falamos não só de pulsão sexual, mas de pulsões de autopreservação; de pulsão de vida — que têm o sexual em sua constituição. A pulsão sexual é o que dá suporte à psique e essa relação se dá por meio do conflito inerentemente interno da sexualidade humana. Um dos pontos nodais do sexual é compreendê-lo sempre em relação a outras questões em conflito, na mesma medida em que é preciso aceitar que o sexual está sempre embaraçado àquilo que é da ordem do não-sexual (GREEN, 2008). Isso significa uma não-separação. A marca sexual, como Freud (1895/1996c) aponta, ao trazer a dimensão traumática, é sempre posterior. Há uma anacronia interna ao trauma e essa marca permanece sempre atrelada ao sexual em um processo de retroalimentação em causação mútua.

O sexual, seja em sua tentativa de apreensão pela psicanálise ou por outras formas de saber, sofre tentativas repetitivas de captura e/ou definições que se situam em um estatuto de certa pureza; todavia, o contato e acesso a esse campo só ocorre apenas e sempre em relação. O estatuto da necessidade de diferenciação entre um e outro e sua aparição “pura”, contendo uma certa essência do que define determinada coisa, remonta à tradição filosófica da essência das coisas — àquilo que comportaria uma propriedade única que define certa coisa, que comporta sua verdade, sua *episteme*.

Isso não significa que não possamos falar sobre sexual, mas sim que, muitas vezes, esbarramos em outros domínios de maneira contingencial. Esse caráter de imprevisibilidade do sexual é pulsional na medida em que não comporta uma função delimitada voltada unicamente para a autoconservação. Ao contrário do instinto, a pulsão nunca é pura e não é “inata”. A grande descoberta freudiana define os desvios constitutivos possibilitando que os

aspectos normativos (de uma norma que, quando retirado o sentido cultural da reprodução genital heterossexual enquanto horizonte relacional, não existe) aplicados ao sexual sejam questionados e colocados à prova.

Uma vez que a pulsão independe de seu objeto, ou objetos, ela só existe em relação a um ato que em sua função carrega a marca do sexual. Por esta via, podemos problematizar a questão considerando que a emergência do sujeito compreende, em si mesma, essa marca. Isso ocorreria porque essa marca atua como uma função que sempre o movimenta em direção à satisfação parcial (que em última instância é sexual). O que isso quer dizer? Freud (1915/2021a) utiliza o exemplo da pulsão oral, do ato da oralidade presente na sexualidade infantil e que persiste na experiência do sujeito até sua fase adulta. Se o ato de se alimentar aparece enquanto uma necessidade para a manutenção da vida através do ato de ingestão de comida pela boca, a pulsão oral, por sua vez, buscará outro objeto. Assim, a pulsão oral buscará a repetição da sensação de satisfação que o ato do comer proporcionou na região oral (ou seja, nas extremidades, nas mucosas, na língua, nos lábios). Essa satisfação produzida pela oralidade não é o horizonte do ato da nutrição, mas sim um subproduto dessa satisfação da necessidade por comida, e, com sua replicação, funciona enquanto objeto da pulsão. Se o objeto primário da pulsão oral é a necessidade de satisfação que compreende a nutrição guiada pelo instinto, a satisfação se diferencia e é guiada por uma cadeia de objetos distintos.

Em outras palavras, o conceito de pulsão (e de seus objetos) não é simplesmente um conceito do desvio da necessidade natural, mas algo que lança uma nova e surpreendente luz acerca da natureza da necessidade humana enquanto tal: nos seres humanos, todas as satisfações de uma necessidade permitem, a princípio, que outra satisfação ocorra, uma que tende a se tornar independente e autoperpetuante na busca por satisfazer-se e reproduzir-se a si própria. Não há nenhuma necessidade natural que seja absolutamente pura, ou então, desprovida este elemento excedente que a divide por dentro (ZUPANČIČ, 2008/2022, p. 35).

Da mesma forma que não há pulsão em uma espécie de estado de pureza, a necessidade natural também não é absolutamente pura. No momento de repetição do ato e busca por satisfação, a pulsão se torna independente do ato primário e se desvia de seu objeto. Essa relação, para Freud, é justamente um ponto de não convergência e que origina a sexualidade humana e o sujeito. Assim, é possível e enunciar que “[o] que Freud chama de sexual não é, portanto, aquilo que nos torna humanos em qualquer sentido percebido desse termo, mas sim aquilo que nos torna sujeitos, ou, talvez mais precisamente, coexiste com o surgimento do sujeito” (ZUPANČIČ, 2017/2023, pp. 18-19). Não é possível demarcar a sexualidade a um projeto ontológico ou a qualquer tentativa de redução a ela.

O ponto de diferenciação de pulsão para instinto não é apenas uma necessidade léxica: a defesa de Westerink (2017) e Davidson (2004) sobre a manutenção de um tensionamento

com o estilo de raciocínio psiquiátrico vigente de sua época é o que garante a Freud um aporte político necessário para a pulsão. O que é concebido em termos de sexualidade – um saber atravessado por jogos de poder e funções culturalmente sociais delimitadas – também é pensado dentro de normas. Se a sexualidade é produzida de forma a seguir essa normativa de jogos de saber-poder, o sexual é o que permite as falhas contínuas nessa cadeia. Com a pulsão precedendo sempre de uma perda da satisfação e sendo impossível uma satisfação total, a negatividade embaraçada ao sexual é o que aponta em direção a esse sujeito emergente. Portanto, falar de uma sexualidade “natural” ou “saudável”, é insistir em uma artificialidade de sentido atribuído à pulsão que, em sua origem, já se afasta do objetivo delimitado pelo instinto de autopreservação. E é paradoxal porque a autopreservação é composta e sobreposta pela satisfação suplementar que a lógica da pulsão proporciona ao sujeito.

Uma vez que a estabilização do termo “natural” é acoplada a funções de satisfação parcial dos sujeitos junto à negatividade do que seria um funcionamento patológico, ou seja, vinculado ao saudável, cabe à formalização da pulsão enquanto um conceito teórico-clínico problematizar essa relação. Não existiria, *a priori*, algo próximo de um “sexual saudável” simplesmente por não haver uma continuidade entre a normatização imposta pela biologia biopoliticamente desenvolvida em conjunto ao dispositivo de sexualidade, funções de autopreservação e via de satisfação pulsional. No momento da satisfação, que pode tender à uma interpretação de autopreservação ou a uma significação que volte “à reprodução e manutenção da espécie”, a satisfação pulsional é sempre *suplementar*.

Como muito bem resumido por Zupančič (2008/2022),

A sexualidade humana “normal”, “saudável”, é, portanto, a naturalização artificial paradoxal das pulsões originalmente desnaturalizadas (desnaturalizadas no sentido de se afastarem dos objetivos “naturais” de autopreservação e ou da lógica de uma pura necessidade não afetada por qualquer outra satisfação suplementar) (p. 36).

Logo, quando enunciado que o sexual é coextensivo à emergência do sujeito, nos voltamos para a pulsão enquanto fator fundante. A pulsão sexual, que é heterogênea e composta no início com o desenvolvimento sexual do sujeito, se tornará composta por pulsões parciais diferentes. Essas pulsões parciais, por si só, são compostas por atos que primeiramente não continham a marca do sexual, ou seja, não eram marcados pela excitabilidade sexual. São esses atos como o olhar, o tocar, o lambar, o sugar etc. Por nossa natureza pulsional, o ponto de virada não é que todos os atos sejam sexuais porque envolvem uma excitação que se encontra na relação sexual, mas que a relação sexual em si é sexual por ser composta das mais variadas pulsões parciais em seu ato – como o olhar, o tocar, o lambar, o sugar, possibilitando esse ponto de experiencição e formação subjetiva do sujeito sempre

relacionado a seu aspecto sexual. Essa marca, entretanto, não se faria de maneira pura, como já postulado anteriormente. Ela vem acompanhada de intersecções existentes nesse sujeito e naquilo que o move, que, para Freud é justamente sua energia vital. Ou, em uma definição mais certa: a *libido*.

2.2. LIBIDO SEXUALIZADA

A libido, majoritariamente definida enquanto uma energia vital sexual na contemporaneidade dos meios psicanalíticos. Entretanto, nem sempre carregou essa definição na tradição filosófica. Da Antiguidade à época medieval, a palavra “libido” (muitas vezes utilizada como *libidine*) perpassa a literatura humana através de textos sobre erotismo e sobre amor, principalmente sob a literatura considerada *latina* (LOPES, 2011). Seu significado compreende “anseio ou desejo”. O termo libido se destaca na obra de Agostinho de Hipona (354-430), um importante teólogo e filósofo para o pensamento ocidental, mais comumente conhecido como Santo Agostinho. Ele começa a pavimentar questões sobre o pecado original e a luxúria para depois introduzir o conceito de *libido* e pensar as perturbações das paixões dos homens que comportam as transgressões divinas pelos desejos da carne:

Na verdade, é contra a vontade que muitas vezes o espírito se perturba, a carne dói, envelhece e morre. Sofremos tantas coisas que não seríamos forçados a sofrer se a nossa natureza obedecesse à nossa vontade de todas as formas e em todas as suas partes. Também a carne sofre de algo que a não deixa obedecer (AGOSTINHO, 426/2013, p. 1284).

A ingovernabilidade da libido se destaca nessas primeiras insistências de Agostinho acerca desse desejo, dessa irrupção, desse algo descontrolado que assola o ser humano. É uma insubmissão à lei divina que subverte o desejo voluntário no Homem, e, através dessa marca, Deus promove a transgressão enquanto esse princípio fundamental no humano. Para Safatle (2021), Santo Agostinho sustenta que a marca primeira da insubmissão é colocada no Homem por Deus somente para que esta seja superada pelo exercício de uma verdade autônoma desse sujeito. É ali que é possível pensar o sexual enquanto um ponto disruptivo que permite que o Homem se revolte contra Deus. O humano pode desejar, mas de maneira *ingovernável*.

Apesar da tese de Agostinho ser mais desenvolvida ao longo de sua vida e obra, o que nos interessa é essa marca deixada no filósofo no uso da palavra *libido*. Uma marca que carrega a transgressão e o sexual enquanto essa composição do humano na filosofia ocidental. Pois bem, como Freud entra nessa problemática? Para Safatle (2021), é essa libido que não se governa, não é passível de integração e, com isso, é o que leva o humano à polimorfia. Ou

seja, essa definição de Agostinho para *libido* é uma peça-chave e fundamental para Freud pensar a energia vital fundamentalmente humana, ou seja, a sexual.

O prazer, porém, é precedido de uma certa apetência sentida na carne como desejo seu — tais como a fome, a sede e isso a que, nos órgãos genitais, geralmente se chama *libido*, embora este seja o nome genérico de todo o desejo (AGOSTINHO, 426/2013, p. 1285).

Da mesma forma, Lacan (1948/1998b) diz que Agostinho se antecipa à psicanálise ao colocar questões pertinentes sobre a constituição do sujeito e sobre ciúmes e agressividade. Essa ingovernabilidade reaparece enquanto consistente e pertencente a essa instância psíquica que não opera apenas em vias conscientes e racionais. Se Lacan relaciona a agressividade, esse retorno a Agostinho já foi feito por Freud (1922/2011b) para situar questões pertinentes aos ciúmes na teoria – revisitando mais uma vez a postulação sobre uma ingovernabilidade e uma irracionalidade inerente a essa formação nuclear sexual do sujeito.

Em uma época marcada por uma clínica do sexual moralmente doutrinada em favor de escolhas de objeto que pudessem responder a um arranjo biopolítico, Freud se utiliza de um dispositivo que visa questionar essa dinâmica pela sua própria base de fundamentação. A definição de *libido* mais aceita e disseminada é a de que a *libido* é uma energia vital necessariamente sexual, originária das pulsões, e intrinsecamente relacionada à afetação de comportamentos com o intuito de busca de satisfações através do prazer. Nessa apropriação psicanalítica, entendida enquanto um *quantum* de energia ligado a processos de excitabilidade sexual multifacetada, Freud resgata a tradição filosófica para utilizar justamente o ponto de uma transgressão “ingovernável por Deus” para pautar a polimorfia sexual humana.

A *libido*, nas palavras de Freud:

Exatamente análoga à *fome*, *libido* deve nomear a força com a qual a pulsão se manifesta – nesse caso, a pulsão sexual, da mesma forma que, no caso da fome a pulsão de nutrição [*Ernährungstrieb*]. Outros conceitos, tais como excitação sexual e satisfação, não necessitam de esclarecimento. Que as atividades sexuais dos lactantes quase sempre têm a ver com a interpretação, os senhores mesmos perceberão com facilidade ou provavelmente o usarão como objeção. Essas interpretações são obtidas com base nas investigações analíticas por meio de rastreamento do sintoma (FREUD, 1916/2021b, pp. 199).

Essa apropriação sobre a *libido* permite que haja uma quebra epistemológica importante em relação à substancialização da sexualidade a partir de uma suposta essência humana relativa à tradição exclusivamente binária de masculino/feminino. Intrinsecamente vinculada à pulsão, a *libido* como energia vital sexual transgressora humana, traz uma plasticidade nos deslocamentos dos objetos ou aos seus destinos. A definição de desvio do instinto sexual utilizada até então seria apenas o desvio de uma “norma” sexual naturalmente

estabelecida pela finalidade da reprodução (VAN HAUTE; WESTERINK, 2021), uma vez que há uma primazia da ausência de sentido na sexualidade humana.

Um exemplo de como essa apropriação e subversão do termo ocorre é a própria constituição do texto *Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade*. Há uma inversão das formas de apresentação vigente acerca da seara sobre a sexualidade humana. Freud (1905/2016a) começa a falar sobre as perversões (enquanto “aberrações sexuais”) como um ponto inicial que permite a compreensão interna ao comportamento entendido até então como sexual normal. Ao final dessa parte ele enfatiza a questão da necessidade de uma diferenciação entre objeto sexual e alvo sexual uma vez que “(...) a relação destes com sua suposta norma exige uma investigação minuciosa” (p. 128). A forma como Freud começa abordando as “inversões” ao afirmar que “(...) os invertidos mostram ainda um comportamento sexual variado no juízo que fazem da peculiaridade de sua pulsão sexual” (p. 129) infere de maneira direta o caráter do juízo e da degeneração. Essa forma de apresentação de Freud é importante para demarcar seu posicionamento acerca do conceito de “sexual”.

Nem a energia vital sexual e nem as pulsões sexuais se vinculam a um primado da sexualidade genital submetido à um imperativo da reprodução. Freud deixa isso claro quando, nos *Três ensaios*, opta por demonstrar um processo invertido de apresentação. O que diz respeito a uma “sexualidade perversa” está presente na “sexualidade normal”. Com a produção e publicação dos *Três ensaios* o que Freud propõe primeiramente como sua descoberta sobre a sexualidade humana é uma quebra de referência ao que vinha sendo produzido no meio médico psiquiátrico ocidental até então. A grande questão para ele é que a sexualidade é intrinsecamente sem sentido, um problema que não comporta a finalidade completa do sentido genital produzido pelo humano vinculado a um imperativo reprodutivo. Zupančič (2008/2022) afirma que o que Freud expõe é que “(...) a sexualidade (humana) é um desvio repleto de paradoxos de uma norma que não existe” (p. 32). Posto isso, o sexual enquanto impasse ontológico retira uma normatividade pré-existente do instinto sexual/sentido genital a que vinha sendo atribuído à sexualidade na tradição psiquiátrica, principalmente com a publicação de Krafft-Ebing. Porém, isso não significa que encontramos apenas esta definição ao nos depararmos com a teoria freudiana.

É justamente essa incorporação da significação agostiniana de libido à uma energia vital humana que o sexual tem em sua fundação. A inserção de sentido a partir de um posicionamento psicanalítico que compete à sua própria ética, ou seja, no que diz respeito à primazia da experiência clínica em relação à teoria e a uma certa plasticidade epistemológica da psicanálise, é o que comportaria condições análogas a um saber sexual. Com a

possibilidade de apropriações reelaboradas de outras disciplinas, Freud pôde forjar teoricamente a libido. Segundo Lacan (1956-1957/1995):

Freud foi levado pela noção energética a forjar uma noção que se deve usar na análise de modo comparável à da energia. É uma noção que, assim como a da energia, é inteiramente abstrata, e que consiste numa simples petição de princípio, destinada a permitir um certo jogo do pensamento. Ela permite unicamente expor – e ainda assim de forma virtual – uma equivalência, a existência de uma medida comum, entre manifestações que se apresentam como qualitativamente muito distintas. Trata-se da noção de libido (p. 44).

O imperativo sexual na energia vital humana importa na definição do que é a libido e de como ela opera em conjunto com as pulsões. Essa condição se faz tão importante que uma das quebras mais famosas na história da psicanálise é com o antigo protegido de Freud, Carl Gustav Jung. Após um período de parceria e uma espécie de tutela freudiana frente ao jovem Jung, os dois se depararam com uma grande impossibilidade teórica que por fim os dividiu. Esse ponto crucial dotado de impossibilidade irreversível se concentra na concepção da libido. Se para Freud a relação da libido com o sexual é imprescindível, para Jung nem tanto; para ele a sexualidade é passível de neutralidade quando se fala de libido — e esta poderia até alcançar formas espirituais. É com a publicação de *Transformações e símbolos da libido* (1911-1912/2013), de Jung, que Freud decide cortar relações definitivamente com seu colega. Lacan afirma que o que escapa à Jung é justamente o caráter paradoxal da libido, e o que fugiria a ele é que sua concepção de libido permaneceria sempre cativa do imaginário (PINTO, 2007). Freud (1915/2016b) promove essa crítica à essa definição de libido junguiana associada justamente à problemática do seu objeto associado ao sexual, e as suas possibilidades de apreensão:

A dificuldade se acha, então, no fato de que o nosso meio de investigação, a psicanálise, provisoriamente nos fornece informações seguras apenas sobre as mudanças que ocorrem na libido objetual, mas não consegue separar sem problemas a libido do Eu e as outras energias atuantes no Eu. Por causa disso, uma continuação da teoria da libido só é possível atualmente pela via da especulação. Mas tudo o que a observação psicanalítica obteve até agora é abandonado, quando, seguindo o procedimento de C. G. Jung, fazemos o próprio conceito de libido se volatilizar, identificando-o com o da força instintual psíquica simplesmente (pp. 137-138).

Para Jung, a dimensão da libido seria puramente simbólica e apenas pelos processos de dessexualização sublimados por meio dos desvios pulsionais dos objetos das pulsões. Sendo a libido tomada enquanto simbólica, é possível a atribuição de sentidos espirituais e de signos que possam compor aquilo que ele chama de “inconsciente coletivo” (JUNG, 2013). Essa definição não é possível para Freud, já que a libido comporta uma excitabilidade sexual atrelada à uma força de quantificação variável. O psicanalista é muito claro quanto à dimensão sexual da libido. Para ele, é necessário fazer uma diferenciação do que seria a libido

e energias psíquicas em geral atuantes no sujeito. Freud pode formular sua hipótese de sexualização da energia libidinal com base no pressuposto de que “(...) os processos sexuais do organismo se diferenciam dos processos de nutrição por uma química especial” (FREUD, 1915/2016b, p. 135).

A diferenciação dessa energia vital sobre um horizonte hegemônico de um instinto voltado à reprodução é primordial para a psicanálise no que diz respeito ao estatuto pulsional do sujeito. É essa ênfase do sexual como ponto nodal de extrema importância em todas as realizações e domínios da vida humana que marcam a psicanálise e o saber psicanalítico e é também essa insistência e ampliação do sentido de sexualidade humana que trouxe (e ainda traz) uma intensa resistência à psicanálise. Assim, é a atuação da libido e das pulsões de forma concomitante na sobreposição da materialidade corporal e do aparelho psíquico que possibilita às zonas erógenas e aos direcionamentos pulsionais do sujeito o retorno incessante às tentativas de satisfação parcial (e pulsional) que marcam a emergência do sujeito moderno em seu eterno paradoxo.

A descoberta freudiana dispara as bases para um movimento de dessencialização do sexo por sua função anatômica e a fuga dessa representação heterocentrada de uma norma (cis)temática. A questão que fica para nós, entretanto, é que nas vias de suas obras futuras, o próprio Freud e a tradição psicanalítica que o segue nas investigações acerca do sexual, insistem em relações que acabam recolocando a primazia de uma norma sexual em um altar sagrado. Essa relação é mais clara ao pensarmos conceitos centrais à psicanálise como o Complexo de Édipo ou conceitualizações mais marginais (mas nem por isso menos importantes), como as consequências psíquicas da diferença anatômica dos sexos e a diferença sexual. Nessas tentativas de captura do sexual, podemos ver as variadas funções a que este é atribuído; funções que, muitas vezes, em sua própria emergência e fundação, já estão fadadas a um eterno fracasso¹⁰. Em termos de da relação teórico-clínica, se faz importante uma leitura mais incisiva sobre o impacto do sexual nas questões relativas à ontologia e à epistemologia enquanto conjuntos de saber e, principalmente, em como o sexual opera nas formulações ontológicas e epistemológicas na psicanálise.

¹⁰ Aqui uma alusão direta à ideia nietzschiana de “eterno retorno”.

3. ONTOLOGICAMENTE SEXUAL: Platão *feat.* Money

O que ele é, o que mostra de si mesmo, o que o constitui como objeto para um discurso científico, ele o deve à sexualidade. Na cultura moderna, o homem tornou-se objeto científico por ter-se revelado sujeito para a sexualidade e sujeito de sua sexualidade. (FOUCAULT, 1964/2021, p. 45)

Na década de 1950, um psicólogo e sexólogo chamado John Money, desenvolve uma teoria que produz uma cisão entre o que ele chama de “sexo anatômico” e “sexo psicológico”. Intitulado *Hermafroditismo, gênero e precocidade no hiperadrenocorticismismo*, esse estudo precederá toda uma tradição da história do conceito de gênero com seu uso clínico atrelado, em sua fundação, a uma ideia da existência de um dito “sexo psicológico”. Pois bem, o que temos é que Money (1955) foi o primeiro trazer uma dimensão psicológica enquanto uma atribuição direta nos estudos sobre sexualidade, alegando que a materialidade corporal do sujeito, sua genitália e sua capacidade reprodutiva, não são definidores desse “sexo psicológico”. Aqui podemos ver a marca desse projeto ontológico moderno de sujeito que vem sendo discutido nos campos de saber ocidentais e, nele, claramente o aspecto sexualizado. Essa relação proposta por Money ocorre no estudo de pacientes hermafroditas e, para o psicólogo, essa é uma perspectiva válida justamente por possibilitar descobertas pertinentes sobre o desenvolvimento da orientação sexual humana (LATTANZIO; RIBEIRO, 2018).

Esse estudo de Money promoveu ruídos dentro da comunidade científica principalmente após um maior desenvolvimento conceitual de sua pesquisa, e aqui, podemos ver o ponto nuclear da assunção sexual e o estabelecimento ontológico deste projeto em alguns de seus trabalhos¹¹. Esse ponto nos interessa justamente por endereçar a questão de um núcleo do sujeito que situado em atribuições psicológicas para definir a relação necessária entre anatomia, genitalidade, capacidade reprodutiva, desejo e investimento sexual, e a cisão binária de papéis de gênero dentro do espectro da heterossexualidade normativa.

Há, aí, uma modificação epistemológica, já apontada por Davidson (2004), a respeito da ascensão da disciplina da psiquiatria dentro do campo da medicina a partir do século XVIII – vale apontar que, para Preciado (2019), a ascensão da psiquiatria, como a da psicanálise ou da psicologia, estaria também diretamente acoplada à *epistemologia da diferença sexual*. Essa

¹¹ Como *Hermafroditismo: recomendações sobre a atribuição de sexo, mudança de sexo e gerenciamento psicológico*, de 1955, e *Fixação e o estabelecimento do papel de gênero*, de 1957, os dois em conjunto com Joan e John Hampton, e *Papel de gênero, identidade de gênero e núcleo da identidade de gênero*, em 1973.

mudança de sentido se beneficia das implantações de classificações nosológicas em parâmetros de norma correspondentes ao sujeito no modelo biopolítico como a gestão das populações. Isso significa que essa mudança comporta uma aglutinação de sentidos do ser e de sua materialidade, caminhando em conjunto com essa possibilidade conceitual, bem como com uma mudança de palavra significativa. Essa nova diretriz é justamente o que guiará grande parte das considerações dentro dos estudos feministas e, posteriormente, estudos de gênero acerca deste apontamento relativo a um “sexo psicológico” como projeto nuclear do sujeito. Essa marca é importante porque vai contra a imposição científica da psiquiatria organicista que ganhava espaço durante este período¹².

Retornando à nossa primeira apropriação ontológica por meio da sua relação direta com o campo do sexual, vamos focar nessa primeira definição de Money sobre a introjeção de uma dimensão subjetiva do sexo no sujeito moderno, ou seja, um sexo que não está necessariamente atrelado a significados derivados de uma certa materialidade corporal-genital. Seu trabalho orbita as concepções vigentes de “homem” e “mulher”, trabalhadas pela imposição binária necessária ao propósito biopolítico das sociedades ocidentais. Ou seja, de alguma maneira, temos aqui uma herança das formas de ascensão e classificação ocidental que recaem nos sujeitos. Como coloca Foucault (1976/2019), grandes transformações do século XIX a respeito da sexualidade humana foram sendo germinadas por disciplinas que atravessaram o dispositivo da sexualidade, mas que precedem uma relação direta na existência. O sujeito moderno, quem ele é, quem pode ser, como é lido, estudado, classificado, desejado, definido, é por meio de seu sexo.

Nessas pesquisas, Money e os Hamptons trabalhavam com a população classificada como “hermafrodita” em seus estudos e pesquisas. Hoje passamos a entender essa classificação enquanto pessoas que, dentro do seu substrato material da designação de genitália e capacidade reprodutiva, se encontram dentro da norma imposta pela divisão binária heterossexual pela denominação de “ADS”, uma nova categorização para intersexo. Um espaço que comporta esse “entre” o macho e a fêmea, uma designação que traz a problemática dessa ontologia sexualizada ao comportar a ambiguidade na sua categorização. Pois bem, a

¹² Vale ser pontuado que a noção de ontologia tem uma definição heideggeriana que nos interessa aqui, mas que amplia muito o escopo possível do texto. Tangenciando a problemática concernente ao sexual, para Heidegger (1927/2015), há uma divergência entre o *ente* – ou seja, aquele que é existente enquanto concreto e enquanto algo de propriedade múltipla – e o ontológico. Se na tradição grega o ontológico possibilita um ganho de sentido e um certo privilégio sobre o saber, Heidegger o situará enquanto uma “essência” ou natureza geral das coisas em particular. Poderíamos avançar o debate em questões concernentes à psicanálise ou à *Coisa em Si* kantiana, mas apenas pontuaremos os efeitos de uma necessidade de definição ontológica do sujeito em consonância com um sexo na modernidade – ou seja, em um momento convergente com as definições heideggerianas.

nomeação de hermafroditismo, deriva de uma transposição nominativa do Mito de Hermafrodito¹³.

De acordo com Ovídio (8 d.C./2017), em seu livro *Metamorfoses*, Hermafrodito não nasceu com dois sexos. Criado por um grupo de náiades nas cavernas do Monte Ida na Frígia, Hermafrodito, primeiramente designado como macho, com 15 anos de idade deixou este local para se aventurar pelas cidades de Lícia e Caria. No caminho, enquanto andava pelos bosques, se deparou com a figura de uma ninfa chamada Salmacis. O mito conta que ela se apaixonou perdidamente por Hermafrodito, investindo assiduamente em suas tentativas de sedução, mas falhando. Quando Hermafrodito entrou nas águas de um lago próximo para se banhar, Salmacis pulou no lago e se jogou contra ele, em um ato de desespero para que ele a tocasse e a beijasse. Com a recusa de Hermafrodito, a ninfa então clamou aos deuses para que eles não deixassem que ela e Hermafrodito nunca mais se separassem. Seu desejo foi concedido. No momento em que os dois estavam no lago, as águas começaram a se agitar e, na concessão de seu desejo pelos deuses, seus corpos foram unidos em um só. Dois seres viraram um. Dois sexos se tornaram parte de um mesmo corpo.¹⁴

A mitologia grega comporta a existência de um ser que pode apresentar genitálias distintas em um mesmo corpo. Entretanto, vemos como esse lugar é diferente nas sociedades modernas ocidentais. A partir de um imperativo que atravessa o estatuto do sujeito, nessas sociedades a sua ontologia, definida por uma categorização sexual, responde a um processo biopolítico que nomeia, regula e produz possibilidades existenciais dos sujeitos por marcas simbólicas que desembocam na produção constitutiva deles. Aqui, pontuamos que o Mito de Hermafrodito focaliza em uma transformação material. A sua fusão com a ninfa Salmacis não produz uma mudança em seu nome – ele continua sendo Hermafrodito – e nem na sua concepção de sujeito ou forma de ser. O mito foca na transformação corporal de sua materialidade e na possibilidade de genitálias concomitantes, tanto pênis quanto vagina, coexistindo no mesmo corpo.

O termo “hermafrodita”, entretanto, perdura até transformações recentes na nomenclatura de categorias médicas. Em 1876, Theodor Albrecht Edwin Klebs, propôs uma forma de categorização a partir da presença de gônadas nos corpos que ali se apresentavam.

¹³ Em grego *Ἑρμαφρόδιτος*; um ser que na Grécia Antiga é também chamado de Afrodite e é filho de Afrodite e Hermes.

¹⁴ A respeito do desenrolar da história mitológica, o que nos chama a atenção é que, na fusão entre os corpos, as genitálias e atributos corporais sexualizados se destacam (como, por exemplo, no processo de feminização de Hermafrodito, o desenvolvimento de seios em um corpo caracterizado como macho). Porém seu nome e sua forma de nomeação se mantém. O mito segue vivo, e o lago em que Hermafrodito passa por sua transformação, adquire a propriedade de feminilizar os homens que se banham lá.

Ou seja, há uma implicação direta da materialidade e da capacidade reprodutiva na denominação de como aquele corpo compõe este ser que virá a se tornar sujeito. Klebs faz o uso de três distinções: pseudo-hermafroditismo masculino (em que há genitália ambígua e a presença de testículos), pseudo-hermafroditismo feminino (em que há genitália ambígua com a presença de ovários), e hermafroditismo verdadeiro (em que há testículo e ovário, com ou sem a presença de genitália ambígua). Damiani e Guerra-Júnior (2007), em seus estudos sobre as “anomalias da diferenciação sexual”, apontam que a obra de Klebs é de extrema importância para a forma como as classificações de sujeitos entre a norma macho/fêmea são lidos e pensados durante o século XIX, XX e XXI. Contudo, apesar de posteriormente haver uma mudança nas formas de classificação e nomeação após a descoberta dos cromossomos, a intenção e necessidade da existência do “verdadeiro” sexo daquele corpo/sujeito permaneceu.

Hoje, na medicina, a forma de definição classificatória mais utilizada é a de ADS¹⁵ (Anomalia da Diferenciação Sexual). Damiani e Guerra-Júnior (2007) ainda argumentam que essa nomeação faria mais sentido por meio dos desdobramentos pós-descobertas genéticas e cromossômicas, uma vez que “[definindo] de forma bastante global, dizemos que uma ADS é a situação em que não há acordo entre os vários sexos do indivíduo, ou seja, o sexo genético, retratado pela sua constituição cariotípica 46, XX ou 46, XY, o sexo gonadal/hormonal, e o sexo fenotípico (s./p.)”. Essas formas de classificação baseadas na primazia da diferença dos sexos, e na correspondência dessa diferença entre dois, é o que Fausto-Sterling (1993) chama de um grande comprometimento da cultura ocidental com “(...) a ideia da existência de apenas dois sexos” (p. 20). A leitura dos corpos dentro de um sistema pressuposto de dois sexos implica em ações e causações diretas nos corpos dos sujeitos emergentes no Ocidente, e agora no mundo globalizado.

Essa pressuposição é pautada em sistemas epistemológicos distintos que se combinam, ou seja, que operam na verdade da ciência biológica e no conto judaico-cristão religioso de dois. Assim temos Adão e Eva, dois complementares, dois sexos e duas identidades sexuais. Mas o que essa relação tem a ver com ontologia, subjetividade e sexualidade? Acontece que essa relação depende de uma convergência entre processos representativos, significantes, regimes de saber e epistemologias dominantes de determinadas épocas sem cair em anacronismos. Para que Money atribua uma ideia de “sexo psicológico” que constituiria sujeitos sem que isso necessariamente derivasse de uma essência material-corporal de genitália, gônadas e capacidade reprodutiva, em primeiro lugar é necessário que esta convergência tenha sido estabelecida durante a história e expansão do sujeito moderno

¹⁵ Ou em inglês: DSD (Disorder of Sex Development).

ocidental. Para delimitar a definição de “papel de gênero”, Money (1973) descreve que ele é aprendido pelo sujeito como uma linguagem.

Se Money traz a hipótese de "sexo psicológico" como forma de desessencialização do sujeito em relação a uma verdade sobre si que recai na reificação genital-corporal, ou seja: a possibilidade de quebrar a continuidade entre corporeidade (genitália e caracteres sexuais secundários) e papéis de gêneros assumidos subjetivamente, o que essa teoria trás de disruptivo acaba padecendo da mesma rigidez do binarismo inserido na matriz heteronormativa na prática do psicólogo. Butler (2004/2022) relata como Money faz um uso violento e normativo dessa hipótese por meio de práticas terapêuticas de reafirmação de gênero, dentro de uma perspectiva binarista e heterocentrada, durante a década de 1960¹⁶. Apesar de o psicólogo propor essa desvinculação entre genitália e papéis de gênero, sua prática entretanto não comporta o horizonte da desessencialização do sexo justamente por preceder de uma ontologia baseada na epistemologia da diferença sexual. Money propõe sim uma marca performativa de gênero, mas essa marca performativa ainda opera submissa ao imperativo do pênis como significante balizador. Essa marca performativa distancia-se muito da *performatividade de gênero* proposta algumas décadas posteriormente pela teoria de Butler (1990/2014).

O campo do sexual traz a marca de um curto-circuito próprio que implica em uma impossibilidade de sua incorporação, de uma dimensão de atributo ou de essência. Preciado (2008/2018), usando-se de uma tradição foucaultiana e da influência de Judith Butler (1990/2014; 1993/2019; 2004/2022), traça um paralelo de aproximações de como o sexual é repetidamente capturado pelo regime biopolítico e como essa tentativa de incorporação é sempre falha. Aqui, podemos resgatar a proposta de Money a respeito do “sexo psicológico” e de como, uma década depois de seu primeiro trabalho, um psiquiatra e psicanalista chamado Robert Stoller (1964; 1968) propôs uma base psicanalítica para sua teoria do “núcleo de identidade de gênero” – que precederia então da existência do inconsciente para sua justificativa e afirmação enquanto teoria. Para isso, um novo regime de saber precisa ter emergido, uma congruência epistemológica tem que ser estabelecida e bases difusas podem se conectar pela via sexual. Preciado (2018), acerca da seara do gênero e da sexualidade, afirma:

É necessário imaginar os ideais biopolíticos de masculinidade e da feminilidade como essências transcendentais das quais pendem, em suspensão, estéticas de gênero, códigos normativos de reconhecimento visual, convicções psicológicas invisíveis que levam o sujeito a se afirmar como masculino ou feminino, como homem ou mulher, como heterossexual ou homossexual, como cis ou trans (p. 112).

¹⁶ Ver sobre o caso "Joan/John" em *Fazendo Justiça a alguém: redesignação sexual e alegorias da transexualidade* (BUTLER, 2004/2022).

Essa forma de relação que comporta a ontologia do ser (humano), ou seja, que busca extrair a verdade do ser humano aplicado à sua condição sexual, só pode ser pensada na modernidade. Poderíamos indagar: “mas já não havia indícios de homossexualidade na Grécia?” Claramente alguém que propõe esse tipo de relação comete um crime anacrológico. Isso implica em uma continuidade temporal que reafirma o pacto da epistemologia da diferença sexual e sua ontologização dos corpos enquanto uma verdade transcendental, incidindo em outras formas de concepção de sujeito, atravessamentos epistemológicos, linguísticos e definidores do ser. Portanto, no que tange às formas de nomeação na tradição antiga grega, não há nenhuma palavra correspondente à significação homo, hétero ou até de sexualidade. O que temos são práticas sexuais difundidas e experienciadas que vão além da necessidade identitária ontologizada de um sujeito sexualizado e, principalmente, em que não há a primazia da verdade do sexo ou a instituição de uma sexualidade normal.

Poderíamos ser acusados aqui desse crime anacrológico, mas vamos em direção à nossa defesa. Afirmar isso não é afirmar que não havia normas ou regras sexuais implicadas na organização social da Grécia, afinal a própria condição de organização social na Grécia é intrinsecamente política – afinal, temos as *polis*! Pois bem, na Grécia antiga havia um determinado estatuto moral que determinava certas regras e certos atributos¹⁷, mas ele não compreendia o estatuto de identidade de um sujeito. Em outras palavras, há uma forma de organização social que situa práticas sociais e prescreve rituais destinados a certos fins, sem precisar de uma definição do ser humano a partir de uma sexualidade (que nem estava em vias de ser inventada). Havia, sim, a prática de relações sexuais que compreendiam a masturbação mútua de pessoas com pênis, a prática de sexo com penetração anal e rituais de assunção de uma determinada posição social por meio do contato sexual. Havia, também, em certas comunidades, o incentivo do amor entre pessoas que hoje são consideradas do mesmo sexo, mas não havia *homossexualidade*. Foucault (1976/2019), em *História da Sexualidade*, traz a religião cristã e seu processo de culpabilização e controle dos prazeres como um dispositivo fundamental na cristalização da sexualidade moderna enquanto tal.

Para que pudéssemos afirmar que havia homossexualidade na Grécia, a prerrogativa de uma disposição identitária sexualizada deveria ser posta ao se discutir ontologia. De

¹⁷ Mieli (1997/2023) trabalha bem as formas de perseguição e criminalização de práticas sexuais no subcapítulo *A perseguição dos homossexuais ao longo dos séculos*. Apontamos, entretanto, que o autor se utiliza dessa uma ontologia marcada pela sexualidade e utiliza o termo “homossexual” para descrever os sujeitos praticantes de tais atos. Vemos também como há a manutenção da repressão punições utilizadas na Roma de 342 de tempos modernos. Mieli descreve como a visão judaico-cristã no Ocidente paulatinamente constrói narrativas que visam, primeiramente, a punição das práticas sexuais e, em sequência, o sujeito que as pratica. O autor descreve que as principais punições eram destinadas ao “crime de sodomia” e contemplavam as punições pelas vias de castração, retenção de bens, tortura, mutilação e pena de morte (como decapitação ou suplício na fogueira).

alguma maneira, na contemporaneidade, para nos referirmos ao Ser (e, nesse caso, mais especificamente ao sujeito), tropeçamos na ontologia e desembocamos em formalizações de identidades. Pode ser confuso para nós pensarmos em uma forma de ontologia que não comporte a marca sexual, uma vez que essa marca é de uma dimensão tão importante que a própria vida do sujeito fica em risco constante caso ele seja um desviante da norma. Na modernidade esses vigilantes do sexo, na busca por legitimar a continuidade da “(...) ordem política e econômica específica: o patriarcado heterocolonial” (PRECIADO, 2019/2022, p. 29), punem a vida em si¹⁸.

A ontologia na filosofia grega (aqui mais especificamente em Platão) não é algo marcado pela sexualidade. O sujeito não comporta um sexo que o define, e, seu corpo não é sexuado (COSSI, 2019). Isso significa que, em *O banquete*, Platão (380 a.C./2016a) não dispõe da figura de homens ali nos diálogos sobre saber, amor e amizade: a figura é um ser andrógono. Andrógono porque não padece da diferença sexual enquanto uma função ontológica definidora de uma identidade ontológica.

Dessa maneira, delimitamos essa condição contingente entre a nomeação de uma sexualidade enquanto identidade e a relação direta com a discursividade de um dado estilo de raciocínio médico-normativo como uma reiteração política de um saber-poder. Recuperando os apontamentos de Foucault (1975/2001; 1979/2019), Davidson (2004), Hardt e Negri (2001), Butler (1990/2014; 1993/2019), Preciado (2000/2017; 2008/2018; 2019/2022) e Ambra (2022), existem aspectos indissociáveis da política e da regulação de possibilidades existenciais emergentes do sujeito. O perverso não produz a si mesmo assim como o heterossexual também não o faz. O que se tenta atribuir como uma suposta “essência” correta perturbada que os desvios da norma produzem – como minuciosamente pontuado no tratado de Krafft-Ebing –, é um projeto que constitui o sujeito moderno, entre outras coisas, pela dimensão de sua sexualidade na nomeação de uma identidade.

A nomeação da homossexualidade, porém, só emerge com a nomeação da sua diferença, ou seja, na nomeação da heterossexualidade enquanto uma identidade normal. É assim que a definição e a nomeação da homossexualidade enquanto “relação sexual, atração sexual e/ou amor por pessoas do mesmo sexo” aparece como uma via de categoria posterior à

¹⁸ Um relatório intitulado *Homofobia de Estado* feito pela ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais) afirma que em 70 países a homossexualidade é considerada um *crime* (FOLHA, 2019). Em 68 destes países há leis explícitas contra a prática de relações homossexuais e homoafetivas e em nos outros dois (Iraque e Egito), apesar de não haver leis diretas, há o uso de outras leis que tangenciam essa questão para que seja possibilitada a perseguição e condenação desta população. As penalizações para tais “infrações” variam entre multas, prisões e até a pena de morte. Apesar de haver uma variação das leis em sua aplicação – ora para homens, ora para homens e mulheres –, a marca da transgressão da hetero(cis)normatividade é um direito de vida (ou de morte). Ou seja, as pessoas são punidas e mortas pela experienciação e vivência de sua sexualidade.

nomeação da categoria de heterossexualidade. O desvio responde às próprias falhas de incorporação do todo pela norma, mas, da mesma maneira que aquela norma emprestada da matemática pela biologia comporta as variações em suas laterais, a definição da sexualidade normal vai balizar o que pode ser considerado “desviante” e, também nesse caso, de “invertido”. Apesar de parecer contraintuitivo, um retorno a essa história nos parece necessário.

Quem primeiramente instaurou essa categoria foi Karl-Maria Kertbeny (ou Károly Mária Kertbeny) no final do século XIX. Através de sua historiografia *queer*, um jornalista, poeta, escritor e ativista de direitos humanos, criou um sistema de classificação de tipos sexuais. Karl-Maria não era médico, nem sexólogo. Nascido em Viena, em 1824, ele escreveu anonimamente, em 1869, vários artigos que visavam a descriminalização da homossexualidade (AMBRA, 2022). Em suas classificações de tipos sexuais, ele destrinchou vias possíveis de nomeação que trazem essa dimensão de uma ontologia que comporta o sexual enquanto um atributo necessário ao ser. Nessa via, Karl-Maria nomeou de “heterossexual” os homens que sentem atração por mulheres, por “homossexual” os homens que sentiam atração sexual por outros homens, e por “monossexual”, homens que centravam seus prazeres sexuais na masturbação. A nomeação feita por Karl-Maria institui um marco nas formas de classificação modernas discursivas na convergência de formas de saber politicamente centradas na “preservação” de práticas sexuais normatizadas pelo biopoder e seu foco reprodutivo. Depois dessa publicação, no campo da psicopatologia e no ínterim da emergência da psiquiatria como uma prática e clínica médica, as classificações ganharam visibilidade e sentido patológico com a publicação da obra *Psychopathia Sexualis*, de Richard von Krafft-Ebing – que é quase uma escritura sagrada da patologização ontológica dos “desviantes”, sujeitos de “inversões sexuais”, esses “inversos” ou “perversos”.

Para Ambra (2022), há uma dimensão importante que fica de fora da análise foucaultiana que é justamente a emergência da heterossexualidade enquanto uma libertação política em contraponto à análise sobre emergência da homossexualidade através do campo médico-legal. Essa operação coloca à mostra a realidade da coexistência desses dois sistemas aparentemente separados, mas que carregam em si o atributo político do uso da nomeação de identidades sexuais na concepção de sujeitos modernos e na entrada e apreensão deles pelo

laço social¹⁹. Podemos pensar isso, aqui, como uma formalização da fundação da ontologia sexualizada do sujeito moderno.

Na promoção de indagações frente à uma hegemonia teórica que padece de sua própria crítica, Preciado (2019/2022) afirma que, em termos ontológicos e epistemológicos, a relação desenvolvida e apresentada por Money acerca de sua hipótese sobre o “sexo psicológico”, apesar de problematizar a perspectiva essencialista que localiza uma ontologia do sujeito por meio de seu substrato material corporal aplicado à significação de genital, produz um “(...) sistema de diferenças que não escapa do binarismo sexual e da genealogia da linguagem” (p. 67). O que gera um outro problema dentro do escopo ontológico que acaba recaindo em um processo retroativo fechado do binarismo, uma perspectiva fadada a se localizar em um circuito fechado a possibilidades e que não se “abre” para outros entraves epistemológicos.

A aproximação dessa problemática com a psicanálise pode ser feita com o auxílio de Robert Stoller (1964; 1968), um médico e psicanalista, que promoveu um giro epistemológico de ruptura ao implementar (pela primeira vez), a palavra “gênero” nos campos de estudos sobre a sexualidade humana, assim, introduzindo esse conceito ao campo do sexual. Ele define identidade de gênero enquanto algo intrinsecamente relacionado a um projeto ontológico de sujeito. Ele estabelece uma relação entre “ser homem” e “ser mulher” com uma “sensação de pertencimento” a uma das duas polarizações possíveis. Ao trazer essa dimensão ontológica às formas de categorização do campo do sexual no meio médico (e psicanalítico, de alguma forma), Stoller avança alguns passos em relação ao que Money tinha desenvolvido a partir do “sexo psicológico”. Ele não é redutível a uma construção cultural – como pode ser lido nas obras de Money – e não é redutível a um dado natural pensado a partir de atribuições biológicas ao sistema genital humano (AMBRA, 2022). Do mesmo modo, um vasto campo de estudo, os estudos de gênero, emerge na academia norte-americana e passa a gerar turbulências dentro dos debates acerca da sexualidade humana: “(...) foram justamente Money e Stoller que trouxeram o termo ‘gênero’ para dentro dos estudos sobre a sexualidade, absorvido pelas ciências sociais norte-americanas nos anos 1970” (COSSI, 2018b).

Esses autores são importantes nessa implementação de uma dimensão ontológica sexual no sujeito moderno, porque, apesar das categorias “homem”, “mulher”, “heterossexual”, “homossexual”, “perverso” e “hermafrodita” já existirem e circularem pelos meios sociais, médicos e jurídicos, é na apropriação da “identidade” do sujeito que ela se

¹⁹ *Laço social* enquanto um conceito psicanalítico formulado em Lacan, que seria formado por tecidos discursivos estruturados pela linguagem que trazem uma articulação inovadora entre o campo da linguagem e o campo do gozo (1992).

atrela diretamente a um componente nuclear de gênero (ou seja, sexualizado). Por meio da proposta de Stoller, a subjetividade do sujeito é ao mesmo tempo generificada e emparelhada à psicanálise. Stoller esbarra na etologia da sexualidade – ainda presente em Money –, mas se aproxima de Freud para poder definir o que chama de “núcleo de identidade de gênero”. Esse núcleo, que corresponderia a uma leitura da dimensão ontológica do sujeito moderno, seria constituído por três vertentes:

(...) primeiro a anatomia e fisiologia dos órgãos genitais externos, ou seja, a aparência e as sensações da genitália externa, visível e palpável; segundo as influências de pais, irmãos e pares: considerar que a criança seja um menino ou menina terá, em geral, um papel extremamente importante no estabelecimento e na confirmação da identidade de gênero. A esses dois determinantes, geralmente salientados quando a identidade é discutida em termos de masculinidade ou feminilidade, um terceiro deve ser adicionado. Este terceiro é uma força biológica, que, apesar de escondida da percepção consciente e pré-consciente, ainda assim parece fornecer alguma energia pulsional para a identidade de gênero (STOLLER, 1964, p. 220, tradução nossa).

O que nos salta aos olhos sobre as considerações stollerianas é:

- a) a influência direta da epistemologia da diferença sexual enquanto ponto balizador da sexualidade humana;
- b) a relação direta com a noção psicanalítica de Freud a respeito das consequências psíquicas da diferença anatômica dos sexos;
- c) a presença da herança da ontologização da sexualidade (agora baseada e justificada por meio da psicanálise).

Ambra (2022) nos proporciona uma leitura das colocações de Stoller que, na tentativa de captura do sexual e aplicação à necessidade de ontologização sexualizada do sujeito, “(...) oferece a noção de *núcleo de identidade de gênero*, que seria adquirido em um estágio anterior à constituição do eu” (p. 29, itálico do autor). A constituição do sujeito na modernidade passa pelo crivo da assunção sexual enquanto uma dimensão ontológica estruturante. Em Freud (1924/2011d), a passagem pelo Complexo de Édipo e as consequências psíquicas da diferença anatômica dos sexos são os aspectos que definiram a entrada na masculinidade ou na feminilidade pelo sujeito. Ou seja, um ponto crucial na constituição do sujeito sexuado. Apesar de lançar a ideia do Complexo de Édipo como condição de conceito chave na fundação da subjetividade (e, desta forma, da sexualidade humana nesta constituição), ela só ganha força a partir do desenvolvimento do conceito de castração atrelado ao drama familiar edípico.

Os limites da teorização de Stoller, para a psicanálise, se encontram com a forma de nomeação a qual ele recorre. A ideia de “identidade gênero”, é acusada de ser “anti psicanalítica” e esbarraria em diversos pontos cruciais que sustentam o grande arquipélago

teórico-clínico-político que dá forma à psicanálise²⁰. Mas ao mesmo tempo ela comporta esse conhecimento sobre os saberes do Eu ancorado em uma dimensão sexual no sujeito moderno. A própria indagação sobre a necessidade de se estabelecer o que “faz” de um homem, um homem, e o que “faz” de uma mulher, uma mulher, já explicita essa marca. É por isso que o sexo, a sexualidade e o gênero são conceitos teóricos de extremo interesse do saber ocidental desde, pelo menos, o século XVII (FOUCAULT, 1976/2019). Porém, um exemplo da repetição contínua de falhas na tentativa de redução do sexual à ontologia, é essa tentativa de incorporação, definição e estabilização do que seria esse “sexual” na atribuição à uma categoria transcendental humana.

Com as contribuições de Money e Stoller, fica nítido que a psicanálise, após sua fundação e disseminação, tem um efeito nas formas de se pensar o sexo e a sexualidade humana. O inconsciente passa a ocupar um lugar importante para definições acerca dessa tentativa de ontologização. Podemos ver uma apropriação de conceitos psicanalíticos por parte da luta feminista emergente no século XX (COSSI, 2018a) por meio de teóricas tanto externas quanto internas à psicanálise, nos estudos de gênero e nos estudos *queer*²¹. Seja na crítica ou reformulação de conceitos sobre o campo do sexual, o que vemos é que a psicanálise está, de alguma forma, sempre presente.

Ao quebrar com as bases de uma relação epistêmico-ontológica que sustenta uma estabilização transcendental do sujeito em um sexo normatizado, a psicanálise, por meio da inferência de que a sexualidade humana é perversa-polimorfa, pode proporcionar tanto formas de conhecimento que visam uma despatologização das ditas “perversões”, quanto novas formulações conservadoras acerca da sexualidade remodeladas de “subversivas”. De forma análoga ao que Butler (1990/2014) fala sobre formas de transvaloração sobre a identidade acopladas às categorias de “mulher”, “mãe”, “feminino”, “masculino”, “homossexual” e “heterossexual”, as quebras proporcionadas por uma inferência psicanalítica do sexual, passam por processos em que o sexual é transvalorado dentro da própria teoria.

Tentativas freudianas de estabilização ontológicas de um sexo por meio da passagem pelo Complexo de Édipo, a formalização da teoria da castração, a patologização e o

²⁰ Não entraremos muito nessa questão para não nos desviarmos do nosso problema frente à questão ontológica. Ambra (2022) a define bem nesta passagem: “É possível entender um pouco melhor agora a origem de parte das reticências da psicanálise lacaniana em relação à noção de ‘identidade gênero’: ela é forjada em um contexto de pleno desenvolvimento da psicologia do eu, bem como goza de fortes ecos essencialistas e apresenta um biologismo que é bastante contrário à proposta lacaniana já nos anos 1930, como veremos na discussão sobre os complexos familiares. Mais do que isso, a identidade seria, em si, uma noção ‘anti psicanalítica’, já que, desde o início da teorização freudiana, o inconsciente aparece como instância que desafia todo tipo de identidade do eu consigo próprio – a partir não apenas de suas formações, mas de sua própria estrutura” (p. 302).

²¹ Como por exemplo Gayle Rubin, Luce Irigaray, Julia Kristeva, Joan Copjec, Geneviève Fraisse, Helene Cioux, Michele Montrelay, Monique Wittig, Judith Butler (COSSI, 2018a) e Paul B. Preciado (AMBRA, 2022).

tratamento de homo e transexualidades enquanto psicoses, são alguns exemplos de como a sexualidade perverso-polimorfa é transvalorada em manuais normativos que respondem a uma norma ontológica baseada na epistemologia da diferença sexual. A congruência entre materialidade corporal, uso biopolítico da ontologia, desejo, atração sexual e capacidade reprodutiva, responderia somente a esse mesmo sistema pela mesma ótica fechada. Preciado (2008/2018) exemplifica essa imbricação de fatores na passagem de seu *Texto Junkie*:

Curiosamente, o critério para atribuição de gênero, assim como os critérios para sua reatribuição, em casos de transexualidade, colocam em funcionamento dois modelos metafísicos do corpo quase irreconciliáveis. Por um lado, os critérios de atribuição de sexo que permitem decidir se um corpo é “feminino” ou “masculino” na hora do nascimento (ou ainda dentro do útero, utilizando a ultrassonografia) dependem de um modelo de reconhecimento visual que se pretende empírico e em que os significantes (cromossomos, tamanho dos genitais etc.) se apresentam como verdades científicas. Neste caso, dar visibilidade a um corpo implica atribuí-lo única e definitivamente a um gênero masculino *ou* feminino. Estamos aqui diante de uma ontologia ótica: o real é o visível. No entanto, a ideia segundo a qual há um verdadeiro “sexo psicológico” diferente daquele que foi atribuído no nascimento – ou seja, uma convicção subjetiva de ser um “homem” ou uma “mulher” – pertence a um modelo de radical invisibilidade, não representável, e esse paradigma se aproxima do inconsciente freudiano: isto é, a uma ontologia imaterial (pp. 111-112).

A subjetividade do sujeito ontologicamente sexuado precisa de correlações discursivas que materializam uma ontologia que é imaterial em si mesma. Isso significa que, nas tentativas de quebra com as providências normais da sexualidade, Freud acaba propondo novas formas de normalização quando se distancia do sexual enquanto algo disruptivo e o localiza em processos ontológicos que compreendem o binarismo como saídas e “destinos” possíveis ao sujeito. Esse formato é possível e contraditório porque, apesar de toda irreduzibilidade do seu objeto (o sexual), em vias de validação da psicanálise enquanto um saber científico, Freud precisa da aceitação e prestígio pelos meios políticos que detém “os redutos da verdade”. As publicações freudianas convergem com o grande furor que *Psychopathia Sexualis* causou e virou quase que um guia prescritivo das afecções da sexualidade humana. Com a sexualidade definida como perversa-polimorfa, o psicanalista vai contra o que Krafft-Ebing (1886/1939) anuncia no seu tratado – já que para ele, a classe de doenças que promovem um dano ao funcionamento normal do instinto sexual são justamente as doenças da perversão. Krafft-Ebing não apenas descartou as propostas de Freud, como propôs que sua teoria não passaria de um “conto de fadas científico” (KAHR, 2021, p. x).

Assim, as implicações desses posicionamentos são claras para nós quando vemos os efeitos retroativos das formas de nomeação e patologização do sexual em sua dimensão ontológica. A subjetividade, marcada pelo sexual, se torna tão próxima a esse domínio que

sua presença passa ser velada – apesar de não ser enunciado, ao se propor falar de sujeito se fala sempre em “homem”, e, talvez, após os movimentos feministas, de “mulher”.

Isso quer dizer que temos um processo que carrega marcas subjetivas, sendo uma dessas marcas da modernidade a sexuação²² do sujeito. A nomeação (e aut nomeação) a partir da tomada de um sexo (categoria sexual, em outras leituras também gênero) possível passa a ser imprescindível sua existência na esfera social generificada. É da decorrência de fatores velados conjuntamente que a matriz heteronormativa impera no saber-poder ocidental incorporado pelos sujeitos por meio de práticas reiterativas discursivas e corporais (BUTLER, 1990/2014). Não há realidade pré-verbal, não há algo que se produza enquanto essencial. Se o gênero é produzido é porque, em última instância, ele também é o sexo. E a materialização dos corpos enquanto corpos sexuais são (então) enunciações sobre uma superfície que visam contemplar um estatuto de verdade hegemônica compartilhada — um saber-poder de um sujeito que é essencialmente transcendental.

A questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo. Nem tanto ao sexo-natureza (elemento do sistema do ser vivo, objeto para uma abordagem biológica), mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso. Colocamo-nos, a nós mesmos, sob o signo do sexo, porém, de uma *Lógica do sexo*, mais do que de uma *Física*. Não devemos enganar-nos: sob a grande série das oposições binárias (corpo-alma, carne-espírito, instinto-razão, pulsões-consciência) que pareciam referir o sexo a uma pura mecânica sem razão, o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto, anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos, a esse tipo de "conquista; mas sobretudo colocar-nos, inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade em nossa história –, sob o signo de uma lógica de concupiscência e do desejo (FOUCAULT, 1976/2019, p. 86).

Em seu capítulo *Identificação fantasmática e a assunção do sexo*, Butler (1993/2019) aproxima a questão da sexuação proposta por Lacan a um impasse relativo à fixidez e (im)possibilidades sexuais que já se apresentariam na própria teoria psicanalítica. Para a autora, a assunção de uma posição sexuada em âmbito simbólico carrega uma dupla inscrição: a marca da linguagem no corpo e a marca sexual na língua (SOUZA JR, 2019). Esse nó conceitual se dá na medida em que há um sistema de retroalimentação marcado pelo sexo, sendo que o sexo, enquanto essa marca que é inscrita e impressa no corpo, é algo anterior a uma primeira marca, “pois é a primeira marca que prepara o copo para a segunda” (BUTLER, 1993/2019, p. 172). Em contraponto, a própria possibilidade de significação do corpo (de sua materialidade e superfície) se apresenta de acordo com aquilo que pode ser significado na linguagem. Isso sugere que não há corpo anterior à sua significação/marcação; ou seja, não

²² Lacan (1972-1975/2008) propõe as fórmulas da sexuação como uma disposição dos seres falantes acerca de dois modos de gozo e não em relação à disposição do sexo anatômico. Ele reúne essas elaborações em torno de fórmulas lógicas que compreendem a mesma disposição que as antinomias kantianas (COPJEC, 2015).

existiria um corpo marcado pela categoria de sexo “(...) porque o corpo anterior à marca só se constitui como significável por meio da marca” (p. 172). Isso implica que não há um sujeito marcado pelo sexo (ZUPANČIČ, 2017/2023).

Na via contrária da proposta de uma constituição do sujeito por meio do que o sexual produz, Zupančič (2017/2023) afirma que o sexo é justamente o que causa um curto-circuito na ontologia. Em última instância, o que inferimos é que, devido à necessidade do uso do sexual em favor de formas de organização social que respondem a um processo biopolítico, percebe-se uma epistemologia e uma ontologia que tentam introduzir o sexual no sujeito. Zupančič (2008/2022; 2017/2023) é clara ao afirmar que, na ontologia, o que o sexo produz é um paradoxo de ordem também epistemológica.

Dessa forma, na psicanálise, as formas de problematização do sexual que mais se aproximam de seu objeto, são sempre pela via do enigma que ele põe ao sujeito²³ e pela via traumática (FREUD, 1894/1996b) que, nas tentativas de introdução de substratos ontológicos pelo sexual, esbarra sempre em uma anacrologia do sexual, denunciando sua dimensão atemporal e impossível. Poderíamos simplesmente encerrar a questão aqui apontando que essa relação se dá por uma certa “natureza” Real do sexo. Real no sentido de um dos três registros inconscientes que comportam a dimensão do impossível de ser capturado pela experiência ou pela linguagem. Porém, o que gostaríamos de apontar é a *irreducibilidade sexual*. O sexual não pode ser reduzido a um projeto ontológico ou a formações epistemológicas.

3.1. ONTOLOGIA HISTÓRICA

Pelo contrário, constituímos a nós mesmos em um local e em uma época, usando materiais que têm uma organização característica historicamente formada. A genealogia a ser desenredada é a de como nós, como povos em civilizações que têm história, nos tornamos agentes morais por meio da constituição de nós mesmos como agentes morais de modos bastante específicos, locais e históricos (HACKING, 1995/2002, pp. 15-16).

Nos valendo da apropriação do termo “ontologia”, parece necessário definir ontologia. Na tradição filosófica que concentra o início da filosofia ocidental tradicional, Platão, em seus diálogos: *A República* (428-347 a. C./2010) e *Fedro: a imortalidade da alma* (428-347 a.

²³ Esse enigma é apresentado primeiramente por meio de um processo ontológico da assunção do sujeito enquanto pertencente à categoria de “mulher”. Freud insiste nessa colocação acerca do enigma do sexo presente na histeria e na sua máxima, quando falha repetidamente em sua tentativa de identificar “o que quer uma mulher?”

C./2016b), fornece as bases para essa tradição de formas inteligíveis que se dispõem a compor os estudos sobre o ser. Ontologia, enquanto uma palavra derivada da língua e da filosofia grega, *οντολογία*, significa “estudos do ser”. Para o filósofo grego que dá suporte a essa tradição, de alguma maneira, todas as preocupações existentes vão de encontro à ontologia. Ao longo dos debates ele explorou melhor essa temática oferecendo subsídios teóricos que marcam um processo contraditório. Se a ontologia é um horizonte privilegiado dos debates apresentados, em *A República*, Platão delimita que a própria ontologia tem sentido sozinha e que ela precisa de sustentação para que as realizações ônticas ganhem sentido.

Com Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C./2021), ela passou a ser a “Filosofia Primeira” que desenvolveria todas as outras. Segundo Chauí (2003), a ontologia traria, na sua significação, justamente essa relação, já que em sua etimologia têm a junção de “onto” (que significa “o ser”) e de “logos” (que significa “estudos ou conhecimento”), significando as formas de se conhecer e do conhecimento aplicado ao ser. A substância a qual nos referimos nos estudos sobre o ser na modernidade, ou seja, a qual a ontologia vai se situar, é o sujeito. Grosso modo, essa relação se torna possível a partir do advento do *cogito*, apresentado por Descartes (1641/2016) como a inauguração do sujeito moderno. Esse sujeito traz para si o modo de conhecer a si mesmo, ao outro e às suas experiências por meio de um estado solipsista constante e capaz de provar sua existência.

A existência em si mesmo é justificada por sua própria substancialização enquanto ser pensante capaz de acessar conhecimentos, conhecer a si mesmo e a sua existência. Nos domínios da ontologia, a contemporaneidade moderna, aplicado ao que entendemos por sujeito, se apresenta enquanto um saber transcendental e universal. Zupančič (2017/2023) atrela a questão da sexualidade à ontologia para argumentar como a forma que ela recai sobre a concepção de sujeito não difere tanto das formas como o Ser em si é pensado – isso significa que, ao falar de humano, de animais ou seres divinos, muitas das coisas se entrelaçam. Ou seja, não somos tão diferentes assim. É importante pontuar que na contemporaneidade, ao se falar de ontologia, não necessariamente falamos da mesma coisa sustentada pela tradição; todavia, atravessamentos, quebras e certas continuidades persistem. Isso significa que também falamos da mesma coisa.

A partir no século XXI, temos uma cisão formalizada e normatizada entre filosofia e ciência, uma relação que nem sempre caminhou assim. Porém, partindo do pressuposto que bases epistemológicas e concepções ontológicas influenciam a forma de pensar e de conceber conhecimentos e formas de verdade, consideramos importante relevar este ponto – uma vez que esta pesquisa se faz dentro de um departamento científico situado em uma universidade.

Aqui, vamos nos desprender de uma concepção de ontologia chapada em uma tradição transcendental e proporcionar uma conversa com proposições contemporâneas que visam situar problemáticas de contingencialidade e causalidade na clássica interação sujeito-objeto. Stengers (1993/2002) infere que, na modernidade, além do aspecto epistemológico e ontológico que promoverão contingências significativas na ciência (ou seja, em um saber que é acoplado diretamente ao sentido da verdade), há também a dimensão política que não pode ser dissociada. A filósofa ainda argumenta que essa não é uma relação simples: a dimensão política interfere na epistemologia e na ontologia. Entretanto, a ciência (e a filosofia, como iremos argumentar) não pode ser reduzida ao político. Como pontuado por Stengers, apesar de relevar a inseparabilidade, a ausência de consideração ou exclusão da dimensão política não descredibiliza a perspectiva epistemológica ou ontológica em questão, mas a situa em um determinado domínio – que não vai ser nem universal e nem total.

Outro filósofo que também pensa essas dimensões atuando sempre de maneira congruente e contingente, é Foucault. Entretanto, ao contrário de Stengers (1993; 1993/2002), essa relação não aparece de maneira tão explícita em sua obra, mas sim análoga à questão da sexualidade e ao sexual na psicanálise. Ou seja: sempre dispersa e atuante. Assim, a relação entre as dimensões políticas, epistemológicas e ontológicas, promovem um percurso que é ao mesmo tempo presente e ausente em sua obra.

Em 5 de janeiro de 1983, no curso *O governo de si e dos outros*, o filósofo utilizou pela primeira vez a expressão “ontologia do presente”, como pode ser visto a seguir:

Mas existe, no interior da filosofia moderna e contemporânea, outro tipo de questão, outro modo de interrogação categórica: a que vemos nascer justamente na questão da *Aufklärung*²⁴ ou no texto sobre a Revolução. Essa outra tradição crítica não coloca a questão das condições em que um conhecimento verdadeiro é possível, é uma tradição que coloca a questão de: o que é a atualidade? Qual é o campo atual das nossas experiências? Qual é o campo atual das experiências possíveis? Não se trata, nesse caso, de uma analítica da verdade. Tratar-se-ia do que poderíamos chamar de uma **ontologia do presente**, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos (FOUCAULT, 1982/2010, p. 21, grifo nosso).

Para desenvolver seu curso, Foucault (1982/2010) partimos de Kant e de questões sobre o esclarecimento. E, para desenvolver sua argumentação, Stengers (1993/2002) parte também de Kant e de Thomas Kuhn²⁵. O que fica claro é a importância de considerar o conhecimento produzido pela tradição, bem como as formas de validação e incorporação que ele pode estabelecer ao longo do tempo. Foucault, por exemplo, é um filósofo do século XX que tem a sexualidade enquanto um de seus temas de interesses centrais, não à toa questões de

²⁴ Na tradição filosófica a tradução mais assertiva seria “esclarecimento” ou “Iluminismo”.

²⁵ Que, por sua vez, traz uma relação direta de seu desenvolvimento teórico também a partir de Kant.

ontologia e epistemologia (e política) fazem parte de seu escopo teórico-filosófico. Talvez, aqui, nos indagassem sobre o uso dessas questões em uma pesquisa que focaliza no sexual em psicanálise. Bem, considerar a psicanálise enquanto um saber solto que não se relaciona com seu tempo e com as formas de conceber o ser e o conhecimento, é cometer os erros já apontados por Stengers e Foucault (1966/2016; 1969/2008a) a respeito da ciência e da filosofia.

O apontamento freudiano (1923/2006b; 1933/2006c) e sua inserção da psicanálise enquanto um saber propriamente científico – considerando o caráter político da ciência no final do século XIX e na entrada do século XX – alerta os psicanalistas sobre a problemática de se ter uma “visão de mundo” da psicanálise, pois ela nunca pode ser um saber fechado em si mesma e isolada de outras formas de conhecimento. Lacan (1966/1998) afirma que só é possível a emergência da psicanálise no momento em que há o sujeito da ciência – o sujeito da ciência e o sujeito da psicanálise seriam, em última instância, a mesma coisa. Aqui é importante destacar que questões ontológicas e epistemológicas, por mais distintas que possam aparecer em vários momentos (por exemplo, acerca da questão do sujeito do inconsciente), caminham conjuntamente e se afetam mutuamente.

Retornando aos apontamentos foucaultianos sobre ontologia do presente, com essa proposta Foucault insiste em algo que seria possível e condizente com uma “(...) ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade” (FOUCAULT, 1982/2010, p. 22). Algo que posteriormente passará a ser mais desenvolvido por filósofos que dão continuidade a essa tradição – como Butler (1990/2014; 1993/2019; 2004/2022), Davidson (2004), Hacking (1995/2000; 2002/2009), Preciado (2000/2017; 2008/2018; 2019/2022) e Stengers (1993; 1993/2002). Embora Foucault utilize a nomenclatura “ontologia do presente”, o autor não define ou se debruça sobre esse termo como faz com vários outros que são centrais em sua obra (conceitos como, por exemplo: episteme, biopolítica, dispositivo...). O que ele faz é lançar uma via possível para inserir um impasse significativo no campo da ontologia quando promove a associação entre um conceito que atuaria de maneira universal e total na tradição filosófica (ontologia), e esse outro conceito que traz uma resistência semântica à “ontologia” quando infere um valor singular e localizado temporalmente – o “presente”.

O que temos aqui é que, na modernidade, o sujeito e suas formas enunciativas encontram, por meio do discurso filosófico e da enunciação ordinária do senso comum, a capacidade de falarem sobre si mesmos e sobre quem são. Essa capacidade comporta uma dimensão explorada tanto por Hacking (2002/2009), quanto por Butler (1990/2014), no que diz respeito à relação entre ontologia e as formas de significação discursivas do sujeito de si

mesmo que atua por meio de atos reiterativos e constantes. Essa aglutinação que Foucault promove entre a ontologia, que é algo considerado praticamente transcendental na tradição, e o “presente”, é possível na contemporaneidade justamente pela forma pela qual a epistemologia também passa a ser concebida. Foucault (1969/2008a) definirá a *episteme* como um “(...) conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (p. 214).

O que Foucault promove com essa definição possível de *episteme* no século XXI, ou seja, dentro desse escopo discursivo de produção de saber e de discursividades que Stengers (1993/2002) também defende a partir desse projeto moderno de ciência, é uma relação de ruptura e descontinuidade permanentes e que atuam de forma mútua tanto sobre sujeito quanto sobre objeto. Uma descontinuidade que nunca é total porque essa pureza das totalidades desemboca em impossibilidades, já que o excesso de descontinuidades inviabiliza a presença da dimensão histórica. É dessa maneira que tal lógica perpassa sua produção, por exemplo a forma com que o conhecimento, os discursos e as formas de saber são produzidas também por diversas *epistemes* situadas em determinadas passagens históricas e configurações temporais (1969/2008a).

A questão referente às descontinuidades que operam de maneira contingencial é algo presente também nas teorias do sujeito do campo psicanalítico, ou seja, a proposta foucaultiana não é tão lateral ao que caracterizamos como teorias do sujeito presentes na psicanálise. É importante reafirmar que a psicanálise, enquanto um saber contemporâneo, não é um saber isolado das questões referente às produções científicas de sua época. Aprofundando essa questão, para Assoun (1983) há algo como uma epistemologia barroca que opera na psicanálise. Nela, o sujeito aparece enquanto uma questão de forma que comporta esferas heterogêneas de saber que demandam investigações também heterogêneas. Estas, por sua vez, não reduzem um saber ao outro, mas sim viabilizam um processo contínuo de rupturas e continuidades que podem atuar de forma conjunta e retroalimentativa – algo bem próximo ao que Foucault (1969/2008a) propõe.

Isso significa que o sujeito não é e não pode ser isolado das condições científicas que operam em sua contemporaneidade. Para o sujeito, a história dele mesmo e a forma como ele concebe a si mesmo é algo sempre atravessado pela linguagem, por possibilidades de enunciação de si e pela interpretação de fenômenos que são apreendidos por ele. Essa relação contingencial da história de si mesmo é um dos elementos cruciais para que Freud possa desenvolver a psicanálise.

O que hoje parece uma relação intuitiva e até comum ao falarmos de trauma, não era algo tão intuitivo assim na época em que a psicanálise começou a se consolidar. Um ponto crucial acoplado a essa problemática, mas que também aparece de maneira lateral, é a questão da memória. E é justamente aqui que Hacking (2002/2009), o autor que desenvolve mais a ontologia do presente apresentada por Foucault, mas agora nomeada de *ontologia histórica*, localiza o papel central da memória para a assunção primeiramente das ciências da memória na modernidade e, posteriormente, para o desenvolvimento e estabelecimento da psicanálise.

Para Beer (2020) a questão acerca da memória é um ponto possível para se pensar a relação da psicanálise com os efeitos produzidos pelas novas formas de ciência. Ou, como aponta Stengers (1993/2002), por meio de invenções sobre as vias balizadoras dos saberes em termos de validade e falseabilidade que orientam as ciências modernas. É dessa maneira que o psicanalista parte de uma análise que Hacking (1995/2002) faz de como as ciências da memória se estabeleceram como um campo de interesse do saber científico a partir da segunda metade do século XIX, e da relação desse movimento com as teorias do sujeito, em conjunto com o surgimento e estabelecimento da psicanálise um século depois.

É com a difusão das teorias da memória postuladas principalmente por Théodule-Armand Ribaut, por volta da segunda metade do século XIX, e com essa relação presente na cultura, que a noção de trauma passa a ser deslocada para o campo psíquico – um campo que, até então, não podia ser enunciado como algo que comportasse o trauma (HACKING, 1995/2002). Pois bem, mas como isso acontece e qual a relação com a memória e, principalmente, como podemos relacionar essa questão com a ontologia histórica e com a problemática contemporânea do sexo? Retrocedendo um pouco, há uma importância das ciências da memória e do lugar central do estabelecimento da memória enquanto algo pertencente a cada um dos indivíduos, algo que permite com que falem de si e sobre si. Essa importância é crucial para a psicanálise na vertente freudo-lacaniana. Vemos, por exemplo, dimensão do trauma precede da existência e do estabelecimento da memória acoplado a questões da sexualidade (FREUD, 1895/199c; 1905/2016a).

Porém, para que a memória possa operar enquanto um elemento chave na formulação de uma teoria científica – ou seja, para que ela possa ser indispensável ao inconsciente e à psicanálise enquanto uma ciência (já que é assim que Freud [1933/2006c] a entende) – ela precisa ser antes um objeto científico. É aqui que entra a análise de Hacking. O filósofo afirma que “[o] contraste entre elas [as ciências das memórias] e suas predecessoras é o mesmo entre a ciência e a arte, ou entre saber o quê e saber como” (HACKING, 1995/2002, p. 220). Hacking (1995/2002) demonstra de maneira minuciosa como há a passagem da

memória enquanto algo que forneceria lembranças imediatas indesejadas como função principal para um declínio dessa sua relação com a arte no Iluminismo e, então, sua ascensão enquanto um objeto científico. Com um grande avanço dos estudos das memórias, associados à neurologia, psicodinâmica da memória e rememoração, o que passa a ser colocado é que “[a] evolução dos estudos da memória definiu os limites de como o indivíduo pode ser pensado” (BEER, 2020, p. 122) e, indo de encontro a Foucault e Hacking, como esse indivíduo também pode passar a pensar a si mesmo e validar algo aí. É nesse ínterim que a psicanálise freudiana e o sexual entram como um saber que pode surgir (também) a partir dessas novas validações de pensar o sujeito e o sujeito poder passar a pensar a si mesmo; como o sexual passa a ser algo marcado também pela via da rememoração e do trauma.

Como aponta Hacking (1995/2002), essa nova relação estabelecida pelas ciências da memória é o que passa a possibilitar ao sujeito uma nova dimensão na concepção de si e dos outros. Ou seja, poder pensar a si mesmo e construir uma narrativa de si próprio. Ao trazer para si as possibilidades de enunciação de si mesmo pelas suas memórias e pela construção de uma história de si mesmo, o sujeito produz o saber de si (FOUCAULT, 1982/2010). Assim, novas formas de pensar a si mesmo e aos outros não dependem mais exclusivamente da ontologia de tradição transcendental exclusivamente ocidental. Esse é um ponto de divergência entre a ontologia na tradição transcendental e a ontologia histórica que é defendida por Hacking.

Zupančič (2017/2023) na sua argumentação a partir da especificidade da psicanálise, aponta que o sexual é um ponto disruptivo causador de curto-circuito tanto na ontologia quanto na epistemologia. A autora o entende como um enigma-paradoxal em desvio constante de uma norma inexistente, e sustenta que a diferença sexual enquanto uma diferença lógica de caráter transcendental, opera de maneira determinante. Esse não seria, *a priori*, um ponto de divergência, uma vez que a ontologia histórica operaria através do registro simbólico, enquanto a ontologia apontada Zupančič estaria mais próxima a uma relação entre diferença e o real, sempre contemplando uma negatividade intrínseca à ontologia – mas que se afetam mutuamente já que os registros operam sempre em conjunto.

Nos aprofundando na ontologia histórica, esse formato de conceber a si mesmo, disseminado culturalmente, é, para Hacking (1995/2000), o que possibilita a emergência de certos transtornos como o transtorno de dupla personalidade em um determinado período de tempo e local, e, posteriormente, o transtorno de personalidade múltipla (que é o foco da pesquisa do autor). Aqui, em conjunto com Beer (2020), vamos de encontro ao que ele afirma “(...) que Hacking apresenta uma montagem em que a constituição de um objeto científico

teria definido novos modos de experiência a partir da expansão de um modo de racionalidade para um campo até então inexplorado (por esse modo)” (p. 123).

Para Freud, então, a memória passa a ter importância etiológica central na psicanálise e o devido reconhecimento de sua condição terapêutica (BEER, 2020). Essa relação é fundamentada por Freud quando ele localiza a questão sexual associada ao trauma psíquico (primeiramente) na histeria e a somatizações que podem aparecer, principalmente, por meio de conversões – mas não exclusivamente. A teoria do trauma, e sua marca sexual atemporal, intrinsecamente associada à teoria da memória, aparece primeiramente no *Caso Emma*. Atualmente traduzido como *A primeira mentira histérica*, o texto foi originalmente nomeado de *A próton pseudos histérica*, em 1895 (FREUD, 1996c). Essa expressão foi utilizada primeiro por Aristóteles e significa algo próximo a uma “falsa premissa”. Ou seja, uma proposição que é falsa já que comporta uma premissa errada que a precede. Entretanto, o que leva à falsidade da afirmação é algo que parte de um pensamento lógico²⁶, que não comportaria a dimensão inconsciente que Freud desenha e insere enquanto uma instância psíquica do sujeito com a psicanálise.

Não vamos entrar em meandros relativos ao *Caso Emma* especificamente ou em análises relativas à questão do trauma ou da temporalidade em psicanálise. Aqui, o que nos interessa, é a função etiológica da memória e da dimensão sexual associado à teoria do sujeito. Mas, por que esse foco se estamos falando de ontologia histórica? Como já apontado no começo deste capítulo, para o sujeito moderno, a assunção de um sexo (ou, em termos psicanalíticos, a assunção de uma posição sexuada) é um prerrogativo e um privilégio para a entrada no laço social. Da mesma forma, tanto Foucault (1976/2019) quanto Davidson (2004) trazem uma historicização exaustiva de modos de patologização dos “desvios” sexuais em prol de uma biopolítica que atua ferrenhamente no âmbito dos Estados-nações – ou seja, um laço normativo que impera no direito da vida e da morte. A sexualidade humana é um foco de interesse intenso desde o século XVII (FOUCAULT, 1976/2019), mas, de maneira mais incisiva, só a partir do século XIX, principalmente a partir dos tratados psiquiátricos (DAVIDSON, 2004).

Com o *Caso Emma* logo no início do desenvolvimento da psicanálise, Freud, por meio de hipóteses que o levarão ao estabelecimento do inconsciente enquanto uma instância nuclear da teoria, localiza a sexualidade enquanto um fator diretamente ligado a uma teoria do sujeito que pode desembocar em adoecimentos: “Sabemos da observação clínica que tudo isso

²⁶ Essa relação é desenvolvida por Aristóteles nos *Analíticos Anteriores*, na seção sobre silogismos (ARISTÓTELES, 2016).

ocorre apenas na esfera sexual; de modo que talvez tenhamos que explicar o determinante psíquico especial a partir das características naturais da sexualidade” (FREUD, 1895/1996c, p. 407). Contudo, esse aspecto do sexual não operaria isoladamente na ontologia. Freud associa tal hipótese a esse campo crescente que corresponde às ciências da memória e valida sua teoria do trauma na aglutinação entre memória, afeto e marca sexual: “Temos aqui um caso em que uma lembrança desperta um afeto que não pôde suscitar quando ocorreu como experiência, porque, nesse entretanto, as mudanças [trazidas] pela puberdade tornaram possível uma compreensão diferente do que era lembrado” (FREUD, 1895/1996c, p. 410).

A sexualidade passa a ser associada também às formas de concepção de si mesmo, às formas de enunciação de si, ou ao que podemos colocar, passa a constituir essa espécie de ontologia histórica. Ou seja, ontologia e sexualidade podem ser questões vistas de maneira a compartilharem um mesmo aspecto comum ao comportarem a questão do sujeito como um núcleo. Para Ian Hacking (2002/2009), que segue uma linha foucaultiana, para se pensar em ontologia é necessário compreender questões que da própria história humana e da própria forma que esses sujeitos compreendem, identificam e classificam a si mesmos em determinados contextos históricos e situacionais. A reflexão acerca de tecnologias, discursos (sejam eles científicos, religiosos, do senso comum etc.), classificação e produção de sujeitos em determinados contextos socioculturais, coloca a problematização de que essas nomeações não apenas descrevem objetos (nesse caso sujeitos), mas sim os criam.

Quando Freud se debruça sobre o estudo das histerias, aqui situando principalmente o *Caso Emma* (1895/1996c) e o *Caso Dora* (1905/2006a), ele propõe uma teoria sobre o sujeito que traz a sexualidade humana como um fator indissociável da produção e compreensão de si. Esse saber freudiano se localiza em um momento em que há uma herança dos tratados sobre sexualidade (DAVIDSON, 2004) e das formas nosográficas médico-jurídicas de pensar transtornos por desvios sexuais que são pautados em uma verdade sobre o sujeito que repousa sobre a verdade do sexo (FOUCAULT, 1975/2001; 1976; 1976/2019).

As aproximações da psicanálise com formas normativas de pensar a sexualidade vão oscilar dentro da sua teoria por meio de tentativas de incorporação desses saberes e enunciados que os sujeitos podem criar de si em uma análise. Esse mito de si que o sujeito forma, e é muitas vezes enunciado, é formalizado em *O mito individual do neurótico* (2008), por Lacan, em 1953. A fantasia constitutiva de si, que o sujeito produz para si mesmo, ainda que não-acessível de maneira consciente, pode ser acessada e (re)construída por meio de uma historicização de experiências, afetos e lembranças que ele pode enunciar sobre si mesmo.

Entretanto, como bem colocado por Lacan (1953/2008), essa dimensão não opera dissociada dos símbolos, signos ou identificações presentes no laço social – o psicanalista faz essa relação e análise a partir da centralidade do Complexo de Édipo no caso *O homem dos ratos*, apresentado por Freud (1909/2013) –, mas sim enquanto um conjunto de causalidade mútua, que vai ter sua especificidade em cada caso, uma vez que comporta as pequenas diferenças intrínsecas a todos os sujeitos. Essa é uma formulação que podemos aproximar da concepção de Hacking acerca de uma ontologia histórica que atravessaria os sujeitos na contemporaneidade. Ela e a centralidade da sexualidade enquanto fatores cruciais do psiquismo, são os pilares da teoria psicanalítica em sua perspectiva freudo-lacanianiana. Pois bem, a questão da sexualidade não é algo que foge ou escapa à Hacking. Em relação às formas de adoecimento e patologização, o filósofo ainda indaga se “[serão] essas instabilidades da sexualidade um fenômeno superficial, ou a ambivalência sexual é integrada ao distúrbio e suas causas?” (1995/2002, p. 81).

Se Davidson (2004) trouxe uma leitura genealógica de como as formas de saber e formas de nomeação de vias patológicas associadas a um certo uso de biopoder produziram grande parte dos saberes sobre sexualidade no Ocidente, e Foucault (1986/2019) abriu as bases para se pensar os efeitos que uma experiência historicizada da sexualidade é atravessada por jogos de poder (bem como seus usos) dispuseram esse arranjo, Freud (1905/2016a;) promoveu o gérmen conceitual que permite romper cientificamente com as bases da sexualidade normativamente naturalizada. Nesse aspecto, podemos notar uma grande epidemia de “desvios” sexuais associados a formas de distúrbios e patologias, como nos mostram os tratados psiquiátricos do século XIX e as primeiras versões do DSM (DUNKER, 2014a).

Assim como Hacking (1995/2002) pontuou essa relação entre a sexualidade e sua dimensão ontológica relacionada a patologias e distúrbios, esse tipo de investigação também norteou e foi norteado pela psicanálise. Freud propôs novas diretrizes que podem dissociar a necessidade normativa desse desvio paradoxal inerente que é a sexualidade, porém, muitas vezes sem retornar para a norma. Essa inconsistência teórico-epistemológica sustenta grande parte das bases conservadoras que relacionam posições ontológicas sexualizadas por meio de vias binárias com a norma e o que foge disso a patologias e distúrbios. É dessa forma que Van Haute (2010) se utiliza de questões ontológicas e etiológicas da psicanálise para finalizar um artigo no qual analisa o *Caso Dora*, com a seguinte colocação:

À parte a rejeição da sexualidade, a histeria é, com efeito, também caracterizada por uma *incerteza estrutural das identidades* (de gênero). A impossibilidade de

encontrar um desejo único e identificável que estaria na base dos sintomas poderia muito bem ser a sua consequência (VAN HAUTE, 2010, p. 197, *itálico nosso*).

O que nos interessa aqui é a inconsistência de uma certa estrutura ontológica pautada em normativas da sexualidade. Ela é inconsistente porque se faz por meio de uma estrutura que é sustentada pelo discurso e, uma vez inserida em um contexto em que temos formas possíveis de enunciação que se utilizam da experiência enquanto algo que pode falar por si e de si (pelo sujeito), vemos um terreno que não é tão plano assim. Para dar base a essa argumentação utilizaremos um conceito de Ian Hacking que se situa no cerne da ontologia histórica: o nominalismo dinâmico. Para Hacking (2002/2009) a questão do nominalismo dinâmico se relaciona com a questão da subjetividade na modernidade porque “(...) um tipo de pessoa passa a existir no mesmo instante em que o próprio tipo estava sendo criado” (pp. 122-123). Isso significa que há uma dimensão de que a forma que passamos a entender a existência e a subjetividade precede de uma experimentação e compartilhamento de maneira contingencial e coletiva. E, de alguma forma, essa “criação” também passa a atuar na modernidade enquanto algo que é propagado discursivamente.

O autor defende que um dos fatores decisivos da ontologia moderna recai sobre novas formas de classificação por meio do advento da estatística e a sua relação com classificação e controle populacional (HACKING, 2002/2009). Ele é diretamente influenciado pelo conceito de Foucault de governamentalidade que se caracteriza por um conjunto de tecnologias, práticas e dispositivos de poder que desenvolve, no governo de si e dos outros, aparatos governamentais específicos e produz saberes específicos por meio da disciplina, do controle, da análise, da segurança, da economia e da estatística do Estado administrativo a partir dos séculos XV e XVI (FOUCAULT, 1978/2008b), associado à biopolítica (1976/2019).

O efeito de *feedback* (ou efeito de contágio) do nominalismo dinâmico nos sujeitos está no fato de aquela forma de classificação (existência) está sendo falada, estar presente em discursos — o que aumenta a ocorrência daquela determinada classificação, não apenas denunciando sua ocorrência (HACKING 2002/2009). O nominalismo dinâmico não coloca em questão a veracidade do sofrimento dos sujeitos ou dos casos, mas sim a incidência daquela classificação e como esse formato opera. Aqui, é importante retomar um conceito importante na obra do autor, já apontado anteriormente, a respeito de estilos de raciocínio: um conceito utilizado por Davidson (2004) para exemplificar como um estilo de raciocínio moldou e formou a criação da sexualidade a partir da biopolítica e da ciência, da inscrição de regulações dentro de uma matriz heteronormativa compulsória incorporativa. Ou seja, a

impossibilidade de uma estrutura fixa e binária, acarretando na inconsistência estrutural da sexualidade que podemos localizar através da psicanálise.

As formas de classificação de sujeitos, a disseminação discursiva no meio cultural, definições jurídicas e nosografias de patologias psiquiátricas dentro do enfoque de utilidade biopolítico que fizeram, por exemplo, que houvessem protocolos de cirurgia de definição de sexo em bebês intersexuais e, posteriormente, um tratamento hormonal prescrito e administrado (PRECIADO, 2008/2018), causaram um grande estufamento das vias enunciativas sobre uma ontologia moderna que é diretamente vinculada à uma posição sexual do sujeito. É possível, assim, aproximarmos o nominalismo dinâmico proposto por Hacking, com a teoria da performatividade de gênero, proposta por Butler (1990/2014). Primeiramente, vamos nos ater uma passagem específica de *Problemas de Gênero*:

Se o corpo não é um “ser”, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui sua significação “interna” em sua superfície? Sartre talvez chamasse este ato de “estilo de ser”; Foucault de “estilística da existência”. Na minha leitura de Beauvoir, sugeri que os corpos marcados pelo gênero são “estilos da carne”. *Esses estilos nunca são plenamente originais, pois os estilos têm uma história, e suas histórias condicionam e limitam suas possibilidades. Consideremos o gênero, por exemplo, como um estilo corporal, um “ato”, por assim dizer, que tanto é intencional como performativo, onde “performativo” sugere uma construção dramática e contingente do sentido.* (BUTLER, 1990/2014, p. 240, itálico nosso).

Aqui podemos ver que, apesar de partirem de perspectivas epistemológicas e tradições um tanto quanto distintas, no que concerne a possibilidade de pensar a concepção de estilo, há uma aproximação entre os autores pela categoria da ontologia e os atravessamentos políticos presentes no campo do sexual. Tanto Hacking quanto Butler partem de bases foucaultianas para o entendimento do sujeito por meio de aparatos discursivos que são ao mesmo tempo produtivos e reguladores e que, nessa perspectiva, contemplam a dimensão da nomeação como necessária. Isso quer dizer que temos um processo que carrega marcas subjetivas, sendo uma dessas marcas da modernidade a sexualidade do sujeito.

A nomeação (e autonomeação) a partir da assunção de um sexo (ou categorias ontologicamente marcadas pelo sexual), passa a ser imprescindível à existência na esfera social generificada. É da decorrência de fatores conjuntos velados que a matriz heteronormativa impera no saber-poder ocidental incorporado pelos sujeitos por meio de práticas reiterativas discursivas e corporais (BUTLER, 1990/2014). Não há realidade pré-verbal, não há algo que se produza enquanto essencial. Se o gênero é produzido é porque, em última instância, ele também é o sexo, e a materialização dos corpos enquanto corpos

sexuados são enunciações sobre uma superfície que visam contemplar um estatuto de verdade hegemônica compartilhada — um saber-poder de um sujeito essencialmente transcendental.

De maneira análoga à subjetivação por efeito de *feedback* e por atos discursivos, a relação contingencial entre linguagem e sujeito é constitutiva da própria psicanálise a partir de Freud e, com mais afinco, na tradição lacaniana. Santos (2018) argumenta que a aproximação (e, aqui, pensamos também enquanto complementaridade) da psicanálise com a teoria butleriana ocorre por meio da própria relação entre processos de subjetivação e linguagem na entrada do laço social (e concomitantemente nos processos de reconhecimento). Dessa maneira, as três vias teóricas apresentadas se apoiam nesse sistema forjado pelo atravessamento da subjetivação por atos de nomeação sustentados por balizas do reconhecimento (e de entrada no laço social).

Se o sujeito moderno é, em última instância, “um ser da linguagem”, temos efeitos aparentes nos processos de subjetivação pelos sentidos atribuídos ao campo do sexual e às normatividades inerentes à linguagem. Em *Eu sou o monstro que vos fala*, Preciado (2019/2022) traz em sua fala a importância da psicanálise para modificações ontológicas no campo do sexual que ocorreram em meados do século XX. Com essa fala, Preciado também propõe a ideia de “jaula” para se referir às normatividades dos sistemas de linguagem (e correspondentemente aos sistemas de sujeição gentrificada) para dar ênfase a uma ideia já pincelada por Butler (1990/2014) sobre a impossibilidade da existência de sujeitos (como concebidos pela modernidade) em uma dimensão pré-verbal. Aqui, inferimos também sobre a impossibilidade de uma dimensão que seria pós-verbal, pós-linguística – um sujeito que existiria *aquém* da linguagem. Temos, então, espaços possíveis de enunciação para efeitos ontológicos dos processos de subjetivações que são sexuados na modernidade, e, dando um passo adiante, novos estilos de raciocínio – tal como defende Hacking.

Se Zupančič (2017/2023) traz o sexo como uma dimensão capaz de fornecer elementos conceituais fundamentais para a interrogação do próprio conceito de ontologia, revelando um impasse ontológico em relação a uma suposta normatividade pré-existente (e pré-verbal), o enunciado para Butler (1990/2014; 1993/2019) e Hacking (2002/2009) nunca é somente enunciado: ele sempre carrega uma dimensão afetiva e têm força de ato. A entrada no laço social para a psicanálise precede laços libidinais e identificatórios (FREUD, 1913/2012), e, também por meio de fala e atos de fala, a linguagem insere o sujeito no laço enquanto sujeito em si. Se reiterações performativas de enunciação interpelam o estatuto ontológico e são fundantes na formação de sujeitos sexuados é porque, de alguma maneira, o sexual mobiliza questões convergentes em vários campos do saber por justamente se fazer

presente tanto no projeto moderno de subjetivação, quanto no projeto moderno de se produzir conhecimento sobre si. No campo psicanalítico, essa relação já é aceita por meio de formas de concepção da psicanálise que não a isolem das produções e formulações do laço social, mas que, ao invés, se interessam por de fato se disporem a encarar os efeitos retroativos que o laço social pode causar na própria teoria.

É assim que, apesar de não ir de encontro à nomeação ou substituição de certa dimensão (ou face) do sexual por gênero²⁷, Zupančič (2017/2023) reconhece a importância e aproximação da teoria da performatividade de Butler – que aqui aproximamos da ontologia histórica proposta por Hacking por meio do nominalismo dinâmico – e ressalta uma leitura lacaniana que pode ser, de certa forma, pareada a ela:

Judith Butler viu isso muito claramente, e é por isso que seu projeto radicaliza essa teoria, ao ligá-la à teoria da performatividade. Em oposição à expressividade, indicando uma preexistência e uma independência daquilo que está sendo expresso, *a performatividade se refere, no relato de Butler, a ações que criam, por assim dizer, as essências que expressam*. Nada preexiste: as práticas sociossimbólicas de diferentes discursos e seus antagonismos criam as próprias “essências” ou fenômenos que as regulam. O tempo e a dinâmica de repetição que essa criação exige abrem a única margem para a liberdade (para possivelmente alterar ou influenciar esse processo). *O que diferencia esse conceito de performatividade do clássico, linguístico, é precisamente a temporalidade: não é que o gesto performativo crie instantaneamente uma nova realidade, ou seja, no momento em que é realizado (como o enunciado performativo “Eu declaro esta sessão aberta”); em vez disso, refere-se a um processo no qual construções sociais e simbólicas, por meio da repetição e da reiteração, tornam-se natureza – é “natural”, como se diz. O que é caracterizado como natural é a normalização do discursivo, e, nessa visão, a dialética da natureza e da cultura torna-se a dialética interna da cultura. A cultura tanto produz quanto regulamenta (o que é conhecido como) “natureza”. Não estamos mais lidando com dois termos: atividade “social simbólica” e algo sobre o qual ela é realizada; em vez disso, estamos lidando com algo como uma dialética interna do Um (o discursivo) que não apenas serve de modelo, mas também cria aquilo que molda, o que abre caminho para certa profundidade de campo. A performatividade é, portanto, uma espécie de onto-logia do discursivo, responsável tanto pelo logos como pelo ser das coisas. Em grande medida, a psicanálise lacaniana parece compatível com esse relato é frequentemente apresentada assim (2017/2023, pp. 68-69, itálico nosso).*

Neste trecho, destacamos uma primeira leitura de como, a operação exemplificada por Foucault (1976/2019) e reutilizada por Hacking (2002/2009) acerca da figura do homossexual, só se faz possível na medida em que *ações são passíveis de criar as essências que expressam*. Afirmamos também que, apesar da temporalidade aparecer enquanto um traço determinante tanto para a teoria da performatividade de gênero em Butler, quanto para a teoria do trauma e da marca sexual do trauma em Freud, a noção de tempo (assim como o sexual) teria variantes que atuariam em níveis e dimensões diferentes. Desse modo, nos perguntamos

²⁷ Seguindo uma certa tradição de psicanalistas, a autora se posiciona ao lado daqueles que consideram que a substituição do termo “sexo” por “gênero” acaba trazendo uma dimensão de dessexualização do próprio sexo. Entretanto, consideramos que é importante também relevar o peso político e os efeitos de retroalimentação discursiva já presentes tanto no meio cultural quanto científico acerca da palavra sexo.

se não haveria uma espécie de temporalidade inconsciente que não foi explorada ou exemplificada na teoria de Butler. Ou seja, há um diálogo e uma via de relação já bem estabelecida e operante que, por conta de impossibilidades de disputa política ou de inconsistência de tradutibilidade, inviabilizam uma replicação de uma teoria para outra. Contudo, como já apontado por Stengers (1993/2002) (e até mesmo por Kant), há uma transposição de paradigma necessária na construção do saber moderno (lá pensado por meio da ciência). Mas o que acontece quando o objeto de estudo é justamente um objeto que causa curto-circuito nas próprias bases de análise utilizadas?

Quando Zupančič (2017/2023) termina por apontar que a performatividade seria uma “onto-logia do discursivo”, essa questão apenas abre mais brechas para enxergarmos a falha inerente de tentar capturar o sexual pela via ontológica. Há um efeito retroativo entre essas instâncias que não possibilita uma finalização ou fechamento de um sobre o outro, acarretando disfuncionalidades que, para a psicanálise, podem causar problemas tanto no campo clínico quanto em seus campos teórico e epistemológico.

4. EPISTEMOLOGICAMENTE SEXUAL

Uma epistemologia se caracteriza justamente pela flexibilidade, o que permite a resolução de um certo número de problemas. Até que os problemas que essa epistemologia cria se tornam, por assim dizer, mais numerosos do que aqueles que resolve. De modo que ela, por definição conservadora, lenta e viscosa, torna-se obsoleta, nociva e até mesmo deletéria, e é substituída por uma nova epistemologia, um novo dispositivo, capaz de responder às novas questões. (PRECIADO, 2019/2022, p. 52)

Em 1915, Freud (2021a) publicou um texto situado dentro de uma série de artigos que formaliza a apresentação da psicanálise enquanto um saber metapsicológico visando se estabelecer no meio científico. *As pulsões e seus destinos* apresenta uma especificidade da psicanálise em relação aos outros campos do saber. Essa diferença se pauta na forma como Freud propõe a descrição da gramática da lógica das nossas fantasias inconscientes, dos processos de transformações dos nossos desejos e das nossas escolhas (IANNINI; TAVARES, 2021). Enquanto conceito fundamental da psicanálise, a pulsão é também aquilo situado nas fronteiras, sejam elas as fronteiras do psíquico com o corpo, da satisfação e da somatização, como nas fronteiras do sexual com as formas de experiencição e subjetivação do sujeito. A pulsão não é instintiva e é justamente isso que possibilita a diferenciação dos sujeitos de outros animais, por exemplo. A emergência do sujeito coexiste com essa sua condição pulsional que é sempre (e também) uma condição sexual (ZUPANČIČ, 2017/2023).

O interessante sobre esse texto freudiano é que nele encontramos algumas pistas acerca do que seria uma epistemologia da psicanálise. Segundo Assoun (1983), Nobus e Quinn (2005) e Dunker (2011/2021), não há uma formalização epistemológica ou mesmo uma epistemologia definida dentro da psicanálise. O que temos, ao invés, são algumas diretrizes freudianas sobre como ele produziu e balizou esse saber que, como todo conhecimento, é passível de transformações e mutações. Dessa maneira, é possível que algumas décadas depois do estabelecimento da psicanálise como um saber teórico-clínico, Lacan possa introduzir a linguística, a matemática, a lógica e a poética como saberes intrínsecos à psicanálise (e ao inconsciente) para dar continuidade à psicanálise em outra dimensão topológica.

Já nos primeiros parágrafos do texto que Freud formaliza a pulsão, ele apresenta uma reflexão mais alongada sobre os traços epistemológicos que dizem respeito à psicanálise:

Frequentemente ouvimos a exigência de que uma ciência deve ser construída sobre conceitos fundamentais claros e precisos. Na realidade, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste, antes, na descrição de fenômenos, que serão depois agrupados, ordenados e correlacionados. Já na descrição, não se pode evitar a aplicação de determinadas ideias abstratas ao material, ideias tomadas de algum lugar, por certo não somente das novas experiências. Tais ideias, os futuros conceitos fundamentais da ciência – tornam-se ainda mais indispensáveis na elaboração posterior da matéria. No princípio, elas devem manter certo grau de indeterminação; não se pode contar aí com uma clara delimitação de seus conteúdos. Enquanto se encontram nesse estado, chegamos a um entendimento quanto ao seu significado, remetendo-nos continuamente ao material experiencial, do qual parecem ter sido extraídas, mas que, na verdade, lhes é subordinado. Portanto, elas têm a rigor o caráter de convenções, embora seja o caso de dizer que não são escolhidas de modo arbitrário, mas sim determinadas por significativas relações com o material empírico, relações essas que imaginamos poder adivinhar antes mesmo que as possamos reconhecer e demonstrar. Apenas após uma exaustiva investigação do campo de fenômenos que estamos abordando, podem-se apreender de forma mais precisa seus conceitos científicos fundamentais e progressivamente modificá-los, de modo que eles se tornem utilizáveis em larga medida e livres de contradição. Então, é possível ter chegado o momento de defini-los. O progresso do conhecimento, entretanto, não tolera nenhuma rigidez nas definições. Como nos ensina de modo brilhante o exemplo da Física, também os “conceitos fundamentais” firmemente estabelecidos passam por uma constante modificação de conteúdo (FREUD, 1915/2021a, pp. 15-17).

A psicanálise enquanto um saber científico se constitui por uma epistemologia marcada pela experimentação e pelo rigor de caráter de “convenção”. Ou seja, há uma necessidade de um compartilhamento desse sentido comum para que este saber possa se situar enquanto um elemento que detenha certa verdade²⁸. Como Freud muito bem define “o conhecimento (...) não tolera nenhuma rigidez nas definições”, e essa afirmação é de extrema importância ao considerarmos o estatuto do inconsciente enquanto instância incondicional à psicanálise na sua forma de produção de saber. Aqui, apesar de Freud localizar e situar a psicanálise enquanto uma ciência, é importante relembrar que a ciência é a grande reprodutora do saber enquanto verdade na modernidade.

Na sua formulação híbrida teórico-clínica, a psicanálise caminha nessa balança consistente que produz sua epistemologia de dupla inscrição, tornando-a passível de mutações e transformações na sua constituição. O estilo barroco que Assoun (1983) defende é estabelecido por essa especificidade na diferenciação de outros saberes, ao mesmo tempo em que permite a entrada e relação com eles. A definição de barroco vem diretamente ao nosso encontro uma vez que comporta a heterogeneidade de estilos compostos em uma certa totalidade, e essa totalidade contingencial da epistemologia formulada por Freud “(...) opera nas fronteiras de tradições estrangeiras” (p. 135). Então, ao mesmo tempo em que comporta

²⁸ Algo que aparece também em Nietzsche (1873/2008) a respeito da verdade enquanto um conglomerado de ficções validadas e compartilhadas em uma mesma comunidade.

essas misturas e mutações, a epistemologia da psicanálise seria em si um estilo novo e original que não esgota a soma de componentes teórico-clínicos.

Aqui, defendemos que um elemento crucial para que haja essa concepção, é justamente a marca do sexual na psicanálise. Miller (1987), em sua fala intitulada *Elementos de Epistemologia*, a respeito da psicanálise, afirma que “[convém] advertir que todo conhecimento é fundamentalmente ilusório e mítico, na medida em que não faz outra coisa senão comentar a *proporção sexual*” (p. 41, itálico do autor). Esse posicionamento é consonante ao que Zupančič (2008/2022) afirma ao colocar que não é acidente “(...) o fato de que os dois psicanalistas que tiveram de longe a mais produtiva e consequente influência sob a filosofia contemporânea, Freud e Lacan, eram absolutamente irreduzíveis quando se tratava do papel chave da sexualidade na psicanálise” (p. 31). Ou seja, é justamente a insistência na sexualização do que já é sexual que permite à psicanálise se diferenciar e se estabelecer enquanto um saber carregado de importância desde o século XIX.

Essa forma de diferenciação acontece porque, na ciência (e mais especificamente nas ciências modernas), a necessidade de separação entre sujeito e objeto na busca por um saber que possa ser universal e transcendental, seria determinado por uma objetividade neutra e livre de paixões, desembocando em uma abordagem de conhecimento dessexualizada (MILLER, 1987). Para Zupančič (2017/2023), o que a ciência moderna faz é romper com a ontologia e, dessa forma, com a sexualização. Sem nenhum compromisso com a ontologia, o que se faz com o saber científico na modernidade é buscar bases epistemológicas que sejam dessexualizadas em si mesmas, que possam responder às novas guinadas de paradigmas sempre de uma forma cada vez mais experimental e distanciada. Se há a indissociabilidade entre teoria e clínica na própria produção da psicanálise enquanto um campo de saber, essa dupla inscrição metodológica carrega em si um potencial para transformações inerentes à permeabilidade em sua contemporaneidade. Não à toa, com a apresentação do seu percurso epistemológico no texto destinado a apresentar os destinos possíveis da pulsão, Freud delimita a relação da psicanálise com o campo do sexual e com a questão da sexualidade desde sua fundação. O que, no fim, acaba por caracterizá-la tanto como objeto de investigação, quanto qualidade analítica coexistente à subjetividade moderna.

Para Zupančič (2017/2023), Freud é erroneamente acusado de afirmar que o sexo está em toda parte, uma vez que, aquilo afirmado pelo autor é justamente que campo do sexual se apresenta onde menos esperamos encontrá-lo: ele se apresenta nos espaços que sofreram tentativas reiteradas de dessexualização pela filosofia. É isso o que Dunker (2016) defende ao dizer que a teoria da sexualidade está em todo lugar ao mesmo tempo em que não está em

lugar nenhum, e que, por conta dessa dispersão, não há uma unificação delimitada dessa teoria na psicanálise. A hipótese é que isso acontece devido à impossibilidade de delimitação do próprio objeto sexual que não é passível de ser reduzido a alguma outra instância, mas que pode atuar sempre em conjunto com outras categorias. Dunker afirma que “Neste quadro difuso [da psicanálise] (...) [a] sexualidade se confunde com a própria matriz de constituição do sujeito” (p. 181). Ou seja, há a entrada da sexualidade na psicanálise pela sua própria base intrínseca e constitutiva do sujeito. Em última instância, falar em sujeito moderno, sujeito da ciência ou sujeito do inconsciente, sem falar em sexo, sexualidade ou sexual, seria no mínimo um problema anacrônico e no máximo um crime contra a ontologia.

A reaproximação com uma ontologia passível de ser ressexualizada é justamente o horizonte psicanalítico que Freud percorre, já que a emergência da psicanálise decorre da relação contingencial entre sujeito da ciência e sexualidade. Ou, nas palavras da filósofa:

Tendo em vista a dessexualização da realidade que ocorreu com a revolução galileana na ciência, como já mencionado anteriormente, a psicanálise (pelo menos na sua veia freudo-lacanianiana) está longe de se lamentar disso. O diagnóstico que ela (a psicanálise) faz da civilização ocidental não é de “esquecimento do sexual”, tampouco se vê como algo que trará de volta o colorido sexual do universo, como se o reencantasse (sexualmente). Ao contrário, ela se vê (e seu “objeto”) como estritamente coexistente com o movimento de dessexualização (ZUPANČIČ, 2017/2023, p. 67).

Com um movimento teórico que apresenta a dessexualização como fator epistemológico fundamental, tanto de formas de saber científico quanto filosóficos na modernidade, a psicanálise traz a experiência clínica como ponto imprescindível de uma mutação inconsistente e constantemente retroativa com a sua teoria. De forma análoga à maneira como Kuhn coloca a condição de quebra e superação de paradigmas necessária à nova forma de saber instaurado pelas ciências modernas (STENGERS, 1993), a psicanálise, por meio de suas vias de contato fronteiro com outros campos do saber em consonância com a clínica, está constantemente sujeita às transformações internas pautadas por sua forma epistemológica – seja barroca como, afirma Assoun (1983), ou híbrida, como afirma Ayouch (2022).

Por essa constituição que se iniciou imbricada nas problemáticas da histeria e da neurose – nesse campo difuso do somático que é inundado pela sexualidade – o esboço de uma epistemologia do campo psicanalítico foi continuamente atravessado pela ontologia e, conseqüentemente, por questões concernentes ao campo do sexual. Se Freud (1915/2021a) afirma que conceitos fundamentais de uma teoria são, na investigação científica (ou, nesse caso, psicanalítica), passíveis de uma constante modificação de conteúdo que é contingencial ao que se apresenta enquanto os impasses dos sujeitos de seu tempo, Hacking (1995/2002), se

situando a respeito da epistemologia e ontologia, por exemplo, defenderá que não é possível falar de uma ontologia que não seja também uma epistemologia. E, de maneira análoga a essa ideia, podemos pensar a existência de vias possíveis em que outros campos do saber podem se utilizar da psicanálise sem necessariamente comprometer todo seu sistema ou estrutura. No viés da sexualidade e do sexual, a ressexualização daquilo que sofreu tentativas de dessexualização é o que recoloca o saber psicanalítico como essa nova referência a partir do século XIX. Se seguirmos os próprios passos de Freud, o conhecimento que é produzido é, de certa forma, um *conhecimento pulsional*.

Mas de que forma afirmamos essa relação entre o conhecimento, o saber e a pulsão? Retomando esse conceito apontado por Freud, a pulsão é intrinsecamente relacionada à uma energia vital do sujeito, chamada de libido. Esta, por sua vez, carrega em si o estatuto e marca daquilo que não pode ser governado, não pode ser totalmente cerceado e é vinculada à uma experimentação material do sujeito em consonância com o aspecto representativo da fantasia e do inconsciente. A pulsão, em sua organização, não tem compromisso com a finalidade de atos, ou seja: sem objeto definido ou único, o ato de comer, por exemplo, não se compromete com a nutrição em si. A busca é pela satisfação parcial que a experiência dos lábios e da mucosa proporcionam continuamente, se associando (em algumas instâncias) às possibilidades nutritivas. Ainda em relação à pulsão, Freud (1915/2021a) afirma que existem destinações possíveis da pulsão chegando a uma suposição de que “(...) as pulsões mesmas sejam, ao menos em parte, precipitadas dos efeitos de estímulos externos que, no decurso da filogênese, atuaram de forma transformadora sobre a substância viva” (p. 23).

Sobre a destinação das pulsões, ele irá descrever, mais diretamente:

A meta de uma pulsão é sempre a satisfação, que só pode ser alcançada pela suspensão do estado de estimulação junto à fonte pulsional. Mas, mesmo que esta meta final permaneça inalterada para todas as pulsões, diferentes caminhos podem conduzir a essa mesma meta final, de modo que podem existir para uma mesma pulsão diversas metas aproximadas ou intermediárias, as quais podem ser combinadas ou substituídas por outras. A experiência também nos permite falar de pulsões “inibidas em sua meta” em processos que são tolerados durante uma parcela de seu caminho rumo à satisfação pulsional, mas que depois experimentam uma inibição ou desvio. Pode-se supor que mesmo a esses processos esteja ligada uma satisfação parcial (FREUD, 1915/2021a, p. 25).

Em outras palavras, não há um modo único, universal ou finalizado da pulsão conduzir a satisfação de uma determinada meta. Há sempre a possibilidade de combinação, deslocamento e substituição pulsional das metas que é sempre parcial – deixando resquícios em aberto pelo caminho. Tal ideia, mais formalizada em seu texto de 1915, entretanto não surge aí. Uma década antes, Freud (1905/2016a) se debruçou sobre a questão da existência de uma pulsão de saber ao definir a relação entre o saber e o conhecer com a pulsão, por meio

das pesquisas infantis sobre a sexualidade. Essa curiosidade, localizada primeiramente como infantil, manteria o sujeito sempre em uma posição de desejo de saber. Essa seria também uma condição que precede a entrada do sujeito em análise (1937/1996e), na clínica, e é uma condição para a produção do saber científico (1915/2021; 1933/2006c).

Ele afirmou que “[o] conhecimento das teorias sexuais infantis, tais como se configuram no pensamento das crianças, pode ser interessante em vários sentidos, também – de modo surpreendente – na compreensão dos mitos e fábulas” (1908/2015a, p. 274). Ou seja, não apenas a questão sexual é balizada a partir de uma apreensão imagética de uma certa genitalidade, ela é dispersada por uma forma de pulsão de dominação sublimada em conjunto com a pulsão escópica (FREUD, 1905/2016a). O horizonte é apontar que a questão é sempre a mesma. Nesse sentido, o que Freud promove é a relação da fantasia e dos processos de criação imaginativa dos sujeitos em sua fase infantil com o que chamamos de saber. O que é investigado a partir da clínica, em consonância com a teoria e em relação às formas de saber vigentes de sua época, é que, apesar de as crianças criarem teorias sexuais “erradas” a respeito da sexualidade, da genitalidade e do processo de reprodução (que Freud nomeia como “de onde vêm os bebês”), esse “erro” sempre conterá um fragmento de verdade²⁹.

A pulsão atua nessa intersecção de saber com a brecha do não-saber para promover teorias que podem até ser falhas, mas que contém aspectos fragmentados de verdade que se relacionam com o saber validado – que no caso da pesquisa de Freud é “o saber dos adultos”.

O que é correto e certo nessas teorias se explica por sua proveniência dos componentes do instinto sexual que já atuam no organismo da criança; pois não é o arbítrio psíquico ou impressões ocasionais que fazem surgir tais suposições, mas as necessidades da constituição psicosexual, e por causa disso podemos falar de teorias sexuais típicas das crianças, por isso encontramos as mesmas opiniões equivocadas em todas as crianças a cuja vida sexual tivemos acesso (pp. 277-278).

Se a sexualidade infantil perverso-polimorfa é a base sexual dos sujeitos e, se para falar em uma certa sexualidade “normal”, Freud (1905/2016a) parte daquilo que é contrário à norma, em relação ao conhecer e ao conhecimento, ele também parte do ponto comum entre a possibilidade de descoberta e a delimitação de saber compostas por vias tanto pulsionais quanto instintuais. Com a emergência do sujeito em coexistência com a sexualidade, as formas de concepção que proporcionam a esse sujeito a possibilidade de conhecer também

²⁹ Essa relação é explorada por Freud também em *Moral sexual civilizada e doença moderna* (1908), publicado originalmente em forma de artigo no jornal *Sexualprobleme: Zeitschrift für Sexualwissenschaft und Sozialpolitik* (Problemas sexuais: Jornal de ciência sexual e política sexual). Freud (1908/2015b) propõe que o conhecimento se constitui a partir da relação com o sexual, ele defende que a questão sexual no sujeito é o que modela todas as “suas outras formas de reação na vida” (p. 266). Apesar de uma apresentação mais alongada de cunho misógino e heterocentrado que pressupõe a operação do estilo de raciocínio da diferença sexual marcado na ontologia psicanalítica, ele traz exemplos sobre como há uma passagem da satisfação de uma atividade primordialmente sexual para outras atividades intelectualizadas que, a princípio, não são lidas como sexuais.

são afetadas por sua pulsão. Entretanto, é importante demarcar que essa via de entendimento repousa sobre uma epistemologia que não comporta um transcendentalismo universal enquanto um dado pré-existente, pré-perceptível e pré-verbal. Quando a ciência, na passagem do Iluminismo, assume o lugar da religião no Ocidente enquanto saber detentor da verdade e das maneiras possíveis de se chegar à verdade (NIETZSCHE, 2882/2012), a forma de conhecer e saber passa pela experiência do sujeito que precisa passar pelo crivo racional de retirada de toda e qualquer subjetividade – podemos aqui inferir que há algo que permanece em relação aos conceitos gregos de *doxa* e *episteme*.

Quando Lacan (1964/1998b) afirma que “[no] limite, a ciência primitiva seria – cheguemos ao extremo – uma espécie de técnica sexual” (p. 144), o que o psicanalista faz é justamente retomar essa guinada que Freud proporciona ao ressexualizar o sexual que foi dessexualizado na medida em que a racionalidade e a cultura importam essas significações cada vez mais rígidas e marcadas pela racionalidade. Para analisar a relação da psicanálise com as formas de conhecimento, e, mais especificamente com a ciência, Milner (1996) situa a indissociabilidade da epistemologia e ontologia na tentativa científica de isolar o objeto para se chegar em sua *episteme*. Porém, ao se deparar com a impossibilidade de permanência e sustentação em algo sempre inacabado, o conhecimento recai sobre as vias que o concebe, ou seja, no ponto ontológico no qual repousa a subjetividade.

A *episteme* se vê realizada apenas no instante em que ela expôs a razão pela qual um objeto não pode, em toda sua necessidade e em toda sua eternidade, ser diferente do que de fato é. Mais precisamente ainda, o que há de *episteme* num discurso é somente a reunião daquilo que esse discurso apreende de eterno e de necessário em seu objeto. Daí decorre que um objeto se presta tanto mais naturalmente à *episteme* quanto mais facilmente ele deixa revelar o que nele o faz eterno e necessário – de modo que não há ciência do que pode ser diferente do que de fato é, e que a ciência mais acabada é a ciência do mais eterno e do mais necessário objeto. Daí decorre também que no homem: a ciência só pode se apoiar no que aparenta o homem ao eterno e ao necessário; existe um nome para isso: é a *alma*. Ela se distingue do corpo, instância no homem do que o aparenta com o passageiro e com o contingente (MILNER, 1996, pp. 39-40).

É por meio dessa insistência sexual da psicanálise na ressexualização daquilo que sofre tentativas de ser dessexualizado que vemos emergir este saber que atua sempre às voltas com sua constituição e iminente dissolução. Em relação à questão da epistemologia como um conceito balizador da forma como se conhece determinadas formas de saber, inferimos que há algo intimamente presente na definição e possibilidade de compreensão. A ontologia, por sua vez, se relaciona com as formas como o sujeito conhece, proporciona fantasias e lida com suas impossibilidades por meio do movimento pulsional que é, em si, fadado a uma insatisfação, a uma negatividade.

5. PSICANÁLISE

O progresso do saber científico é o mesmo que se dá numa análise. (FREUD, 1933/2006c, p. 169)

A necessidade de estabelecer ou pensar uma epistemologia no campo psicanalítico não aparece como um fator fundamental para Freud poder firmar a psicanálise como um saber de eficácia comprovada no campo científico. Desta forma, a problemática que concerne ao estatuto epistemológico da psicanálise começa a ser colocada como pauta de importância apenas algumas décadas depois do reconhecimento da psicanálise como um campo relevante nos debates sobre psicopatologia (ASSOUN, 1983). Freud, em projeto psicanalítico, promove a construção de uma teoria de dupla inscrição sustentada pelo movimento de retroalimentação entre teoria e clínica. Assim, falar de epistemologia da psicanálise nesse recorte, é se debruçar sobre aspectos relativos ao histórico de questionamentos sobre cientificidade, sobre seu posicionamento político em determinados momentos históricos e sobre o seu próprio desenvolvimento coextensivo à ciência moderna em relação ao regime ontológico na passagem e continuidade do século XX (e agora XXI).

É possível afirmar que, ao sistematizar os estudos sobre histeria, baseando-se em sua experiência como médico e pautado nas investigações científicas de seu tempo, Freud também fundamentou as raízes da teoria psicanalítica (DUNKER, 2014b). Epistemologia e sexual (ou, nesse momento de germinação teórica, sexualidade) se encontram no desenvolvimento da psicanálise, seja no corpo conceitual psicanalítico desenvolvido por Freud (e reformulado por Lacan), seja no momento fundante da psicanálise na sua relação com a histeria. Dunker (2014b, s./p.) propõe, ao pensar a questão da estrutura psicopatológica da psicanálise, a primazia do paradigma histórico, sua indefinição, dissolução e perpetuação ao longo da teoria. A histeria é identificada em Freud sob signos concomitantes: ela é uma estrutura clínica e um tipo de neurose. E essa simultaneidade também aparece em Lacan:

(...) foi sucessivamente descrita como uma questão sobre a feminilidade (Lacan, 1955/1988), um tipo de desejo, o *desejo insatisfeito* (Lacan, 1958/1988), como uma modalidade de identificação ou de fantasia (Lacan, 1964/1988) e como forma de discurso, o *discurso da histeria* (Lacan, 1969/1988) (DUNKER, 2014b, s./p.).

O que a mulher histérica denuncia sob o signo da fala e de seus sintomas, também é uma inconsistência da verdade do saber médico e científico vigente, também é a incógnita sobre o sexual e sobre seu lugar de sujeito, e é aquilo que, para alguns teóricos³⁰, é o lugar de

³⁰ Beer (2017; 2020); Lacan (1998b); Nobus e Quinn (2005).

uma leitura epistemológica da psicanálise. Falar nessa perspectiva, é ir contra um regime de fala instituído anteriormente, é questionar o especialista e internalizar uma gramática do desejo que escapa a uma norma geral da fala (SAFATLE, 2019).

Freud não localiza seus passos epistemológicos diretamente no desenvolvimento da teoria, mas coloca algumas indicações a serem seguidas para se pensar a epistemologia psicanalítica. Assoun (1983) delimita que há um crescente interesse no estudo do que seriam primeiros esboços sobre uma “epistemologia da psicanálise”, em meados da década de 1930. Nesse período do pós-Primeira Guerra, começam a ser colocados em questão os fundamentos históricos e epistemológicos com que Freud trabalhou e vinha trabalhando desde então. Assoun sustenta sua escolha ao propor a análise de uma epistemologia freudiana, e não psicanalítica. É devido aos desdobramentos que os conceitos e a própria psicanálise sofrem após sua instauração como teoria e método analítico de tratamento.

Em relação às formas de saber e epistemologia, na Europa (mais especificamente na tradição do pensamento alemão) da passagem do século XIX e XX, existiram dois tipos de objetos do saber, divididos entre: um saber que não era passível de relação e interferência direta humana naquele momento (como astronomia, química, física e biologia, corpos físicos e organismos vivos) e um saber diretamente relacionado e passível desta interferência (como história, economia, filologia e etnologia) — operando em uma diferença ontológica no método em que se propõe o estudo dessas disciplinas³¹ (MEZAN, 2007). Em relação à psicanálise, Freud a posicionou primeiramente como uma ciência da natureza e, em relação ao próprio método científico e formulação do método analítico, ele afirma:

O progresso do saber científico é o mesmo que se dá numa análise. Trazemos para o trabalho as nossas esperanças, mas estas necessariamente devem ser contidas. Mediante a observação, ora num ponto, ora noutra, encontramos alguma coisa nova; mas, no início, as peças não se completam. Fazemos conjecturas, formulando hipóteses, as quais retiramos quando não se confirmam, necessitamos de muita paciência e vivacidade em qualquer eventualidade, renunciamos às convicções precoces, de modo a não sermos levados a negligenciar fatores inesperados, e, no final, todo o nosso dispêndio de esforços é recompensado, os achados dispersos se encaixam mutuamente, obtemos uma compreensão interna (*insight*) de toda uma parte dos eventos mentais, temos completado o nosso trabalho e, então, estamos livres para o próximo trabalho. Na análise, porém, temos de prescindir da ajuda fornecida à pesquisa, mediante a experimentação (FREUD, 1933/2006c, pp. 169-170).

Apesar dessa aproximação, Freud não define a psicanálise enquanto tal. Essa relação é feita por meio de constatação na categoria das ciências da natureza e não por asserção. Segundo Assoun (1983), essa relação aparece “(...) como um requisito: ela deve ser tal, na

³¹ Em alemão: *Naturwissenschaft*, para denominar as ciências da natureza e *Geisteswissenschaft* para denominar outras formas de conhecimento que sofrem interferência humana. Aqui, optamos por não colocar as nomeações em alemão para não quebrar a compreensão do leitor com conceitos em outra língua.

medida em que, por toda parte, precisa expulsar os germes de irredutibilidade dos fenômenos ditos ‘inconscientes’ no método físico-químico” (p. 55). Ou seja, ao ter contato direto com a expansão do materialismo físico-químico na passagem para o século XX, com o naturalismo e com a objetividade científica enquanto método de observação, o que Freud faz é uma escolha (de ordem ética, científica e política) ao conceber todo conhecimento científico como uma ciência da natureza. Desse modo, o humano não pode ser isolado das condições científicas e constituir uma matéria específica para si; ele comportaria esferas heterogêneas de saber que demandam investigações heterogêneas que não contém uma retro-redução de um saber a outro, mas sim uma irredutibilidade inerente à sua própria concepção (ASSOUN, 1983).

As ciências da natureza ganham força após o movimento iluminista com a entrada da validação e observação constatável via empirismo e positivismo. Ela se consolida por meio das ditas “ciências duras”, que se acoplam mais às formas de obtenção de um estado mais próximo da “verdade” das coisas. Todavia, essa forma de conhecimento não é contrária e nem descolada de outras formas de apreensão e formulação. Stengers (1993/2002) é clara ao afirmar que “(...) as ciências experimentais não são absolutamente representativas da totalidade do campo científico” (p. 29), uma vez que não existe uma apreensão “pura” de certo fenômeno³² e que o próprio sujeito não seria neutro, gerando implicações nas formas de apreensão. A filósofa, acerca do mito da ciência despolitizada e sem implicações de poder, ainda aponta que essa ideia persiste pela tradição epistemológica quando a “(...) imagem epistemológica garante, aqui, que um dia a inteligibilidade nascerá dos dados; um paradigma ou uma teoria virá recompensar o esforço empírico” (p. 31). Ou seja, que as coisas estariam aí, prontas para serem analisadas de acordo com tais “avanços” científicos.

Com base nessas condições, Dunker (2011/2021) aponta a causalidade a partir da observação e análise dos dados fenomenológicos, como um desses pilares que influenciaram Freud em sua direção rumo à psicanálise. Mais especificamente, a psiquiatria se depara na modernidade com um estatuto etiológico que provém de seus principais fenômenos expressos “(...) não apenas no corpo, como a dor, nem mesmo definidos como *déficits* de função (como as afasias para a linguagem), mas essencialmente dependentes do uso intersubjetivo da linguagem” (p. 351). Assim, a possibilidade para emergência da psicanálise se dá, entre outros fatores, por meio da relação entre o sujeito moderno e a ciência moderna.

Para Beer (2020), Lacan (1966/1998), em *A ciência e a verdade*, define Galileu como um teórico importante na inauguração de um novo tipo de racionalidade, vinculada diretamente a um estilo de raciocínio específico, que se fundaria a partir de sua relação de

³² Como já defendida anteriormente por Kant (1781/2015).

retroalimentação com a própria noção de sujeito moderno se deparando com sua experiência em sua própria constituição. A centralidade galileana não aparece apenas em Lacan, nas discussões sobre um atravessamento ontológico e, de maneira também epistemológica, sobre a questão relativa a esse marco. Preciado (2019/2022), ao falar de sua própria experiência enquanto sujeito dissidente do sistema sexo-gênero³³, reafirma essa questão apontada por Beer (2020) ao fazer referência a tal giro epistemológico – e aqui pensado como novo tipo de racionalidade – promovido por essa nova posição epistemológica.

Essa discussão se faz relevante na medida em que, baseada em formulações teóricas a respeito de uma assunção sexual do sujeito e por apropriações psicanalíticas difundidas culturalmente (BUTLER, 1990/2014), existe uma crítica à psicanálise relativa justamente a esse ponto de encontro entre epistemologia e sexual. Assim, para Preciado (2019/2022), a psicanálise padece de um erro de significante na medida em que é estruturada a partir de uma epistemologia da diferença sexual, e que isso circunscreve certos limites à sua teoria e prática, bem como constitui um problema ético. Esse movimento caminha em congruência com a formulação apontada por Stengers (1993) sobre a ciência moderna, e é sustentada tanto por Beer (2017; 2020) quanto por Ambra (2022), a respeito de uma dimensão política que ao mesmo tempo se vincula e atravessa a epistemologia psicanalítica.

A crítica à psicanálise e a esse escopo metodológico, prático e teórico não é nova e nem descabida: em sua própria formulação, Freud (1923/2006b; 1933/2006c) já insistia que a psicanálise é um saber que não comporta fechamento, fim ou deveria se tornar uma visão de mundo. A crítica que Preciado (2019/2022) desenha é relativa a uma forma de entendimento sobre o sexual e sobre a sexualidade que, na psicanálise, seria sempre entendida e tomada sob uma perspectiva a-histórica e universal binária que partiria do binômio macho-fêmea. Uma concepção epistêmico-ontológica na medida em que situa a problemática referente ao sujeito e sua relação com o sexual já pautada nesse pressuposto (algo em nível pré-verbal, pré-social e pré-histórico, uma crítica já postulada por Butler (1990/2014)).

Apesar de consistente com leituras mais normativas da psicanálise sobre um suporte ontológico na formação do sujeito sexuado, essa colocação não é tão sustentável a nível ético da própria teoria; ou seja, há uma inconsistência devido à uma contradição interna. Como colocado por Gherovici (2022a), dentro do campo psicanalítico existem “(...) velhos pressupostos sobre formação do gênero e o desenvolvimento psicosssexual [que] continuam

³³ Sistema sexo-gênero é um termo primeiramente utilizado por Gayle Rubin (1975/2017) para descrever as formas de relação estabelecidas a partir de processos de divisão generificadas nas culturas por meio de uma relação direta entre genitália-sistema, reprodutivo-lugar, social-desejo sexual. Esse termo ganha destaque com a publicação de *Tráfico de mulheres: notas para uma economia política do sexo*, de 1986.

em vigor, tais como a dualidade de sexo, o papel fundador da diferença sexual e o casal parental (principalmente o hétero) como contexto chave e referência estrutural” (pp. 52-53) enquanto uma tentativa de circunscrição da sexualidade em algo já prescrito. Como Milner (1996) nos alerta, aquilo que para psicanálise logo se apresenta em termos de sexualidade é justamente “(...) o lugar da contingência infinita nos corpos” (p. 56). Isso significa que o que concebemos enquanto a existência de um, dois ou mais sexos é contingente às formas possíveis de ser literalizável, em certa medida materializável, apresentado em linguagem e atravessado pelo inconsciente.

Quando tomado enquanto um objeto de interesse e investigação, o sexual se mostra um objeto um tanto quanto ingrato. Se partirmos de formas já estabelecidas e normativas da leitura e compreensão dele, guiados por uma epistemologia que não comporta modificações, ou por uma tradição ontológica que não repensa a si mesma por meio dos movimentos de causalção mútua e retroalimentação das formas de se existir e se (re)nomear, caímos na problemática denunciada por Preciado – em vias externas à psicanálise – e denunciadas dentro da psicanálise – seja por Van Haute e Westerink (2017; 2021), Ambra (2022) ou Gherovici (2022a). É assim que, a partir de sua epistemologia potencialmente mutante e incisivamente atravessada pelo sexual, a psicanálise pode se utilizar de sua formação híbrida, clínico-teórica, para não cair nas mesmas armadilhas paradigmáticas obsoletas de ciências que não relevaram (e até mesmo negligenciaram) outras formas de saber. Gherovici observa:

Como clínicos, temos a responsabilidade ética de assumir uma atitude mais tolerante com manifestações diferentes e não normativas da sexualidade, manifestações não limitadas pelos papéis de gênero tradicionais. É possível aprender muito sobre sexo e gênero com analisando marginalizados por conta de raça, classe, gênero e sexualidade. Tal experiência radical de escuta pode reorientar a prática e melhorá-la (2022a, pp. 49-50).

Compreendemos que destrinchar as questões e tensões relativas à relação que o sexual produz no campo psicanalítico é algo não apenas relevante, mas extremamente necessário no debate existente em relação à ontologia e epistemologia da própria teoria em uma tentativa de não-fechamento ou patologização serial de condições existenciais que não são um adoecimento em si. Precisamos então considerar as questões contingenciais contemporâneas e as mudanças paradigmáticas que o crescente interesse na sexualidade humana pelo pensamento científico, acadêmico e biopolítico produziu desde meados do século XVII. Em termos de um horizonte possível neste meio, pensamos no sexual, sim, enquanto um problema, mas um problema que estremece as bases sempre incompletas de outros saberes. E, indo de encontro ao que Gherovici (2022a) e Zupančič (2008/2022; 2017/2023) defendem, acaba por produzir sempre um curto-circuito epistêmico-ontológico.

5.1. EPISTEMOLOGIA E PERMEABILIDADE

Como então a psicanálise se consolida enquanto um conjunto teórico sem uma epistemologia definitiva? Aqui a questão envolve pensar uma epistemologia da psicanálise de cunho sexual, uma espécie de barroco epistemológico enquanto base norteadora para possíveis espaços permeáveis em termos ontológicos, éticos e políticos. Partiremos então de uma breve delimitação sobre a relação de conhecimento, saber e epistemologia na tradição ocidental, como se deram as formalizações e quebras que ressoam no nosso problema relativo à epistemologia da psicanálise e sua condição sexual.

Nessa tradição ocidental que deriva da filosofia grega, o conhecimento sobre uma determinada coisa só pode ser alcançado e validado pela *episteme* dessa coisa. A *episteme* teria um compromisso ético em condicionais de falseamento e seria uma forma de conhecer livre de juízos, percepções momentâneas ou de sentimentos sobre a verdade de determinado objeto e do conhecimento em si (PLATÃO, 369 a.C./2017). A *episteme* é, a princípio, formulada por Platão como um conceito relacionado à *techné*, ou seja, à uma habilidade de se fazer algo que é correspondente a um suporte sobre um conhecimento preciso e especializado de certa coisa. Quando esse conhecimento não detém a verdade de algo e se baseia em determinada opinião que pode ser refutada por vias de falseabilidade, essa forma de conhecer é nomeada de *doxa*. Apesar de, em um primeiro momento, a *doxa* e a *episteme* de uma coisa não serem separáveis por só termos acesso a algo por meio de nossa percepção, a cisão entre elas e a delimitação de uma *episteme* que contenha a verdade de algo, e que não seja passível de contaminação pela experiência sensível, fica em evidência enquanto um objetivo. Partir de uma determinada coisa, de um princípio de verdade, que pode dar bases para se conhecer algo e o diferenciar de o que não o é, e, proveniente de uma tradição filosófica que remonta à Grécia Antiga que, à sua maneira e passando por transformações importantes ao longo da história da filosofia, deixa uma marca na forma de se conceber o mundo, a verdade, as coisas, o conhecimento.

Ainda que seja um ponto de questionamento, não vamos insistir em problemáticas concernentes ao retorno da filosofia grega como ponto de partida; ele não é um ponto de partida livre de interferências, de um posicionamento epistêmico ou de certa historicização sobre a verdade do mundo e das coisas, mas antes uma afirmação de que há uma forma de se pensar que decorre dessa herança, que foi ferrenhamente forjada como “A” verdade do mundo e das coisas. Dependendo das formações discursivas, de jogos de poder, de valorações de

certas continuidades conceituais à outras, de comunhões sobre a verdade que repousa sobre algo e, na modernidade, da ascensão da ciência como forma de conhecer e da categoria de sujeito enquanto horizonte nodal do conhecimento (FOUCAULT, 1966/2016), a filosofia se apresenta como uma forma possível do saber (passível de transformação e transmutação por sua forma inerentemente incompleta e metafísica) a partir de contingências que não correspondem puramente ao conhecimento, às coisas ou ao conhecimento das coisas.

Se a filosofia aparece na Grécia, é em função de uma contingência mais do que de uma necessidade, de um ambiente ou de um meio mais do que de uma origem, de um devir mais do que de uma história, de uma geografia mais do que de uma historiografia, de uma graça mais do que de uma natureza (DELEUZE; GUATTARI, p. 125, 1991/2010).

Ao inferir que a forma como concebemos o conhecimento se relaciona diretamente com proposições aristotélicas, indicamos uma construção discursiva baseada em determinados padrões. Essa busca pela afirmação da certeza, pela afirmação da verdade sobre as coisas, possibilita a condensação de diferentes formações discursivas que se justapõem e atuam sobre continuidades ou descontinuidades temáticas (FOUCAULT, 1969/2008a). Apesar de o ímpeto herdado do estabelecimento da verdade, da origem e da certeza sobre as coisas e sobre o conhecimento, não nos propomos a viabilizar uma leitura evolucionista das construções sobre o saber. A via que propomos é do saber enquanto um conjunto de possibilidades díspares que ora se reúnem, ora se distanciam, ora se fundem e ora proporcionam novas leituras, sendo atravessado por contingências de poder, potencialidade de aceitação, ou não, de metáforas compartilhadas comunalmente³⁴, e imbricadas em jogos de verdade.

Em termos aproximados um pouco mais gráficos e simbólicos, uma possibilidade é conceber o conhecimento enquanto um processo análogo à geologia. Há um processo de sedimentação de positivities discursivas que se debruçam sobre uma mesma superfície, que operam em processos de dobramentos e desdobramento, se fundindo epistemologicamente. Essas fusões comportam a preservação de certos elementos e a constituição de elementos novos que se fazem à luz do choque entre as sedimentações; ora ganham mais atenção por seu brilho, ora por sua forma, ora pela raridade ou pela composição. Mas o que torna possível essa analogia é a proposta de não haver uma linha certa, evolucionista, controlada e que é o único acesso às verdades produzidas pelas coisas (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Butler (1993/2019) define superfície enquanto um processo de estabilização de algo ao longo do tempo que induz a produção de um efeito de “(...) demarcação, de fixidez e de

³⁴ Definição nietzschiana sobre o sentido da verdade que só se faz enquanto metáforas que são compartilhadas em certas comunidades. Essa definição se encontra no texto *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*, escrito por Nietzsche em 1873.

superfície” (p. 28) na materialização da materialidade. A autora se delimita, em sua obra, nas maneiras como a materialidade é produzida enquanto uma materialidade em si, produzida por significados discursivos que são acoplados à matéria dando uma espécie de existência pré-verbal e eterna, independente da interferência humana, “natural”. Ou seja, é possível nos valer dessa definição butleriana para inferir que, na produção do conhecimento, há uma produção de efeito e demarcação de fixidez que resulta na estabilização de significados atrelados a determinados saberes. Não há um único caminho pronto, ou algo pré-definido (como por exemplo, um instinto na biologia) que nos leva a um destino único ou a condições que são sempre as mesmas.

Mais especificamente no campo de estudo destinado à epistemologia, Karl Popper (1934/2013), um filósofo e epistemólogo britânico do século XX, defende a produção de uma epistemologia normativa orientada pelo princípio de falseabilidade enquanto um parâmetro tido como universal capaz de dar conta de diferentes ciências. Segundo Beer (2020), “[o] alçamento da falseabilidade a condição essencial da prática científica suscitou uma discussão intensa, não por se contestar a importância da possibilidade de contradição de teorias dentro do pensamento científico, mas por sua generalização enquanto traço prescritivo” (p. 85). A falseabilidade é o critério que proporciona à ciência um afastamento de dogmas ou verdades universais transcendentais relativas ao saber e ao conhecer que não podem ser refutadas.

Stengers (1993/2000), por sua vez, propõe uma crítica incisiva a Popper em relação aos critérios de falseabilidade enquanto um elemento condicional da epistemologia, uma vez que, nas condições de um conhecimento científico, a falseabilidade seria sempre contextual e condicional, impondo restrições ao que pode ou não definir o que é científico – já que só poderia apontar o que já teria sido científico. A crítica de Stengers se sustenta por não considerar essa viabilidade de validação de um conhecimento em categorizações como “ciência” e “não ciência”, sem necessariamente produzir uma visão crítica a respeito do que estaria no centro da ciência, mas que é lido como alguém dela, como a política. Como aponta Beer (2020), acerca da epistemologia psicanalítica, a relação de inseparabilidade entre teoria e clínica na produção de seu saber é um dos pilares fundamentais tanto das críticas de epistemólogos a ela e ao seu caráter científico, quanto àquilo que proporciona essa viabilidade de mutação e revolução paradigmática dentro da própria teoria, e a possibilita estar à altura de seu tempo e se dispor a enfrentar novas formas de adoecimentos contemporâneos. Dessa forma, é a partir de uma epistemologia difusa (sempre relacionada com a ontologia) que há um conjunto conciso teórico que constitui a psicanálise.

Se em Freud a necessidade de dados científicos análogos a um cientificismo empírico de base físico-químico é importante para pleitear a validação de sua teoria em um campo teórico-clínico (FREUD, 1923/2006b; 1933/2006c), em Lacan essas bases são deslocadas para o estruturalismo, transcendentalismo, linguística e matemática na consolidação dos três registros inconscientes (real, simbólico e imaginário) enquanto esses balizadores. Nessa tradição freudo-lacanianiana, além da forma como os psicanalistas incorporam outros saberes e estruturas epistemológicas à essa lógica e produção do saber psicanalítico, Zupančič (2008/2022) defende o posicionamento irreduzível destes psicanalistas frente à sexualidade.

Não é de hoje que aproximações da psicanálise com outros campos do saber são feitas e/ou propostas. Freud em vida e obra promoveu essas relações:

- a) por meio do raciocínio empirista; em relação à antropologia e à sociologia de sua época (ao incorporar o social enquanto um elemento necessário e fundante de uma possível teoria do sujeito);
- b) à arte enquanto uma disciplina que pode conversar muito com a psicanálise (seja por um movimento sublimatório daqueles que a produzem, seja por interpretações de obras e produções artísticas);
- c) à própria modificação epistemológica de uma nosografia psiquiátrica de seu tempo a serviço de um protótipo etiológico que vislumbra como horizonte o inconsciente – e não só correspondências entre patologia e ordem orgânica.

Desenvolvendo o germen teórico no ponto alto do reconhecimento do saber interdisciplinar de psiquiatria e neurologia, a clínica psicanalítica que emerge com a produção e atuação clínica de Freud é primeiramente definida como um “(...) método de escuta e intervenção sobre a fala” (DUNKER, 2011/2021, p. 363).

Ou seja, a psicanálise é uma clínica, mas uma clínica que subverte sua estrutura a seus próprios pressupostos. A hipótese que introduzimos aqui é a de que a psicanálise subverte, na acepção forte do termo, o estatuto dos parâmetros da clínica da qual se originou. Há uma relação de corte e ruptura constitutiva quando se pensa na passagem de uma clínica do olhar para uma clínica de escuta. Há, ainda, uma relação de subversão quando se retomam seus elementos (DUNKER, 2011/2021, p. 364).

Se há indissociabilidade entre teoria e clínica na própria produção da psicanálise enquanto campo de saber, essa dupla inscrição metodológica carrega em si um potencial para transformações inerentes à permeabilidade condicional da contemporaneidade. A necessidade de movimentações teóricas e revoluções paradigmáticas nos campos de saber são imprescindíveis para que as teorias possam permanecer em um estatuto de validação e não se tornarem obsoletas. Beer (2020) traz as marcas da permeabilidade epistemológica da psicanálise no estabelecimento da cientificidade no que concerne a própria produção de

verdades e sentidos de verdade no decorrer do século XX. A validação, replicação e continuidade de uma vertente epistemológica carregaria, em si, um aspecto político velado (BEER, 2020), como exemplificado por Stengers e Chertok (1990), ao analisarem a recusa de Freud frente à hipnose como método clínico devido às preocupações sobre um certo posicionamento político-epistemológico. Essa decisão é concernente à validação da psicanálise no campo da ciência como forma de instituir uma diferença com conhecimentos de senso comum e até mesmo conhecimentos vindos de um misticismo.

Pois bem, existe uma metodologia aplicável à clínica com base na teoria que sofre mudanças de acordo com validações (políticas, epistemológicas, éticas) concernentes ao próprio objeto de estudo da psicanálise. É nesse ínterim que inconsciente e linguagem se deparam necessariamente com a dimensão ontológica de sua pertinência e existência e se organizam enquanto uma membrana fundamental presente na formação do psicanalista e na produção em psicanálise. Ambra (2022) defendendo a primazia da clínica frente à teoria e uma modificação retroalimentativa entre ambos, promove uma discussão que exemplifica como aspectos inerentes à teoria tangenciam uma definição epistemológica e ontológica em diálogo com campos do saber que discutem gênero e sexualidade. Sendo assim, a teoria psicanalítica é entendida como um instrumental que precisa ser sempre revisitado pela clínica e, caso apresente alguma insuficiência, ela precisa ser revista e problematizada.

Revisitar a teoria psicanalítica não significa seguir à risca um manual de escrituras sagradas da psicanálise – afinal, a diversidade na própria transmissão das “escrituras” carregam marcas linguísticas, de tradução, do tempo e marcas políticas (SOUZA JR, 2017) –, mas conduz uma dimensão ética do analista acerca das questões concomitantes à uma clínica que discuta questões inerentes ao seu tempo. Althusser (1976/1985) defende que isso só é possível porque a psicanálise é um saber que se situa dentro do conflito que teoriza, ou seja, o próprio conflito produz parte da própria realidade conflituosa. Além disso, significa que ela é uma ciência conflitante que luta constantemente contra seu revisionismo interno. Como Althusser aponta, a teoria fundada por Freud sofre paulatinamente tentativas de anexação e revisão – como podemos ver nas constantes reatualizações e edições de textos psicanalíticos ao longo das décadas pelo próprio Freud (VAN HAUTE; WESTERINK, 2021). Ainda assim, compete à composição do saber psicanalítico associado, entre outras questões, posicionamentos políticos e validações de variação de sentido de verdade (BEER, 2020).

O sentido de verdade é apresentado por Dany Nobus e Malcolm Quinn (2005) enquanto uma base fundamental de pistas sobre uma epistemologia psicanalítica, que residiria na condição do sujeito moderno ao se deparar com a impossibilidade inerente do desejo de

saber que coincide com o fracasso do conhecimento *per se*. Esse estudo da produção do conhecimento necessário de um saber, na modernidade e ascensão da ciência enquanto face da verdade (BEER, 2020), se depara com uma fratura na ideia de que a epistemologia sustentaria sozinha as bases conceituais de um saber. O que existe, em contrapartida, é uma impossibilidade de se produzir o campo do conhecimento necessário apenas pelas bases normativas epistemológicas. Por não se sustentar sozinha, ela responde também à necessidade de intersecções com campos externos (sejam eles complementares ou suplementares). Para Beer (2020), há um rompimento com os ideais científicos e de sujeito previamente estabelecidos na época freudiana e reformulados por Lacan (1966/1998b), que acarreta nesse ideal multifacetado científicista ou, como nomeia Assoun (1983), um barroco epistemológico, pois:

Para compreendê-la, não hesitemos em falar de barroco epistemológico. Se é verdade que o barroco é o encontro de estilos heterogêneos compostos numa totalidade onde cada heterogeneidade é constituinte, podemos muito bem falar de barroco, na medida em que a epistemologia freudiana opera nas fronteiras de tradições estrangeiras. Contudo, se o barroco constitui, por si só a emergência de um estilo novo que não esgota a soma de seus componentes, profundamente original, ainda é a esse título que a psicanálise se institui como barroco epistemológico. Ademais, a analogia estética não é fortuita: num certo sentido, é a um trabalho de artista que doravante se entrega Freud. Está em condições de forjar com suas próprias mãos um dispositivo novo, de fundar uma prática que perdeu suas origens (ASSOUN, 1983, p. 135).

Esse estilo multifacetado, ou barroco, seria então um modo de composição epistemológica que não se separa da própria ontologia ou da construção de saberes epistêmico-ontológicos modernos. O modo como a psicanálise se propõe a definir noções de saber e de objeto diz respeito tanto à forma de questionamento e produção interna da sua teoria, quanto a questões externas que podem esbarrar, tangenciar ou perfurar o saber psicanalítico. Ayouch (2021) caracteriza uma aproximação do que chamamos de “estilo multifacetado da psicanálise” com outros saberes como uma função híbrida proveniente de sua própria constituição epistemológica. O autor destaca esse processo de formação mútua que condiz com uma impossibilidade de ilhar a psicanálise de um arquipélago de saberes que se encontram em constante relação e tensão. Uma experiência de maneira análoga a essa linha diria que não há psicanálise fora da linguagem, não há sujeito fora do discurso, mas há linguagem e há discurso fora da psicanálise.

Ayouch (2022) define o termo “hibridez” a partir de 3 formas relativas a:

- a) um significado que remete à organização de parentescos e pertencimento em que o híbrido seriam filhos de pai ou de mãe estrangeiros;
- b) o significado concernente à fisiologia de um indivíduo, em que este espécime seria proveniente de duas espécies diferentes;

- c) o significado na gramática quando aplicado a palavras compostas de elementos distintos de línguas diferentes (aqui o autor cita o exemplo da palavra bicicleta, proveniente da junção de prefixo do latim *bis*, radical grego *κύκλος* e o diminutivo *-eta*).

É assim que, para o autor, a psicanálise seria híbrida nessas três formas porque “[ela] provém de diferentes espécies epistemológicas, é definida pela estrangeiridade e articula numerosas línguas” (p. 32). Um modelo plural de várias faces que se interligam e que se dispõem e se dispersam pela sua própria condição ubiqüitária³⁵.

A hibridez da psicanálise se encontra na pluralidade dos modelos teóricos lacanianos, primeiro psiquiátricos, depois linguísticos, estruturais, topológicos, matemáticos e lógicos. (...) Através de suas misturas epistemológicas, a psicanálise parece provocar uma desnaturalização dos modelos que ela toma emprestado: esses não são mais específicos de uma epistemologia particular, mas se tornam modelizações, suscetíveis de se entrelaçam para designar um processo de enunciação (AYOUCH, 2022, p. 33).

De uma forma ou de outra, o que é colocado por esse estilo barroco ou pelo híbrido, é que a psicanálise se constitui por uma não-separação completa entre o que é interno e o que é externo a ela. O barroco também é um estilo único que compreende uma heterogeneidade para compor seu escopo, um estilo que não se esgota em si mesmo, mas que, por meio de tensionamentos com outros campos do saber, pode promover a manutenção de uma teoria ao mesmo tempo em que ela se desdobra em si mesma por sua permeabilidade.

Uma questão presente na própria apresentação de pistas epistemológicas da psicanálise é sua relação com o campo do sexual desde sua fundação, o caracterizando enquanto objeto de investigação da modernidade e qualidade analítica coexistente à subjetividade moderna. A condição perverso-polimorfa da sexualidade humana e a centralidade da pulsão enquanto condição coexistente para a emergência do sujeito na contemporaneidade recolocam o sexual enquanto conceito chave tanto nas discussões sobre ontologia, quanto (e principalmente) nos debates acerca da epistemologia. Retornando à nossa premissa, para a psicanálise tudo não é e é, ao mesmo tempo, sobre sexo. É assim que Freud não diz exatamente que o sexo está em toda parte: o que é colocado pelo autor é que o campo do sexual se apresenta onde menos esperamos encontrá-lo, uma vez que a própria emergência da psicanálise decorre de sua aproximação com estudos sobre sexualidade (ZUPANČIČ, 2017/2023).

Ademais, seu critério científico para tratar a objetividade do seu objeto nada mais é do que antagônico e não-neutro. Isso faz com que, por mais que o psicanalista se coloque na posição de neutralidade, ele não vai conseguir ver tudo de todos os lugares, o levando à

³⁵ Da ecologia: que se adapta a qualquer meio, e enquanto adjetivo que tem a faculdade de estar em diferentes lugares ao mesmo tempo, que existe em toda parte (FERREIRA, 2010).

incapacidade de “descobrir” a essência desse objeto antagônico, antinômico e conflituoso, e podendo apenas ocupar certos posicionamentos. Para Zupančič (2008/2022), que segue com a proposta de Althusser em sua teorização, o ponto nodal em que a psicanálise sempre assume sua posição é justamente o *sexual*. Essa condição é apresentada enquanto contingencial, na medida em que a emergência do sujeito é coextensiva ao sexual – o que nos leva em direção a uma relação mais próxima do sexual com a ontologia e com aquilo que marca a ontologia psicanalítica: a negatividade.

5.2. ONTOLOGIA E NEGATIVIDADE

A sexualidade é regada de todas as maneiras, mas não por causa de sua devassidão, mas na medida em que implica (e “transmite”) o saber dessa negatividade ontológica. (ZUPANČIČ, 2017/2023, p. 34)

Copjec (1994/2015) afirma que o sexo é aquilo que tem como função retirar o sujeito do campo da experiência possível, do conhecimento puro e de limitar a razão. Indo mais adiante, para Cossi (2022), isso corresponderia a afirmar que o sexo atesta a impossibilidade de saber ao próprio sujeito. Essa perspectiva aponta para o horizonte de que a negatividade intrínseca ao sujeito e a sexualidade são contingentes à ontologia na perspectiva psicanalítica, à negação e insuficiência da satisfação que sempre tende a se autoperpetuar na reprodução de si mesma em seus desvios constantes de uma necessidade natural.

No que tange a diferenciação dos seres, a ontologia voltada ao humano carrega a marca do negativo em sua própria constituição. Essa negatividade aparece enquanto diferença (seja ela a razão, a linguagem, a tecnologia, a cultura...) gerando a possibilidade de circunscrição do humano em um lugar privilegiado no reino animal. Segundo Zupančič (2017/2023), a diferença aparece primeiramente como uma diferença qualquer. Podemos pensar nas forças de classificação que operam por um meio de oposições a nível inclusivo e exclusivo em um sistema que tabulado por hierarquizações – e, lá no topo, o humano. Nas palavras da filósofa:

Ou seja, o problema com os humanos não é que eles sejam metade animais e metade outra coisa, mas que sejam metade animais, ponto final. Não apenas existe somente a parte animal, mas mesmo essa parte não é “inteira”, falta-lhe algo. E a diferença (toda a “superestrutura” da humanidade) é gerada no lugar desta falta (ZUPANČIČ, 2017/2023, p. 143).

Primeiro vamos nos debruçar sobre a constituição ontológica do sujeito que é primordialmente negativa. O que Freud nos proporciona com suas descobertas é a coextensão da sexualidade com a emergência do sujeito. Mas o que isso necessariamente significa? Quando falamos em sujeito, não necessariamente falamos em humano, não necessariamente falamos em homem ou mulher, mas sim concebemos um ser falante, um ser de linguagem, um ser consciente de si e dos outros (e, na psicanálise, um ser do inconsciente), um ser que contempla sua própria finitude. Não entraremos nos entremeios da metafísica e dos debates modernos acerca de definições de sujeito ou das definições e modificações que a teoria do sujeito veio sofrendo na modernidade; vamos nos atentar a esse ser falante que tem materialidade, a esse ser pulsional.

A contingencialidade pulsional nesse momento de emergência do sujeito nos encaminha para um processo constante de tentativas falhas de satisfação que desembocam nas formas mais distintas de desvios de uma função primordialmente orgânica. A teoria psicanalítica das pulsões apresentada por Freud nos força a contemplar o núcleo duro dessa problemática. Safatle (2007), sobre a condição ontológica na psicanálise, afirma que “[a] teoria da pulsão seria assim o que orienta, de maneira invariável, tal como o que se assenta sobre uma ontologia, a clínica em suas aspirações de validade” (p. 153). Retomando questões já apresentadas, o ponto não é separar completamente a função pulsional de uma via instintiva e orgânica do sujeito, mas sim possibilitar sua extensão para a perspectiva em que é possível a existência desse sujeito. Para Freud (1915/2021a), as pulsões não podem e nem devem ser completamente separadas das necessidades e funções biológicas-orgânicas; elas se originam delas e passam a habitar o sujeito. Freud demonstra, por meio da inevitabilidade da insatisfação pulsional, como a libido é uma energia caracterizada pela sua capacidade de transpor, inverter, recalcar, desviar e se deslocar de maneira inesgotável (SAFATLE, 2007).

Com base nessa perspectiva, para Zupančič (2017/2023):

(...) o conceito de pulsão (e de seu objeto) não é simplesmente um conceito de desvio de uma necessidade natural, mas algo que lança uma nova e surpreendente luz sobre a natureza da necessidade humana como tal: nos seres humanos, qualquer satisfação de uma necessidade permite, em princípio, que ocorra outra satisfação, uma satisfação que tende a se tornar independente e a se autopropetuar na busca e reprodução de si mesma (p. 145).

Ou seja: retornando a discussão sobre a pulsão e instinto, há um problema de tradução em relação ao instinto pela própria condição constitutiva da pulsão. Apesar de não significar aquele “piloto automático de sobrevivência inata visando à autopreservação” (ZUPANČIČ, 2017/2023, p. 151), não podemos nos perder e afirmar que não há nada de instintivo na

pulsão. Pelo contrário, eles não são completamente diferentes. Esse diferencial da pulsão é justamente não ser nem um instinto e nem algo como uma “exceção humana” em estado puro. A negatividade, na emergência da condição do sujeito, se efetiva pela via suplementar da impossibilidade de satisfação. E, por ser uma via pulsional, ela localiza a sexualidade no cerne da questão.

O que é postulado por Lacan em seu retorno a Freud, é como a entrada na linguagem retira o sujeito da dimensão da necessidade e o empurra em direção à satisfação, à demanda e ao reconhecimento. É esse índice negativo que marca o reconhecimento, ou, como afirma Freud (1925/2014), o ego só se expressa em uma fórmula negativa em seu reconhecimento por meio do inconsciente. Nessa forma negativa de se fazer, o sexual promove o que Zupančič (2008/2022) defende como um impasse ontológico – apontado por Lacan anteriormente – que aconteceria pela própria introdução e torção daquilo que faz o sujeito o que ele é.

Com base na relevância da pulsão, Freud privilegiou o campo da sexualidade para determinar algo da natureza do sujeito. Ele recorreu à formulação das pulsões de autoconservação enquanto separadas de uma energia libidinal sexual. Porém, ele repensará essa distinção entre o que seria essa energia libidinal sexual e uma força unificadora do Eu (autoconservação), quando, após *Além do princípio do prazer* (1920/2020a), ele se deparou com esse fio condutor de uma reflexão acerca dessa natureza da pulsão como um “espaço de manifestação de certa ‘negatividade’” (SAFATLE, 2007, p. 158). O desvio original da pulsão se deve a essa negatividade inerente à coextensão do surgimento do sujeito, Freud, portanto, às voltas com esse impasse, promoveu um giro epistemológico importante ao nomear essa condição de “pulsão de morte”. Ela não anula o efeito positivo da economia vitalista que esse “impulso” sexual gera, mas marca a impossibilidade da manutenção da satisfação e proporciona novas aberturas significadas enquanto perda. Isso permite que a pulsão de morte seja mais próxima a um princípio de perda como a entropia na energética (SAFATLE, 2007).

São nas tentativas de tornar consciente aspectos desviantes da sexualidade do sujeito que as fórmulas classificatórias se deparam com essa irreduzibilidade e impossibilidade. Na mesma linha que Copjec (1994/2015) e Zupančič (2008/2022; 2017/2023), Žižek (2020) adere à crítica em relação às teorias de gênero defendendo que a apreensão de uma nomenclatura neutra levaria à dessexualização do que já é e sempre foi sexualizado. O filósofo, no entanto, apela para questões derivativas da antinomia kantiana para se utilizar das fórmulas da sexuação e pensar a diferença sexual³⁶ no encontro das tentativas de classificações ontológicas da sexualidade. O autor defende que o antagonismo constitutivo do

³⁶ Esse apontamento foi feito primeiramente por Joan Copjec (1994/2015) em *Read my desire*.

sujeito, pautado na negatividade ontológica, inviabiliza a delimitação identitária da sexualidade em si. Em outras palavras, as tentativas de formalização, como, por exemplo, a via cisheteronormativa homem/mulher e suas “derivações” potencialmente opostas e divergentes presentes na sigla LGBTTTQIAPP+, transitam por essa dimensão da impossibilidade da fixação de uma identidade formalizada que possa sempre convergir. A regra, de forma contraintuitiva, seria a divergência.

Já Butler (1990/2014) defende a performatividade da assunção sexual do sujeito pelo gênero por meio da reiteração de atos discursivos. Todavia, uma delimitação em uma identidade de algo referente à sexualidade é, em si, impossível. A autora afirma que é necessária a edificação de identidades sustentáveis que possam abranger realizações concernentes às lutas políticas por direito, mas que a cristalização de tais identidades levará à ruína da própria luta e acarretará novas formas de discriminação às minorias. Butler (1990/2014) utiliza a categoria de mulher como um exemplo: incorporada como conceito primordial do feminismo, a categoria, que é vazia, tenta ser preenchida por vias falhas de identidades que se perdem em uma metafísica da substância do “ser mulher”, e essa cristalização leva apenas à discriminação de outras minorias que são inferiorizadas e invisibilizadas – ou, como a autora coloca, acabam tomando o lugar de abjeto.

Ou seja, as formações positivas das formalizações identitárias são necessárias enquanto algo que produz um efeito estabilizante e temporário daquilo que pode ser capturado, mas que pela própria constituição negativa tanto do sujeito quanto dos saberes, falhará repetidamente. A marca sexual possibilita que essas falhas possam operar enquanto torções nas vias do reconhecimento do sujeito em sua dimensão do *Eu*, tanto no laço social, quanto na luta política. Essa falha que a condição negativa do sujeito vai permear suas dimensões da sexualidade. Desse modo, podemos posicionar Žižek (2020) de maneira próxima³⁷ a Butler a partir de uma leitura psicanalítica da ontologia quando esta situa que novos conjuntos identitários “(...) são atos performativos que mudam o próprio (sujeito) objeto da sua descrição” (p. 288). Ou seja, por meio de uma impossibilidade de demarcação da ontologia pela sexualidade, o que problematiza a questão e nos leva de volta à presença constituinte da negatividade do sexual na ontologia.

³⁷ Apesar de propormos uma aproximação entre os autores nessa perspectiva, entendemos que há um debate extenso em curso em que os mesmos se posicionam de maneiras polarizadas através de suas próprias operações teóricas (BUTLER; LACLAU; ŽIŽEK, 2004). Porém, a respeito desse campo do sexual, a ausência de sentido do sexo e a negatividade constituinte do sujeito promove esse curto-curcuito constante na ontologia e desemboca em construções sempre fragmentadas por saberes dispersos.

6. PROBLEMA SEXUAL

Senhoras e senhores! Poderíamos pensar que não haveria dúvidas sobre o que se deve entender por “sexual”. É que, antes de tudo, o sexual é o indecente, é aquilo sobre o que não se deve falar. (FREUD, 1916/2021b, p. 187)

É nesse tom de ironia que Freud abre sua conferência *A vida sexual humana*, em 1916. E é dessa forma que também nos propomos a falar sobre aquilo que, já dito, não se deve(ria) falar. Sustentar o sexual enquanto um problema é sustentar um lugar frente à proibição, é sustentar tentativas de enunciação daquilo que não pode ser simbolizado e manifestado pela fala, é sustentar o sexual na sua própria concepção³⁸. Se Freud se propôs a falar sobre esse tema tão caro na sua época, é importante entender a forma como esse problema foi encarado, pensado e enunciado. O sexual como “indecente” é aquilo da ordem do pudor, do impróprio, do inconveniente, do incorreto, inadequado, inoportuno, imoral, obsceno; mas apenas o sexual atravessado pela sexualidade é marcado pela indecência. A grande questão com a qual Freud se deparou não é que não se podia, que não se devia, ou que era proibido falar sobre sexo, mas, sim, que as formas de se falar as questões sobre sexo importam.

Para que a dimensão da indecência exista, o que é da ordem contrária (ou seja, do correto e do aceito sobre o sexual), precisa ser produzido em uma dimensão social que abranja a subjetivação dos sujeitos. Quando Freud fez essa intervenção em 1916, o campo da sexualidade já carregava marcas densas que foram difundidas no campo social por discursos que convergiam com a moral religiosa, o sujeito de direito (possibilitada pela jurisprudência dos Estados-nações para as populações) e a prescrição do sexo saudável pela medicina vitoriana (FOUCAULT, 1976/2019; DAVIDSON, 2004). Voltado para uma plateia que incorpora esses resíduos discursivos enquanto verdades massivas, o psicanalista continua:

Falando sério, não é fácil indicar o que constitui o conceito de “sexual”. Tudo o que tem a ver com a diferença entre os dois sexos seria, talvez, a única coisa pertinente, mas os senhores acharão isso demasiadamente sem graça e amplo. Se os senhores colocarem o fato do ato sexual no ponto central, talvez declarem que o sexual seria tudo aquilo com que o corpo se envolve na intenção de obter prazer, especialmente com as partes sexuais do outro sexo e que, em última instância, objetiva a união dos genitais e a execução do ato sexual. Mas então os senhores não estariam muito distantes da equivalência ao sexual com o indecente, e o parto, de fato, não pertenceria ao sexual. Porém, se os senhores considerarem a função da reprodução como o núcleo da sexualidade, correrão o perigo de excluir toda uma série de coisas que não objetivam a reprodução e que, no entanto, certamente são sexuais, como a masturbação e o beijar. Entretanto, já estamos preparados para entender que

³⁸ Aqui, enquanto efeito de “gerar”, seja pelo uso comum na via metafórica durante todo texto, mas nesse ponto específico, também no sentido da geração da vida por fecundação sexual.

tentativas de definição levam a dificuldades; renunciemos a fazer melhor, justamente neste caso (1916/2021b, pp. 187-188).

A sua conferência segue colocando a definição do sexual como um problema nuclear a ser visto, pensado, repensado e enfrentado, mas não negado ou negligenciado. O inconsciente é um grande aliado de Freud no decorrer de suas constatações acerca do sexual e da sexualidade humana. É por meio dos processos relativos à repressão, ao desejo, às manifestações da culpa e da negação que é possível percorrer os caminhos que situam o desejo sexual perverso como a expressão estabelecida dentro do problema, *mas não como sendo o problema em si*. Próximo ao que fez em 1905 na obra *Três ensaios para* (2016a), a fim de desviar de preceitos morais disfarçados de “naturalidade”, é importante para o psicanalista seguir vinculando as manifestações sintomáticas e mecanismos inconscientes da neurose e da sexualidade “normal saudável” com as perversões. Freud pavimenta um caminho para defender que o problema sexual não é o direcionamento do desejo, a assunção ontológica generificada, as fixações pulsionais, os pontos de excitação, as práticas, as preferências ou os desvios de uma suposta norma naturalizada. O que ele faz é demonstrar que o sexual comporta uma problemática em sua própria constituição.

Para situar a psicanálise na problemática apresentada e não afirmar que a psicanálise inventa a roda (a sexualidade ou a perversão), o psicanalista demonstra como essas formas de sofrimento somatizados e diagnosticados como desvios são constituintes do sujeito moderno. Para defender essa tese, Freud recorre à sexualidade perverso-polimorfa como sua aliada e base epistemológica. Assim, localizando tal sexualidade como ponto estrutural do sujeito, ele propõe uma desestabilização dos parâmetros de normalidade e desvios instituídos pela psiquiatria. Ela é perversa-polimorfa na medida em que não comporta um horizonte delimitado, não tem uma única forma de manifestação ou um objeto definido. Freud é bem claro ao dizer: “[os] senhores incorrem no erro de confundir sexualidade com reprodução, e com ele bloqueiam o caminho para o entendimento da sexualidade, das perversões e das neuroses.” (p. 197). Nessa conferência de 1916 em específico, o foco girou em torno da importância da sexualidade infantil e sua relação com a sexualidade “normal”, mas não é a partir daí que o sexual interessa à psicanálise. Essa relação se apresenta já nas publicações pré-psicanalíticas (FREUD, 1886-1889/1996a) com o interesse pela histeria, o que dá a Freud o acesso a esse campo enigmático da sexualidade carregada de marcas morais vitorianas da época que foi revertida em modos compartilhados de sofrimento.

Mas então, como o interesse nas histerias, considerando o contato das vias possíveis de tratamentos em desenvolvimento, levaram o psicanalista a produzir uma teoria e prática

clínica que contempla o sexual (muitas vezes enquanto sexualidade) como ponto nodal da psicanálise? Pois bem, começar uma investigação que pressupõe uma origem sobre “o que veio primeiro, o interesse na histeria ou a questão da sexualidade?”, é ter que lidar diretamente com a questão que o sexual nos impõe: de ser um tipo de enigma de formação paradoxal. Um paradoxo porque, a própria proposição afirmativa dessa origem única de algo que pressupõe causalidade em outra coisa seria, ao se falar no campo do sexual, uma afirmação vaga suportada por uma suposta essência e/ou materialidade de significação transcendental. Uma essência de dupla inscrição conceitual: ao mesmo tempo material-orgânica (correspondendo às leituras pautadas na significação genital reprodutiva) e metafísica-ontológica (sobre a dualidade dos sexos em um sistema sexo-gênero binário).

Comumente quando falamos de sexo, articulamos seu conteúdo à prática da relação sexual e/ou à genitalidade sexualizada dos corpos. É importante apontar que essa leitura já carrega em si a naturalização de um discurso atravessado por jogos de poder que viabilizam a relação da assunção da categoria de sujeito e da categoria social vinculadas pela materialidade corporal. Nessa perspectiva, temos definido aquilo que é chamado de diferença dos sexos ou diferença sexual, que nada mais é do que a mitologia do corte e do eterno retorno de tentativas de reincorporação daquilo que uma vez foi um³⁹, mas que agora são e para sempre serão dois. Afirmamos que a diferença sexual se sustenta na teoria psicanalítica por algumas vias. Podemos perceber essa incorporação corpo teórico, por exemplo, nas afirmações freudianas sobre feminilidade (associada diretamente à uma categoria de mulher), sobre a primazia do Complexo de Édipo (como um regime de afetos, categorias ontológicas e sociais que se organizam em conjunto com o inconsciente) ou nas teorizações pós-freudianas que associam à psicose práticas sexo-afetivas que escapam ao regime heteronormativo.

Apesar de não ser o foco direto deste trabalho, essa questão atravessa e tangencia o problema do sexual e suas apropriações nas formas de saber. Sobre o viés político da questão, Ayouch e Charafeddine (2013) apontam que essa relação produziu uma marca não escrita de uma recusa de homossexuais nas escolas e academias de psicanálise que perdurou no século passado até a possibilidade de uma certa aceitação na França em 1964 por Lacan na Escola Freudiana de Paris⁴⁰. Elizabeth Roudinesco (ROUDINESCO, 2008), psicanalista e historiadora da psicanálise, apesar de fazer um ótimo trabalho sobre a genealogia da

³⁹ O processo de dessencialização do sexo e formalização da não-proporcionalidade entre o um e o outro, é comumente atribuído à herança de um mito da divisão do ser andrógino da filosofia grega e do mito da horda primeva de Freud, e trabalhado em sua forma lógica nas tábuas da sexuação por Lacan (1971-1972/2008).

⁴⁰ Ainda, a aceitação de analistas homossexuais pela IPA (Associação Internacional de Psicanálise) data da luta contra a discriminação nos meios psicanalíticos até 2001 (AYOUCHE; CHARAFEDDINE, 2013).

perversão, recentemente caiu na onda conservadora sobre identitarismo e reivindicou que vivemos uma “epidemia trans”, alegando estranheza frente ao “crescimento” de casos de crianças transgênero hoje em dia na França (VALLADARES, 2022). Essas considerações reiteram a nossa questão acerca das formas nas quais os efeitos retroativos de um teor político agem na comunidade psicanalítica sem que isso aconteça de maneira formalizada na teoria. Mas, por se tratar de um objeto multifacetado que aponta sempre para a elucidação dos fracassos frente a ele de forma dispersa e confusa, essas questões aparecem de maneiras difusas e dispersas na teoria.

Retornando e indo de encontro mais precisamente ao nosso ponto: como que Freud se depara com, e enfrenta esse (talvez outro) problema? Em sua conferência: *A vida sexual humana*, o psicanalista não relutou em se posicionar contra a patologização de diferentes modalidades de satisfação sexual por elas compreenderem a forma de satisfação variando de acordo com o processo pulsional de cada sujeito. Ele marcou em sua fala seu posicionamento frente a esse momento histórico em que ocorre a emergência da produção dos tratados sobre sexualidade no Ocidente em conjunto com a crença na patologização dos desvios sexuais. Freud afirma:

Agora, senhoras e senhores, como vamos nos posicionar frente a essas modalidades incomuns de satisfação sexual? Com indignação, com a expressão de nossa relutância pessoal e com a garantia de que não compartilhamos dessas paixões, não chegaremos a lugar algum. Não é para isso que somos solicitados. Afinal, trata-se de um campo de fenômenos como qualquer outro. Até mesmo uma recusa evasiva, de que seriam apenas raridades e curiosidades, seria fácil refutar. Ao contrário, trata-se de fenômenos bem frequentes e difundidos. Mas, se alguém nos dissesse que não temos de confundir nossas opiniões sobre a vida sexual por causa deles, porque cada um deles representa desvios e deslizos da pulsão sexual, então teríamos uma séria resposta à disposição (1916/2021b, pp. 191-192).

O lugar do psicanalista frente à sexualidade, começa a ser mais delineado a partir de então. Da mesma maneira que não é só da norma que se faz a sexualidade, nem só de histeria, inconsciente e Édipo vive a psicanálise. Em paralelo aos estudos sobre histeria do final do século XIX, Freud insiste também na clínica das neuroses, se deparando cada vez mais com esses conteúdos relacionados a questionamentos frente ao sexual. Se na tradição dos doentes dos nervos é levantada a hipótese da hereditariedade como fator primordial para o seu adoecimento, essa tradição francesa difundida principalmente com Charcot é refutada pelo psicanalista (FREUD, 1896/1994). Para falar sobre o sexual e ter uma visibilidade e validação sobre o que se fala, Freud adere ao método herdado dos tratados e proporciona uma forma enunciativa baseada nas formações psiquiátricas.

No momento em que o psicanalista se depara com as questões inconscientes (e inconsistentes) de seus pacientes na clínica, essa sustentação de que os desvios de uma

“norma sexual” se enquadram dentro da problemática patológica não pode mais ser mantida na psicanálise. Isso não significa que a psicanálise não compreende, em sua teoria, a normatividade de um sistema que relaciona genitalidade, sexualidade, desejo e ontologia apontando para o horizonte hétero-cis. As controvérsias sempre estão presentes, estão aí quando falamos dos estudos sobre histeria (VASCONCELLOS et. al, 2020), sobre hipótese repressiva, teoria da sedução e, principalmente, do Complexo de Édipo (AMBRA, 2020) – que são recheados de aspectos normativos. A possibilidade de quebra com a tradição se encontra nesse ponto disruptivo em que a psicanálise, na seara da sexualidade, aponta para a transfiguração de toda a noção do que é de fato o “problema” sexual.

Para podermos então situar a psicanálise frente aos problemas sexuais que ela ainda enfrenta, é importante estabelecer o que é essa tradição e o porquê da importância de certos posicionamentos. A psicanálise, como um saber situado em seu tempo, partiu de certas bases epistemológicas que também comportam recortes históricos e são atravessados por preceitos morais. Isso significa que, antes de poder se afastar das concepções vigentes que naturalizam saberes por meio do dispositivo da sexualidade associado à biopolítica (e conseqüentemente ao biopoder), Freud, de certa maneira, replicou esses saberes – seja em sua totalidade, ou, mais comumente na teoria psicanalítica, de maneira parcial.

Quando falamos em biopolítica, nos direcionamos para um conceito anterior que possibilita sua base: o biopoder. Em termos mais gerais, o biopoder é a nomeação foucaultiana para os dispositivos que interferem e incidem diretamente nos processos vitais dos sujeitos. Para o filósofo, há uma divisão importante nessa definição: a anátomo-política do corpo, referente aos dispositivos disciplinares que têm como função a extração de sua força produtiva e a biopolítica. Por sua vez, a biopolítica se caracteriza pela forma como esse poder é aplicado à gestão dos viventes por meio de formas de governos emergentes da modernidade. As práticas que os Estados modernos impõem às populações para regulação das massas, são maneiras de regular a vida e a morte, ou seja, um biopoder. (FOUCAULT, 1979/2008c). A sexualidade é o ponto de intersecção entre eles, uma vez que contempla variações de aplicabilidade e gestão do biopoder.

Enquanto médico, Freud percorreu os caminhos da psiquiatria da era vitoriana e, nesse contexto, replicou parte dessas formalizações metodológicas no início da psicanálise até romper paulatinamente com questões mais rígidas. Em sua existência contemporânea à Freud, a psiquiatria sofreu de uma grande marginalização dentro do campo da medicina. É importante ter isso em vista para pensar as formas que a psiquiatria tenta dar conta das questões sexuais também situada nessa mesma época. Portanto, é necessário colocar em voga

o próprio estatuto de norma e o de sexualidade pelo qual estamos acostumados a nos deparar, principalmente dentro do campo psicanalítico. Defender que só a psicanálise detém um saber sobre o sexual que abarca todo o ponto disruptivo e que promove uma quebra abismal em relação à norma, à psiquiatria e à toda história do saber epistemológico ocidental, é deixar de lado que ela também está no fluxo da mesma roda que a fundamentou. Freud, apesar de muitos malabarismos e de teorizações importantes acerca da problemática sexual, também é muito categórico em suas investidas normativas ao longo da teoria (VAN HAUTE; WESTERINK, 2017; 2021). A importância de certos posicionamentos teóricos-políticos que o psicanalista toma para si podem nos ajudar a esclarecer algumas das modificações epistemológicas no entendimento do sexual que ocorreram na modernidade pós-psicanálise.

Ele finaliza sua conferência sobre a sexualidade humana com a seguinte passagem:

Certamente os senhores terão ouvido falar que o conceito de sexual na psicanálise sofre uma ampliação abusiva, com o propósito de sustentar as teses sobre a causação sexual das neuroses e sobre a significação sexual dos sintomas. Agora os senhores podem julgar por si próprios se essa ampliação é injustificada. Nós ampliamos o conceito de sexualidade apenas o bastante para que ele também possa abranger a vida sexual dos perversos e das crianças. Ou seja, nós lhe devolvemos sua dimensão correta. O que se nomeia de sexualidade fora da psicanálise diz respeito a uma vida sexual restrita, a serviço da reprodução chamada de normal (FREUD, 1916/2021b, p. 206).

A conferência *A vida sexual humana* é de 1916, mas esse processo acerca do problema sexual vinha sendo desenvolvido décadas antes. O texto *Três ensaios*, de Freud, é quase canônico e reverbera até hoje nas questões que concernem a sexualidade. Com sua produção e publicação em 1905 o que Freud propôs foi, primeiramente, como sua descoberta sobre a sexualidade humana é uma quebra de referência ao que vinha sendo produzido no meio médico psiquiátrico ocidental até então. A grande questão postulada por ele é que a sexualidade é intrinsecamente sem sentido, um problema que não comporta a finalidade da totalidade do sentido genital produzido pelo humano vinculado a um imperativo reprodutivo. Ao dessencializar o sexo, a psicanálise rompeu com as normas genitalizadas dos processos de ontologização dos sujeitos. Porém, como já foi dito anteriormente, ela não o fez sem cair em suas próprias contradições internas sustentadas ao longo da teoria. Propomos, então, uma recapitulação desse percurso e a refação desses passos a respeito do “problema” ao qual Freud se deparou e como são as formas, tentativas, falhas, e possíveis resoluções que o psicanalista encontrou em sua prática clínica conjuntamente com o desenvolvimento da teoria.

6.1. EMERGÊNCIA⁴¹ SEXUAL

Em outras palavras, ao se tornar referencial do discurso, a sexualidade deixou de ser conotada por uma valorização ou designada por uma prescrição, tornou-se campo de saber e campo de libertação. (FOUCAULT, 1964/2021, p. 147)

Indo na direção contrária a que Freud (1916/2021b) enuncia na abertura de sua conferência com Foucault (1976/2019), podemos entender que se falava sobre sexo, sim: se falava o tempo todo e de diversas formas, mas sempre dentro de um escopo discursivo. O filósofo expôs em sua obra como os dispositivos de poder possibilitam e limitam certas aplicações condicionais da *scientia sexualis*. Foucault demonstra que temos duas maneiras dominantes e distintas de lidar com a sexualidade e com os discursos sobre o sexual entre o século XVII e XIX. Enquanto o oriente precede da ética de uma *ars erótica* em que a verdade sobre o sexo e da sexualidade é extraída do próprio prazer relacionando à prática e à experiência, no Ocidente a experiencição passa por um crivo da forma como se fala e se valida práticas de sexualidade a partir de uma série de normas.

De maneira incisiva, o filósofo afirma que “(...) pelo menos até Freud, o discurso sobre o sexo – o dos cientistas e dos teóricos – não teria feito mais do que ocultar continuamente o que dele se falava.” (p. 59). O que se falava sobre sexo e sobre sexualidade, então? O campo científico ocidental se debruçava sobre o sexo a partir daquilo que fugia ao regime normatizado de uma sociedade que bebia heteronormatividade patriarcal no café, almoço (chá da tarde) e jantar. Para se falar de sexualidade se falava em perversões, aberrações, anulações patológicas, desvios, inversões sexuais e exasperações mórbidas (FOUCAULT, 1976/2019; DAVIDSON, 2004).

Via de regra, a sexualidade é criada e validada nas sociedades ocidentais se pautando na herança darwiniana do evolucionismo das espécies e da reprodução (hétero)sexuada enquanto o único fim possível para os desejos e atos sexuais – um sentido que incorpora significados discursivos que são cultural e regionalmente situados como dados naturais biológicos. Ou seja, tudo que não é voltado para a reprodução é algo a ser resolvido e recolocado dentro da norma e, já que partimos de um aspecto evolucionista que comporta o instinto (concebido pela cultura heteronormativa) enquanto fator primordial, se reproduzir é inato ao ser humano. Isso resulta na equação de que todas as práticas que não se encaixam

⁴¹ Emergência primeiramente enquanto aquilo “que emerge”, que “traz à luz” e “sobe à superfície” — derivado do latim *emergere/emergentia*. Mas também enquanto uma situação crítica, grave, perigosa e que não pode ser adiada (FERREIRA, 2010).

nesse escopo são consideradas um problema sexual.

A heteronormatividade é uma forma padronizada de assunção de sexo e de gênero congruente com a divisão hétero entre homem/mulher e com determinados papéis sociais aplicados por meio da matriz compulsória heteronormativa (BUTLER, 1990/2014). Em outras palavras, ela é entendida enquanto uma congruência entre padrões de normas sociais, formas de expressão de gênero, e direcionamento do desejo atrelado à lógica da diferença dos sexos e estabilização da epistemologia da diferença sexual aplicada a um processo de biopolítica da população. Esse termo carrega suas origens no sistema sexo-gênero de Gayle Rubin (1975/2017) e da heterossexualidade compulsória, cunhado por Adrienne Rich (1980/1986). O termo “matriz compulsória heteronormativa” é uma releitura feita por Butler (1990/2014).

Para que essa matriz funcione e se mantenha, é necessário que ela tenha sido anteriormente instituída por uma epistemologia que comporte um ponto balizador do que é o normal e do que é entendido enquanto patológico em termos sexuais. Um ponto norteador que traça o ponto de convergência entre moralidade, reprodução enquanto o subproduto social esperado das relações, e, linearidade do desejo sexual, é desenvolvido a partir da diferenciação anatômica de genitálias, que por sua vez data de estudos realizados entre os séculos XVII e XIX. Porém, é só em 1891, a partir dos tratados biológicos de Lineu e das teorias genéticas de Hermann Henking, que essa diferenciação passa a ser pensada em nível molecular (essencial) com a descoberta dos cromossomos X e Y (PRECIADO, 2019/2022).

Ao passar de um modelo epistemológico monossexual para um modelo de diferença sexual essencializada materialmente, o antigo modelo metafísico é substituído pelo modelo biologizante binário emergente (LAQUEUR, 1990/2001) – uma nova forma de pensar o corpo institui a diferença enquanto essência. A estética da diferença sexual inaugurou um estilo de raciocínio (DAVIDSON, 2004) que assombrou toda a tradição epistemológica que sustenta a ontologia política do patriarcado. Para Preciado (2019/2022), essa estética se baseia na universalização de marcações concernentes às capacidades reprodutivas e características anatômicas. Mais ainda, Davidson (2004) aponta que a emergência da sexualidade como objeto de crescente interesse científico coincide com o declínio do regime anátomo-clínico na psiquiatria ocidental e, nesse momento, abriu-se uma lacuna epistemológica que infere na relação direta da psique com afecções desviantes e patológicas da sexualidade.

Essa revolução na forma de entender o sexo é resultado de um interesse científico do Ocidente na sexualidade e na utilidade social das práticas sexuais, essa relação decorre de processos convergentes de poder entre formas de saber e controle populacional (FOUCAULT, 1976/2019). Mas o que necessariamente isso significa? Segundo Foucault (1976/2019), as

formas de se conceber quem que pode vir a ser sujeito, quem pode ser ou é pertencente a uma nação e quem tem direito à vida, se relacionam com as formas de organização social das boas práticas sexuais, do uso dos prazeres, da diferenciação de corpos, da hegemonia da função anatômica reprodutiva dos corpos, das formas de concepção dos saberes vigentes e das atribuições de verdade sobre as coisas. Isso implica diretamente na problematização do que é o sexual e como ele passa a ser entendido.

Embora exista uma tentativa de relação de causa e efeito entre patologia e disposições orgânico-anatômicas⁴², essa suposta prevalência contingencial se dissipou para dar lugar à descrição das afecções patológicas enquanto tipos desviantes de funcionalidades — e é aqui que a psique toma a centralidade na disciplina psiquiátrica. Essa passagem de estilo de raciocínio ocorreu no momento em que as afecções patológicas passaram por uma transformação epistemológica no que diz respeito à causa dos “desvios da natureza”. Apesar de perpetuar uma herança de congruência entre práticas sexuais e dispositivo anatômico reprodutivo, a justificativa genética e anatômica chegou a um beco sem saída quando as perversões passam a ser alvo de estudo e interesse científico. Agora com as afecções sendo parte constitutiva do sujeito e da sua psique, a psiquiatria e a neurologia ganharam campo onde a medicina antes tratava seu império pelas vias da materialidade (DAVIDSON, 2004).

A sexualidade só se tornou um possível objeto de investigação, teorização e especulação psicológica, devido a uma forma distinta de raciocínio que teve uma origem historicamente específica; ou, dito de outra forma, as afirmações sobre a sexualidade passaram a possuir uma positividade, uma qualidade de verdadeiro ou falso, apenas quando houve primeiramente uma articulação entre o espaço conceitual associado e o estilo psiquiátrico de raciocínio (DAVIDSON, 2004, p. 37, tradução nossa).

Nesse momento o Ocidente se deparou com a proliferação feroz de tratados e mais tratados que visavam discutir justamente a sexualidade. Autores célebres dessa empreitada podem ser reconhecidos como Friedrich Otto Westphal com seu *O sentido sexual contrário: sintoma de um estado neuropatológico (psicopático)*, de 1870, Albert Moll, com obra de mesmo nome (OOSTERHUIS, 2012) de 1891, Charles Lasègue, com *Os exibicionistas* (FOUCAULT, 2019), de 1877, Havelock Ellis, com seus *Estudos da psicologia do sexo vol. I a VI*, a partir de 1898, e *Inversão Sexual: o estudo da inversão sexual* (2012), de 1896, sem deixar de passar, é claro, por Krafft-Ebing com seu trabalho *Psychopathia Sexualis: um estudo clínico forense* (1886/1939), um livro que viria a ser uma espécie de escritura sagrada das perversões (DAVIDSON, 2004).

⁴² Aqui, podemos pensar essa relação com a manutenção do termo “histeria” para designar uma patologia, por ela estar diretamente ligada ao conceito grego de *ὕστερ* que significa literalmente “útero” (AMBRA; SILVA JR., 2014).

Tratados que aumentam exponencialmente durante os últimos 40 anos do século se consagram com a publicação de Krafft-Ebing, em 1886. Davidson (2004) aponta que a emergência da sexualidade como objeto de crescente interesse científico coincide com o declínio do regime anátomo-clínico na psiquiatria ocidental. E é nesse momento que se abre uma lacuna epistemológica que infere na relação direta entre psique e afecções desviantes e patológicas da sexualidade na subjetividade dos sujeitos. A psiquiatria se produz enquanto um saber autônomo e à parte de vertentes tradicionais da medicina (como neurologia e patologia cerebral), mas se depara com um problema quando suas bases localizadas em aspectos materiais de patologias de ordem anatômicas não podem mais servir de explicação para as “doenças mentais”. Na impossibilidade de sustentar sua forma clássica de saber psiquiátrico, uma outra via epistemológica é assumida na transformação para uma psiquiatria balizada por uma nosografia que institui novas doenças e novas categorizações patológicas. Mas como isso se relaciona com nosso problema sexual? É entre essas categorias que aparece o foco que esbarra na nossa questão da sexualidade: a perversão sexual e a histeria contemplam um lugar de destaque quase que epidemiológico de patologias psiquiátricas do final do século XIX e na passagem para o século XX⁴³ (DAVIDSON, 2004).

A ciência assume um lugar de extrema importância na produção dos saberes que formam esse guia do que deve ser tratado, medicalizado, visto e punido (FOUCAULT, 1975/2001). O que conseguimos conceber então é que a sexualidade emergiu como uma nova racionalidade que esbarra na concepção de patologia vigente e que é trabalhada enquanto conceito que carrega aspectos ontológicos, políticos, jurídicos, culturais, sociais e normativos. Uma emergência que grita aquilo que viria a se tornar o grande interesse do século XX para ser desvelado, decodificado e solucionado. Se a forma de falar importa, quem fala, quem enuncia, o porquê da fala e o porquê da enunciação também importam. Essa distinção é feita para sustentar a renovação da ordem ocidental sobre as formas de organização dos prazeres sexuais. Esse interesse científico carrega em si uma epistemologia cerceada de aspectos morais que transformaram as formas de entendimento sobre a natureza humana pós-Iluminismo.

A partir de tal histórico, entendemos que sexualidade é inventada e produzida em um contexto e historicidade específicos e passa a ser um modelo de constituição subjetiva, ou seja, um processo individualizador que se torna parte central do projeto ontológico moderno. Já no meio político há uma reivindicação a favor da família enquanto organização e instituição social majoritária e, para que se sustente, há o estabelecimento da regra contra o

⁴³ Momento da ascensão da psicanálise.

celibato nesses núcleos, sempre a favor da reprodução. Nesse processo de desenvolvimento ideológico há uma articulação entre o contrato social do casamento e a naturalização da prática sexual, voltada para a procriação. Uma ideologia organicista que obteve êxito em naturalizar o elo entre o contrato civil, organização familiarista, biopolítica da população e a reprodução como o objetivo final das relações.

Para Foucault (1979/2008c), a conglomeração de sujeitos que formam uma população só pode ser pensada a partir do final do século XVIII e início do século XIX. O termo “população” serve para designar quem faz ou não parte das novas formas de organização social e administração dos povos que habitam determinados territórios. Antes dessa época não era possível falar de população, de controle de natalidade ou de mortalidade porque não se fazia necessário uma régua que relacionasse a economia⁴⁴ com o controle de quem pertence a determinado local, de quem vive e quem morre. Apenas com a nova forma de administração da vida social dos Estados-nações que essa biopolítica passou a ser mais rígida e precisou da vigilância das práticas sexuais. Tornou-se interessante para esses Estados terem controle e ascensão populacional. Por isso, práticas sexuais que possibilitassem uma congruência entre reprodução, organização de distribuição de bens e manutenção da mesma ordem de poder eram sempre bem-vindas.

É importante considerar que, ao falar em população, os sujeitos considerados são os sujeitos de direito; sujeitos aptos a serem remunerados e que são compreendidos enquanto sujeitos em si e não como mercadorias. Esse ponto é relevante porque, apesar de focar em impressões sob solo europeu, a classe trabalhadora que têm poder de aquisição de bens e certa liberdade de escolha de compra, difere em número e grau da população em situação de escravização. Isso não significa que a emergência da sexualidade é uma coisa à parte, como pontuamos ao longo da pesquisa. Esse é um fator importante na ascensão da biopolítica, da constituição da ciência moderna, na emergência do sujeito moderno e, assim, na sexualidade.

Há, portanto, dois aspectos concomitantes para o nascimento da sexualidade humana explícitos na obra foucaultiana: por um lado, a ascensão e estabelecimento do biopoder como forma de gestão dos corpos e dos sujeitos desembocando na biopolítica (uma forma generativa associada ao poder), e, por outro lado, a hipótese repressiva pautada em uma articulação entre a moral cristã e a lei por meio de dispositivos de controle (FOUCAULT, 1976/2019). Algo que fica claro é que, apesar de Foucault se debruçar mais sobre a forma

⁴⁴ Enquanto ciência econômica, conceito derivado do grego *οικονομία* que é a junção entre *οἶκος* que significa "casa" e *νόμος* que significa "gerir ou administrar".

generativa do poder em relação à sexualidade, tal forma generativa atua conjuntamente com a hipótese repressiva. Não é possível pensar uma sem a outra.

Quando Foucault está às voltas de seu projeto sobre a sexualidade humana, muito do que ele propõe enquanto “hipótese repressiva” é pensado por meio da organização dos discursos sobre o sexo. Podemos ver essa convergência entre saberes médicos, jurídicos, psicológicos, pedagógicos e psiquiátricos com a necessidade de assunção e estabelecimento de um certo sexo pelos sujeitos emergentes. Vale apontar também que essa “repressão” se relaciona diretamente com a proposta freudiana sobre uma teoria que concebe a sexualidade como algo perverso-polimorfo em sua “natureza”, mas que, por conta de reivindicações externas do meio social e processos sublimatórios, acaba sendo reprimida. Freud desenvolve um contingenciamento do sexual com o inconsciente por meio das conceitualizações de “repressão” e de “recalque” (*Verdrängung*) que atuariam em níveis diferentes. A repressão, enquanto uma censura em nível da consciência, e o recalque, enquanto mecanismo de nível inconsciente, atuariam frente às situações traumáticas e/ou desagradáveis a fim de afastá-las da consciência (FREUD, 1915/2004; 1915/2010c).

Seguindo os passos de Foucault (1976/2019), é assim que Davidson (2004) afirma que não é possível falar de sexualidade antes do século XVIII, porque a ideia de sexualidade está intrinsecamente relacionada à ascensão da ciência (enquanto saber hegemônico) e a enquadres biopolíticos de uma forma de vida em que o sexual têm funções possíveis dentro de uma sociedade situada em uma política de Estado e de formas de saber situadas.

Embora a consideremos um fenômeno natural, um fenômeno da natureza e não do fracasso no domínio da emergência histórica, nossa experiência da sexualidade é um produto de sistemas de conhecimento e modalidades de poder que não têm pretensão de inevitabilidade (DAVIDSON, pp. 31- 32, tradução nossa).

Da mesma forma, a psicanálise, enquanto um saber emergente proveniente da era vitoriana, se choca com essa emergente proliferação de tratados sobre sexualidade. Assim, indo conjuntamente a Foucault (1976/2019), o Ocidente nunca deixou de falar sobre sexo, mas sim comportou modificações sobre as formas como se fala, como se continua a falar e a reproduzir discursos sobre sexualidade dentro de uma lógica de poder instaurado em regimes de verdade atuantes. A partir daí, o que concebemos que a sexualidade emergiu como uma nova racionalidade que esbarra na concepção de patologia vigente e que é trabalhada enquanto conceito que carrega aspectos ontológicos, políticos, jurídicos, culturais, sociais e normativos. Uma emergência que gritou aquilo a que se destinou a ser o grande interesse do século XX para ser desvelado, decodificado e solucionado.

E foram com os tratados sobre sexualidade da época vitoriana que se tornou comum pensarmos em problema sexual enquanto algo análogo a algum tipo de dificuldade, disfunção ou algum transtorno do sujeito relacionado à vivência e experiência de sua própria sexualidade. A psicanálise se deparou com essa temática da sexualidade humana atravessada por “problemas sexuais” que são desvios sem resolução; quase como uma praga a ser combatida e remediada (especialmente) nos séculos XVIII e XIX. É nesse contexto em que Freud (2021b) se situa quando dá início à sua conferência de 1916 inferindo que o sexual “é aquilo do qual não se deve falar” (p. 187). Vimos, entretanto, que a partir daí o psicanalista fala sobre esse sexual durante todo o desenvolvimento de sua teoria.

Por fim, insistimos que a emergência da sexualidade enquanto um dispositivo foi concomitante ao interesse acadêmico sobre o sexo em si. Nesse caso, o que se buscou foi a verdade do sexo, o ponto essencial que faz desse objeto único e o diferencia de todos os outros. Então é necessário fazer um retorno a essas bases. Um retorno à fundação dessa tradição moderna que não apenas permeia, mas como corrompe e infecta o campo do sexual – nos voltemos então à verdade do sexo.

6.2. A VERDADE DO SEXO: o Santo Graal do sujeito moderno

Mais que uma sociedade dedicada à repressão do sexo, eu veria a nossa dedicada à sua “expressão”. Que me perdoem essa palavra desvalorizada. Eu veria o ocidente obstinado em extrair a verdade do sexo. (FOUCAULT, 1976, p. 6, tradução nossa)

Em 1976, Michel Foucault concedeu ao jornal francês *Le Monde* um pequeno texto sobre o que viria a ser um dos seus grandes focos de interesse até seu falecimento em 1984. Intitulado *O Ocidente e a verdade do sexo*, o autor expôs as bases de um projeto relativo ao estudo genealógico e arqueológico da sexualidade humana, uma compilação de cursos que viriam a dar materialidade aos volumes da *História da Sexualidade*. Foucault, até então, já vinha propondo o percurso que proporcionaria a relação entre a assunção sexuada do sujeito enquanto um projeto ontológico moderno (1975/2001), as formas de controle e organização social baseadas na ascensão da biopolítica de base dos Estados-nações (1978/2008b) e a incorporação da verdade das coisas como forma hegemônica do estabelecimento do saber enquanto algo que é validado. Nesta seção nos deteremos no projeto moderno de um sujeito atravessado pelo biopoder que vincula a necessidade de uma essência do sexo à condição existencial de si mesmo. Veremos de que forma a assunção de um sexo se torna uma

prerrogativa existencial do sujeito moderno, e nos aprofundaremos mais sobre esta questão, pois entendemos que é nesse contexto que a psicanálise se insere nos estudos sobre o campo do sexual, e que é por meio dessa relação que ela pode subverter noções campo do sexual ao propor (semi)novos aportes epistêmico-ontológicos.

Como já inferido anteriormente, as modificações das organizações sociais e de trabalho entre os séculos XV e XVIII caminharam em conjunto com as modificações sobre os estudos do ser e das coisas. Desse modo, podemos ver o solapamento de um sistema regido pelo clero e a ascensão da ciência enquanto o novo representante da verdade divinizada (NIETZSCHE, 1882/2012). Posto isso, um solapamento não significa um aniquilamento. Na verdade, há uma continuidade e um aglutinamento desses saberes que passam a compreender tais concepções sobre o ser e sobre as coisas. Para Freud, essa relação da psicanálise com as formas de constituição do seu saber são científicas, ou seja, fazem parte dessa forma de visão de mundo. O psicanalista deixa isso claro em *A questão da Weltanschauung*⁴⁵ (1933/2006c), ao apresentar formas diferentes de visão de mundo e posicionar a psicanálise enquanto um saber pertencente à uma visão científica de mundo.

É importante ressaltar o peso político dessa escolha de Freud uma vez que a soberania da ciência era marcada pelos dispositivos de poder que circunscreveram sua hegemonia no Ocidente (STENGERS, 1993) e no debate que se centra em relação à produção científica (Bernal, 1939/1946). Partindo da relação proposta da psicanálise situada em relação às formas de saber associados à ciência, Beer (2022) aponta que os processos de transmutação, continuidades e descontinuidades desses regimes discursivos se envolvem em um debate que carrega a primazia da ciência como forma constitutiva da verdade na modernidade. E, aqui, se há algo que nos interessa em relação à ciência, é sua apropriação do campo do sexual, o que Foucault chama de: a *scientia sexualis*. Mais ainda, o que nos interessa é precisamente isso que escapa à ciência e à sua epistemologia racionalizada, mas que é possível emergir pela psicanálise por meio de sua epistemologia híbrida teórico-clínica.

A primazia da clínica na psicanálise comporta um posicionamento ético que a difere da ciência e, principalmente, da cristalização de uma epistemologia psiquiátrica quando não adianta significados que ainda não se mostraram, possibilitando uma maleabilidade nas formas de compreensão de fenômenos. Apesar de Freud (1933/2006c) inicialmente posicionar a psicanálise como uma ciência, considerando o viés político implicado diretamente nessa escolha, o que importa para ele nesse momento é o afastamento de visões de mundo do senso comum e religioso. Com esse estabelecimento da psicanálise em um campo próximo à

⁴⁵ A tradução possível para este termo em alemão e que foi escolhida para este texto é “visão de mundo”.

ciência, ele consegue uma validação política necessária para ser reconhecida como uma forma de tratamento e de saber. Dessa forma, o psicanalista pretende que, em seu legado, a psicanálise não seja entendida como uma visão de mundo em si, mas que possa se constituir de maneira fluida para comportar os furos das verdades com as quais busca lidar. Há, também, uma questão relativa à epistemologia psicanalítica frente aos impasses internos e externos ao campo da psicanálise. Ambra (2022) aprofunda essa discussão acerca do estatuto da diferença sexual e das formas de patologização diagnóstica que não só esbarram, mas carregam em si o núcleo duro da verdade do sexo enquanto a acepção da ontologia moderna.

A importância de situar a psicanálise no debate pretendido e sua função de diferenciação do que vinha sendo produzido sobre o campo do sexual ocorre por conta de sua epistemologia híbrida (AYOUCH, 2019) e das propostas de ruptura com os estatutos vigentes. Foucault (1979/2019), em *Scientia Sexualis*, faz uma pontuação sobre esse lugar disruptivo da psicanálise que, contrariando a posição dos cientistas e dos teóricos que discursavam sobre o dispositivo da sexualidade, permite que esse ocultamento do sexual quebrado e aquilo que a moral vitoriana tanto prezava que permanecesse velado, emergisse sem se “(...) esquivar [da] verdade insuportável e excessivamente perigosa sobre o sexo” (p. 59).

Mas como se funda e no que se baseia essa ciência da sexualidade? Em resumo, sua função é convergir pressupostos de significados científicos sobre a sexualidade que carregariam em si a marca da verdade do sujeito moderno através seu sexo. E esse sexo precisaria necessariamente convergir com as prescrições impostas pelo biopoder. Isso significa que o sexo não apenas está aí, mas que ele diz algo e, mais do que isso, diz muito (ou tudo) sobre aquele sujeito; sobre sua materialidade corporal, sobre suas funções sociais e sobre possibilidades existenciais. Foucault (1979/2019) traz o imperativo da verdade do sexo como uma espécie de *Santo Graal* da modernidade científica; um mito alegórico que visa a ofuscação sistemática daquilo que se pretende examinar, estudar ou demonstrar, e torna acessível apenas sobreposições de saberes moralmente construídos para produzir essa demanda por uma “verdade” continuamente oculta.

O importante nessa história não está no fato de terem tapado os próprios olhos ou os ouvidos, ou enganado a si mesmos; é, primeiro, que tenha sido construído em torno do sexo e a propósito dele um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento. O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido construído em objeto de verdade (FOUCAULT, 1979/2019, p. 63).

A forma como sexo é incorporado nos sujeitos e no corpo social depende do uso dessa materialidade frente às necessidades desse novo sistema em ascensão. Isso não significa que a

marca sexual não existia no mundo pré-capitalista e pré-colonizado, mas sim que essa marca se fazia de outra forma e não necessariamente enquanto uma verdade última do ser sujeito de maneira tão incisiva. A dimensão dúbia do sexo, que ora é particularizado e ora é publicizado, coopera para essa construção de verdade fielmente velada. Foucault não hesita em afirmar que o Ocidente, recém estabelecido como detentor da verdade universalizada, nunca deixou de falar sobre sexo, mas sempre o proferiu às margens e na via da negatividade. E, pela sua presença faltante no discurso, o configurando enquanto próprio das sociedades modernas, se referindo a ele e “(...) terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*” (1976/2019, p. 39, *itálico do autor*).

É aí que mora a dimensão valorativa do sexo, uma vez que manter o sexo enquanto segredo é criar essa atmosfera vigilante daquilo que pode pontualmente escapar e daquilo que precisa permanecer sempre minuciosamente latente e oculto. O que as sociedades ocidentais produzem por esse lugar do sexo enquanto segredo é uma condição de vínculo e de mútua implicação. Ou, em outras palavras, um processo de retroalimentação entre quem fala e aquilo que fala sobre si; um enigma sexual velado que se constrói em inscrições contínuas e constantes à serviço de uma era em que o lugar e o uso dos sujeitos em um sistema regido pela biopolítica, se estabelece como pilar central de sustentação da sua condição existencial. Não obstante, esse lugar da sexualidade como ponto nuclear do ser humano não é moderno. Não apenas Foucault apontou isso em suas investigações acerca do dispositivo da sexualidade, como o próprio Freud (1905/2016a) já apontava essa centralidade contingente com a tradição presente tanto em Platão quanto em Schopenhauer sobre a compreensão do ser humano.

E é por meio de um percurso genealógico que tange os saberes visíveis, mas que foca nos entremeios não ditos, que Foucault restaura a necessidade da compreensão de um sistema de poder-saber sobre a sexualidade. É assim que, nesse período de suas investigações, o autor sistematiza como operam as representações simbólicas discursivas do Iluminismo no campo do sexual. Nesse caso, não só as representações precisam ser relevadas, como o peso deixado pelas instituições e por atravessamentos práticos da vida desses sujeitos em sua sexualidade.

O problema é o seguinte: como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa "verdade" profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conheças teu sexo”. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, com o devir de nossa espécie, a nossa "verdade" de sujeito humano (FOUCAULT, 1979/2019, pp. 344-345).

Como, e por que a construção da verdade do sujeito pela sua assunção de um sexo ocorre? E onde a psicanálise se insere na relação com a “ciência do sexual” do mundo moderno? Primeiramente, precisamos considerar que o estatuto de sujeito ganha um novo significado na sua transposição discursiva capturada pela emergência da sociedade capitalista pós-revolução industrial. Nessa toada, com a ascensão da ciência enquanto saber hegemônico no Ocidente, o uso da biopolítica nas reconfigurações territoriais e a materialidade do corpo humano ganham centralidade e interesse.

Apesar de haver registros do estudo da anatomia do corpo humano datando do Antigo Egito e no território de onde hoje chamamos de China, enquanto um saber formalizado, é possível fazer esta relação em consonância com a Grécia Antiga – mais especificamente com os trabalhos de Aristóteles e Hipócrates, em 500 a.C. (LACERDA, 2010). Todavia, é Galeno de Pérgamo que se debruça sobre a minuciosidade da materialidade corporal, possibilitando uma maior exploração do corpo humano e definindo este saber e prática⁴⁶. Com a implementação do cristianismo e o poder do absolutismo em consonância, o estudo do território e da superfície do corpo entrou em declínio com as proibições de dissecação de cadáveres tanto em solo romano como em solo grego por pelo menos doze séculos. Mas isso não significa que as formas de significação da materialidade corporal também permaneceram latentes.

Davidson (2004) dedicou um estudo genealógico sobre a função da dissecação de corpos e a retomada da anatomia para a produção da sexualidade moderna como uma maneira de evocar a importância dos sentidos dessa materialidade corporal. Por meio da análise foucaultiana sobre o nascimento da clínica, ele defendeu que, na junção das disciplinas de anatomia patológica e medicina clínica, houve um ponto de fundação da medicina moderna. Isso é importante porque traz a marca das inscrições de significados sobre a materialidade do corpo humano em suas reviravoltas com as patologias sexuais. O autor comentou a passagem importante na fusão das disciplinas em que a noção de instinto é o elemento nuclear para se pensar nas futuras “doenças funcionais” que acarretam desvios sexuais.

Essa passagem acompanha o processo de incorporação de sexo na formação do sujeito moderno, ou seja, atravessa a necessidade de uma essência sexual no sujeito, que flerta com o estatuto de verdade. Tanto Foucault (1979/2019), quanto Davidson (2004) defendem que nesse momento há uma modificação nas bases de falseabilidade da razão aplicada às formas

⁴⁶ Foi Aristóteles quem nomeou este estudo enquanto *ανατομία* (no latim *anatomie*), que carrega em seu significado o ato de “cortar em pedaços” e/ ou de “separar”, utilizado para definir esta modalidade de estudar separadamente cada uma das partes da materialidade corporal humana.

de conhecimento vigente, modificando atributos de veracidade acerca das coisas. Aqui, podemos ver como a própria materialidade e o próprio corpo humano sofrem esses efeitos no Ocidente com passar dos séculos e das modificações (ou avanços) da ciência.

Um exemplo de como funcionam as formas de domínio de saber sobre o sexual, pode ser prescrito por meio da modificação em relação às regras sobre a verdade delimitadas para uma concepção bem-sucedida. Em outras palavras, sobre o que os livros médicos e os saberes de parteiras traziam acerca do que era necessário para que houvesse uma gestação como objetivo de uma relação sexual. É Thomas Laqueur (1990/2001) quem nos dá uma exemplificação dessa mudança de significado. Se até meados do século XVIII era prescrito que era imprescindível que houvesse orgasmo por parte da mulher no momento do ato do coito para uma concepção bem-sucedida, uma mudança ocorreu com uma modificação sutil a partir do relato do Dr. Michael Ryan a partir de um suposto caso de ato necrófilo. A questão colocada foi: se descobriu que a moça violada não apenas estava viva, mas que engravidou após ser estuprada. Nesse momento, a antiga prescrição sobre o coito da necessidade do orgasmo feminino para a concepção foi retirada (LAQUEUR, 1990/2001). Com isso, podemos ver a reviravolta aplicada dentro do biopoder com raízes no sistema de organização social patriarcal: o prazer feminino é não só retirado da prescrição da função da relação sexual, como passa a ser completamente negligenciado.

O substrato do corpo deixa sua marca e avança com a mudança paradigmática que o Iluminismo introduz na filosofia e na criação da ciência. No campo sexual, retirar completamente a dimensão material nos levaria a uma espécie de metafísica transcendental obsoleta da despossessão do sujeito. Ainda que em estado latente, o significado de aspectos sexualizados do corpo perduraram por muitos séculos e atravessaram culturas na filosofia do Ocidente. Laqueur (1990/2001) aponta que “[o] sexo, para Aristóteles, existia com a finalidade de gerar, o que ele via como o caso paradigmático de mudança na ‘primeira categoria do ser’. O macho representava a causa eficiente e a fêmea representava a causa material” (p. 45). Na filosofia grega há um princípio de distinção entre dois sexos que se repousa na materialidade sem necessariamente circunscrevê-la em uma possessão ontológica. Isso significa que a materialidade corporal não comporta uma inscrição prévia de um sentido pré-verbal que exista para definir a essência de um sujeito.

No regime hegemônico do dimorfismo sexual que passa a tomar o lugar da perspectiva monossexual grega, a diferenciação dos sujeitos por sua materialidade corporal e, mais especificamente, por sua genitalidade e capacidade de função reprodutiva, ganha um *status* de importância exacerbada. Mas, se seguirmos esta linha contingencial, acabaríamos nos

deparando com uma metafísica da substância que insere essa essência generificada nos sujeitos a partir desta leitura de seus corpos. Essa perspectiva subentende um apagamento sistemático dos processos de subjetivação no decorrer da história e das implicações que o advento da biopolítica (FOUCAULT, 1979/2008c), das populações de massas (FOUCAULT, 1978/2008b), da emergência dos estados-nações, do movimento de colonização da África e das Américas (e posteriormente o processo de imperialismo na Ásia) (HARDT; NEGRI, 2001), e do estabelecimento de saberes que guiam o acesso às verdades situadas pelos jogos de poder.

“A verdade do sexo” está diretamente atrelada à relação dos sujeitos possuírem seu sexo e de isso impor sua delimitação dentro dos domínios de sua existência. Apesar da materialidade corporal e suas inscrições de significantes serem importantes nesse processo, não podemos reduzi-la a isso sem cairmos repetidamente em uma perspectiva essencialista. Davidson (2004), em suas pesquisas acerca da epistemologia da sexualidade, exemplificou um momento importante de passagem no campo da sexualidade quando, na medicina, a clínica da anatomia começou a se deparar com impasses que a conduziu ao seu declínio. Quando a patologia anatômica não conseguiu mais, por si só, dar conta de responder às necessidades do regime biopolítico acerca dos desvios sexuais incorporados nos sujeitos pelo dispositivo da sexualidade, seu declínio produziu a emergência de uma nova disciplina da medicina.

Segundo Davidson (2004), é nesse momento em que ocorre a brecha para a psiquiatria se constituir enquanto um saber no meio médico e se distinguir da patologia anatômica, da neurologia ou da patologia cerebral. No decorrer desse declínio da anatomia-clínica enquanto detentora do saber sobre a verdade do sexo, há um ponto disruptivo na produção do que consiste tal verdade. Por meio da lógica da produção de um discurso confessional (que contempla a perpetuação do sexo-segredo) pela tradição judaico-cristã no Ocidente, Foucault (1979/2019) traz essa intersecção entre “uma técnica de confissão e uma discursividade científica”, que funda “um domínio penetrável por processos patológicos”, dessa maneira, “solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização” (p. 77) frente à sexualidade humana.

Essa relação se estabelece porque os mecanismos de ajustamento do Ocidente, administrados pela vontade de saber sobre o sexo, sofrem com uma mesma praga análoga ao que eles impuseram por meio da tecnização científica do sexo. A tentativa sistemática de redução da verdade do sexo à uma essência material-corporal, que é uma interpretação por via da incorporação de significados calcados em uma racionalização do sujeito moderno enquanto

ser vivente apenas se apto à reprodução, chega a um limite quando que esses sujeitos possuem uma dimensão psicológica que os define. A incorporação do sexo no sujeito, além do substrato genital-anatômico, recorre à necessidade da implantação de um instinto que, apesar de não atuar em nível psicológico no sujeito, é aplicado nesse ínterim dual de natureza e cultura, um processo que naturaliza individualmente o sujeito através de uma leitura cultural que está fadada a responder à essa organização do sistema sexo-gênero.

Porém, o desaparecimento gradual e praticamente anônimo da anatomia patológica na psiquiatria não é apenas a história do declínio. Com esse declínio veio a proliferação de novos tipos de doenças e categorias, uma revitalização e reelaboração de nosologias cujas consequências nos marcam até hoje. Em primeiro lugar, entre essas novas categorias de doenças estava a classe das doenças funcionais, das quais a perversão sexual e a histeria eram os dois exemplos mais proeminentes. Embora a esperança de que essas doenças funcionais cedessem à anatomia patológica tenha sido mantida após qualquer evidência de que fossem totalmente descritíveis simplesmente como desvios funcionais de algum tipo; no caso da perversão sexual, por exemplo, deparava-se com um desvio funcional ou anormalidade do instinto sexual. Admitir desvios funcionais puros como doenças era criar espécies inteiramente novas de indivíduos doentes e alterar radicalmente nossa concepção de nós mesmos (DAVIDSON, 2004, p. 02, tradução nossa).

Esse movimento de apreensão do sexual como dispositivo se fez possível pela incitação dos discursos sobre o sexo, diz Foucault (1979/2019). Mais ainda, a sua manutenção enquanto uma marca no sujeito nas organizações sociais e culturais ocidentais, se deve a esse processo trabalhoso de dupla inscrição da verdade do sexo. Ele é ao mesmo tempo incitado pelas mais diversas práticas, pela multiplicidade disciplinar e pela transformação de técnicas, e continuamente oculto pela moral revestida de natureza normativa e introjetado nos sujeitos. Davidson (2004) reitera o lugar central da noção de instinto sexual no núcleo da hipótese perversa que foi implantada pela investigação minuciosa de séculos sob a ótica de um regime que incorporou protótipos de práticas confessionais e projetos ontológicos.

Por sua vez, essa verdade repousa em uma árdua imposição confessional que o Ocidente impôs às conglomerações de seres viventes enquanto humanos na idade média e que passou a ser disseminado pelas imposições discursivas de um saber-poder ocidental que promoveu epistemicídios⁴⁷ e genocídios. É a prática confessional e incitação de discursos que ocultam essa verdade e que permitem que haja a insurreição de uma ciência da sexualidade séculos depois. Tal relação entre a forma como os discursos sobre o sexo circulam e como o

⁴⁷ As implicações do apagamento de epistemologias que não a hegemônica (eurocêntrica) desembocou em produções de verdade, produções subjetivas e possibilidades existenciais que tendem à uma suposta replicação de um molde racional epistêmico único e difundido como O “universal” (GROSGOUEL, 2013). Com estruturas de conhecimento e dominação que visam sustentar apenas a visão única do “universal”, e, utilizando uma noção prévia ligada ao sistema-mundo de Dussel (1995), são produzidas formas de dominação de manutenção de uma verdade racional com apenas uma epistemologia, produzindo a aniquilação sistemática de formas divergentes de se conhecer e experienciar o mundo e a si mesmo, processo nomeado de “epistemicídio”.

sexo passa a ser experienciado e atravessado por jogos de poder enquanto um efeito não controlado, se faz enquanto uma leitura da produção da sexualidade em consonância com uma suposta “verdade”.

O horizonte racional visualizado pelas metrópoles europeias, viabiliza a aniquilação das diferenças com a expansão mercantil e colonial, ou seja, permite que se funde em outras terras a imposição de suas verdades – e, neste contexto, faz com que se autodenominem as “detentoras da verdade do sexo”. As consequências desta relação entre verdade, norma, sexo e materialidade-genital do corpo desembocam primeiramente na criminalização moral dos seres desviantes e, posteriormente, na patologização e penalização criminosa de práticas sexuais e assunções subjetivas de sexo que destoam do escopo reprodutivo masculino-feminino.

Preciado (2019/2022) também se propõe a destrinchar esse percurso da verdade do sexo no Ocidente enquanto um caminho constantemente acidentado, mas nivelado por um entendimento homogeneizado em *status* universal. O que Foucault e Davidson explicitaram acerca das formas de construção do dispositivo de sexualidade por meio de convergências epistemológicas distintas na história ocidental, Preciado resume pela postulação do que viria a se tornar a *epistemologia da diferença sexual*. Essa epistemologia tomaria a diferença sexual enquanto universal, atribuindo a ela um estatuto metafísico baseado em uma “realidade empírica” amparada por uma ordem simbólica. Em última instância, essa epistemologia não seria nada mais, nada menos que uma cartografia da anatomia humana atravessada pelo biopoder, pelas formas de organização do saber e voltada à regra normativa da reprodução enquanto fim sexual da biopolítica (PRECIADO, 2019/2022).

Portanto, a verdade do sexo é produzida para a introjeção subjetiva de que somos nascidos para procriar e que esse é o único fim apoiado pela nossa natureza que a prática de atos sexuais deve ter. Caso não nos dispusermos a seguir essas regras, esses desvios serão criminalizados e patologizados pelas disciplinas detentoras do saber responsável pela sexualidade humana. Ou, ainda, pelo saber do que nos faz exatamente sujeitos. A incorporação de um sexo e a ascensão sexuada dos sujeitos se relaciona diretamente com essa perspectiva epistemológica que Preciado propõe. Apesar de se dirigir à Escola da Causa Freudiana em um movimento análogo à crítica que corresponderia a essa homogeneização da psicanálise e de suas bases, entendemos que essa noção também é universalista e cai em problemáticas intrínsecas à sua própria constituição. Recorremos aqui à colocação de Jacques Derrida (1972/1991) a respeito da problemática da psicanálise pensada enquanto um circuito fechado e esgotado de significantes. O que inferimos é que, de maneira análoga ao campo do sexual, a psicanálise (por sua constituição epistemológica marcada pelo sexo) se produziria

como uma heterogeneidade múltipla de discursos convergentes. E daí que, para pensar a convergência que parece escapar e se encontrar a todo instante em uma configuração epistemológica, o que pretendemos é demonstrar a presença e insistência do sexual nas diferentes percepções e interpretações psicanalíticas.

Para isso, precisamos fazer um retorno à relação entre o que seria a epistemologia da diferença sexual (PRECIADO, 2019/2022), o regime do dimorfismo anatômico (LAQUEUR, 1990/2001) e a diferença sexual ou diferença dos sexos na psicanálise (COSSI, 2018a; LACAN, 1972-1975/2008). Nos propomos a repensar a psicanálise na contemporaneidade de maneira que é preciso relevar as bases epistemológicas que se situam a partir desses projetos, mas não se fixam ou se reduzem a isto (GHEROVICI, 2022a). Considerando que “[a] psicanálise opera sobre os ecos da linguagem no corpo” (GHEROVICI, 2022a, p. 49) pensamos que um retorno historiográfico e crítico sobre a teoria é imprescindível. Dessa maneira, buscaremos problematizar como o sexual produziu ruídos neste ínterim e operou nos ecos da psicanálise por meio de sua captura potencialmente antinômica, para gerar um curto-circuito tanto na sua ontologia como na sua epistemologia (ZUPANČIČ 2008/2022; 2017/2023).

6.3. DIMORFISMO E(M) DIFERENÇA

Ao contrário do que os mais conservadores entre as senhoras e os senhores poderiam imaginar, aqueles que temem que uma psicanálise desprovida da epistemologia da diferença sexual acabe sendo desfigurada, digo apenas que somente essa transformação pode fazer a psicanálise sobreviver. (PRECIADO, 2019/2022, p. 79)

Começamos pelo sexo. Essa palavra que em sua etimologia deriva de *seccare*, que no latim significa “dividir, cortar, partir, separar”. Ou seja, na própria origem da palavra se instituiu a marca de algo incompleto, algo seccionado. É importante ressaltar o sexo enquanto algo dividido que pavimenta esse regime de saber da epistemologia da diferença sexual, e que o estatuto dessa epistemologia é uma herança do dimorfismo anátomo-fisiológico dos corpos por meio da incorporação de um mito que naturaliza separação entre sexos (PRECIADO, 2019/2022). Assim, a epistemologia da diferença sexual está diretamente relacionada à congruência entre dispositivos de poder e a captação da materialidade corporal por seu potencial reprodutivo – algo que é necessariamente atravessado pela genitalidade dos corpos. Laqueur (1990/2001) em *Inventando o sexo*, descreve como os saberes emergentes em

determinadas épocas e os dispositivos de poder da sexualidade coincidem com a passagem de um modelo do sexo único para o regime da diferença sexual – que é a base do regime da epistemologia.

Um modelo de sexo único teria predominado até a passagem para o modelo do dimorfismo sexual no século XVIII. Há uma desvinculação do monismo dos corpos e uma incorporação da sexualidade enquanto um atributo que define um sujeito. Em outras palavras, há uma diferenciação dos sexos por uma essência que corresponde ao sistema binário de masculino/feminino que delimita formas de se ser. Laqueur (1990/2001) aponta que o modelo de sexo único é inspirado na filosofia neoplatônica de Galeno e parte de uma mesma essência que, de acordo com o nível de perfeição e quantidade de calor, promove expulsão dos órgãos sexuais para fora (macho) ou uma atrofiação que os faria se voltar para dentro (fêmea). Ou seja, a distinção dos corpos é feita *a posteriori*. Nesse sistema, o nível de perfeição e a quantidade de calor é o que guiam a classificação e, na sua organização hierárquica, o mais perfeito é o homem. Isso significa que um maior nível de perfeição corresponde a maior produção e retenção de calor e faz com que os órgãos sexuais sejam expulsos – acarretando na formação do pênis e testículos sempre visíveis. Por outro lado, entendido enquanto um ser de nível inferior, à fêmea lhe falta calor, o que atrofia os órgãos sexuais fazendo com se voltem para dentro – resultando na vagina e nos ovários. O modelo é único porque macho e fêmea seriam resultantes da mesma essência que se modifica nesse momento posterior.

Em relação ao regime monossexual, Laqueur (1990/2001) defende que ele já comportaria diferenciações de ordem metafísica em relação à diferenciação entre homem e mulher. Se para Galeno o menor grau de calor da mulher (fêmea) é o que proporciona ao útero uma temperatura moderada para a gestação e sua manutenção dentro do corpo, para Aristóteles a diferenciação de papéis e atribuição de trabalho de ambos os sexos é algo pré-determinado por ser divino. Logo, o que vemos é que não há uma definição exata que parte diretamente da materialidade genital dos corpos para a diferenciação. Ou seja, quando Butler (1990/2014) critica a metafísica da substância, ela critica também esse modelo essencialista que pré-define atributos divinos ou de perfeição àquilo que é algo produzido performaticamente pela reiteração e reificação discursiva da sexualidade sobre o sujeito.

Por essa via, entendemos que o que impera no princípio do regime monossexual é o compartilhamento da materialidade corporal por homens e por mulheres. Preciado (2019/2022) ainda afirma que a questão da diferença, apesar de aparecer, não se fixa somente no binarismo sexual. Há homens e mulheres tanto quanto há monstros, quimeras e anjos. Nessa concepção, a mulher de fato não existe – o que existe são mães em potencial, uma vez

que ontologicamente só existe o homem em seu maior grau de perfeição. Como não há o dimorfismo sexual-genital enquanto embasamento, esse regime funcionaria por meio de um sistema de semelhanças enquanto centro norteador, ou seja: partindo do homem enquanto o sujeito perfeito em uma hierarquia para a mulher que partilha de alguns níveis de perfeição, mas é sempre tomada como inferior. Esse regime de um só sexo compreende o patriarcado como forma inteligível de organização metafísica. Assim, a ontologia dá visibilidade de representação política para o corpo e sexualidade masculinas.

Com Foucault (1978/2008b), vemos que a ascensão de uma nova organização social precede da instituição biopolítica que gerencia os corpos e as populações na mudança da forma de entendimento que ocorreu na passagem para o século XVIII. Esse regime caminha em conjunto com um processo de congruência entre o colonialismo (HARDT; NEGRI, 2001) e o patriarcado heterocentrado (PRECIADO, 2019/2022). O surgimento de novas técnicas médicas baseadas na anatomia da estética da diferença sexual é o que proporciona a diferença dos sexos logo em sua origem, rompendo com o regime do monismo sexual.

Apesar de Laqueur afirmar que há uma passagem de um regime para o outro, há um ponto controverso em questão. A historiadora Helen King (2013), afirma que essa passagem não necessariamente aconteceu de maneira tão clara e que ela não se materializou como uma hegemonia de um regime sobre outro, mas sim como uma coexistência histórica da ideia do sexo único com o dimorfismo sexual, simultaneamente. Para ela, o regime monossexual não chega a dominar por completo a Antiguidade ou o Renascimento, ele veio convivendo com momentos de emergência parcial do modelo da diferença sexual até sua predominância a partir do século XVIII. King (2013) ainda argumenta que a leitura da passagem de um regime para o outro deixaria de fora grande parte das produções sobre a ginecologia de Hipócrates e de textos do mundo antigo que focam mais na textura da carne que dão base para que as mulheres sejam entendidas como o contrário dos homens⁴⁸. Podemos ver que, apesar de ganharem mais força no conhecimento científico da modernidade, as questões relativas a uma diferença dos sexos aparecem desde meados da Grécia Antiga.

A transição de um paradigma monossexual para o da diferença pautada no sexo repousa nessa estética da diferença sexual que contará com uma epistemologia binária em seu cerne. O avanço da medicina anatômica em conjunto os tratados biológicos fizeram com que a materialidade e as funções do corpo humano fossem minuciosamente estudadas. Ressaltando

⁴⁸ Essas diferenciações eram o que os escritores antigos utilizavam como embasamento de suas interpretações sobre distúrbios que afetavam as mulheres e levavam a tratamentos diferentes dos destinados aos homens (KING, 2013).

a função política que atravessa a ciência (STENGERS, 1993), é importante ressaltar que esses estudos se baseiam em uma lógica aplicada ao biopoder e ao seu uso na consolidação da nova ordem mundial dos Estados-nações.

Preciado coloca que essa invenção estética é o que sustenta “(...) a ontologia política do patriarcado, estabelecendo diferenças ‘naturais’ entre homens e mulheres” (2019/2022, p. 55), naturalizando algo inteligível e metafísico que opera por meio de jogos de poder e da hegemonia de uma “(...) máquina performativa que produz e legitima uma ordem política e econômica específica: o patriarcado heterocolonial” (2019/2022, p. 49). O que temos na tradição ocidental é a instituição da diferença ontológica como forma de entendimento do ser humano e das coisas. Porém, a diferenciação por uma via sexual não é algo de ordem transcendental ou que sempre existiu enquanto uma forma de verdade hegemônica.

Pensando em formas de nomeação e manutenção da significação sedimental de determinados conceitos, ao nos voltarmos para a questão do sexual, nos deparamos com o “sexo” como seu radical. Como a questão da divisão aparece logo na etimologia da palavra *sexo*, trazendo a diferença enquanto uma significação *posterior*, ela consagra enquanto ponto primordial na tradição ocidental a partir da entrada do regime do dimorfismo sexual. Ou seja, há uma primazia de que algo do sujeito é diferente do Outro⁴⁹ em relação a sua sexualidade, mas isso não implica diretamente em um sentido balizado por diferenciação genital, hormonal, gonadal ou performativa como sinônimo. Implica apenas em uma diferença que, em vias estritamente psicanalíticas relativas ao sexual (FREUD, 1915/2016a), existe como condição pulsional que sempre vai se diferenciar na forma como ela marca aquele sujeito.

É por isso que a divisão, a diferença e a incompletude do sexual compõem consistentemente as investigações que Freud faz sobre questões da sexualidade. É nesse arquipélago de significações que o sexual pode se apresentar também a partir da clínica por meio de uma prática profissional que demonstra essa abertura. Apesar de “dividir, cortar, partir” corresponderem a leituras possíveis do latim que dão origem a *sexo*, ao analisarmos questões concernentes às formas de conhecimento, os saberes sobre sexo que se dispõem pela modernidade ocidental, não são tão divididos, cortados, ou partidos assim.

Segundo Davidson (2004), a inauguração do estilo de raciocínio sobre a sexualidade se formou a partir da instituição do regime do dimorfismo sexual. É aqui que ocorre uma transformação para uma tradição epistemológica que permite a sustentação da sexualização da ontologia moderna também em nível histórico. Ela se baseia em uma condição transcendental

⁴⁹ Termo em maiúsculo como forma de diferenciar o “Outro” para a psicanálise, como o que coloca para o sujeito o lugar da sua existência, do seu sexo e da sua história (QUINET, 2012), do “outro” do senso comum.

e universalizante de códigos normativos dispostos por uma política heteropatriarcal por meio de marcações concernentes às capacidades reprodutivas e características anatômicas (PRECIADO, 2019/2022). Ou, nas próprias palavras de Preciado:

O sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização; a *sexualidade* e as formas de prazer normais e patológicas; e a raça, em sua pureza ou degeneração, são três ficções somáticas poderosas que obcecaram o mundo ocidental desde o século XVIII, chegando a definir o escopo de toda a atividade teórica, científica e política contemporânea (2008/2018, p. 76).

Esses códigos normativos que recaem sobre a materialidade corporal são explorados por Anne Fausto-Sterling (1993) em seu estudo acerca dos sexos humanos. A autora enfatiza que as formas de classificação da biologia sobre as condições que versam o ser humano, seja por uma base embrionária, por uma base cromossômica, ou por uma base gonadal ou genital, repousam sobre o sistema binário de desenvolvimento sexual masculino e feminino. Essa afirmação retorna para a função que a epistemologia da diferença sexual executa nas formas de desenvolvimento do conhecimento e do saber nos séculos que a sucedem. Butler (1990/2014) insere essa problemática na própria forma vigente da formação e organização dos saberes ao colocar que “(...) o preconceito cultural, um conjunto de pressuposições com marcas de gênero a respeito do sexo e do que pode validar uma pesquisa desse tipo, distorce e limita a pesquisa sobre a determinação do sexo” (p. 189). Isso significa que pensar em uma categorização “ADS” (ou intersexo) só é possível dentro de um sistema ou regime de saber-poder (nesse caso na epistemologia da diferença sexual) que precede o binarismo enquanto uma verdade hegemônica do ser humano.

Fausto-Sterling (1993), ao questionar a existência de apenas dois sexos (macho e fêmea), aponta que, pelos moldes da diferença sexual, os hermafroditas têm “corpos ingovernáveis”. Para que sejam realocados nessa lógica binária, é necessário que haja uma intervenção artificial de gênero cirúrgica e, ao mesmo tempo, ao que indica a teoria proposta por Butler, que haja uma intervenção artificial de paródia (pela repetição desse algo que não têm um original) reiteradamente contínua sobre tais corpos e atuando em nível ontológico. Ou seja, definindo as formas como esses sujeitos podem pensar a si mesmos e aos outros com o atravessamento da sexualidade como um pilar balizador. A artificialização é o que entendemos por essa leitura da superfície do corpo por meio de uma fixação de significados marcados por repetições e por um transcendentalismo biológico. Em outras palavras, ela é a aplicação da epistemologia da diferença sexual por uma ótica dimórfica das genitálias e gônadas do corpo, atravessada pela destinação ontológica do sujeito que incorpora seu sexo.

Em relação à atuação médica, e à essa consonância com um estilo de raciocínio do dimorfismo sexual, Fausto-Sterling (1993) aponta que o intuito de proporcionar a intervenção em nível anatômico nos corpos dissidentes do binarismo para sua inserção no sistema cisheterocentrado, não necessariamente padecem de uma má índole. A construção de suas ações propositivas derivam justamente do dispositivo de sexualidade imbricado em uma construção epistemológica consonante com uma ontologia sexualizada. A heterossexualidade é o parâmetro da norma que deve ser aplicado e replicado nos corpos e, com isso, o ser macho e o ser fêmea se tornam o único destino viabilizado até então.

Essa operação não acontece apenas na medicina: por mais que a psicanálise tente se distanciar dos imperativos normativos de leitura do sujeito que a medicina impõe em sua prática, podemos ver uma replicação desses aspectos normativos por meio da manutenção do regime do dimorfismo sexual enquanto um estilo de raciocínio atuante na teoria. Da mesma maneira, vemos que esses posicionamentos são contraditórios na sua epistemologia – que se sustenta por uma via sempre pulsional. Entendemos que situar a problemática da diferença em um aspecto material representado e cristalizado em genitálias, capacidades reprodutivas, disposições gonadais ou hormonais é, em si, uma tentativa de redução da diferença ontológica às condições que não conseguem comportar a própria ontologia ou sustentar a diferença. A diferença existe e está aí, ela comporta essa capacidade relacional entre esses seres que a epistemologia da diferença sexual tenta reduzir a um dimorfismo. Por meio da historicização do processo de introdução da biopolítica como forma hegemônica da gestão das populações, há essa tentativa de pareamento de um estilo de raciocínio com uma verdade universal da divisão dos seres. Isso não significa negar que existem diferenças entre os seres e entre os corpos, mas sim questionar o porquê da forma de diferenciação se estabelecer assim, por essas vias e quais as consequências dessas tentativas de naturalização.

A diferença não se estabelece por oposição, mas sim por uma impossibilidade de se produzir esse mesmo particular. Ambra (2022) defende que a diferença é produzida pela impossibilidade de se estabelecer o mesmo e resgata as formas de nomeação da categoria LGBTTQIAAP+ como a representação da impossibilidade da captura da sexualidade. O autor defende que se trataria de “(...) nada além de um inventário de identidades que se busca exaustivo, potencialmente próximo ao tipo de racionalidade totalizante” (p. 114): ou seja, uma crítica próxima ao que Preciado (2019/2022) fará acerca da necessidade de quebra com a ideia de um sujeito universal e, mais ainda, da quebra com a universalidade hegemônica que é sempre furada. A diferença sexual não é universal. Ela é um particular que vai se reproduzindo e falhando repetidamente até que se torne um curto-circuito em si mesma. Esse

curto-circuito ocorre pela presença constante da negatividade inerente do sexual que institui a diferença inerente ao próprio sexo.

7. DISFUNÇÃO SEXUAL

Pode ser assim que a psicanálise tenha um grande problema sexual e, em mais de um sentido. (GHEROVICI, 2017, p. 36, tradução nossa)

Patrícia Gherovici (2017), por meio da temática de interesse sobre o que viria a ser uma “psicanálise transgênera”, ou seja, uma psicanálise à luz de uma renúncia libertadora que possibilite que sua prática não seja excludente pela sua própria formulação interna (GHEROVICI, 2022b), propõe, conjuntamente a uma série de teóricos e psicanalistas⁵⁰, que a psicanálise (neste caso, mais direcionada à tradição lacaniana) é um campo frutífero e “ricamente maleável” para se pensar questões de “(...) de sexo, subjetividade, desejo e sexualidade” (p. 35). Essa maleabilidade vai de encontro às funções possíveis do uso do sexual atribuídas às formulações psicanalíticas que esbarram, adentram ou tentam capturar o campo do sexual. A autora ainda defende a ideia de que há uma relação de afetação retroativa mútua entre o saber da psicanálise, sua prática clínica e o campo do sexual – algo também apontado por nós aqui, nesta pesquisa.

A prerrogativa dessa proposta é que haja uma reconfiguração nas formas de apropriação, reapropriação e aplicação das funções teóricas da psicanálise em relação às possibilidades do campo do sexual, seja em território clínico, político, teórico ou de interpretações acerca do campo social. Se, por um lado, a psicanálise é acusada de só falar sobre sexo e escandalizar a moral e os bons costumes, por outro, vemos que ela não é tão subversiva assim. A tradição de estudos feministas e de gênero vêm de encontro à teoria psicanalítica com um grande arsenal teórico que problematiza certos usos, máximas e disposições teóricas da psicanálise quando ela fala sobre esse campo problemático do sexual.

Vamos dividir as tentativas de apropriação do sexual pela psicanálise em duas vias que possam abordar a questão de maneira ontológico-epistemológica:

a) primeiramente, começaremos com uma crítica frente à leitura ontológica já marcada pelo preestabelecimento da “verdade do sexo”, passando por uma epistemologia também marcada pela tentativa de instituir uma assunção subjetiva de um sexo em Freud;

b) e, secundamente, passaremos a uma análise sobre a forma como estética da epistemologia da diferença sexual é apreendida pelo saber psicanalítico, como ela opera, e

⁵⁰Gayle Salamon, Shanna Carlson, Patricia Elliot, Colette Chiland, Danielle Quinodoz, Michael Eigen, Ruth Stein, Stephen Whittle, Shari Turer e Giovanna Ambrosio, analistas que a autora cita, respectivamente (GHEROVICI, 2017, pp. 35-36).

quais os limites teóricos que ela atinge quando se depara com uma epistemologia da psicanálise que é sexualizada em sua própria constituição.

7.1. DISFUNÇÃO ONTOLÓGICA

Em 1982, Jacqueline Rose (2020) se uniu a uma categoria de analistas mulheres que produzem uma crítica à psicanálise por conta de seu escopo teórico falocêntrico. Se Irigaray (1974/1987) já havia apontado essa fratura ontológica na teoria psicanalítica em que o sujeito sexuado passa por sua sexuação a partir de uma lógica interna ao patriarcado, Rose adiciona mais lenha à fogueira do debate afirmando que essa relação entre psicanálise e feminismo começou quando analistas que argumentaram em favor das mulheres rejeitam a abordagem de Freud sobre a diferença sexual. A partir de então, “(...) a maioria dos analistas concordam com as limitações e dificuldades da argumentação de Freud” (ROSE, 1982/2020, p. 377). Ou seja, há uma marca sexual que é ao mesmo tempo atravessada pela questão do feminino e da mulher na psicanálise, uma marca que vemos até os dias de hoje. Não à toa a fala de Preciado (2019/2022) se dá justamente na 49ª Jornada da Escola da Causa Freudiana de Paris, cujo tema foi “Mulheres na Psicanálise”.

Rose (1982/2020) insiste que a questão da sexualidade feminina é tão importante para a psicanálise que sua própria história pode ser lida “(...) a partir das maneiras pelas quais se processou o engajamento com a questão da sexualidade feminina” (p. 378). Isso direciona para a perspectiva da relação intrínseca entre a psicanálise e sua produção teórica atravessada pela questão da mulher, do feminino, e da feminilidade – ainda que de maneira insuficiente e turbulenta (KEHL, 1998/2016). A depender da apropriação de significados ontológicos dispostos sobre essa suposta marca sexual de “feminilidade”, essa relação pode ser lida enquanto um pareamento transcendental da “masculinidade”. Essa leitura denuncia posicionamentos psicanalíticos que vão na contramão de algo que abarca um potencial subversivo sobre a sexualidade do século XX.

Rose (1982/2020) afirma que Freud falhou na análise de Dora⁵¹ “(...) em termos de um conceito normativo daquilo que uma mulher poderia ser ou querer” (p. 378), e que foi justamente por meio dessa via da sexualidade já epistemológica e ontologicamente marcada pela norma que “(...) o levou a admitir a natureza fragmentada e aberrante da própria sexualidade” (p. 378). Essa afirmação vai de encontro ao que foi colocado por Van Haute e Westerink (2017; 2021), Van Haute e Geyskens (2017), acerca da necessidade de pensar a

⁵¹ Ida Bauer, uma paciente histérica.

publicação de *Três ensaios* e do Caso Dora (*Fragments de uma análise de histeria*) em conformidade. Nesse sentido, o posicionamento crítico desses autores caminha em conjunto na proposta de sempre se pensar a clínica e a teoria da psicanálise em consonância e em causalidade mútua se modificando retroativamente. Estas duas publicações freudianas datadas do mesmo ano apresentam o desenvolvimento de um esboço sobre a teoria da sexualidade com base em questões que apareciam a Freud nos seus casos clínicos e que, por meio de fracassos na implementação de intervenções normativas do sistema sexo-gênero, falharam. Com essa falha, é necessário uma mudança paradigmática na concepção da sexualidade.

Freud recebe Dora em outubro de 1900 em sua clínica, logo após a publicação de *A interpretação dos sonhos* (1900/2019), quando está rondando questões concernentes à histeria, sintomas neuróticos e o desenvolvimento psicosexual (1905/2006a). Enquanto a pergunta “o que quer uma mulher?” parece assombrar o desenvolvimento da psicanálise em Freud, ele fica às voltas com a feminilidade enquanto um projeto ontológico de captura do campo sexual presente na modernidade. Há uma cisão (proveniente da própria formulação de sexo, de *seccare*, e de uma certa incorporação da diferença anatômica dos sexos no psiquismo) e manutenção de uma disposição dessa oposição que aparece dispersamente ao longo da teoria. Como não há uma unificação teórica da sexualidade na psicanálise, vemos que ela aparece em toda parte (e às vezes em lugar nenhum). Essas afirmações vão de encontro à problemática da ontologia nos âmbitos do sexual, já que,

[segundo] Lacan, a identidade sexual funciona como uma lei – trata-se de algo imposto ao sujeito. Para ele, o fato de que os indivíduos devem se alinhar segundo uma oposição (ter ou não falo) torna isso claro. Mas é a constante dificuldade, ou mesmo impossibilidade, desse processo que é enfatizada por Lacan [...] As exposições dessa dificuldade na psicanálise e para o feminismo são, portanto, partes de um mesmo projeto (ROSE, 1982/2020, p. 380).

Para pensar nessa relação de “identidade” e “sexual” é necessário que antes disso seja forjada uma concepção ontológica marcada pelo sexo (no Ocidente, sempre dois sexos) enquanto um atributo definidor do ser. Quando Freud fala em “feminilidade” e “masculinidade”, quando postula acerca de uma libido que seria, em última instância, sempre masculina, e quando fala das consequências psíquicas da diferença anatômica dos sexos, o psicanalista tem sua fala marcada por esse projeto que é ao mesmo tempo ontológico e sexual – algo que Preciado (2019/2022) nomeia de *epistemologia da diferença sexual*.

Beauvoir (1949/1970), em *O segundo sexo*, uma das obras mais importantes e influentes das bases críticas dos estudos feministas, dedica um capítulo de seu livro para problematizar a psicanálise acerca de afirmações e posicionamentos a respeito do estudo da mulher. A autora insiste que há uma apropriação freudiana a respeito desse projeto ontológico

sexualizado de sujeito que pressupõe o masculino (e, desta maneira, o homem) enquanto sujeito universal. O outro lado, ou seja, a feminilidade (e a mulher, esse segundo sexo), seria baseada nessa primeira substância – algo retomado e desenvolvido por Laqueur (1990/2001) sobre a passagem do regime do monismo sexual para o regime da diferença sexual.

Se Rose (1982/2020) pôde afirmar que a questão da identidade sexual faz parte de uma dificuldade do projeto ontológico tanto para a psicanálise quanto para o feminismo, é importante que recapitulemos um pouco da história desse debate tanto entre os campos feminismo – psicanálise como dentro da própria comunidade psicanalítica, sem perder de vista uma afirmação importante de Beauvoir (1949/1970) de que “(...) mais de um psicanalista declarou que ‘os piores inimigos da psicanálise são os psicanalistas’” (p. 60) e que “[a] despeito de uma precisão escolástica, muitas vezes pedante, numerosos equívocos não foram ainda dissipados” (p. 60). O uso de “escolástico” não é em vão, uma vez que faz referência às famosas escolas de psicanálise⁵² e à “Escolástica” enquanto um modelo epistemológico de aprendizagem originário da filosofia escolástica, que concilia a fé e ensinamentos cristãos com sistemas de pensamento racionais (aqui podemos pensar toda uma tradição da Filosofia Medieval que têm a junção do cristianismo com os temas filosóficos abordados⁵³).

Cossi (2018a) promove um estudo cartografado do percurso interimplicado entre psicanálise e feminismo, afirmando que “[há] tanto o engajamento da psicanálise no feminismo quanto a apropriação da psicanálise pelo feminismo” (p. 21). Ou seja, na medida em que a psicanálise se consolida como um campo de saber, ela passa a afetar outros campos e, por estes, ela também passa a ser afetada. Essa relação acarreta um processo de afetação retroalimentativa mútua que é constituinte das formações da construção do saber (mais especificamente das ciências) na Modernidade (STENGERS, 1993/2002). A função do sexual coextensivo à uma assunção sexuada do sujeito em consonância com um sexo pautado na dismorfia sexual é uma temática que atravessa as críticas e apropriações feministas e psicanalistas no que tange a “mulher”. Tanto na tradição de teóricas feministas após Beauvoir, quanto nas críticas de psicanalistas feministas, encontraremos pontos de disputa sobre formulações e estabelecimentos teóricos acerca de determinados temas e encontraremos

⁵² Aqui é interessante endereçar um estudo recente acerca da formação de analistas dentro das escolas lacanianas. Em *A ética do desejo: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise*, Maria Carolina Antonio (2015) traz a dimensão de um processo formativo em que há a manutenção de relações de saber-poder pautadas em uma certa disposição escolástica.

⁵³ Tendo enquanto os principais filósofos Santo Agostinho (354-430), Pedro Abelardo (1079-1142), Bernardo de Claraval (1090-1153), São Tomás de Aquino (1225-1274), Guilherme Ockham (1287-1347) e João Duns Escoto (-1308).

semelhanças e aproximações no que concerne a nossa questão: a (dis)função ontológica do sexo.

Como já apontado anteriormente, Van Haute e Geyskens (2017) discutem como acontecem os fracassos dessas tentativas de implantação de uma função ontológica que traria consigo uma marca normativa sobre o sujeito, que se torna um pilar fundamental da psicanálise. E, mais ainda, Van Haute e Westerink (2017; 2021), com suas pesquisas, demonstram como o sexual sofre modificações ao longo do desenvolvimento da teoria psicanalítica, e como modificações intrínsecas à teoria são provenientes das reedições do canônico texto freudiano de 1905. Para estes autores, as incorporações das bases ontológicas provenientes da teoria do Complexo de Édipo e das formações do Eu são modificações que normatizam não apenas a teoria, mas a forma como o sexual em si é apreendido pela psicanálise.

A forma de apreensão dessa dimensão pela categoria ontológica marcada pelo binarismo, entretanto, não acaba aqui. Essa formulação é mais desenvolvida pela teoria quando o inconsciente se consolida enquanto instância psíquica de extrema importância na fundação e formação do sujeito e o nó da ascensão de um “sexo psíquico” (nos apropriando do conceito de Money) é feito por essa prerrogativa inicial. Quando Freud fala sobre a entrada e saída do Complexo de Édipo dos “meninos” e das “meninas” e de como as diferenças entre elas acontece principalmente devido às “consequências psíquicas da diferença anatômica dos sexos” (enquanto uma argumentação que sustentasse essa ontologia sexualizada e marcada pela diferença). Vemos uma grande dificuldade nas organizações conceituais e estabelecimento da forma organizadora da teoria. Em *O eu e o Id* (1923/2011c), Freud organiza sua argumentação a partir da maneira com a qual a consciência e o inconsciente se relacionam, mas, mergulhando mais a fundo no texto, vemos que isso não é possível sem que ele perpassa pela marca sexual na ontologia:

Dissemos que a consciência é a superfície do aparelho psíquico, isto é, atribuímo-la, como função, a um sistema que espacialmente é o primeiro desde o mundo externo. Espacialmente, aliás, não apenas no sentido da função, mas aí *também no sentido da dissecação anatômica*. Também a nossa investigação deve ter como ponto de partida esta superfície percipiente (p. 16, itálico nosso).

Para dar mais embasamento à sua teoria ele coloca que “[essas] representações verbais são resíduos de memória; foram uma vez percepções e, como todos os resíduos mnêmicos, podem voltar a ser conscientes” (p. 17), desembocando na prerrogativa de que “[pensar] em imagens é, portanto, uma forma bastante incompleta de tornar-se consciente” (p. 19). Ou seja, o psicanalista aponta para uma insuficiência que terá que ser explicada ou suprida por outro

meio. Avançando, ele diz que “[de] algum modo, também se acha mais próximo dos processos inconscientes do que pensar em palavras, e é sem dúvida mais antigo, *ontogenética e filogeneticamente*” (p. 19, itálico nosso).

Por meio do emprego de “ontogenética”, ou seja, do processo biológico de desenvolvimento de um organismo desde sua fecundação até a maturidade, e de “filogenética” enquanto esse estudo das relações entre os seres de uma mesma espécie que parte desse “comum” e que carregaria essa marca em si, Freud remonta às raízes da formação do Eu, o associando à um projeto ontológico que parte da necessidade de uma formação interdita patriarcal em sua origem. Destrinchamos esse ponto mais a frente em uma análise que relaciona o Complexo de Édipo à hipótese da “horda primeva” presente em *Totem e Tabu* (2012).

Em relação à ideia de “patriarcado”, ancorada nas origens das formações e organizações sociais de grupo, já há uma tradição bem estabelecida nos estudos feministas e de gênero que defendem que na psicanálise há uma primazia pré-verbal que estabelece as formações subjetivas por meio um recorte ontológico já generificado. Butler (1990/2014) faz essa crítica à Julia Kristeva e à “sua visão da natureza psicótica da homossexualidade” (p. 149) devido a uma “(...) hipótese estruturalista de que a heterossexualidade é coextensiva à fundação do Simbólico” (p. 149). Nesse sentido, há sempre uma dimensão pré-verbal que sustenta hipóteses como causalidade pré-simbólica por meio de uma consistência imutável. Isso não seria possível, uma vez que não é possível atribuir um sentido na emergência da linguagem, uma vez que as pulsões necessitam de recalcamientos para dar lugar à existência da linguagem (BUTLER, 1990/2014). Com isso, Butler promove uma releitura do argumento central de 1905 sobre uma ausência de significado do sexual pulsional que configura a pulsão perverso-polimorfa no sujeito. Essa leitura é concomitante à tese de Zupančič (2008/2022; 2017/2023) sobre a sexualidade humana ser um paradoxo desviante de uma norma inexistente em sua constituição. Há, ainda, uma crítica importante que aponta para uma imutabilidade do Simbólico e como isso dá a base para a manutenção de uma leitura pautada no *patriarcado ahistórico e universal*, validando o falocentrismo na psicanálise (FRASER, 2013/2017).

Retornando à filogenética, esse traço freudiano é algo que já foi apontado e problematizado enquanto uma base epistemológica de raízes empiristas atuantes. Léa Silveira (2002), ao analisar a questão das teorias da fantasia e da sedução freudianas, apontou para essa hipótese empirista como um horizonte. Para a autora, a asserção freudiana sobre a determinação filogenética das fantasias dos sujeitos opera como um esquema de sustentação empírico-epistemológico da psicanálise no seu desenvolvimento. Se a memória é, para Freud,

uma representação no aparelho psíquico, sua base para conceitualizá-la é de origem empirista. Essa representação é o resultado de repetições (em deslocamento) de percepções que formam em uma unidade investida de energia no aparelho psíquico (SILVEIRA, 2019). Para explicar os traços de memória que não competiriam a esse retorno da experiência, ou seja, essa base empirista muito associada à ciência da virada do século XIX para o século XX, a psicanálise precisaria de explicações viáveis. E é nesse ponto que a hipótese filogenética freudiana ocupa seu lugar teórico.

Esse tipo de hipótese só pode ser pensado e validado pela própria estrutura epistemológica e metodológica que guia as investigações clínicas acerca da formação do Eu. Freud (1924/2011d) continua trazendo a relação entre o *Eu* e o *isso* que seria parte importante constitutiva das pulsões, mas que passaria por esse crivo de interdições. Nesse momento, o aspecto ontológico de um binarismo sexual parece ser deixado de lado. Todavia, quando avançamos no texto, vemos as bases da argumentação balançando em uma espécie de movimento pendular. Ora se pauta nessa hipótese filogenética que precederia de uma interdição pré-verbal não anunciada na teoria, ora sendo menos normativo para poder descrever esse *isso* que também constitui o *Eu* em seu inconsciente.

Logo veremos se será possível tirar alguma vantagem disso para a descrição e a compreensão. Um indivíduo é então, para nós, um Id [um algo] psíquico, irreconhecido e inconsciente, em cuja superfície se acha o Eu, desenvolvido com base no sistema *Pcp*, seu núcleo. Se buscamos uma representação gráfica, podemos acrescentar que o Eu não envolve inteiramente o Id, mas apenas a medida que o sistema *Pcp* forma a sua superfície [do Eu], mais ou menos como o “disco germinal” se acha sobre o ovo. O Eu não é nitidamente separado do Id; conflui com este na direção inferior (FREUD, 1924/2011d, pp. 21-22)⁵⁴.

A repressão viria então com a entrada de outra instância psíquica presente, ou seja, do *Supereu*. É aqui, no texto *O eu e o super-eu (o ideal de eu)* (1923/2011c) que a nossa hipótese acerca desse uso ontológico de uma dimensão do sexual já normatizada aparece mais. Freud inicia esse texto fazendo uma ponte teórica com outros trabalhos já enunciados e publicados na psicanálise. Mais precisamente em *Luto e Melancolia* ([1915] 1917/2010b) ele desenvolve a teoria de uma substituição de um investimento objetual que tem seu objeto perdido por uma identificação. Na Melancolia, o objeto de desejo é perdido e, posteriormente, restabelecido e reinserido no Eu, desembocando em uma equação na qual esse investimento passa a ser substituído por uma identificação. Temos nessa formação do *Eu* a negatividade ontológica inserida por meio da perda, retornando de maneira substitutiva pela via da identificação.

Esse ponto nos chama a atenção por haver algumas vias de desfecho:

⁵⁴ *Pcp* é uma sigla usada por Freud para se referir ao pré-consciente.

- a) a primeira explorada por Freud, apesar de aparecer de maneira oculta, infere que existe uma certa disposição constitutiva do sujeito que precede dessa estrutura ontológica sexuada pautada em duas possibilidades de ascensão – que é criticada por Butler (1990/2014).
- b) já a outra via é uma crítica que comporta a irredutibilidade do sexual a uma categorização ontológica atravessada por um viés biopolítico que deixa de lado a manutenção disruptiva da pulsão.

Freud até esbarra nessa segunda questão sem entrar em meandros críticos a respeito dessa hipótese. Porém, de maneira diferente da lógica invertida de partir dos desvios em direção à normalidade para então incorporá-las no desvio, aqui o que prevalece é o “normal”.

O normal é que vença o respeito à realidade. Mas a solicitação desta não pode ser atendida imediatamente. É cumprida aos poucos, com grande aplicação de tempo e energia de investimento, e enquanto isso a existência do objeto perdido se prolonga na psique. Cada uma das lembranças e expectativas em que a libido se achava ligada ao objeto é enfocada e super investida, e em cada uma sucede o desligamento da libido. Não é fácil fundamentar economicamente por que é tão dolorosa essa operação de compromisso em que o mandamento da realidade pouco a pouco se efetiva. É curioso que esse doloroso desprazer nos pareça natural. Mas o fato é que, após a consumação do trabalho do luto, o Eu fica novamente livre e desimpedido (FREUD, [1915] 1917/2010b, p. 174).

A libido, esse *quantum* de energia vital ingovernável que emerge pulsionalmente em coexistência com o sujeito, precisa encontrar formas de lidar com uma certa normatividade imposta pelo objeto perdido. Partindo da teoria do luto, Freud ([1915] 1917/ 2010b) continua propondo uma analogia frente às verificações acerca da perda do objeto para a melancolia: “Numa série de casos, é evidente também ela pode ser a reação à perda de objeto amado; em outras ocasiões, nota-se que a perda é de natureza mais ideal. O objeto não morreu verdadeiramente, foi perdido como objeto amoroso (...)” (pp. 174-175). Nessa experiência subjetiva, não fica clara a natureza do objeto perdido ou o objeto perdido em si, mas sim que o processo melancólico carrega uma potencialidade formativa do Eu.

Se “(...) vimos a inibição e a ausência de interesse aplicadas totalmente pelo trabalho do luto que absorve o Eu” (FREUD, [1915]1917/2010b, p. 175), Freud parte para a exposição da diferenciação que implica na melancolia. Ou seja, como o sujeito volta os sentimentos depreciativos e autodestrutivos para o próprio Eu e como objeto perdido se encontra no sujeito na melancolia. Butler (1990/2014) destrincha exatamente o ponto que é possível situar a importância de como o “(...) processo de internalização e preservação dos amores perdidos é crucial para a formação do eu e de sua ‘escolha de objeto’” (p. 107) nas formas de identificação. Para a autora, isso consistiria a “melancolia do gênero” – uma vez que as estruturas identificatórias da formação do Eu importam.

Essa relação começa a ser desenhada por Freud ([1915] 1917/2010b):

Havia uma escolha de objeto, uma ligação da libido a certa pessoa; por influência de uma *real ofensa ou decepção* vinda da pessoa amada, ocorreu um abalo nessa relação de objeto. O resultado não foi o normal – a libido ser retirada desse objeto e deslocada para um novo –, e sim outro, que parece requerer várias condições para se produzir (p. 180, itálico do autor).

Aqui vale notar que o desenvolvimento da teoria da melancolia é associada ao luto e, ocultamente, a um projeto ontológico que precede de uma estrutura psíquica sexuada compatível às possibilidades viventes. Em outras palavras, as bases identificatórias já teriam em si uma forma pré-determinada que, não apenas não é questionada, como é sustentada pelas tentativas de desvencilhar a libido de uma única via. Mas Freud não segue por esse caminho. Com o estabelecimento e desenvolvimento da teoria do Complexo de Édipo como esse pilar de sustentação da psicanálise (VAN HAUTE; GEYSKENS, 2017), ele entra no fluxo do biopoder e começa a descrever como ocorrem essas relações pela estabilização ontológica que compreende a verdade do sexo e sua assunção enquanto horizonte.

Para Freud, a identificação modifica o Eu por meio do processo melancólico, ele é categórico em afirmar que “[a] perda do objeto amoroso é uma excelente ocasião para que a ambivalência das relações amorosas sobressaia e venha à luz” ([1915] 1917/2010b, p. 183). É aqui que Butler (1990/2014) insere sua crítica de maneira interessante. A autora, a fim de fundamentar mais sua tese de uma produção da matriz (cis)heterossexual fundamentada por leitura psicanalítica, compreende que essa relação da formulação a partir do Complexo de Édipo é sustentado pelo mito da “horda primeva” que funda as civilizações – de cunho patriarcal e ocidental, mas que é pensada por Freud como dado universal.

Como isso acontece? Para fundamentar a teoria do Complexo de Édipo como parte constitutiva do Eu, Freud precisa formular essa hipótese em conjunto com uma organização que represente uma dimensão social das interdições presentes no drama familiar, a ver, uma suposta origem das civilizações. A questão da sexualidade e da sua relação com o sexual continuou sendo um grande ponto para o psicanalista. Freud, um pouco antes de *Luto e Melancolia*, entre 1912 e 1913, publicou um célebre texto que insere questões antropológicas importantes acerca da formação das sociedades e da estabilização e manutenção dos parentescos enquanto um dado primordial ocidental.

Totem e Tabu (1913/2012) viria justamente constituir uma base estrutural universal de algum tipo de interdição sexual para a formação das civilizações e das sociedades. Partindo da ingovernabilidade libidinal da sexualidade, Freud teria que postular o que faria com que as pulsões fossem moldadas e direcionadas para certos destinos que poderiam ser

compartilhados socialmente – temos aí a hipótese repressiva primeva. O que vemos também no texto de Freud (1913/2012) é um horizonte ontologicamente sexuado em uma disposição baseada em uma epistemologia da diferença sexual na composição dos membros pertencentes a esse grupo social. Esse ponto não é sequer posto ou questionado por Freud. Por mais que o que funda o sujeito seja sua *polimorfia-perversa*, ele claramente se refere à uma existência transcendental de “homens” e “mulheres”.

Para o psicanalista, a noção de proibição por meio de uma proibição sexual é instaurada pela nomeação do incesto: sempre terá uma exclusividade, ou seja: para que o sujeito este possa pertencer à organização social, alguém sempre será excluído da dimensão de satisfação pulsional do sujeito. Freud afirma que para essa interdição exista é necessário a inserção de uma autoridade e coloca a categoria de “Pai” como esse representante. Esse advento do mito paterno se consolida enquanto forma de validação das interdições pulsionais que respondem ao sistema como consequência da necessidade de pertencimento ao grupo. Para Rubin (1975/2017), isso significa que qualquer outra forma de subjetivação possível que não o homem, aparece enquanto objeto ou mercadoria. Nessa perspectiva, esses sujeitos sequer entram nas formas de partilha e só padecem da interdição de suas posses e desejos, estando sempre à serviço da lógica exogâmica para a formação de alianças. Defendemos que essa é uma formulação que comporta um atravessamento ontológico sexuado nos sujeitos em que, a figura paterna, relacionada a um poder soberano e tirano, usufrui de todos os prazeres sexuais com as “fêmeas” (compreendidas enquanto mulheres) para si. Aqui fica claro que a interdição colocada por Freud só opera se já houver uma interdição anterior na organização ontológica sexuada dos sujeitos, como sustenta Gayle Rubin (1975/2017) e Butler (1990/2014).

A forma como Freud (1913/2012) descreve a questão dos soberanos e dos tiranos que aparecem na horda primeva seria uma certa replicação oculta do *Discurso sobre a servidão voluntária* de La Boétie (1549/2017). Ou seja, como apontado pela crítica de Clastres (1976/1999), haveria uma leitura trans-histórica das formas de organização social e de relações de poder que ficam de fora da análise, já que sempre haverá servidão no momento em que há uma sociedade dividida. Pois é aí que essa relação se aproxima ainda mais do sujeito do inconsciente, já que, na psicanálise, o sujeito é sempre um sujeito dividido.

Ambra (2022) complexifica o mito da horda primeva freudiana se apoiando também na crítica de Butler (1990/2014) na qual, para que haja o tabu do incesto enquanto fator fundante de uma certa lei e de uma certa forma de organização, anteriormente a ele seria necessário que existisse implicitamente um *tabu da homossexualidade*. Nesses dois pontos, a

priori, não estão em questão a necessidade de uma constituição ontológica sexuada do sujeito que responda a uma “verdade do sexo” em sua assunção e que esteja em consonância com uma epistemologia da diferença sexual. O que aparece aí é a inserção de uma série de restrições que os sujeitos e são submetidos e se submetem ao mesmo tempo, como, por exemplo, a lei edípica. Essa formulação e organização indica que, uma vez situados dentro da norma, esses sujeitos têm a capacidade de *subverter sua própria submissão*. Sujeitos, no plural, já que, enquanto mito fundador das civilizações, a horda primeva teria que proporcionar um aspecto importante nessas formas de constituição capaz de lidar com seu outro por meio de uma semelhança.

O que temos no mito de Freud (1913/2012) é um traço que corresponde a essa leitura trans-histórica e pré-verbal, com aqueles rastros de uma “predisposição” quase inata e instintual para pareamento em uma posição ontológica sexuada. Isso fica mais claro quando, para ele, a necessidade sexual não uniria, mas sim separaria *os homens* – pois aqui não temos sujeito, apenas homens (essa marca ontológica já instituída e reificada). A possibilidade de qualquer outro tipo de subjetivação de viés sexuado é inexistente, ou seja, enquanto sujeito, *a mulher* (de fato) *não existe* quando o mito é utilizado como verdade balizadora das definições de sociabilidade – e de sujeito. Esse posicionamento segue dando base para a crítica feminista de Beauvoir (1949/1970), Rose (1982/2020) e Butler (1990/2014) sobre a operação de um regime falocêntrico dentro da psicanálise. E nós argumentamos em defesa de um debate que contemple usos e manutenções de determinadas marcações teóricas frente à outras que trariam mais pontos disruptivos que foram sendo normalizados (VAN HAUTE; WESTERINK, 2017; 2021).

A crítica butleriana “[embora] Freud não o argumente explicitamente, dir-se-ia que o tabu contra a homossexualidade deve *preceder* o tabu heterossexual do incesto; o tabu contra a homossexualidade com efeito cria as “predisposições” heterossexuais pelas quais o conflito edípico se torna possível” (BUTLER, 1990/2014, p. 117, *italico do autor*), se debruça sobre uma primazia do tabu da homossexualidade frente ao tabu do incesto e, apenas depois, à toda teorização de Freud sobre a teoria do Complexo de Édipo e das possibilidades identificatórias e introjetivas do Eu – que ele elucida em *O eu e o super-eu (o ideal de eu)* (1923/2011c) e em *Luto e Melancolia* ([1915]1917/2010b). O que chama a atenção é que a hipótese sobre o tabu da homossexualidade *é colocada por Freud* da seguinte maneira:

A necessidade sexual não une os homens, ela os divide. Os irmãos haviam se aliado para vencer o pai, mas eram rivais uns dos outros no tocante às mulheres. Cada um desejava, como o pai, tê-las todas para si, e na luta de todos contra todos a nova organização sucumbiria. Nenhum era tão mais forte que os outros, de modo a poder assumir o papel do pai. Assim, os irmãos não tiveram alternativa, querendo viver

juntos, senão – talvez após superarem graves incidentes – instituir a proibição do incesto, com que renunciavam simultaneamente às mulheres que desejavam, pelas quais haviam, antes de tudo, eliminado o pai. *Assim salvaram a organização, que os havia fortalecido e que pode ter se baseado nos sentimentos e atividades homossexuais que teriam surgido entre eles no tempo da expulsão* (FREUD, 1913/2012, p. 142, itálico nosso).

Mas ela é simplesmente desconsiderada enquanto um ponto disruptivo que atuaria em consonância com a ingovernabilidade da pulsão e da possibilidade de uma organização que não tivesse a exogamia e o direcionamento subjetivo pautado na condição ontológica da assunção de um sexo enquanto continuidade do sujeito. Há uma divisão que, se apropriando de uma tradição ontológica, posteriormente, pode ser lida como sexual, pautada em uma diferença anatômica e justificada por uma essência ontogenética. Mas a divisão é instituída na compressão do poder destinado a apenas uma das partes, e essa parte é baseada no acordo ontológico pré-verbal masculino. Se nos debruçarmos sobre a teoria, essa proposta lógica de continuidade entre diferença anatômica e realidade pré-verbal não faz sentido uma vez que o “masculino” é, em si, atrelado a significações de sexualidade que só existem a partir do advento da linguagem (BUTLER, 1993/2019).

Ademais, para que essa fórmula funcione, é necessário todo um pareamento entre um “sexo psicológico”, “pré-disposições”, “materialidades corporais” e assunção do Eu sexualmente marcado pelo binarismo e por essa tradição. Retomando a crítica de Clastres (1999) à La Boétie (2017) sobre uma leitura trans-histórica da questão da servidão, uma crítica ao mito de Freud é pensado sob forma de analogia, uma vez que ele teria cometido um crime anacrológico da categoria de sujeito ao incorporar questões contingenciais da assunção moderna de um sexo, tratando essa “verdade do sexo” como argumentação central do mito fundador. O que por sua vez reitera ainda mais o nosso ponto de que o sexual é irreduzível à ontologia.

Assim, não é que a teoria freudiana estaria fadada a um fracasso conceitual quando se apoia na instauração de uma lei que introduz interdições às destinações perverso-polimorfos da pulsão. Mas, haveria, sim, uma confusão conceitual quando o psicanalista ontologiza o sexual. Com essa marca, é possível que uma dimensão psíquica sexualizada seja defendida por Money (por meio de um viés ontológico atrelado à psicologia) aos movimentos feministas que defendem uma inconsistência na posição psicanalítica – ainda que, dependendo do viés, continuemos esbarrando em argumentos essencialistas de exclusão se a irreduzibilidade do sexo for considerada. Como, por exemplo, a crítica butleriana a um certo “feminismo radical”, que se proporia a ser tão disruptivo a ponto de cair nas próprias armadilhas conceituais, definindo seu sujeito (que é vazio) em consonância com uma materialidade corporal correspondente à

“fêmea” – sem considerar os efeitos disso. É sempre uma exclusão – ou, como colocado por Ambra (2022), uma *expulsão*. Posteriormente, dentro da psicanálise, há movimentos contraditórios frente à sexualidade e aos efeitos do sexual, mesmo partindo de uma mesma teoria – pensando que “partir” comporta também o significado de cisão.

O que temos com a afirmação do mito da horda primeva estabelecida como uma condição trans-histórica, é a incorporação uma acepção ontológica sexualizada no sujeito. Por sua vez, as “predisposições” postuladas por Freud (e tão criticadas por Butler) são apenas uma das consequências de um projeto ontológico de reiteração normativa que opera cerceando o ponto nodal irreduzível do sexual. Esse normativo corresponderia à uma continuidade do projeto da epistemologia da diferença sexual pautado em uma matriz organizadora que se funda no mito. Por mais que a pulsão seja em si perverso-polimorfa, em algum lugar haveria um centro pulsional heterossexual e familiarista (AMBRA, 2022).

Gherovici (2017) afirma que “[esta] breve história da evolução da nomenclatura será útil para esclarecer como a terminologia tem sido ligada ao domínio do patológico. Também mostra o *papel central e paradoxal* que a psicanálise desempenhou na história do transexualismo”⁵⁵ (p. 48, tradução nossa). Desse modo, podemos conceber uma evolução de termos que definem certas tentativas de captura do sexual atravessado por aspectos ontológicos na patologização das identidades desviantes da norma. Ou melhor, talvez a questão seja como o saber psicanalítico pôde se dissipar e ser incorporado pelas tentativas de ontologização e incorporação de algo como o sexual. Aqui, não entraremos em questões relativas especificamente à crítica e proposta de Gherovici, mas caminharemos junto a ela conforme a autora traz mais exemplos de como essas tentativas normativas de categorização ontológica apenas reafirmam mais nossa questão.

De Freud à Butler, o estabelecimento de afirmações foram pautadas em prerrogativas ontológicas que nunca se sustentaram por completo. É assim que Butler, em *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*⁵⁶, é categórica na afirmação sobre a problemática do sexo – que aproximamos da definição de irreduzibilidade:

O próprio conceito de “sexo” é um terreno problemático. formado por uma série de contestações sobre o que deveria ser critério decisivo para a distinção entre os dois sexos; o conceito de sexo tem uma história coberta pela figura do lugar ou da superfície de inscrição. No entanto, assim representado como local ou superfície, o

⁵⁵ Como já afirmado na introdução, transsexualismo teve seu sufixo “ismo” retirado e passou a compor “homossexualidade” como forma de despatologização.

⁵⁶ O título originalmente em inglês é *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. Na versão em português “matter” foi traduzido para “importam”. Em uma tradução anterior havia sido “pesam”. Apesar de “Corpos que importam” fazer mais sentido em consonância ao sentido original, o que se perde é o jogo de palavras em que “matter” também significa “matéria”. Ou seja, como o sexo é materializado e como se torna matéria, e como, a partir disso, as questões de valor e de identidades são colocadas.

natural também é construído como aquilo que carece de valor; além disso, assume seu valor ao mesmo tempo que assume seu caráter social, ou seja, ao mesmo tempo que essa natureza renuncia sua condição natural. (...) – então, o que resta ao “sexo”, se é que resta alguma coisa (...) (1993/2019, p. 21).

Por isso a irreducibilidade do sexual à ontologia aparece enquanto esse ponto disruptivo explorado tanto por Butler (1990/2014; 1993/2019), quanto por Preciado (2019/2022), assim como nas formulações de psicanalistas que se propõem a viabilizar ou até a formalizar um diálogo com outros campos do saber. Tal ponto também pode ser utilizado como argumento que, apoiado em uma tradição da ontologia, arrasta com ela a marca da diferença. Para Zupančič (2017/2023), a diferença sexual no sentido estrito da palavra, dessexualizaria algo que têm o sexo quase enquanto sua *episteme*, uma crítica voltada aos debates de gênero e *queer* que, em certos aspectos, nos parece mais uma disputa política do que de fato algo produtivo.

Seguindo com Butler (1993/2019), para quem, em última instância, sexo e gênero seriam uma mesma coisa apresentada por diferentes facetas, reforçamos como a irreducibilidade não é deixada de lado ou negligenciada – como acontece na questão do tabu da homossexualidade frente ao tabu do incesto em um texto seu prévio – mas, sim como ela pode aparecer sob diversas formas. A tentativa de captura ontológica se faz por meio de uma compressão do sexual em uma espécie de assunção sexuada do sujeito frente a um projeto biopolítico que se pauta em uma “verdade do sexo” e recai sempre nessa irreducibilidade (BUTLER, 1993/2019). Seguir com a ontologia é seguir por um caminho já pavimentado há muito tempo e que, por isso, comportaria buracos produzidos com o passar do tempo, mas que não deixa de ter sua importância. Dessa maneira, entendemos que, para avançar nessa questão, é importante uma abordagem que possa se apropriar de uma outra formalização da construção do saber. Ou seja, por meio de uma via epistemológica que vise a teoria psicanalítica e seus desdobramentos.

7.2. DISFUNÇÃO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA

E se a epistemologia da diferença sexual for uma patologia do significante? (PRECIADO, 2019/2022, p. 74)

Na conferência de 2019, após se apresentar enquanto essa forma inominável e ingovernável de sujeito que refuta o binarismo situado às margens de um sistema que responde à epistemologia da diferença sexual, Preciado (2019/2022) passa à questão de como

entende a situação da psicanálise. É importante ressaltar que Preciado defende que a epistemologia da diferença sexual é um regime que está em crise e essa crise tem dado indícios de sua instabilidade e impossibilidade de sustentação desde 1940. Lacan, por meio de sua releitura de Freud e com a introdução ferrenha da linguística e da lógica na psicanálise, tenta dar conta dessa crise epistemológica.

Da mesma maneira que Money se propôs a tentar desnaturalizar a diferença sexual por meio de seu arcabouço teórico-experiencial, Lacan, à sua maneira, tenta responder a essa crise e propor reformas nesse sistema falido. Entretanto, o que Preciado (2019) defende é que o psicanalista acaba produzindo um metassistema que é “(...) quase mais rígido do que as noções modernas de sexo e diferença anatômica” (p. 67), o que contribui para um aprisionamento cada vez mais complexo e condensado por diferentes frentes. Se Money produz esse metassistema pela introdução da gramática de gênero atribuindo uma guinada paradigmática às questões de construção social e endocrinológicas, em Lacan, a anatomia cai para dar base e espaço para uma ordem simbólica e imaginária de um “Real” do sexo no inconsciente. Porém, tal proposta estaria fadada ao mesmo fracasso por se estabelecer por meio de um sistema que não permite uma escapatória do “(...) binarismo sexual e da genealogia patriarcal da linguagem” (p. 67). Apontamos que, indo em direção à crítica de Preciado, esse sistema é falível na medida em que se condensa enquanto um estilo de raciocínio próprio das teorias da sexualidade emergentes do século XIX e que produz efeitos na psicanálise. Esses efeitos podem ser mantidos pela epistemologia psicanalítica que permite a introdução de conceitos de outros campos do saber à sua forma sem acarretar um fechamento.

A diferença entre os sexos na psicanálise aparece como esse pilar de sustentação teórico na formação subjetiva dos sujeitos e na sua posição sexuada inconsciente. Se Lacan (1971-72/2012) propõe a inovação da sexuação para pensar a diferença sexual que se sustentaria por modalidades de gozo que não se fundamentam na anatomia, temos então uma disposição inconsciente que se relaciona com a autorização de si mesmo em posições sexuadas que, por sua vez, se relacionam com os aspectos da materialidade orgânico-anatômica. Essa autorização desemboca em formas possíveis de assunção de um sexo que é inteligível dentro do regime simbólico que insere esse caráter ontológico enquanto uma ilusão imaginária. Ou seja, não existiriam identidades sexuadas em si mesmas, apenas formalizações simbólicas que as reiteram dentro do escopo possível ao qual elas respondem.

A diferença sexual pode ser entendida como algo que é inscrito e continuamente reinscrito em um sistema de oposições simbólicas (AYOUCH, 2014), nos direcionando mais

uma vez à sua condição antinômica que é apresentada nas fórmulas da sexuação de Lacan (1972-1975/2008). Essa condição se sustenta pela indissociação entre sexual e diferença que opera de maneira distinta sob a ontologia e sob a epistemologia. A contradição entre proposições opostas e ao mesmo tempo críveis que tomam como base concepções de partida diferentes, leva a conclusões incompatíveis entre si, mas ao mesmo tempo sustentáveis. Dessa maneira, a diferença “(...) não é a primeira, a principal ou a única diferença que estrutura a psique: se significa numa série de outras diferenças pelas quais é produzida (AYOUCH, 2014, p. 70)”. A diferença dos sexos se configura em outra ordem e é suplementada ao mesmo tempo em que contrapõe a ideia de diferença sexual como algo que permanece dentro da teoria da sexualidade identificada sob o signo da diferença (COSSI, 2019).

A partir da formalização da sexuação pelas fórmulas, o que temos é a consistência de conjuntos contingentes que viabilizam um trânsito possível que o sujeito faz no universo do desejo e do gozo (COSSI, 2019). É o domínio de significantes apresentados em nível simbólico que correspondem a estes elementos e que possibilitam à problemática da sexualidade e do sexo adentrar no domínio humano. Para Zupančič (2017/2023), um ponto radical dessa quebra entre o animal humano e o animal não-humano, é justamente a problemática de que os animais *não sabem que não sabem* (sobre a sexualidade, sobre sexo). Já o animal humano *sabe que não sabe*. Isso significa que a problemática da sexualidade não pode se instaurar onde ela não tem valor, não tem um sentido simbólico ou uma diferença marcada pelo sexual.

Para a psicanálise, a diferença sexual também é considerada um operador psíquico irreduzível que se conserva por meio de uma suposta evidência anatômica, uma herança em constante latência da tradição freudiana com a canonização do Édipo (AYOUCH, 2014). Quando Freud afirma que “a anatomia é o destino” (1933/2006c, p. 197), temos aí o sentido de uma sexuação associada à genitalidade essencial que é carregada de sentido ontológico por associação à materialidade orgânica. Ayouch (2014) ainda afirma que o dimorfismo sexual como produto cultural é o epicentro epistemológico que a sexualidade se insere na sua emergência como conceito no século XIX – um conceito carregado de uma historicização biológica. Apesar de ser uma base epistemológica que funda questões em psicanálise, o dimorfismo enquanto diferença sexual está longe de ser uma constituição unívoca e contínua na teoria.

Na tradição da psicanálise que assume a verdade sobre uma aproximação da disposição binária anatômica da leitura da diferença sexual que insiste na prevalência do falo

(que não é o pênis⁵⁷) enquanto significante mestre e que concebe a transexualidade como psicose (ESTÉVEZ, 2006, p. 163), o que predomina é a percepção imaginária da diferença anatômica dos sexos enquanto hegemônica, trans-histórica, transcendental e essencialista (AMBRA, 2022). Aqui, não vamos entrar nos entremeios sobre a questão da aproximação da psicose com transexualidades que transcendem a disposição cisgênera de um sistema heterocentrado da normatividade em equivalência de corpos e gêneros. Iremos apenas apontar que, apesar de uma insistência em se falar do real do sexo, o que se têm é um excesso de imaginário (mas, o transsexual é o psicótico, como se têm dito) em conjunto com traços de simbólico em uma sopa de registros que se confundem ao mesmo tempo em que podem ser difundidos entre si.

Com a afirmação da diferença sexual como real (nem imaginária, nem simbólica), em última instância, ela não é passível de simbolização resultante de demandas discursivas de cunho lógico e é atravessada por sua inerente impossibilidade. Todavia, é bem difícil negar relações concernentes a uma normatividade intrínseca à tradicionalidade psicanalítica quando Colette Soler (2020) afirmou em um seminário que o que mantém as fórmulas da sexuação é a heterossexualidade em si mesma:

Que a relação seja dissimétrica neste casal, foi Freud quem estabeleceu com sua famosa questão. É notável que a gente não a coloque para o homem, a gente não pergunta: o que quer o homem – sexualmente falando? A questão não se coloca porque a resposta de estrutura está lá. Em Freud ela se colocaria assim: o Édipo faz o homem hétero. Com “O aturdido”, a heterossexualidade parece manter as fórmulas da sexuação (SOLER, 2020, p. 1668).

Ou, bem como quando nos deparamos com proposições corriqueiras na psicanálise como: “A mulher transexual não se diferencia, em sua estrutura, do transexual homem, já que *rechaça com igual veemência a interpretação que faz o discurso sexual do órgão anatômico como residência do gozo*” (ESTÉVES, 2006, p. 167, itálico nosso).

É importante ressaltar os ruídos que as colocações e as associações teóricas de Freud promovem na tradição psicanalítica. Começamos com a concessão do diagnóstico de psicose a Daniel Paul Schreber feita por Freud em *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia*⁵⁸ (1913/2010a) associada à homossexualidade. Entre outras leituras, ele associa o diferencial diagnóstico de psicose de Schreber à paranoia

⁵⁷ Em *Além do falo* (1988), Jane Gallop traz a problemática instituída pelo significante “falo” diante de disposições psicanalíticas que precisam a todo momento trazer a implicação de dupla negação ao significante com uma leitura cultural do pênis. A autora afirma: “O desejo dos lacanianos de separarem claramente falo de pênis, de controlar o significado do significante falo, é rigorosamente sintomático de seu desejo de terem o falo, isto é, seu desejo de estarem no centro da linguagem, em sua origem. E sua incapacidade de controlar o significado da palavra falo é evidência do que Lacan chama de castração simbólica” (p. 280).

⁵⁸ O Caso Schreber.

enquanto uma defesa contra uma homossexualidade recalcada, ou seja, criando uma relação direta entre homossexualidade (ou algo na via “desvios” de ordem sexual, se ampliarmos a noção) e psicose. Uma relação direta entre uma estrutura psíquica e um projeto ontológico de sujeito sexualizado por meio da impossibilidade do “sucesso” é formada na passagem do Complexo de Édipo (FREUD, 1924/2011c) e nas identificações hetero(cis)sexuais que falharam.

A forma que Freud (2016b) utiliza para abordar questões concernentes a teoria da sexualidade afim de dessencializar o sexo para promover uma revolução nos estudos sobre sexualidade (e sobre o sexo), é se debruçando sobre aquilo que se apresenta enquanto contrário à norma do instinto sexual: as aberrações sexuais (DAVIDSON, 2004; VAN HAUTE; WESTERINK, 2017). Pela mesma via, Lacan (1972-1975/2008), no início do desenvolvimento das fórmulas da sexuação, opta por um caminho análogo ao freudiano e parte de um comentário sobre a obra de Stoller ao tocar a transexualidade e, concomitantemente, o “núcleo de identidade de gênero” (COSSI, 2018b).

Esses efeitos, apesar de a tese freudiana sobre a sexualidade humana ser perverso-polimorfa, se estenderam dentro da teoria. Julia Kristeva (1980) é um exemplo desses efeitos. A psicanalista propõe a relação da natureza da psicose ligada diretamente a uma homossexualidade pré-discursiva. Ainda que ela traga questões concernentes à semiótica e ao simbólico, sua crítica contém um viés político (cis)heterocentrado importante (BUTLER, 1990/2014). Ao passo que Lacan, no seminário 19, enuncia uma afirmação questionável que cria uma relação entre a transexualidade e a psicose, revelando que o transsexual padeceria de um erro do significante. O psicanalista afirma que,

[no] que ele padece de um erro, que é justamente o erro comum. Sua paixão, a do transsexual, é a loucura de querer livrar-se desse erro, o erro comum que não vê que o significante é o gozo e que o falo é apenas o significado. O transsexual não quer mais ser significado como falo pelo discurso sexual, o qual, como anúncio, é impossível. Existe apenas um erro, que é querer forçar pela cirurgia o discurso sexual, que, na medida em que é impossível, é a passagem do real (LACAN, 1971-72/2012, p. 17).

A experiência da sexualidade não pode contemplar apenas a dimensão corporal da materialidade do sujeito, se fixando no imaginário e expulsando a linguagem de seu lugar de qualificação primordial. O que Lacan postula é que o transsexual reconhece que o órgão é apenas um “pedaço de carne”, mas que, ao querer livrar-se dele, estaria padecendo desse erro de significante (COSSI, 2019). Essa operação é uma lógica de oposição do sistema sexo-gênero em que o falo é elevado ao *status* de significante ao invés de manter sua posição de significado. O significante atrelado às fórmulas da sexuação pela lógica lacaniana é um operador que transita entre modalidades de gozo e não necessariamente atravessa as

modalidades materiais dos corpos marcadas por um significado vinculado a órgãos genitais e caracteres sexuais secundários.

Apesar de não repousar a significação do sujeito em um balizamento pautado pela inserção da subjetividade na materialidade, a questão do erro de significante é controversa. Para Preciado (2019/2022), esse posicionamento apenas manteria a mesma organização epistemológica pautada pela diferença sexual, mas por outra ordem. Nesse sentido, transsexuais seriam doentes semióticos, incapazes e impossibilitados de enxergar a diferença entre uma castração simbólica e uma castração real. Preciado aponta que “[para] Lacan e seus seguidores, o binarismo sexual é um fato simbólico e uma estética do corpo tão evidente e inegável quanto o Sol girando em torno da Terra para Ptolomeu” (PRECIADO, 2019/2022, p. 75). Isso se daria porque, inscrita dentro de um estilo de raciocínio da *epistemologia da diferença sexual*, a psicanálise não seria capaz de superar a verdade do binarismo sexual e avançar sobre o paradigma do qual visa produzir sem carregar algumas marcas. Dessa forma, a crítica condiz com a proposta de que essa seria uma escolha epistemológica que, sem ser questionada, produz consequências. A afirmação de uma certa “neutralidade” política acerca de temas que produzem tensões só reificaria posicionamentos conservadores que tendem a não questionar seus próprios paradigmas.

Resgatando a proposição de Beer (2020) e Stengers (1993) sobre a dimensão política de certas escolhas epistemológicas e posicionamentos discursivos que afetam de forma velada a produção do conhecimento e o movimento teórico, poderíamos nos perguntar quais efeitos obsoletos que a manutenção da primazia da diferença sexual e de uma herança normativa de um “sentido sexual favorável”⁵⁹ carecem à psicanálise. Temos uma operação de efeito político retroativo da nomeação de uma relação de “desvio de sentido sexual” (no que pensaríamos a respeito de identidades trans e/ou dissidentes também vinculado diretamente a uma ontologia) da teoria na formação e produção de teóricos-clínicos – que seguem pelo viés de uma lei que contempla uma ficção edípica funcional no regime heterocentrado.

Há efeitos e considerações acerca de insistências e persistências na manutenção de determinadas epistemologias como uma justiça cega que precisa ser seguida sem ser questionada. A psicanálise padece desse erro de significante quando importa a nível epistêmico, não a negatividade inerente à ontologia que é própria do sexo, mas sim a diferença sexual em seu estatuto imaginário que passa a operar como estrutura simbólica e condição do real. Ela importa um algo próprio de um estilo de raciocínio emergente da modernidade e tenta inseri-lo em sua epistemologia. Quando ela tenta inserir repetidamente

⁵⁹ Aqui em alusão ao texto de Westphal (1870) e à tradição dos desvios sexuais.

essa condição em sua epistemologia ou em sua ontologia, o que vemos são as representações de diversas formas de se falhar frente ao sexual e à sexualidade. Considerar a forma como a diferença sexual opera nos mais diversos níveis ontológicos e epistemológicos é o que acontece tanto na teoria proposta por Freud quanto em sua releitura lacaniana. As falhas também são expostas nas tentativas freudianas de inserção da diferença anatômica como estrutura psíquica (FREUD, 1925/2020b) e por meio das realizações das fórmulas da sexuação por Lacan (1972-1975/2008) lidas em analogia com a estrutura heteronormativa, como faz Colette Soler (2020), por exemplo.

Pombo (2021) enfatiza que a sustentação psicanalítica da diferença sexual não é possível por sua via epistemológica que comporta a experimentação dos sujeitos, ela só é possível por meio de uma recusa sistemática de se acolher as mutações dos sujeitos que estão em curso. A autora resgata uma fala de Miller⁶⁰ para exemplificar a crise atual em que esse debate se situa dentro do campo psicanalítico. Se a grande questão das décadas de 1990 e 2000 se apresentou como um incômodo dos defensores da diferença sexual, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e uma reformatação das formas de parentesco e filiação, segundo Miller o contemporâneo em si está em crise. Há um panorama de crise com a destruição do “sujeito do suposto saber” e do Nome-do-Pai em consonância com uma suposta “bagunça” que os estudiosos do campo do gênero vêm propondo à sexualidade. Para Pombo (2021), essa leitura de Miller só é possível na medida em que há uma recusa da mutação no regime da diferença sexual com uma epistemologia que é viva e está sempre em curso. Essa recusa acontece em prol da manutenção do mito de que normas antigas de gênero e dispositivos teórico-clínicos da psicanálise estão defasados e fadados a um fracasso – o que não significa a dissolução do campo psicanalítico em si ou uma inutilidade de suas técnicas, apesar de todo esse furor parecer representar isso.

Como então uma mesma teoria pode se posicionar de maneira totalmente divergente (ou na mesma via do problema: diferente) ao se pronunciar sobre a grande questão que é a diferença sexual? Não existiria por suposto um “real da diferença sexual” porque, em última instância, a questão central no sexo em seu registro do real é a diferença; diferença enquanto impossibilidade de se estabelecer o mesmo (AMBRA, 2022). Nada se diz de uma diferença que traria a necessidade de se fundar uma semelhança transcendental substancializada ao mesmo tempo em que é concebida como dessubstancialização, ou de se dizer o mesmo para provar a continuidade do psíquico com um aparato orgânico correspondente. Apesar da divisão apresentada sobre o sexo de maneira desigual de atuação, com cada um dos três

⁶⁰ *Dócil ao trans*, 2021.

registros agindo de modo separado, hoje em dia a versão mais amplamente aceita é a de que não há hierarquização dos três registros inconscientes – o que justificaria certas concentrações de pontos de discussão e ou filiações de noções priorização entre eles.

Faria (2019) frisa a presença mútua e contínua dos três registros inconscientes no ensino de Lacan desde seu início até os últimos seminários sem que haja uma hierarquização ou submissão entre eles. Pensamos o sexual enquanto este algo que tentamos destrinchar e esmiuçar em cada uma das partes que se diferem, mas que aparece embaralhado nos três registros constituindo a unidade do nó. O sexual encontra diversas faces que, de uma forma ou de outra, se relacionam com a forma epistemológica escolhida para concebê-lo.

Longe de dizer que psicanálise é a mais subversiva das subversivas teorias que afrontam e indagam o sexual, ao que parece, ela carrega em si um potencial subversivo que muitas vezes é mal utilizado. Se essa “bagunça” de ordem ora epistemológica, ora discursiva, ora de registro, continua a reaparecer constantemente nos debates tanto internos quanto externos ao campo psicanalítico (mas concernentes ao campo do sexual), cabe aqui a afirmação de que uma das razões para isso é a formulação de sua *epistemologia sexual* enquanto um balizador de tensionamentos ontológicos, políticos e éticos em sua própria comunidade, prática clínica e produção teórica. Aproximado daquele enigmático-paradoxal de uma norma que não existe, o sexual está constantemente em movimento pendular, e é ao mesmo tempo normativo, subversivo, imaginário, simbólico, real, sexo, sexualidade, gênero, Édipo, inconsciente.

Isso não é o mesmo que dizer que sem uma teoria que contemple a diferença sexual a psicanálise cede, quebra ou deixa de existir. Essa representação em forma de chiste é colocada por Zupančič (2017/2023): “Um homem entra em um restaurante e pede ao garçom: ‘café sem creme, por favor.’ Ao que o garçom lhe responde: ‘senhor, me desculpe, mas o creme acabou. Pode ser um café sem leite?’” (p. 81). O que compete ao sexual em psicanálise, é ser justamente esse creme que, ao não-ser, é reduzido a um nada, mas que mesmo assim é *um nada que deixa vestígios*. Algo representado enquanto um “desaparecido”, ou seja, um buraco que gera consequências por sua condição um *com-sem* logo em sua emergência (ZUPANČIČ, 2017/2023).

A epistemologia psicanalítica enquanto carregada dessa marca ubiqüitária (AYOUCH, 2022) possibilita uma simultaneidade das afecções de seus conceitos e de usos da teoria. Por essa capacidade que é transformativa e permissiva à movimentação em uma presença constante, vale pensar que isso se dá por conta da marca do sexual na psicanálise e do trânsito dessa mesma forma na epistemologia. O que Assoun (1983) denominou enquanto uma forma

barroca da epistemologia freudiana contempla uma leitura pulsional do desenvolvimento da teoria. A sexualidade sempre esteve presente de alguma maneira e, apesar de a psicanálise se dispor sobre o sexual por vias também carregadas de normatividade, essa relação é contingencial na medida em que a norma é intrínseca às formulações das ciências modernas (STENGERS, 1993/2002): uma epistemologia difusa, mas que ainda comporta a condição ubiqüitária e permite essa permeabilidade tanto teórica quanto metodológica.

Dessa forma, insistir em uma leitura da psicanálise que tenta (re)introduz a diferença sexual enquanto sistema binário no âmago da sua epistemologia é negar a condição do sexual na psicanálise *per se*. Essa capacidade transformativa que comporta significados maleáveis em seu corpo teórico é o que marcará sua epistemologia pulsional por meio de uma condição perverso-polimorfa. Ou seja, pulsional por se situar neste entrelugar nos campos de saber, seja científico ou clínico; pulsional por não ter um horizonte normativo ou uma função cristalizada e definida e, por último, pulsional por sempre tangenciar um curto-circuito endógeno toda vez que os pilares conceituais da psicanálise (como o Complexo de Édipo, o inconsciente e a transferência) são criticados ou sofrem *transformações*.

Essa condição paradoxal por si só não corresponderia à norma de uma epistemologia da diferença sexual, muito menos poderia se sustentar em si mesma por toda sua extensão sem contemplar seus desvios intrínsecos. Dessa maneira, atrelada às tentativas de normatização de uma norma que, no fundo, não existe, essa polimorfia perversa da epistemologia psicanalítica sempre se chocará com tentativas de apreensão de uma afirmação que se faz universal, mas que comporta a constância da negatividade ao passo que impossibilita uma totalidade fechada da teoria ou de uma base única. Base que não se conforma em ser a epistemologia da diferença sexual.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se iniciou com uma inquietação frente ao *problema sexual* que a questão sexo nos apresenta, e no decorrer de seu desenvolvimento sempre estivemos às voltas com os *sentidos possíveis do sexual*. A partir da primazia do sexual frente à teoria psicanalítica, a incursão teórica proporcionou um percurso um tanto quanto inusitado. Inusitado na medida em que o que se propôs foi falar sobre o lugar do sexual na psicanálise, esse lugar indeterminado por sua indefinição, muitas vezes controverso, esquivo, confuso. Logo de início, entendemos essa questão enquanto um problema inevitável a ser enfrentado e, no nosso caso, *um problema criado à sua maneira*. Uma pesquisa que com certeza foi delineando suas questões na medida em que era feita em um processo constante de retroalimentação e que, ousamos dizer, foi se movendo *pulsionamente* durante esses anos.

Nas lacunas do campo do sexual, algum tipo de saber sempre pareceu emergir de conglomerados de distintos de campos teóricos que ora convergem e ora divergem. Em relação à psicanálise, como que uma teoria que é lida como revolucionária e disruptiva pôde contribuir tanto para novas formas de controle e patologização de sexualidades? Se no decorrer da teoria o que não cessa de não se inscrever é justamente um sentido do sexual, porquê associações à uma ontologia marcada pela continuidade cis-hétero-normativa reaparecem continuamente? Porque muitas das teorias da sexualidade contemporâneas que visam a quebra com a norma vigente, usam a psicanálise? E porque a própria psicanálise acaba sendo tão quadrada e conservadora em muitos momentos? Qual é a relação destas questões (aparentemente) distintas. Essas foram algumas das inquietações que dispararam e moldaram grande parte do trabalho, ao que pudemos delimitar que uma das marcas mais importantes do saber psicanalítico é a marca sexual tanto nas suas bases epistemológicas quanto na sua ontologia.

Uma das afirmações que mais ressoam no senso comum, seja em forma de piadas (e de chistes, porque não?), de desconfiança, deslegitimação do seu saber ou algum outro sentido, vai no encontro da afirmação de que *pra psicanálise tudo é sexo*. Bom, mas não é. Psicanálise é inconsciente, ato falho, negação, mecanismo de defesa, trauma. É também linguagem, formação subjetiva, estrutura psíquica. Psicanálise também é falo, fase oral, fase anal, fase fálica, inveja do pênis, gozo, libido, pulsão, inversão, perversão (de novo!). Quando entramos no campo psicanalítico descobrimos que, não importa muito sobre o que a psicanálise se debruça, alguma coisa sobre sexo, sexual e sexualidade sempre reverbera de algum lugar. Afirmar que *pra psicanálise tudo é sexo*, não é possível de ser sustentada,

entretanto uma negativa disso também não. Como Freud (1916/2021b) coloca em sua conferência, o sexual é aquilo que *não se deve falar* e seu conteúdo é algo que não é fácil de ser indicado.

A psicanálise contém alguma coisa que permite que ela absorva essas críticas, que seja atacada, re-atacada, desconstruída, questionada e mesmo assim algo ainda permanece. Dentro do próprio campo psicanalítico as críticas à ela mesma são extensas. Mas, o que é *isso* que permanece? É justamente essa capacidade de reconstrução e aglutinação de outros saberes no escopo teórico, metodológico e clínico. Se Freud começa a partir da psiquiatria, se utiliza da hipnose no começo de seus atendimentos, usa a arte, a literatura, o método investigativo, trás a física, a química, o pensamento científico para embasar o desenvolvimento da sua teoria; no mesmo século, um tempo depois, Lacan insere o estruturalismo, a lógica, topologia, linguística, a matemática e a filosofia.

Um dos maiores desafios que nos deparamos foi claramente o objeto em si. Como falar de sexo na psicanálise se não existe uma teoria da sexualidade formalizada? Que método utilizar frente a um objeto indeterminado, multifacetado, complexo? Nos dispusemos a começar a investigar como que a psicanálise entrou nessa seara da sexualidade. Afinal, *os psicanalistas não inventaram o sexo né?* A psicanálise é datada do século XIX e questões relativas à invenção do sexo no Ocidente (como bem coloca Laqueur) ou às concepções e usos da sexualidade (como coloca Foucault), datam bem antes disso. Nos deparamos com aspectos epistemológicos interessantes nas formações que os saberes emergentes sobre a sexualidade dispunham a respeito de certas práticas, de certas concepções ontológicas de sujeito e de certa continuidade. Quase como sexual e psicanálise. Como um objeto indeterminado e complexo que era o sexual, optamos por deslocar um pouco. Partimos para a relação entre psicanálise e sexual. O que tem de tão *psicanaliticamente sexual* na contemporaneidade?

Como essa construção epistemológica comportava aglutinações, transformações, e *isso de sexual?* Parece haver um certo tipo de *membrana epistemológica* que possibilita a formação e deformação da teoria sem que ela seja aniquilada. Ela padece de suas próprias construções e afirmações, mas não em sua totalidade. Freud (1933/2006c) já colocou que a psicanálise não tinha a pretensão de ser uma visão de mundo, que este saber não tinha a pretensão de ser fechado, de ser um saber total. No desenvolvimento da pesquisa pudemos adentrar nesse campo epistemológico da psicanálise e nomear uma certa *pulsionalidade* epistemológica. Se teóricos como Assoun e Ayouch trazem essa disposição epistemológica da psicanálise enquanto algo barroco e híbrido, respectivamente, algo relacionado à questão do

sexual continuava ali pulsando. Seja através da centralidade do sexo na sua ontologia, seja nas formações conceituais que transbordavam *sexualidade*.

Buscamos desenvolver ao longo do texto formas de desvelar como o sexual atua na teoria por meio da sua epistemologia e ontologia. Como defendido a partir das considerações de Hacking (2002/2009) e Stengers (1993; 1993/2002), pensar em ontologia sem considerar que existe aí uma epistemologia atuante ou pensar em formas epistemológicas que não compreendem uma ontologia previamente delimitada, é atestar um posicionamento que não contempla um senso crítico ou político sobre a questão. Posto isso, traçamos um percurso que determinou como o sexo, enquanto curto-circuito, aparece como um operador nessas instâncias da psicanálise. Apesar de se apresentar como um caminho distinto a princípio, vimos que a noção de negatividade que constitui sua ontologia se encontra às voltas com a indeterminação pulsional que sustenta sua epistemologia híbrida.

Situando o problema do sexual dentro da psicanálise, nos deparamos com o horizonte apontado por Freud sobre a sexualidade. Ou seja, o sexual não pode ser um domínio ou até mesmo um princípio separado da vida humana, ele é justamente o que torna o humano, humano (ZUPANČIČ, 2017; 2023). Nessa perspectiva, mergulhamos mais a fundo na teoria psicanalítica para delimitar dois conceitos nucleares que corroboram para essa perspectiva de sujeito: pulsão e libido. Entendemos que a emergência do sujeito coexiste com sua sexualidade em decorrência de uma energia sexual que faz com que ele se movimente em busca de experiências que possam resultar em satisfação. Ao passo que desenvolvemos mais a problemática concernente a esse processo, nos deparamos com impasses relativos a uma negatividade intrínseca à essa emergência coextensiva do sujeito. Aqui, a sobreposição entre o domínio do corpo e da psiquê realoca a materialidade corporal do sujeito em sua sexualidade, dando contorno à essa importância e retirando a discussão de um campo apenas metapsicológico ou metafísico. No desenvolvimento dessa perspectiva também nos deparamos com questões de ordem ontológicas importantes.

A inserção do sexual na ontologia foi feita por meio de uma argumentação que recorre às marcas de impressão de um sexo no sujeito na modernidade para sua existência e pertencimento. Fazendo o uso do percurso de historicização da sexualidade e das formas de produção dos saberes científicos sobre o sexo, mostramos como o sexual opera enquanto essa ausência de sentido que tenta ser normatizada pelas mais distintas vias do saber, mas que sempre acaba falhando em captura e delimitação. Essa discussão sobre ontologia flertou a todo momento com as bases epistemológicas as quais ela respondia. Entendemos que, por sua epistemologia ser marcada pelo sexual e por considerar que o sujeito não é isolado das

condições científicas da sua contemporaneidade, a psicanálise pôde emergir a partir da ascensão das ciências da memória enquanto uma nova ciência moderna. Isso permite que a memória tenha uma função etiológica para a formação do Eu e para a demarcação do trauma enquanto uma instância que é ao mesmo tempo psíquica e sexual. As formas de enunciação do sujeito sobre si mesmo atuam em conjunto com suas fantasias na constituição do Eu. Desse modo, se para a psicanálise a relação contingencial entre linguagem e sujeito é primordial, o ser falante, ao anunciar a si mesmo e a seus Outros, abre espaços possíveis de efeitos ontológicos dos processos de subjetivações sexuados na Modernidade. Esses efeitos operam de maneira retroativa por meio da relação entre sujeito, memória, enunciação, temporalidade e sexual que não possibilitam a assunção de um sexo finalizado ou de uma totalidade de sexualidades, uma vez que respondem a esse curto-circuito controverso que é o sexo na formação do sujeito.

A investigação sobre os efeitos do sexual na epistemologia psicanalítica proporcionou um levantamento bibliográfico sobre sexualidade, sexo e sexual. Para isso, tentamos promover relações entre estes campos a fim de proporcionar um debate de cunho epistemológico na psicanálise. Entretanto, foi necessário recorrer às formulações da psicanálise que pudessem delimitar uma epistemologia possível e nos deparamos com questionamentos presentes sobre sua cientificidade, sobre seu método investigativo e sobre a prevalência da experiência clínica em relação à teoria. Quando Assoun (1983) nomeia a epistemologia freudiana de “barroca” e Ayouch (2022) defende que há uma epistemologia híbrida, por intermédio da sua constituição teórico-clínica, vemos o efeito contingencial que o sexual produz tanto ontologicamente quanto epistemologicamente.

O movimento de retroalimentação teórico-clínico da psicanálise que se baliza pela primazia da clínica se depara com impasses do próprio conflito (sexual), uma vez que *a psicanálise é um saber que se situa dentro do conflito que ela mesma teoriza*. Sua condição epistemológica permite justamente a permeabilidade teórica do campo psicanalítico entre o interno e o externo a ele em sua constituição forjada por uma não-separação completa. Essa permeabilidade é o que possibilita que as trocas e inserções de outros campos do saber estejam presentes na psicanálise. É como temos, por exemplo, a presença da antropologia, da energética, do positivismo físico-químico e da hipótese filogenética em Freud, e, em Lacan, temos a matemática, a lógica, o transcendentalismo, estruturalismo, linguística e a topologia.

Consideramos também que os critérios de cientificidade adotados pela comunidade científica na modernidade são atores importantes na inserção e manutenção de uma posição política que contempla o avanço da normatividade na teoria sem que isso seja justificado por

sua base epistemológica em si. Com o avanço da pesquisa, nos deparamos cada vez mais com essas questões ontológicas de sexualidade que, apesar de não serem inicialmente nosso foco, de alguma forma sempre se faziam presentes. Constatamos que, sempre que se fala em ontologia, se fala também em epistemologia, mesmo que essa apareça de maneira subliminar e quase oculta, o que elucidou nossa perspectiva de modo a pensarmos sempre nessas duas categorias em relação ao campo do sexual. Aqui, a atuação da perspectiva da diferença sexual enquanto um estilo de raciocínio nos estudos sobre sexualidade do século XIX, se intensificou e abriu espaço para o questionamento de como isso operaria na psicanálise. Por meio de um mergulho na epistemologia e ontologia psicanalítica, pôde-se delimitar que essa atuação é presente, mas que não invisibiliza o problema controverso do sexual enquanto este curto-circuito constante na psicanálise – tese que Zupančič (2008/2022; 2017/2023) defende com base no uso de outros percursos teóricos; ou seja, por navegações diversas nesse arquipélago conceitual do sexual.

Em geral, o movimento entre os conceitos e o aprofundamento das argumentações se desenvolveram a partir dos textos: *Três Ensaio*s (1905/2016a), *As pulsões e seus destinos* (1915/2021a) e *A vida sexual humana* (1916/2021b), de Freud, buscando sempre retornar às derivações conceituais na psicanálise que constituem o problema controverso do sexo. A falência da satisfação pulsional concomitante à jornada libidinal, ao promover a emergência do sujeito, deixa uma marca sexual de negatividade que percorre toda a forma de experiência posterior. Essa marca, entretanto, não se faz apenas na emergência do sujeito, mas considerando a atividade de produção de conhecimento enquanto uma atividade sexual em si, o faz enquanto um movimento retroativo na teoria.

Visto que o sexual não pode ser totalmente deslocado das inscrições materiais e nem de uma condição que ressoa por marcas na história, a inserção da biopolítica na forma de organização sexual no Ocidente e as produções dos saberes sobre sexualidade entraram enquanto uma hipótese formativa de um estilo de raciocínio específico pautado na diferença sexual e no dimorfismo dos corpos. Essa marca aparece de maneiras distintas que se diferenciam em sua nomenclatura conceitual, mas que aproximamos na nossa discussão. Com esse impasse em vista, a genealogia e a arqueologia surgiram como aliadas importantes para podermos destrinchar como a psicanálise se deparou com as teorias da sexualidade no século XIX e como ela respondeu a esse encontro. Nesse percurso, delimitamos que a produção da sexualidade e a inserção de uma marca sexual no sujeito na modernidade são um fator primordial para sua inserção no laço social. Mais ainda, há uma concomitância da existência entre o regime monossexual e o do dimorfismo sexual que desembocam na epistemologia da

diferença sexual: eles passam a operar conjuntamente na produção das teorias da sexualidade a partir do século XVIII.

Apontamos ainda que a psicanálise emerge nesse ínterim e carrega marcas desse estilo de raciocínio em seu desenvolvimento, tanto para dar base a questões que concernem sua própria teoria que se aproxima dessa lógica a partir da experiência clínica, quanto por questões políticas relativas à sua inserção e manutenção na comunidade científica. Vimos um exemplo desse processo pela transformação freudiana do conceito psiquiátrico de “sentido genital” para a pulsão, inserindo a problemática do curto-circuito do sexual como ponto central de sua teoria. Vimos também como a diferença sexual se instaurou enquanto um estilo de raciocínio presente na teoria de maneira a produzir reiteradamente efeitos de demarcação e fixidez na estabilização de significados normativos frente à sexualidade perverso-polimorfa. Esses significados se acoplaram ao desenvolvimento da teoria do Complexo de Édipo edificando também leituras possíveis sobre as formações do Eu. Por conta disso, constatamos que, apesar dessa lógica atuar na ontologia da psicanálise, não podemos reduzir a diferença sexual enquanto um operador imutável, pois o sujeito dividido não é dividido pelo binarismo sexual. Há, sim, diferença entre os sexos, mas ela não responde à uma verdade epistemológica; ela é marcada pela negatividade.

Por fim, formulamos uma discussão que trouxe as tensões presentes na psicanálise quando o assunto é o sexual por meio de sua epistemologia e ontologia. Apesar de encontramos posicionamentos psicanalíticos que insistem no uso da diferença sexual enquanto um ponto crucial da teoria, vimos que essa leitura padeceria de um erro de significante, uma vez que a diferença é constituída pela negatividade que responde à uma ausência de sentido, e não instaurada por um sistema binário de sustentação da sexualidade. As leituras psicanalíticas que perseguem essa via corroboram com o estilo de raciocínio da diferença sexual presente na psiquiatria moderna, principalmente após o século XVIII. Ou seja, ela incorpora essa lógica por ter se desenvolvido nesse meio e por responder à uma organização política que contempla essa narrativa enquanto forma de validação necessária em sua área.

Assim, delimitamos que, ao manter de determinadas epistemologias que importam a diferença sexual como dado transcendental, produz-se o efeito de realocar a psicanálise em uma forma conservadora de enfrentar os problemas que o sexual endereça a ela e não se utilizar de sua potencialidade disruptiva. Essa leitura também acarreta um impasse com sua própria ontologia, que tem a negatividade como dado central acoplado ao sexual; ou seja, a diferença da negatividade e não a epistemologia da diferença sexual como ponto balizador

teórico-clínico. Essa perspectiva se solidificou quando a primazia da ausência de sentido da obra freudiana foi pouco a pouco sendo preenchida por uma normatividade que têm como função única a tentativa de encaixe na matriz heteronormativa instaurada pelo biopoder. Insistir em uma leitura ontológica ou epistemológica que não traz essa marca material do sujeito ou uma historicização necessária das suas experiências pelo seu enunciado, também é uma forma de distanciamento dessa epistemologia pulsional psicanalítica.

Se Freud em 1933 lança a polêmica afirmação de que “a anatomia é o destino” (2006c, p. 197), pudemos concluir que o destino (ou, em outras traduções, "desfecho") mesmo é a *ausência de sentido*. Se o que nos faz sujeitos é a sobreposição dos domínios do aparelho psíquico e a materialidade corporal pela busca de satisfação que a pulsão promove, a negatividade que resulta dessa equação re-direcionam o sujeito ao retorno incessante às tentativas de satisfação – que se mostram, por isso, sempre parciais. O que nos marca em nossa emergência enquanto sujeitos modernos remonta a esse paradoxo da busca por uma satisfação que nunca será satisfeita. Satisfação esta que terá muitos desfechos e, entre estes, a busca do prazer genital comumente associado à satisfação sexual e reprodução pelo imperativo do biopoder.

Apontamos que há caminhos e brechas que não foram exploradas nesta pesquisa devido à uma impossibilidade temporal e de fôlego. Em relação à ontologia, indicamos desdobramentos possíveis que se seguiram a partir de questões concernentes à identidade e identificação que não foram enfrentadas diretamente nesta pesquisa por uma questão estratégica tanto de tempo como de escolha conceitual. E, dessa forma, pensar em aproximações e repercussões possíveis entre as tensões das formações do Eu que ora operam via um estilo de raciocínio pautado na diferença sexual, ora operam pela ausência de sentido de uma sexualidade perverso-polimorfa seria, no mínimo, interessante. E, em relação à epistemologia, outra abertura seria a do aprofundamento de questões sobre o lugar da sexualidade e das teorias sexuais infantis na produção do saber pela sublimação e quebras paradigmáticas, considerando as questões de falseabilidade e validação daquilo que é colocado acerca a produção do saber infantil com a fantasia do sujeito que produz ao mesmo tempo teorias falhas (a princípio).

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁶¹

- AGOSTINHO, S. **A cidade de Deus parte II: contra os pagãos**. São Paulo: Ed. Vozes, 2013.
- ALTHUSSER, L. (1976) **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AMBRA, P. Gênero, sexualidade e política: para uma crítica psicanalítica da identidade. In: **Leitura Flutuante**, n. 7 v. 1, pp. 10 - 29, 2015.
- AMBRA, P. Aquém do pai? Sexuação, socialização e fraternidade em Freud. In: **Freud e o Patriarcado**. PARENTE, A.M. e SILVEIRA. L. (orgs.). São Paulo: Hedra, 2020.
- AMBRA, P. **O ser sexual e seus outros: gênero, autorização e nomeação em Lacan**. São Paulo: Ed. Blucher, 2022.
- AMBRA, P.; SILVA JR, N. **Histeria & Gênero: sexo como como desencontro**. São Paulo: nVersos, 2014.
- ANTONIO, M. C. **A ética do desejo: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições 70, 2021.
- ARISTÓTELES. **Órganon: Categorias - Da interpretação - Analíticos anteriores - Analíticos posteriores - Tópicos - Refutações Sofísticas**. São Paulo: Edipro, 2016.
- ASSOUN, P.-L. **Introdução à epistemologia freudiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- ASSOUN, P.-L. **Freud e Nietzsche – semelhanças e dessemelhanças**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- AYOUCH, T. **Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações**. 1. ed. Curitiba: Calligraphie, 2019.
- AYOUCH, T. A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. Gender difference in psychoanalytic theory: aporiae and deconstructions. La diferencia entre los sexos en la teorización psicoanalítica: aporías y deconstrucciones. In: **Revista brasileira de psicanálise**, São Paulo, v. 48, n. 4, pp. 58-70, dez., 2014. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2014000400006 & lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 15 de fev. 2022.
- AYOUCH, T.; CHARAFEDDINE, L. A homossexualidade dos analistas: história, política e metapsicologia. In: **Percursos**. São Paulo: Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2013, 51, pp. 115-126. fhal-01511352f.

⁶¹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

BEAUVOIR, S. (1949) **O segundo sexo** – fatos e mitos, 4ª ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

BEER, P. **A questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e Jacques Lacan.** 2020. 256f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BEER, P. (2017) **Psicanálise e ciência: um debate necessário.** São Paulo: Blucher, 2022.

BEISER, F. **The Genesis of neo-kantianism.** United Kingdom: Oxford University Press, 2014.

BERNAL, J. D. (1939) **The Social Function of Science.** London: George Routledge & Son LTD, 68-74, Carter Lane, E-C, 1946.

BIRMAN, J. Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise. **Natureza humana.** São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 163-180, jun. 2006. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302006000100005 & lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 11 mai. 2023.

BIRMAN, J. A biopolítica na genealogia da psicanálise: da salvação à cura. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, n. 2, pp. 529–548, abr. 2007.

BROWN, T. L.; LEMAY, E.; BURSTEN, B.; BURDGE, J. **Química: a ciência central.** São Paulo: Pearson Universidades, 2016.

BUTLER, J. (1990) **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BUTLER, J. (1993) **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”.** São Paulo: n-1 edições e crocodilo edições, 2019.

BUTLER, J. (2004) **Desfazendo gênero.** São Paulo: Ed. Unesp, 2022.

BUTLER, J.; LACLAU, E.; ŽIŽEK, S. **Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda.** Buenos Aires: FCE, 2004.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CLASTRES, P. (1976). Liberdade, mau encontro, inominável. In: LA BOÉTIE, E. (1563), **Discurso da servidão voluntária.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

COPJEC, J. (1994) **Read my desire: Lacan against the historicists.** London/ New York: Verso books, 2015.

COSSI, R. **Lacan e o feminismo: a diferença dos sexos.** São Paulo: Annablume Psicanalítica, 2018a.

COSSI, R. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante laciano. **Estudos de psicanálise**, Belo Horizonte, n. 49, p. 31-43, jul. 2018b. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 18 de abr. 2023.

COSSI, R. Sobre o estatuto do sexo em psicanálise. In: **Faces do sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente**. COSSI, R. K. (org). São Paulo: Aller, 2019.

COSSI, R. O sexo em psicanálise como ontologia negativa. In: **Psicologia em Estudo** v. 28, 2022.

DAVIDSON, A. How to Do the History of Psychoanalysis: A Reading of Freud's Three Essays on the Theory of Sexuality. In: **Critical Inquiry Winter V. 13.2**: pp. 252-277. Chicago: The University of Chicago, 1987.

COSSI, R. **The emergence of sexuality**: historical epistemology and the emergence of concepts. Cambridge and London: Harvard University Press, 2004.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 2010.

DAMIANI, D.; GUERRA-JÚNIOR, G. As novas definições e classificações dos estados intersexuais: o que o Consenso de Chicago contribui para o estado da arte?. In: **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 51, Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabolismo, 2007 51(6), pp. 1013–1017, ago. 2007.

DERRIDA, J. **Margens da filosofia**. Campinas: Papirus, 1991.

DESCARTES, R. (1641) **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 4ª edição, 2016.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**: (Para além da hermenêutica e do estruturalismo). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUNKER, C. Questões entre a psicanálise e o DSM. **Jornal de psicanálise**. São Paulo, v. 47, n. 87, pp. 79-107, dez. 2014a. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352014000200006&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 04 de abr. 2022.

DUNKER, C. *Estrutura e personalidade na neurose: da metapsicologia do sintoma à narrativa do sofrimento*. Psicologia USP [online]. 2014b, v. 25, n. 1, pp. 77-96. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-65642014000100009> >. Acesso em: 15 set. 2021 Epub. 25 Abr. 2014. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642014000100009>.

DUNKER, C. **Por que Lacan?** São Paulo: Zagodoni, 2016.

DUNKER, C. (2011) **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. 2 ed., São Paulo: Zagodoni, 2021.

DUSSEL, E. **The invention of the Americas**. New York: Continuum, 1995.

ELLIS, H. (1896) **Inversão Sexual: O Estudo da Inversão Sexual**. Brasil: INDEX ebooks, 2012.

ESTÉVES, F. O sujeito transsexual. In: **Revista de Psicanálise Heteridade, vol 6: As realidades sexuais e o inconsciente**. Encontro Internacional dos Fóruns e Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Paris: 2006.

FAUSTO-STERLING, A. The five sexes: why male and female are not enough. **The Sciences, vol. 33, no. 2**, Mar.-Apr. 1993, pp. 20+. Disponível em: <<https://nyaspubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/j.2326-1951.1993.tb03081.x>. > Acesso em: 12 de abr. 2023.

FERREIRA, A. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, 20 de março de 2019. Diário. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/relacao-homossexual-e-crime-em-70-paises-mostra-relatorio-mundial.shtml>>. Acesso em: 27 de jul. 2023.

FOUCAULT, M. (1964) **Sobre a sexualidade: cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do Collège de France**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FOUCAULT, M. (1966) **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. (1968) Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

FOUCAULT, M. (1969) **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, M. (1970) **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. (1975) **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **L'Occident et la vérité du sexe**. Le Monde, nº 9885, 5 nov. 1976, p. 24.

FOUCAULT, M. (1976) **História da sexualidade vol. 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. (1976) A Função Política do Intelectual. In: **Ditos e escritos VII: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, M. (1978) **Segurança, território e população**. Tradução: BRANDÃO, E. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. (1979) **Microfísica do Poder**. Tradução: MACHADO, R. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

FOUCAULT, M. (1979) **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, M. (1979) **História da sexualidade vol. 4.**: As confissões da carne. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, M. (1982) **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FRASER, N. (2013) Contra o “simbolicismo”: usos e abusos do “lacanismo” para políticas feministas. **Lacuna**: uma revista de psicanálise [Trad. P. Ambra]. São Paulo, n. -4, p. 9, 2017. Disponível em: < <https://revistalacuna.com/2017/11/20/n4-09/> >. Acesso em: 30 de jul. 2023.

FREUD, S. (1893-1899) Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas** (Vol. III, pp. 251-385). Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, S. (1886-1889) Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889) (Volume 1). In: **Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 1**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, S. (1894) As neuropsicoses de defesa. In: **Edição Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 3**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b, pp. 57-73.

FREUD, S. (1895). A proton pseudos [primeira mentira] histérica. – Projeto para uma psicologia científica. In: **Sigmund Freud Publicações pré psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889) vol. I**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. pp. 335- 454.

FREUD, S. (1896) A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Volume III**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

FREUD, S. (1900) A interpretação dos sonhos. In: **Sigmund Freud, Obras completas volume 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Sigmund Freud, Obras completas, vol. 06**: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

FREUD, S. (1905). Fragmento da análise de um caso de histeria. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. VII.**: Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905). Rio Janeiro: Imago, 2006a.

FREUD, S. (1908) Sobre as teorias sexuais infantis. In: **Sigmund Freud Obras completas volume 8**: O delírio e os sonhos, na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). São Paulo: Companhia das Letras, 2015a.

FREUD, S. (1908) A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In: **Sigmund Freud Obras completas volume 8: O delírio e os sonhos**, na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). São Paulo: Companhia das Letras, 2015b.

FREUD, S. (1909) Análise da fobia de um garoto de cinco anos (“O pequeno Hans”, 1909). In: **Sigmund Freud Obras completas volume 8: O delírio e os sonhos**, na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). São Paulo: Companhia das Letras, 2015c.

FREUD, S. (1909) Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”]. In: **Obras completas, volume 9: observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”]**, uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1913) Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”). In: **Obras completas volume 10: Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”)**, artigos sobre técnica e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

FREUD, S. (1913) Totem e Tabu. In: **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 11: Totem e Tabu**, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. (1914) A história do movimento psicanalítico. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996d.

FREUD, S. (1914-1916) **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

FREUD, S. (1915) O Recalque. In: **S. Freud, Obras Psicológicas de Sigmund Freud, Vol. 1: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente (pp. 175-193)**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

FREUD, S. (1915) O Inconsciente. In: **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010c.

FREUD, S. (1915) As pulsões e seus destinos. In: **Obras incompletas de Sigmund Freud; 2**. São Paulo: Ed. Autêntica, 2021a.

FREUD, S. (1915) A teoria da libido. In: **Obras completas, vol. 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

FREUD, S. (1916) A vida sexual humana. In: **Obras completas de Sigmund Freud vol. 7: Amor, sexualidade, feminilidade**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2021b.

FREUD, S. (1917) O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In: **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 13: Conferências introdutórias à psicanálise (196-1917)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

FREUD, S. (1917) História de uma neurose infantil. In: **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 14:** História de uma Neurose Infantil (“O Homem dos Lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2010d.

FREUD, S. (1920) Psicologia das massas e análise do ego. In: **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 15:** Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, S. (1920) Além do princípio do prazer. In: **Obras incompletas de Sigmund Freud.** Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2020a.

FREUD, S. (1922) Sobre alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranoia e na homossexualidade. In: **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 15:** Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, S. (1923) Dois verbetes de enciclopédia. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII:** Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922). Rio de Janeiro: Imago, 2006b.

FREUD, S. (1923-1925) **Sigmund Freud Obras Completas vol. 16:** o eu e o id, “autobiografia” e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.

FREUD, S. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. In: **Sigmund Freud Obras Completas vol. 16:** o eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011d.

FREUD, S. (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: FREUD, S. **Amor, sexualidade, feminilidade** – Obras incompletas de Sigmund Freud. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b, pp. 259-276.

FREUD, S. (1926) Inibição, sintoma e angústia. In: **Obras completas de Sigmund Freud, vol. 17:** Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.

FREUD, S. (1933). A questão de uma *Weltanschauung*. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XXII:** Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos (1932-1936). Rio de Janeiro: Imago, 2006c.

FREUD, S. (1937). Construções em análise In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XXIII.** Rio de Janeiro: Imago, 1996e pp. 275-287.

GALLOP, J. (1988) Além do falo. **Cadernos Pagu, [S. I.]**, n. 16, p. 267–287, 2016. Disponível em: <
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644548> >. Acesso em: 22 mai. 2023.

GALTON, F. Hereditary Character and Talent. In: **Macmillan's Magazine, vol. 12**, pp. 157-166, 1865.

GHEROVICI, P. **Transgender psychoanalysis: a Lacanian perspective on sexual difference.** New York: Routledge, 2017.

GHEROVICI, P. Quando o transgênero é psicótico? Lacan e a ética da diferença sexual. In: **Faces do sexual: fronteiras entre gênero e inconsciente.** São Paulo: Aller, 2019.

GHEROVICI, P. **Uma psicanálise por vir: repensando a psicanálise no século XXI.** São Paulo: Aller, 2022a.

GHEROVICI, P. Uma psicanálise para o povo. In: **N-1 edições, 22 de março de 2022.** Disponível em: < <https://www.n-1edicoes.org/uma-psicanalise-para-o-povo> >. Acesso em: 15 de ago. 2023.

GREEN, A. Has Sexuality Anything to do with Psychoanalysis? In: **International Journal of Psychoanalysis** 76, pp. 871–883, 1995.

GREEN, A. (1997) **The chains of eros: The sexual in psychoanalysis.** Londres: H. Karnac (Books) Ltd., 2008.

GROSS, O. **Otto Gross: Por uma psicanálise revolucionária.** São Paulo: Annablume, 2017.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: **Human Architecture: Journal of the Sociology of Self-Knowledge**, v. XI, issue 1, 2013, pp. 73-90.

HACKING, I. (1995) **Múltiplas personalidades e as ciências da memória.** São Paulo: José Olympio, 2000.

HACKING, I. (2002). **Ontologia Histórica.** Porto Alegre: Ed. Unisinos, 2009.

HARAWAY, D. (2016) **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno.** São Paulo: n- 1 edições, 2023.

HARDT, A; NEGRI, M. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEIDEGGER, M. (1927) **Ser e tempo.** São Paulo: Ed. Vozes, 2015.

IANNINI, G.; TAVARES, P. H. Apresentação. In: FREUD, S. **As pulsões e seus destinos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

IRIGARAY, L. (1974) **Speculum of the other woman.** Ithaca, New York: Cornell University Press, 1987.

JUNG, C. G. (1911-1912) **Transformações e símbolos da libido.** São Paulo: Ed. Vozes, 2013.

KANT, E. (1781) **Crítica da razão pura.** Rio de Janeiro: Vozes Editora, 2015.

KANT, E. (1788) **Crítica da razão prática**. São Paulo: Ed. Vozes, 2016.

KEHL, M. R. (1998) **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. São Paulo: Boitempo, 2016.

KING, H. **The One-Sex Body on Trial**: The Classical and Early Modern Evidence. Tite History of Medicine in Context. Ashgate: Farnham y Burlington, 2013.

KRAFFT-EBING, R. (1886) **Psychopathia Sexualis**: a clinical forensic study. London: William Heinemann (Medical Books) LTD, 1939.

LA BOÉTIE, É. (1549) **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2017.

LACAN, J. (1953) O mito individual do neurótico, ou Poesia e verdade na neurose. In: **O mito individual do neurótico**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008, pp. 07-25.

LACAN, J. Interview de Jacques Lacan sur France Culture, juillet 1973, à l'occasion du 28 ème congrès international de la psychanalyse, à Paris. In: **Le coq-Héron**, no. 3, pp. 46-47. Paris, 1974.

LACAN, J. (1956-1957) **O Seminário, livro 4**: a relação de objeto. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LACAN, J. (1958) A significação do falo. In: **Escritos**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1998a.

LACAN, J. (1948) Agressividade em Psicanálise. In: **Escritos**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1998b.

LACAN, J. (1964) **O seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.

LACAN, J. (1966) A Ciência e a Verdade. In: **Escritos**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 1998.

LACAN, J. (1969-1970) **O Seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1971) **O Seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse semblante. Trad. RIBEIRO, V. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LACAN, J. (1971-1972) **O Seminário, livro 19**:... ou pior. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LACAN, J. (1972-1975) **O seminário, livro 20**: Mais, ainda. Trad. M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. (1975-1976) **O seminário, livro 23**: o sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LACERDA, C. **Breve história da Anatomia**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

LAMARCK, J.-B. (1809) **Filosofia zoológica**. São Paulo: Ed. Unesp, 2021.

LAPLANCHE, J. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006**. Porto Alegre: Dublinense, 2015.

LAQUEUR, T. (1990) **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATTANZIO, F.; RIBEIRO, P. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. In: **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, pp. 409-425, dez. 2018. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300002&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 01 abr. 2023.

LOPES, A. Breve introdução a uma história da libido: Poetas Latinos, Santo Agostinho e Freud (via Foucault). In: **Estudos psicanalíticos**. Belo Horizonte, n. 35, pp. 23-39, jul. 2011. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372011000200003&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 23 abr. 2023.

MARTINS, A. de S.; MOREIRA, L. S. A origem do destino criado para as mulheres pela psicanálise: por uma leitura reparadora através das atas da Sociedade das Quartas-feiras. In: **Freud e o Patriarcado**. PARENTE, A.M., SILVEIRA, L. (orgs). São Paulo: Hedra, 2020.

MEZAN, R. Que tipo de ciência é, afinal, a Psicanálise? In: **Natureza humana**, São Paulo, v.9, n. 2, pp. 319-359, dez. 2007. Disponível em <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302007000200005&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 31 mar. 2021.

MIELI, M. (1997) **Por um comunismo transsexual**. São Paulo: Boitempo, 2023.

MILLER, J.-A. Elementos de epistemologia. In: **Percursos de Lacan: uma introdução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

MILLER, J.-A. Docile au trans. In: **Lacan Quotidien, Année trans**, N° 928, 24 de abril de 2021. Disponível em: <
<https://lacanquotidien.fr/blog/wp-content/uploads/2021/04/LQ-928.pdf> >. Acesso em: 22 set. 2023.

MILNER, J.-C. **A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

MONEY, J. Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings. In: **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, v. 96, n. 6, pp. 253-264, 1955.

MONEY, J. Gender role, gender identity, core gender identity: Usage and definition of terms. In: **Journal of the American Academy of Psychoanalysis**, v.1, n. 4, pp. 397-402, 1973.

MONEY, J.; HAMPSON, J.; HAMPSON, J. Hermaphroditism: recommendations concerning assignment of sex, change of sex, and psychological management. In: **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, v. 97, p. 284-300, 1955.

MONEY, J.; HAMPSON, J.; HAMPSON, J. Imprinting and the establishment of gender role. In: **AMA archives of neurology & psychiatry**, v. 77, n. 3, pp. 333-336, 1957.

MOREAU DE TOURS, J.-J. **La Psychologie morbide dans ses rapports avec la philosophie de L'histoire**. Paris: Librairie Victor Masson, 1850.

NIETZSCHE, F. (1873) **Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral**. São Paulo: Hedra, 2008.

NIETZSCHE, F. (1886) **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Porto Alegre: L & PM, 2009.

NIETZSCHE, F. (1887) **Genealogia da moral**. São Paulo: Martin Claret, 2018.

NIETZSCHE, F. (1882) **A Gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, F. (1888) **O Anticristo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

NOBUS, D. Locating Perversion, Dislocating Psychoanalysis. In: **The European Journal of Psychoanalysis**. Disponível em: < <https://www.journal-psychoanalysis.eu/articles/locating-perversion-dislocating-psychoanalysis/> >. Acesso em: 1 set. 2023.

NOBUS, D.; QUINN, M. **Knowing nothing, staying stupid: elements for a psychoanalytic epistemology**. London And New York: Routhledge Taylor and Francis Group, 2005.

OOSTERHUIS, H. Sexual modernity in the works of Richard von Krafft-Ebing and Albert Moll. In: **Medical History**, 56(2), pp. 133-155, 2012. Disponível em < <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/0D5E2E2167E923F7E4EB5250996543B1/S0025727311000305a.pdf/sexual-modernity-in-the-works-of-richard-von-krafft-ebing-and-albert-moll.pdf> >. Acesso em: 15 de jul. 2021.

OVÍDIO. (8 d.C.) **Metamorfoses**. São Paulo: Editora 34, 2017.

PASTERNAK, N; ORSI, C. **Que bobagem!** pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

PINTO, K. Crônica de um fim anunciado: o debate entre Freud e Jung sobre a teoria da libido. In: **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica** [online]. 2007, v. 10, n. 1, pp. 75-88. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S1516-14982007000100005> >. Acesso em: 17 fev. 2022 Epub 03 ago. 2007. ISSN 1809-4414. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982007000100005>.

PLATÃO. (428-347 a. C.) **A República**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

PLATÃO. (369 a.C.) **Diálogos I - Teeteto (ou Do Conhecimento), Sofista (ou Do Ser), Protágoras (ou Sofistas)**. São Paulo, Edipro, 2017.

PLATÃO. (380 a.C.) **O banquete**. São Paulo: Editora 34, 2016a.

PLATÃO. (428-347 a. C.) **Fedro**: a imortalidade da alma. São Paulo: Editora 34, 2016b.

POMBO, M. **A diferença sexual em mutação**: subversões queer e psicanalíticas. Curitiba: Calligraphie Editora, 2021.

POPPER, K. (1934) **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2013.

PRECIADO, P. B. (2000) **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PRECIADO, P. B. (2008) **Texto junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PRECIADO, P. B. (2019) **Eu sou o monstro que vos fala**: Relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2012.

RICH, A. (1980) Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: **Blood, Bread, and Poetry**: Selected Prose 1979-1985. New York: W.W. Norton & Company, 1986.

ROSE, J. (1982) Introdução II a Feminine sexuality. In: **Freud e o Patriarcado**. PARENTE A. M. e SILVEIRA L. (orgs). São Paulo: Hedra, 2020.

ROUDINESCO, E. (2007) **A parte obscura de nós mesmos**: uma história dos perversos. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2008.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

RUBIN, G. (1975) Tráfico de mulheres: notas para uma economia política do sexo. In: **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

RUBIN, G. (1984) Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. **Pelo cu**: políticas anais. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SAFATLE, V. A teoria das pulsões como ontologia negativa. In: **Discurso nº 36**, Dossiê Filosofia e Psicanálise, 2007.

SAFATLE, V. Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In: **Patologias do social**: arqueologias do sofrimento psíquico. SAFATLE, V., JUNIOR, N. da. S., DUNKER, C. (orgs.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SAFATLE, V. Falar de sexo: aula 4. In: **Falar de sexo: clínica, política, estética** – Curso completo 2021. SAFATLE, V.: Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, 2021.

SHEVRIN, H; SNODGRASS, M; BRAKEL, L., KUSHWAHA, R; KALAJDA, N; BAZAN, A. Subliminal unconscious conflict alpha power inhibits supraliminal conscious symptom experience. In: **Frontiers in Human Neuroscience**. 7:544. doi: 10.3389/fnhum.2013.00544, 2013. Disponível em: < <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fnhum.2013.00544/full> >. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVEIRA, L. Fantasia e Teorias da Sedução em Freud e em Laplanche. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Set-Dez 2002, Vol. 18 n. 3, pp. 323-328. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000300012> >. Acesso em: 19 jan. 2022. Epub 01 Set 2003. ISSN 1806-3446. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000300012>.

SILVEIRA, L. Esquema filogenético e campo transcendental: Sobre as concepções de fantasia em Freud e em Lacan. In: **Freud: filosofia e psicanálise**. São Carlos: EduFscar, 2019.

SOLER, C. **Homens, Mulheres**. São Paulo: Aller editora, 2020.

SOUZA JR., P. S. de. O analista e os Bárbaros. In: **A psicanálise e os lestes: volume I**. SOUZA JR, P.S. de. (org.) São Paulo: Annablume, 2017.

SOUZA JR. O sexual no corpo da língua. In: **Gragoatá**, v. 24, n. 49, pp. 536-549, 27 ago. 2019.

STENGERS, I. **As políticas da razão: dimensão social e autonomia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 1993.

STENGERS, I. (1993) **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

STENGERS, I.; CHERTOK, Léon. **O coração e a razão: a hipnose de Lavoisier a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

STOLLER, R. **A contribution to the study of gender identity**. The International Journal of Psychoanalysis, 1964.

STOLLER, R. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. New York: Karnak Books, 1968.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VALLADARES, L. Elizabeth Roudinesco – Direitos podem se transformar em pequenas ditaduras pessoais. In: **Revista Cult**, São Paulo, n. 282, 31 de maio de 2022.

VASCONCELOS, J.; CRISSIUMA, M.; ANGELINI, M.; CONDE, R. Escrever: mulheres, ficção e psicanálise. In: **Freud e o Patriarcado**. PARENTE, A.M. e SILVEIRA. L. (orgs). São Paulo: Hedra, 2020.

VAN HAUTE, P.; GEYSKENS, T. **Psicanálise sem Édipo?** Uma antropologia clínica da histeria de Freud a Lacan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VAN HAUTE, P.; WESTERINK, H. **Deconstructing normativity?** Re-reading Freud's 1905 three essays. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2017.

VAN HAUTE, P.; WESTERINK, H. **Reading Freud's three essays on the theory of sexuality:** from pleasure to the object. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2021.

WESTERINK, H. Freud's discussion with psychiatry on sexuality, drives and objects. In: VAN HAUTE, P.; WESTERINK, H. **Deconstructing normativity?** Re-reading Freud's 1905 three essays. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2017.

WESTPHAL, C. (1870) Die conträre Sexualempfindung, Symptom eines neuropathischen (psychopathischen) Zustandes. In: **Archiv für Psychiatrie und Nervenkrankheiten**, 2, pp. 73-108, 2005.

ŽIŽEK, S. (2019) **Sexo e o absoluto falhado**. Lisboa, Edições 70, 2020.

ZUPANČIČ, A. (2008) **Por que psicanálise?** São Paulo: Lavrapalavra, 2022.

ZUPANČIČ, A. (2017) **O que é sexo?** São Paulo: Ed. Autêntica, 2023.